



Departamento de Arquitetura da FTUC

A prática de uma aprendizagem

Ângelo Danilo Ferreira Monteiro Lopes

Dissertação de Mestrado

Orientador Prof. Doutor Pedro Maurício Borges

Co-orientador Arq. José Manuel dos Santos Gigante

Cabo Verde, Junho de 2014

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Pedro Maurício Borges pela orientação da Dissertação,
ao Arq. José Gigante pela amizade e pelo apoio na orientação e revisão da Dissertação,
aos colegas do escritório do Arq. José Gigante pela cumplicidade nos trabalhos,
ao Prof. Doutor Leão Lopes pelos novos desafios,
aos estudantes e colegas do M_EIA, por aprendermos juntos
aos meus pais, Ivone e Matias,
ao Ivo,
aos amigos que me apoiaram no desenvolvimento da Dissertação, D. Vilma, Sr. José, Oriana,
David, Irana e Caluca,
à Rita, pelo Sul, pelas utopias e pelo amor,
ao Ary, pela vida.

Resumo

Esta dissertação teve como principal objectivo refletir sobre a minha experiência realizada no âmbito da arquitetura em Portugal (realização do projeto da Prova Final de Licenciatura - Reconversão de uma Escola de Arte em Cabo Verde - paralelamente com a colaboração em projetos diversos no escritório do Arq. José Gigante) e em Cabo Verde, vinculado ao M_EIA Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura enquanto arquiteto responsável do Departamento de Arquitetura e docente dos cursos de artes visuais, design e arquitetura.

O discurso provém da prática das aprendizagens, uma vez que considero a experiência enquanto objecto de análise e reflexão enraizada na realidade. Essa mesma experiência é potenciadora de um discurso que transporta em si as suas construções culturais e sociais numa perspectiva de produção de conhecimento engajado e implicado com o contexto de onde advém.

Ao longo da dissertação sobressaem as singularidades dos diferentes projetos. Na primeira e segunda partes desta dissertação, centradas no projeto da Prova Final e na experiência no escritório do Arq. José Gigante, a aprendizagem é dotada de um tempo de ação em que o ato de projetar encontra o seu sentido real, entre o processo e a obra. No entanto, na terceira parte, em que me dedico fundamentalmente aos projetos do Departamento e respectivos cruzamentos pedagógicos no M_EIA, a aprendizagem concretiza-se no tempo de ação em que o ato de projetar encontra o seu sentido de compromisso com a realidade de Cabo Verde.

O mais recente desafio, a prática da arquitetura em Cabo Verde, é incorporado na dinâmica pedagógica do M_EIA e é através da investigação aplicada que se encontram respostas para a prática da arquitetura neste contexto sustentadas no resgate das tecnologias de construção endógenas e dos paradigmas da arquitetura sustentável.

Palavras-chave

Cabo Verde, Arquitetura Sustentável, M_EIA - Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, Investigação Aplicada, Prática Projetual

Summary

The primary objective of this dissertation was to reflect on my work experience in architecture in Portugal (focusing on the final project of my graduation – Reconversion of an Art School in Cape Verde – parallel experience collaborating in various projects at José Gigante’s Architecture office) and on my work experience in Cape Verde, attached to M_EIA - University Institute of Art, Technology and Culture as the Architect responsible for the Architecture Department and as teacher of the Visual Arts, Design and Architecture courses.

This discourse originates from my practice learning in those contexts, as it is my conviction that experience is the object of analysis and reflection rooted in reality. This same experience allows a discourse carrying its cultural and social constructions in a perspective of knowledge production engaged with its originating context.

Throughout the dissertation, I bring to surface the singularities of the different projects. In the first and second parts of this dissertation, focused on the graduation final project and on the experience gained at José Gigante’s Architecture office, the learning process has a time of action in which the act of projecting finds its real meaning between the process and the actual work. In the third part, where I mainly focus the Department projects and the respective pedagogical intersections at M_EIA, the learning process meets its end in the time of action where the act of projecting finds its engagement with Cape Verde reality.

The most recent challenge, the practice of architecture in Cape Verde, is incorporated in M_EIA’s pedagogical dynamics and it is through applied research that we find the answers to architecture practice in this context, recovering the endogenous building technologies and the paradigms of the sustainable architecture.

Key words

Cape Verde, Sustainable Architecture, M_EIA - University Institute of Art, Technology and Culture, Applied Research, Project Practice

Índice

Introdução

9 I. Projecto de Reversão do Liceu Velho em Escola de Arte

- 11 São Vicente, Mindelo
- 15 O Liceu Velho - Antigo Quartel Militar
- 17 O Programa - Mindelo _ Escola Internacional de Arte
- 19 O Projecto / Base de Projecto
- 24 A Obra - Faseamento
- 26 Do projecto à obra - da obra ao projecto
- 27 Situação actual

53 II. Escritório do Arq. José Gigante

- 57 Inserção Urbana da Linha P
- 67 Casa Laura Fonseca
- 75 Centro Interpretativo - Monumento Megalítico da Ínsua
- 85 Casa Henrique Costa
- 93 "Plaza de la UAM"
- 107 Reversão da Escola Rocha Peixoto

119 III. O regresso a Cabo Verde

- 121 i) M_EIA
- 123 Experiência pedagógica
- 125 Departamento de Arquitectura:
- 129 Comunidade de Lajedos
- 133 Oficinas de Transformação Agro-alimentar
- 139 Os Caminhos de Blimundo
- 147 Comunidade de Planalto Norte
- 151 Centro Interpretativo de Santa Maria
- 157 Fundação Baltasar Lopes
- 163 Museu da Pesca

171 ii) Outros Projectos

- 171 Casalata
- 181 Úrsula Lopes
- 185 Casa Telma Ferreira

187 Considerações finais

190 Bibliografia

Introdução

O presente trabalho de Dissertação para creditação do curso de Mestrado Integrado em Arquitetura do Darq - Departamento de Arquitetura da FCTUC integra uma primeira e segunda parte dedicadas ao meu percurso de 2005 até à entrega da Prova Final de Licenciatura, em 2009, e uma terceira, após o meu regresso a Cabo Verde em 2009. A primeira incide sobre o Projeto de Reconversão do Liceu Velho em Escola de Arte, na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde, e a segunda sobre a prática projetual no escritório do Arq. José Gigante, ambos parte integrante da Prova Final. A terceira parte da Dissertação remete-se para uma reflexão acerca da experiência profissional em Cabo Verde. Esta última foca-se no meu vínculo e atividade enquanto docente e arquiteto no M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, a mesma escola que trabalhei no Projeto de Reconversão integrado na Prova Final.

Se, por um lado, a Prova Final se chamou “Um tempo de renovada aprendizagem”, pela consolidação e renovação académica possível através da prática de projeto e da integração na dinâmica profissional do escritório de arquitetura, por outro lado, a presente Dissertação intitula-se de “A prática de uma aprendizagem”, uma vez que faz referência a um período em que ponho em prática a anterior aprendizagem e a própria aprendizagem se reafirma a partir da prática projetual ligada aos novos desafios e da própria prática pedagógica neste contexto.

6

Assim, o discurso que aqui se formaliza traduz as aprendizagens realizadas a partir da experiência enquanto arquiteto e docente. Esta tradução determina uma análise e reflexão sobre a prática, de tal modo que as próprias práticas se constituem enquanto práticas discursivas (1). Por fim, estas práticas discursivas transportam, pela íntima ligação que mantêm com a realidade, construções culturais e sociais específicas, potenciadoras de um conhecimento engajado e implicado com os contextos de onde advém.

Numa primeira parte falo do projeto da escola de artes, do seu enquadramento, e da forma como as experiências no escritório se refletiram na sua definição, induzindo dúvidas e inflexões. Estabelecendo “pontes” entre estas experiências, refiro-me à forma como estes dois momentos se sobrepõem e interagem, na procura de uma atitude que desejo cada vez mais sóbria e ponderada no ato de projetar.

Na segunda parte abordo de modo sucinto cada uma das experiências vividas no seio da equipa de trabalho, refletindo individualmente sobre os aspectos que considero mais relevantes. Da sua leitura conjunta ressalta a diversidade de temas e escalas, dos processos de projeto conformes ao tipo de obra, do próprio modo como me foi dado participar na equipa.

Entre a simples colaboração e as oportunidades de coautoria, o denominador comum foi sempre o de um empenhamento que o próprio escritório promove e exige, representando uma aprendizagem efetiva que não deverá ser iludida no quadro da presente reflexão sobre este breve

período pós escolar da minha formação.

Na terceira e última parte dedico-me à reflexão sobre a amplitude da experiência profissional após o regresso a Cabo Verde. Esta experiência centrou-se desde o princípio no meu vínculo com o M_EIA enquanto arquiteto responsável pelo Departamento de Arquitetura e docente desta instituição. Reúnem-se aqui um conjunto de projetos com um denominador comum no princípio de abordagem. Todos se baseiam num compromisso com a realidade local, que determina, enquanto metodologia de projeto, a investigação aplicada. Assim, é fundamental a valorização dos recursos locais, tecnologias de construção endógenas e a pesquisa de novas soluções construtivas. Pela proximidade de princípios considerei ainda uma breve extensão aos projetos desenvolvidos enquanto independente.

Por fim, é ainda corpo desta terceira parte uma reflexão sobre o projeto político pedagógico do M_EIA que pressupõe a integração das atividades letivas nas dinâmicas de projeto interno e externo à instituição, o que confere interesse para análise nesta Dissertação, uma vez que integra a própria prática projetual.

(1) Ideia expressa no artigo Martins C., Almeida C., 2012 “Há opção? Que sentido para a investigação senão como prática política?” de Arte, educação e cultura. Contribuições da periferia. COLBAA: Jaén, 2012.



1. Pátio interior do Liceu Velho, Mindelo

I. Projecto de Reversão do Liceu Velho em Escola de Arte

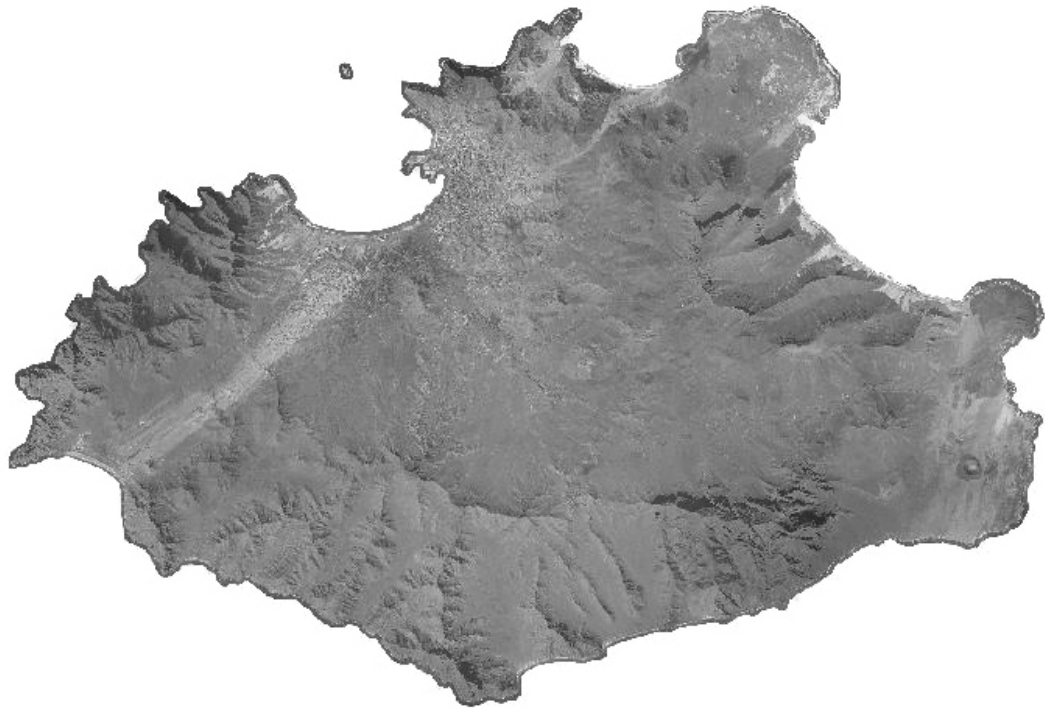
O projeto enquadra-se numa intenção real, em parte concretizada, da M_EIA (Mindelo – Escola Internacional de Arte), de ocupar o edifício popularmente conhecido por Liceu Velho. Ocupando atualmente a ala Nascente do piso superior e algumas salas no piso térreo, a escola funciona numa estrutura que não se esgota apenas nesta área. Os dois pisos da ala Poente, até há pouco tempo ocupados pela Delegação Escolar, pertencem atualmente à Universidade Pública - UNI-CV.

O presente projeto enquadra-se numa proposta de ocupação total do edifício por parte da escola - intenção de possível concretização na altura da realização da Prova Final de licenciatura, em 2009. Pretende apenas constituir-se como um projeto base, capaz de condensar uma ideia do que poderia ser essa ocupação, servindo de documento orientador de posteriores desenvolvimentos progressivamente mais fundamentados numa efetiva interação com a M_EIA e num conhecimento detalhado das condições construtivas do preexistente. Conhecimento que só será possível através de um processo de sondagens diretas que, na maior parte das vezes, só é viabilizado durante os próprios trabalhos de preparação da obra, quando a pouco e pouco se forem efetuando demolições e desmontagens dos seus elementos.

A fase de estudo da Prova Final passou fundamentalmente pela interpretação da arquitetura original do edifício existente e das diferentes transformações que o foram reconfigurando, e pela identificação dos contextos em que tal aconteceu, perspectivando o modo como, nesse quadro físico, se iria enquadrar o programa da Escola. Passa também pela possível flexibilidade dessa nova estrutura programática, sempre referenciada às limitações do próprio espaço em que se insere.

Entendeu-se ser este o enquadramento correto para uma primeira abordagem do tema e do projeto, remetendo o seu possível rigor para um campo circunscrito mas bem identificado, resistindo assim à tentação de simular um pretense aprofundamento do estudo que, por ausência de referências consistentes, se acabaria por revelar como meramente especulativo.

O tempo foi “bom conselheiro”, contribuindo para a maturação desta atitude perante o trabalho. O cruzamento com as experiências entretanto vividas no meu trabalho profissional trouxe a percepção do que representa este tipo de intervenção, dando-me a conhecer as fragilidades de qualquer projeto que, por ignorância ou pretensão, não conte com as surpresas que as redescobertas do preexistente reservam logo que o projeto se aproxima da “verdade”, ou seja, da obra. As experiências das obras em que colaborei no escritório do Arq. José Gigante, mesmo referidas a temas bem diferentes, contribuíram, de facto, para uma percepção gradualmente mais nítida desta realidade que, na interação com o projeto, traz consigo uma acentuada margem de imprevisibilidade em muitos aspectos.



São Vicente, Mindelo

Descoberta a 22 de Janeiro de 1462, a ilha de São Vicente até finais do séc. XVIII teve uma presença discreta na história do arquipélago. A falta de recursos naturais e os períodos de seca prolongada adiaram a fixação de povoações permanentes na ilha, que apesar de deserta, o abrigo do seu porto servia de escala a piratas e frotas de diversas nacionalidades que a disputavam entre si.

Em decreto de 1781, temendo a perda da soberania das ilhas até então desabitadas para outras coroas, o Governo Português mandava adoptar “todas as providências necessárias” para que se levasse a efeito o povoamento das mesmas. Apesar de um primeiro fracasso, datado no início da década de 1790, o povoamento de São Vicente tornou-se a partir de então numa ambição por parte da Coroa Portuguesa.

Após sucessivas tentativas de povoamento, foi em 1838, o Marquês de Sá da Bandeira assinou o Decreto Régio que ordenava a criação de uma povoação com o nome de Mindelo (1), com a intenção de ser transferida para ali a futura capital da província. No mesmo ano era publicado o seu plano de urbanização, de desenho rígido e ortogonal, algo utópico pela sua dimensão geral. Os custos do projeto, as dificuldades económicas, as dificuldades no transporte de materiais e o lóbi a favor da manutenção da capital em Santiago, inviabilizaram definitivamente a concretização do plano e a transferência da capital. Seria contudo por forças muito fora da influência do império colonial português que Mindelo viria a sua fundação e crescimento urbano.

Por essa altura, assistia-se ao emergir dos impérios industriais e financeiros atuais, dos quais o Inglês foi o pioneiro. A nova navegação industrial, então a vapor, colocou Mindelo na rota transatlântica para abastecimento e distribuição da sua fonte de energia – o carvão. É neste novo enquadramento que se redefine a lógica do arquipélago, com o Porto Grande do Mindelo a estar no centro das atenções.

O primeiro impulso para o seu desenvolvimento foi dado com a presença dos ingleses que aqui se instalaram a partir de 1851 para o fomento do comércio entre a Europa e as Américas, aproveitando as favoráveis condições do Porto Grande, hoje reconhecida como uma das mais belas baías do mundo. Com apenas 416 habitantes em 1850, a vila de Mindelo – cidade a partir de 1879 – rapidamente se transforma num centro cosmopolita por excelência e o mais importante centro económico do arquipélago. (2)

É na encruzilhada de barcos de várias nacionalidades que Mindelo se torna no ponto de encontro de marinheiros e comerciantes das mais variadas origens, convertendo-se na mais cosmopolita cidade de Cabo Verde. Essa presença torna marcante a vida económica, social e cultural da ilha. Ela se foi moldando a novas formas de vida, expressões, hábitos, costumes, vocábulos nesse seu contacto com o mundo exterior. A cada navio que chegava ao porto, o seu ambiente era

renovado com características vindas dos vários povos e culturas que ali se desembarcavam. É o que explica Mindelo como o centro cultural e intelectual do arquipélago, onde a permanente agitação criativa e artística caracterizou desde sempre a dinâmica da ilha, singular numa situação insular particularmente adversa.

A insularidade física de S. Vicente era amplamente ultrapassada por esse dinamismo alimentado pelo movimento do Porto Grande, que permitia aos habitantes de Mindelo um convívio permanente com gente de diferentes culturas e origens. (2)

Mindelo conhece um período áureo no desenvolvimento comercial que desencadeia um crescimento exponencial da população, devidamente acompanhado pela expansão do núcleo urbano sendo por isso o ramo da construção o único de produção existente na ilha, sustentada pela construção de edifícios públicos e particulares.

Entre 1858 e 1879 são construídos edifícios de grande envergadura, entre os quais a Alfândega, o Palacete do Governo, os Paços do Concelho, o Mercado Municipal, a Cadeia Civil, o Matadouro e Curral do Concelho e o novo Quartel com alojamentos militares, na altura edifício com um piso, entre 1859 e 1874. Apesar das obras de maior envergadura terem sido edifícios públicos, também se fizeram alguns melhoramentos a nível urbano, dos quais o calcetamento de todo o centro, a marcação de novas ruas e praças de forma a ordenar o futuro alagamento da cidade e a arborização de algumas ruas. A então vila de Mindelo fica assim em condições de ser elevada à categoria de cidade, o que aconteceu em 1879, pelo decreto régio de 14 de Abril de 1879.

Depois desse período áureo do comércio e do grande número de construções, principalmente de edifícios públicos, o Porto Grande passa por um período de grande crise no final da década de 1890, consequência das epidemias que periodicamente apareciam na cidade, e da concorrência ao abastecimento do carvão que aumentou, diminuindo a intensidade do tráfego. Só em 1894 começa a aumentar novamente o fluxo de navios ao porto, porém o tráfego de outrora jamais foi recuperado.

Em 1900, foram expressas medidas que regulamentassem as edificações do Mindelo, entre as quais a marcação das cotas dos alinhamentos dos projetos, que a altura das fachadas fosse determinada pela largura da rua e a altura mínima dos andares fixada nos 3,5 metros. Em 1908, a cidade do Mindelo conta com novos bairros. A expansão da cidade nesse período, começa a ser direcionada para áreas fora da cidade. Em 1911, foi elaborado o “Plano de Melhoramento da Cidade do Mindelo”, pela direção das obras públicas”. Os materiais de construção, regras de compartimentação interior, pinturas e tratamento das fachadas eram escolhidos como forma de garantir a salubridade dos edifícios. Assim, a cidade foi-se desenvolvendo acompanhada pela elaboração de obras públicas, que nessa altura foram essencialmente de adaptação ou remodelação de edifícios, tal como a adaptação do Quartel a Liceu e a instalação dos Correios em 1921 e construção do primeiro andar do Liceu 1927-32. As construções continuaram a ser feitas, a cidade continua a crescer, apesar das fomes de 1941-43 e de 1947-48 e do bloqueio imposto

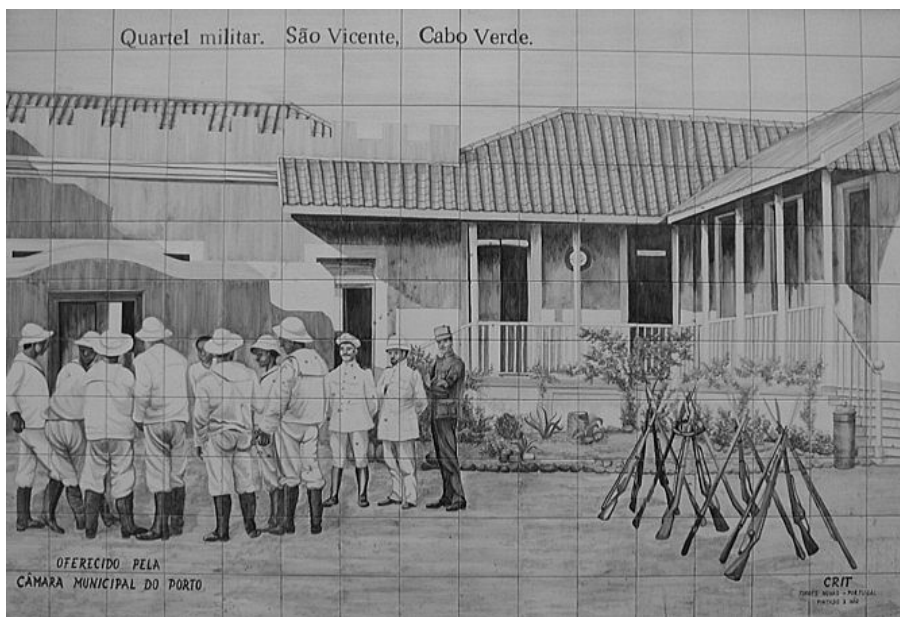
ao Mindelo pelos aliados durante a II Guerra Mundial. O desenvolvimento urbano ressentiu-se, mas não estagnou. Entre as décadas de 1940 e de 1970 o volume de construções aumentou de forma expressiva, acompanhando o crescimento da população. Os bairros existentes alargaram, prolongando a ocupação não planeada e desordenada dos espaços livres. A partir de 1957 e até final da década, com o intuito de regulamentar o desenvolvimento e ordenamento urbano do Mindelo, foram elaborados vários planos, mesmo que tenham sido poucas as zonas construídas que se basearam na orientação dos planos.

O Porto Grande deixou de ter a importância do passado, e após a independência em 1975, os ingleses abandonaram definitivamente São Vicente. Como consequência, foram desmanteladas as companhias e estaleiros, que marcaram presença em toda a baía desde meados do séc. XIX. Com a independência em 1975, houve tentativas de resolver os problemas dos antigos planos através de planos como o Plano Diretor elaborado pela direção regional de urbanismo do Ministério das obras Publicas e o plano Diretor Municipal de S. Vicente (1995). Nas décadas de 1980 e 1990 houve uma tentativa de seguimento desses planos, consolidando o tecido urbano existente, procurando a articulação do tecido urbano antigo com a sua envolvente em contínua expansão. Procura-se recuperar o centro, intervindo em alguns edifícios e espaços públicos, reorganizar a periferia e desenhar uma rede viária que ligasse os vários bairros que surgiram.

Hoje contando cerca de 70.000 habitantes, Mindelo ainda se caracteriza como um cadinho de povos e culturas em permanente simbiose e agitação criativa. (2)

(1) O nome Mindelo é uma homenagem de Sá da Bandeira ao desembarque do seu avô e do exercito liberal na praia com o mesmo nome no Norte de Portugal, o qual deu inicio à Guerra Civil.

(2) Lopes, L., *Mindelo – Cidade das artes*, 2002.



3. Pátio interior do antigo Quartel Militar, Mindelo



4. Vista panorâmica de Mindelo - no canto inferior esquerdo o antigo Quartel Militar

O Liceu Velho - Antigo Quartel Militar

Com a elevação de Mindelo à categoria de vila, no ano de 1858, começou a execução de um grande programa, decidido na altura, para a construção de edifícios públicos. O financiamento foi conseguido principalmente através do lançamento de um imposto especial para a realização dessas mesmas obras.

Assim, uma das primeiras obras públicas realizadas em Mindelo, no período entre 1859 e 1879, foi a construção do novo Quartel com alojamentos militares, no local escolhido em 1858, um pouco afastado da povoação do Mindelo. Construção que começou no segundo semestre de 1859.

(...)foi principiado em Outubro de 1859 um bom edifício de 53m de comprimento, destinado para Quartel Militar e um segundo separado do primeiro por um espaço largo com destino a aquartelamento dos oficiais.(1)

Em 1861 já se haviam concluído as paredes do alojamento e parte do Quartel, cujo edifício era compartimentado em dois corpos, separados por um espaço largo, os quais eram destinados um para os soldados (praças de pret) e outro para os oficiais. O edifício para alojamento dos oficiais ficava por trás deste, a Norte, completando o conjunto edificado.

O optimismo inicial perante o desenvolvimento do Mindelo, baseado na decisão já ultrapassada de criar no Mindelo a futura capital de Cabo Verde, talvez tenha sido exagerado. Face ao grande espaço de tempo gasto na construção de alguns dos edifícios percebe-se que houve dificuldades em cumprir o programa de edificação por falta de material, de trabalhadores qualificados e também do financiamento necessário, apesar dos rendimentos cada vez maiores do município. Assim, em 1861, registaram-se planos para utilizar a parte do Quartel destinado aos oficiais como construção para instalação do Hospital Militar, evitando a despesa da construção de um terceiro edifício. Planos que nunca foram realizados, tendo-se mantido os edifícios apenas em paredes durante muitos anos.

No ano de 1870, o Quartel ficou provisoriamente coberto. Em 1871 continuaram-se as obras com algumas ampliações, tendo sido reservado para a residência do Governador a parte do Quartel que era destinada ao alojamento dos Oficiais. Durante alguns anos ainda continuaram as obras do Quartel. Em 1873 ficou finalmente concluído, sendo na altura um prédio de rés-do-chão. Em frente do Quartel, circundado por um muro e terraplanado, encontrava-se o então chamado Largo da Parada, a praça do desfile.

Pela pouca documentação que foi possível recolher percebe-se que o edifício era formado pelo corpo principal do Quartel, imponente no conjunto, desenvolvido sobre o comprido e dobrado a Norte e a Sul por dois corpos mais curtos. A Norte, rematada em forma de L, encontrava-se ainda a então residência do Governador. No lado Nascente percebe-se então a existência de

um muro que fechava o conjunto em forma de rectângulo, constituindo um pátio interior, ao qual provavelmente foram encostados novos acrescentos. A construção era de alvenaria de pedra, com paredes divisórias de tabique.

Entretanto, as atividades continuaram no Quartel até à década de vinte, altura em que, depois da construção das instalações da tropa no Morro Branco, começaram as transformações do edifício. Em 1921 foi aprovado o orçamento para a instalação do Liceu Nacional Infante D. Henrique (criado em 1917) no chamado Quartel do Corpo da Policia e Guarnição. Pouco tempo depois, no mesmo ano, foi aprovado o projeto de “transformação do Quartel Antigo e frontispício do Liceu, a fim de se instalar a Estação Postal” e a “construção de um andar sobre o corpo central do mesmo para a Repartição superior dos Correios e Telégrafos”. Estas obras continuaram durante mais ou menos três anos e meio. Em 1924 foi anunciada a transferência da Estação Postal para sua instalação própria no novo edifício.

A parte do Liceu foi ampliada poucos anos depois. Na distribuição de fundos (Obras Públicas) para o ano económico de 1927-28 uma primeira quantia foi destinada para a construção do primeiro andar do Liceu (parte traseira do edifício). Numa portaria de Outubro de 1927 percebe-se que as obras começaram já nesse ano. No entanto só foram concluídas no fim de 1932. (2)

Com a mudança de utilização do edifício, o Largo da Parada, antes fechado ao público, foi aberto e passou a chamar-se Largo do Liceu ou Pracinha do Correio, embora a designação oficial fosse Praça do Dr. Duarte Silva. Hoje chama-se praça Zimbabwe. Em 1937, o Liceu foi extinto pelo Governo Português Salazarista, que nesse mesmo ano foi forçado a reabri-lo, adquirindo então o nome de Liceu Gil Eanes. Na década de quarenta os Correios deixaram de funcionar no edifício. Mais tarde, no início da década de cinquenta, a escola foi ampliada através de novas construções no lado Este do edifício principal. Quando, em 1968, o Liceu foi transferido para o novo edifício em Chã de Cemitério, ficando o anterior com funções de escola preparatória, com o nome de Jorge Barbosa. Em 2000, devido às deficientes condições do edifício, foi fechada a escola, tendo sido feitas obras principalmente no seu interior, transformações que resultaram no edifício tal como agora o encontramos.

Desde 2008, ocupando um dos edifícios mais notáveis da cidade enquanto património histórico do Mindelo, a M_EIA queria sobretudo preservá-lo, que é o mesmo que promover e reafirmar a identidade cultural do Mindelo.

(1) Boletim Oficial n°31 / 1873, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Relatório de obras públicas.

(2) Boletim Oficial n°48 / 1932, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Notícias dos Concelhos.

O Programa - Escola Internacional de Arte

Cabo Verde, pelas suas singularidades geográficas e antropológicas, congrega um conjunto de particularidades que lhe conferem condição privilegiada enquanto espaço laboratorial para o exercício das confrontações culturais que, no contemporâneo atravessam os desígnios profundos dos artistas.

O país tem percorrido um caminho de desenvolvimento que lhe põe questões de vária ordem, uma das quais é o papel da cultura e o que dela se espera para melhor o enquadrar nos desafios e conflitos da modernidade. A situação da arte em Cabo Verde é complexa, tanto no que respeita aos seus conteúdos educativos quanto à sua importância como meio de conhecimento e desenvolvimento das potencialidades nacionais com vista a um desenvolvimento que reverta para a boa qualidade de vida dos cabo-verdianos e para boa realização dos seus desígnios.

Várias componentes do desenvolvimento do país têm nos últimos anos conhecido significativo crescimento; na organização política do país, na economia, na educação, na saúde. Na educação embora se tenha introduzido há já alguns anos a disciplina de educação artística no sistema nacional de ensino, o país debate-se seriamente com a pertinência ou não, de uma educação e práticas artísticas no contexto do desenvolvimento global das ilhas.(...) A criação da Escola Internacional de Arte na cidade do Mindelo sustenta-se no princípio de que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente. Assim o projeto de Escola terá a cultura como pressuposto de qualidade de vida, valorização pessoal e social; como polo de desenvolvimento do turismo qualificado; como estruturante do tecido social. Dará especial atenção ao papel das indústrias culturais como motor de desenvolvimento, riqueza e emprego e promoverá a cultura artística contra a exclusão, numa perspectiva pedagógica.

Pretende-se instituir uma educação em arte que propicie o desenvolvimento do pensamento artístico, divergente, mas que caracterize um modo particular de dar sentido às experiências pessoais ou colectivas, ampliando a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Os cursos a instituir habilitarão os que buscam conhecimentos pedagógico-artísticos, preocupados em estimular a capacidade humana de criar, numa perspectiva interdisciplinar que qualifica, atualiza e integra e, adquirir instrumentos para uma maior participação com ética e cidadania, em questões sociais, políticas, artísticas e culturais do contexto em que está inserido. (...) Acresce a esta argumentação que situa este projeto no arquipélago, com sede na sua “cidade das artes”, a justeza de instalação deste projeto cultural, entendido declaradamente como de desenvolvimento, e nesse sentido, proclamador das novas e ampliadas funções da arte e da cultura, no progresso dos povos, na valorização reconhecida das suas identidades. (1)

Da leitura destes extractos, transparecem as ideias base que sustentam a criação da Escola Internacional de Arte, seu contexto e objectivos.

A “responsabilidade” da sua criação foi assumida pelo Atelier Mar. Fundado em 1979, e reconhecido como ONG em 1987, tem desenvolvido programas de formação e pesquisa para promoção e desenvolvimento das artes e ofícios em Cabo Verde. Com 35 anos de experiência nessa área de intervenção, o Atelier Mar entendeu como consequência do processo natural dos caminhos percorridos a criação da Escola Internacional de Arte, vocacionada para a oferta de formação superior, contribuindo assim para a resolução da problemática do ensino artístico no arquipélago. No ano de 2004, foi assim criada a Mindelo - Escola Internacional de Arte.

Hoje ocupa parte do edifício do Liceu Velho, espaço onde nos anos trinta um grupo de jovens intelectuais engendraram o projeto da revista literária Claridade, sintonizada com o pensamento modernista cabo-verdiano. Inserido nesta tradição modernista, o projeto da Escola Internacional de Arte propõe a recuperação desse espaço que o simboliza para ganhar corpo. O Programa que serviu de base ao projeto foi definido numa base flexível, prevendo eventuais inflexões na estruturação interna dos cursos e no conseqüente modo de apropriação dos espaços. Assim, foram delineados três núcleos programáticos que se entenderam estruturantes no funcionamento da Escola: o núcleo dos ateliers/oficinas e salas de aula, o núcleo administrativo e o núcleo dos espaços públicos/alunos.

Os cursos que se previam funcionar eram: Artes Visuais, Música, Design e Arquitetura. Em termos de programa no Núcleo espaços públicos/ alunos: Átrio/ Recepção; Auditório; Sala de Exposições; Cafeteria/Bar e Biblioteca. Quanto ao programa do Núcleo dos ateliers/oficinas e salas de aula: Atelier de Artes Digitais/ Sala de informática; Atelier de Fotografia; Atelier de Gravura/ Serigrafia/ Têxteis; Oficina de Música (aulas práticas e ensaios); Atelier Polivalente (maquetes, para pequenos trabalhos em metal e em madeira); Salas de Aula e Sala de Desenho/ Projeto. Por fim, o programa do Núcleo Administrativo: Secretaria e Administração / Direção.

O Projeto / Base de Projeto

Interpretação/ Intervenção

Do tempo temos o natural envelhecimento, o passar pelas mudanças físicas de diferentes usos ou apenas da própria evolução dos mesmos usos. Da memória temos as vivências de todos quantos usufruíram do lugar, impregnando-o de uma espiritualidade única, insubstituível nos bons e nos maus momentos. Um edifício não é apenas um edifício. (1)

A configuração atual do Liceu Velho resulta fundamentalmente das transformações e ampliações ao edifício do antigo Quartel Militar – incluindo os alojamentos - em finais da década de vinte, início da década de trinta do século passado. Nessa altura, o edifício do Quartel Militar – correspondente ao corpo principal a Poente – foi substancialmente transformado. O piso térreo foi adaptado para a instalação da Estação Postal, e sobre ele foi elevado um novo corpo central, mais curto, para a Repartição dos Correios e Telégrafos. Os espaços térreos assumem uma configuração simétrica, segundo um eixo que passa pelo corredor que liga ao pátio, onde é criada uma escada de acesso ao piso superior. A introdução de uma estrutura em arcos nos dois espaços centrais, correspondentes ao novo volume, remontará a esta altura, embora hoje se mantenha original somente a do espaço a Sul. Os espaços no extremo deste corpo eram cobertos em telha, com quatro águas, tendo-se mantido assim até a década de noventa (altura em que frequentei, como estudante, a então escola preparatória).

Também foi reconfigurado o alçado principal do edifício, mantendo até hoje intacta a mesma imponência, enquadrada pela praça frontal ao edifício. No piso superior, os espaços mantêm ainda a mesma configuração, salvo pequenas alterações, preservando ainda as paredes de tabique que compartimentam os espaços, servidos por um corredor longitudinal, os tectos em estuque e uma estreita escada de acesso ao sótão. Este último, um amplo espaço moldado pelo desvão da cobertura, pavimentado a soalho, encontra-se agora desaproveitado.

Do lado Norte e Nascente, absorvendo os antigos alojamentos – que penso terem correspondido às três salas mais elevadas que desenham o canto – construiu-se o corpo destinado ao Liceu propriamente dito, em dois pisos. Com a configuração que tem atualmente, constituído por várias salas mais pequenas servidas por uma galeria/corredor virada para o pátio interior do edifício, este corpo possui ainda um acesso independente que liga os dois pisos.

A Sul do conjunto foi construído o volume que remata o anterior, estrutura do igualmente em dois pisos e fazendo também parte do Liceu. Aqui encontra-se um amplo espaço no piso superior e, no piso térreo, alguns espaços que foram sendo compartimentados ao longo dos tempos na medida das adaptações que se foram fazendo a partir de então. Ainda deste lado, dois volumes mais baixos completam o conjunto edifica do que, no seu interior, encerra um pátio, estruturante para o seu próprio funcionamento.

Sem uma demarcação clara (identificável de forma isolada) daquilo que foi o antigo Quartel

Militar e respectivos alojamentos (dos espaços e do seu funcionamentos), a leitura que se faz hoje do conjunto edificado resulta fundamentalmente das modificações efectuadas nestas duas décadas. Aproveitando e ampliando estas instalações, efetuaram-se transformações significativas na leitura do conjunto primário, reconfigurando-o no edifício que é hoje. Apesar das várias apropriações que foi tendo depois deste período, as transformações não se revelaram significativas nessa configuração.

Assim, o edifício resulta hoje numa sobreposição dessa leitura temporal, que, na minha leitura, surge demarcada por quatro momentos: o corpo principal a Poente do conjunto, o corpo em L que fecha a ala Norte e Nascente, e mais dois corpos a Sul. O pátio resulta como elemento unificador no qual participam cada um destes corpos, permitindo a cada um deles um uso independente e/ou integrado.

A apropriação do programa proposto vai de encontro a esta demarcação, por sectores, tornando claramente identificável o uso de cada um deles. Considerando a dimensão dos seus espaços, proponho que o corpo principal se constitua como o núcleo de espaços públicos/alunos, podendo funcionar ao mesmo tempo para a escola ou numa perspectiva mais virada para o público. Aqui funcionará, no piso térreo, um auditório, um espaço de exposição que serve também de átrio do auditório, um espaço de recepção onde se resolve a ligação vertical com os outros pisos, e ainda um bar/cafetaria. Os dois espaços centrais funcionam também como espaços de transição, estabelecendo a comunicação entre o exterior e o pátio interior, e permitindo também o percurso entre todos os espaços aqui integrados. A sala de exposição ocupa o espaço onde ainda se preserva a estrutura original de arcos que suportam o piso superior porquanto, do lado oposto, a estrutura terá sido refeita mais tarde (seguindo o princípio de simetria do desenho deste corpo). Pelo que proponho a demolição desta última e conseqüente reconstrução da laje, integrando o vão da futura escada de ligação entre os pisos, bem como o elevador. O bar apropria-se de um pequeno espaço de apoio no contacto com o corpo a Norte, onde se organiza uma pequena cozinha e um arrumo, acessíveis através do pátio. O auditório, com capacidade para 90 pessoas, será apoiado pelo espaço de exposição, podendo este funcionar como um núcleo independente.

No que se refere ao piso superior proponho uma reconfiguração do espaço existente. A meu ver, o espaço oferece uma potencialidade desaproveitada pela sua atual condição. A excessiva compartimentação dos espaços, distribuídos ao longo de um corredor longitudinal, condiciona a sua apropriação. Assim, proponho a demolição das paredes interiores, criando um amplo espaço onde funcionara a biblioteca. O único elemento estrutural neste espaço será o volume de ligação entre os pisos, estrategicamente posicionado de modo a criar um espaço de distribuição a Norte que liga ao terraço exterior e ao resto dos outros

espaços neste piso, através da galeria/corredor. O espaço ganha assim flexibilidade no seu uso, permitindo a organização dos vários espaços de leitura e restantes espaços necessários sem um claro comprometimento estrutural. Uma solução baseada numa compartimentação com o

simples recurso a estantes, permitirá definir do lado Sul uma sala de apoio à biblioteca.

O sótão, desaproveitado até agora, constituiu uma surpresa enquanto território de projeto, assumindo-se como área adequada para o enquadramento de uma sala polivalente. A demolição das paredes do piso inferior, obrigando a repensar a sua estrutura, abriu caminho para a possibilidade de refazer a sua laje de pavimento a uma cota mais baixa, de modo a ganhar pé direito. De modo a compensar a deficiente iluminação do espaço introduziram-se ainda uma série de claraboias, orientadas de forma a evitar a incidência direta do sol. Assim se reconfigurou e revitalizou um espaço que poderá funcionar tanto enquadrado num programa mais público como vocacionado para área de prolongamento de determinadas aulas. Sendo admissível que possa mesmo funcionar como oficina de música, desde que se garanta o necessário isolamento sonoro relativamente ao piso inferior e o próprio tratamento acústico do espaço.

Outra alteração também significativa neste corpo tem a ver com a resolução das acessibilidades. Aliás, este foi um tema recorrente em todo o edifício. A demolição das escadas existentes no corredor de ligação ao pátio, descongestionando a área de articulação, abriu também caminho à introdução, no espaço de recepção, de uma nova escada e de um possível elevador, resolvendo de modo mais fluido a articulação entre todos os pisos do edifício.

A introdução deste tipo de programa neste corpo permite assim a flexibilidade da sua apropriação, podendo funcionar de forma independente para o público ou para a escola, com uma gestão espaço a espaço, permitindo cruzar estas duas vontades, fazendo a escola participar da cidade e vice-versa.

No que se refere ao corpo que fecha as alas Norte e Nascente do edifício, construído quando da instalação do Liceu, aproveitou a aptidão própria dos espaços para distribuir o programa das salas de aulas e ateliers. No seu piso térreo ficarão os ateliers, ocupando as cinco salas disponíveis: atelier de artes digitais, atelier de gravura/serigrafia/têxteis, atelier de fotografia (com um espaço de arrumo por baixo do patamar da escada) e dois ateliers polivalentes que poderão também funcionar como salas de aula, dependendo da própria flexibilidade da escola. A opção de os colocar neste piso prende-se com os equipamentos a eles afectos e com o facto de se poder fazer uma apropriação mais direta do pátio, também entendido como potencial espaço de experimentação, prolongamento das áreas de atelier.

No piso 1 encontram-se as salas de aula e um pequeno espaço para instalações sanitárias, ligados por uma galeria/corredor coberto. Esta permite ainda a articulação de todo este piso do edifício, ligando o terraço do corpo principal à sala de desenho no extremo sul do conjunto. Aqui, os espaços mantêm a sua configuração atual, à exceção das instalações sanitárias, agora existentes no piso térreo, que passam a ser localizadas no piso superior. Redesenha-se ainda o acesso às três salas de pavimento sobrelevado no piso 0, introduzindo uma rampa e um murete baixo de proteção ao volume existente. Esta ala possui a sua própria autonomia, conferida pela ligação entre os dois pisos, articulada com o pátio, podendo assim funcionar também de forma

independente.

No corpo principal, a Sul, funcionará no piso 1 a grande sala de desenho/projeto, um dos principais espaços do edifício, que completa em termos de programa os espaços destinados a aulas.

No piso 0, propõe-se a demolição de algumas paredes divisórias, definindo três espaços principais, que funcionam de forma independente, em cotas diferentes: a sala de direção/administração, à cota dos ateliers; um núcleo onde se centram todas as instalações sanitárias todas deste piso, articulado com o pátio; e o espaço da secretaria, ligeiramente abaixo da cota do pátio, onde se introduz um mezanino, aproveitando o elevador pé-direito. Agrupam-se assim neste nível as áreas de serviço e a administração.

A grande alteração proposta, e que acrescenta uma nova leitura na imagem exterior do edifício, é a introdução de um novo volume entre o corpo principal a Poente e o corpo a Sul, substituindo dois volumes mais baixos existentes entre estes. A decisão de demolir tais volumes prende-se com duas questões: primeiro, com o seu perfil incaracterístico na configuração do conjunto, tanto no que se refere à sua volumetria como ao desenho das suas fachadas; segundo, com a ideia de trabalhar uma nova entrada, independente do volume principal, capaz de criar a possibilidade de explorar uma nova imagem para o edifício, tocando embora tão-somente num pequeno segmento, o mais frágil, da sua atual envolvente. A demolição deste volume intercalar, arquitetonicamente desqualificado, permite tornar independente a leitura dos dois volumes principais adjacentes, contribuindo para a clarificação da identidade de cada uma, por essa mesma via, do edifício no seu todo. A introdução de um elemento neutro, uniforme e sem aberturas demarcadas concorre para a consolidação deste desígnio.

Implantado na cota mais baixa (a cota da secretaria), com as dimensões aproximadas do existente, mas com uma materialidade diferente, o novo volume faz a transição entre o pátio e a rua e ainda destes como espaço da secretaria. Redesenha um novo enquadramento com a Av. Fernando Ferreira Fortes, criando uma nova relação do edifício com o exterior. Assumindo-se como espaço de transição, aqui também se propõe para seu uso um espaço de exposições temporárias. Um volume construído com ripados de madeira que, filtrando a incidência solar no seu espaço interior, permita uma transparência entre o pátio e a rua, chamando a cidade a também participar do edifício.

O pátio é o que se poderia considerar o quinto momento do conjunto, estruturante para o seu funcionamento, determinante para a consumação da razão de ser da sua arquitetura. Sendo um espaço com dinâmica própria, onde o edifício participa no seu todo, nele se consubstancia a unidade do conjunto. Nele se propõe a introdução de um elemento estrado/palco, desmontável, à sombra da grande árvore que aqui se encontra. Um elemento que resolve por um lado a articulação de nível do corpo principal (através da recepção) com o corpo das aulas, servindo por outro lado de palco apropriável pelo pátio ou de prolongamento exterior do bar.

Neste trabalho foi confluindo a reflexão sobre muitos dos temas com que fui sendo confrontado durante este período da minha formação, enquadrado no escritório do arquiteto José Gigante. Temas que foram girando em torno da intervenção sobre o existente, sobre a pertinência das ideias que geram a sua transformação, sobre as inflexões do próprio processo de projeto e os cruzamentos entre os trabalhos inerentes à sequência dos vários tempos de experimentação.

Entre estas reflexões sobressai a permanente descoberta sobre a identidade arquitectónica do existente, sobre o modo como é reinterpretado em função de um programa, sobre o sentido da transformação que o projeto veicula.

Nada do que fazemos está desligado da nossa vida e, por consequência, deste ofício, o de projetar, que me tem acompanhado desde que iniciei o curso de Arquitetura. Tudo, a espaços, na medida do seu próprio devir, foi contaminando a minha maneira de pensar e assim se viu reflectido no projeto da Escola de Artes, lenta mas persistentemente desenvolvido em paralelo com estes primeiros tempos de prática profissional.

A obra - Faseamento

Propõe-se, neste momento de reflexão, um possível faseamento da obra.

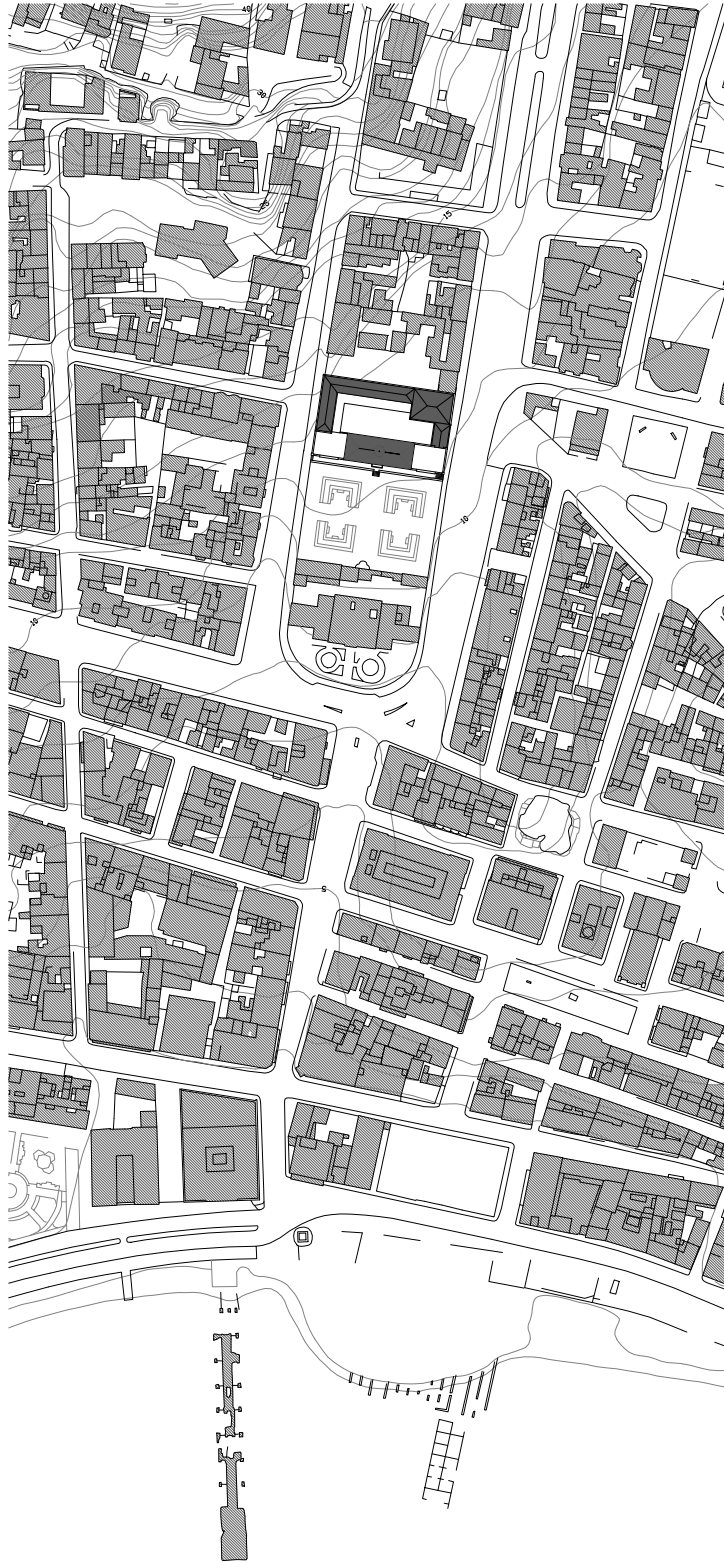
Adequado à própria distribuição do programa, feita por sectores, a obra poderá ser executada de forma a permitir o funcionamento da escola em simultâneo. Esta adequação permitirá ainda uma possível gestão dos custos da obra em função da disponibilidade (financeira) ou não da Escola em poder cumprir a prazos a sua execução.

Assim, numa primeira fase, seria prioritária a recuperação dos espaços de aulas, correspondentes ao corpo em L, e, se possível ao mesmo tempo, os de serviço e de administração, correspondentes ao corpo principal a Sul. Altura em que seria necessário providenciar para uma gestão dos espaços do corpo principal a Poente de modo a integrar provisoriamente este programa.

Após a conclusão das obras da primeira fase e início do funcionamento dos espaços nela incluídos, passar-se-ia num segundo tempo às intervenções no corpo a Poente.

Aqui, envolver-se-ia um maior volume de obra, com a desmontagem das paredes e da laje de cobertura do primeiro piso e demolição da estrutura existente no espaço de recepção, e ainda a construção das duas novas lajes e da escada de articulação entre os três pisos. Uma intervenção que, para adequada rentabilização da obra, deverá ser executada de modo integral.

Finalmente, a terceira fase da intervenção seria a demolição dos dois volumes mais baixos a Sul, e construção do novo corpo de entrada da Escola, uma estrutura simples, montada com base em estrutura e ripados de madeira, mediando a tensão entre o pátio e a rua.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO



Do projeto à obra - da obra ao projeto

Este é o tipo de projeto que, para se aprofundar e consolidar, carece urgentemente do contacto com a obra.

Se o quisermos desenvolver um pouco mais, nomeadamente no que toca ao detalhe e à especificação dos processos construtivos, necessitaríamos de um contacto muito próximo com o edifício existente, relendo-o insistentemente a cada passo da maturação dos pressupostos

da ideia da sua transformação. O que se afigura impossível ou, pelo menos, de difícil compatibilização com a vontade de permanecer ligado, durante este período de três anos, ao trabalho profissional, uma experiência de incontornável interesse para a minha formação e cuja intensidade operacional se tem revelado motivo dissuasor de ausências minimamente prolongadas para a satisfação de tais desígnios.

Assim sendo, o propósito de desenvolvimento detalhado do projeto foi-se esbatendo face à oportunidade, bem mais estimulante, de cruzar experiências e testar a abertura possível da aproximação ao contacto com a(s) obra(s) do gabinete.

Deliberada e conscientemente afastada tal hipótese de um trabalho decampo, adivinhava-se também que a mesma se poderia eventualmente revelar insuficiente face à impossibilidade de investigar o edifício nos seus aspectos mais concretos, o que normalmente só se torna viável no decorrer do próprio processo de obra, quando se procede a desmontagens, demolições e sondagens. Uma intuição que foi ganhando sentido face às próprias experiências que ia perfazendo no atelier, à medida que se ia adensando o meu contacto com as obras de reconversão de edifícios a que estive ligado.

Resta-nos, assim, esperar que o estudo elaborado possa ganhar e conjunto da própria M_EIA, que desde o início me entusiasmou para desenvolver o trabalho, e que, de algum modo, possa ser total ou parcialmente aproveitado para, no mínimo, servir de base propositiva para o diálogo com as entidades passíveis de promoverem e/ou financiarem a tão desejada reabilitação do Liceu Velho.

Lá estarei, certamente disponível, atento às possíveis aberturas, para que a partir da obra possa regressar ao projeto e neste depositar os futuros reconhecimentos da realidade capazes de estimularem a sua releitura no âmbito de um quadro concreto, social e economicamente viável – e assim se transformar em facto arquitectónico, ou seja, espaço culturalmente vivo.

Situação atual

A perspectiva do Liceu Velho vir a ser cedido na sua totalidade ao M_EIA, não se concretizou. Os espaços anteriormente usados pelo Ministério de Educação e Instituto Pedagógico, foram recentemente cedidos à Universidade de Cabo Verde. Sem perspectiva de uma reabilitação de fundo, o edifício do Liceu Velho encontra-se em avançado estado de degradação.

No entanto, Liceu Velho é apenas um, entre muitos exemplos de abandono no centro de Mindelo – este mesmo centro histórico foi classificado como Património Histórico Cultural e Nacional em 2012, o que reflete a ausência de políticas públicas profundas no âmbito de preservação e reabilitação do património histórico edificado.



5. Alçado principal do edifício do Liceu Velho



6. Vista do Alçado Sul



7. Vista do pátio interior



8. Vista do pátio a partir da galeria do primeiro piso

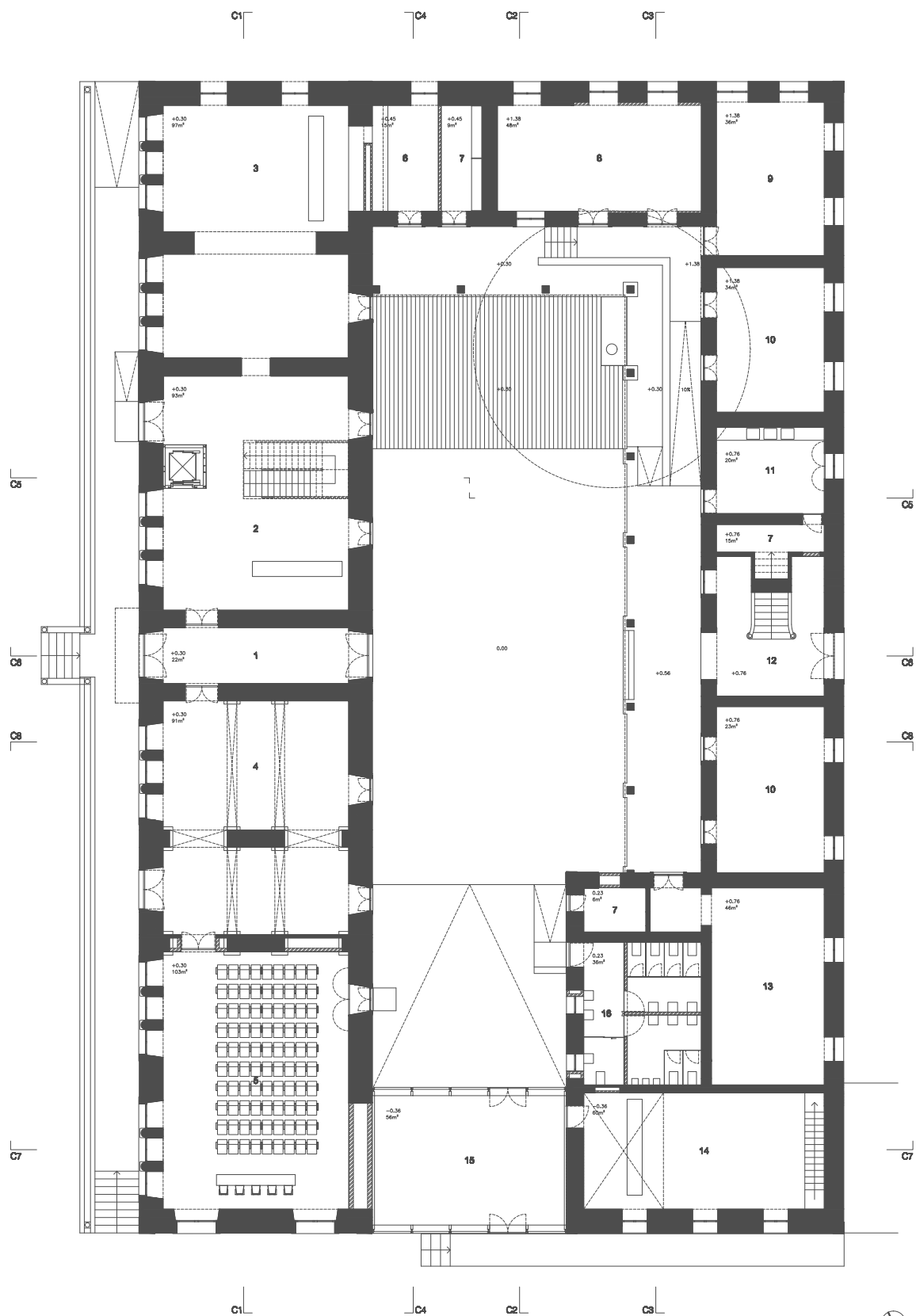


9. Vista da galeria do primeiro piso



PLANTA DO EXISTENTE - PISO 0

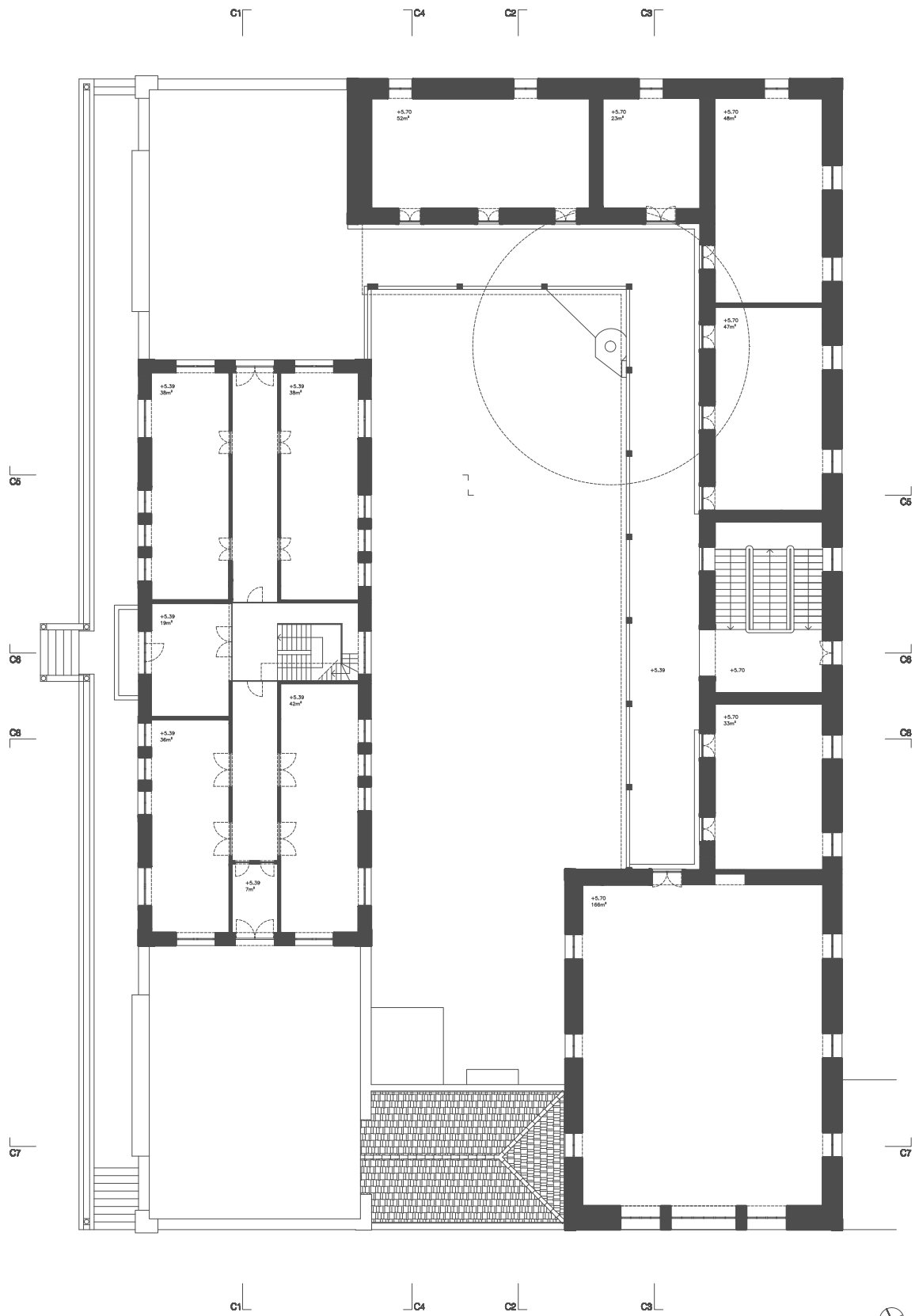




PLANTA DO PISO 0 - PROPOSTA

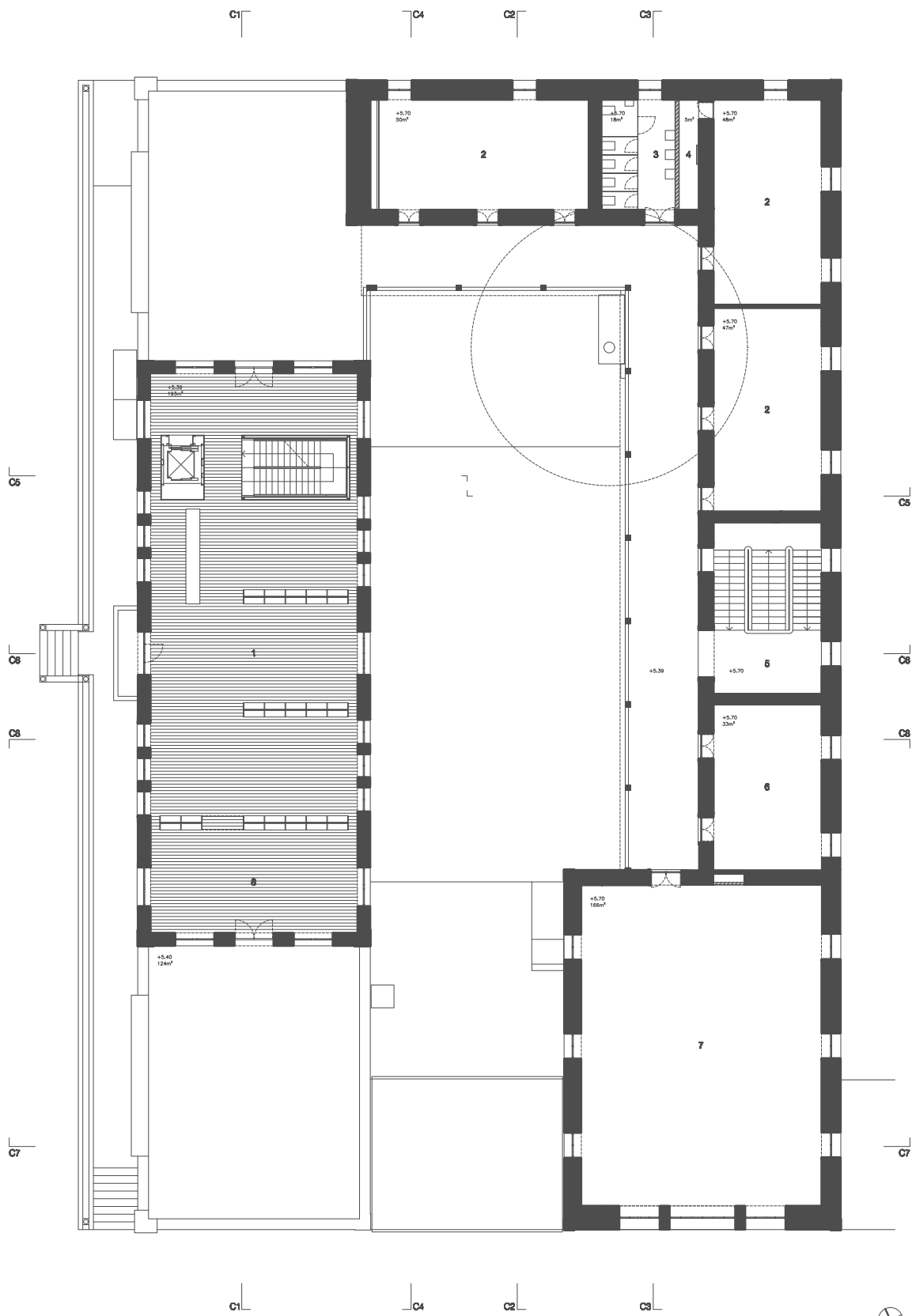


1-ENTRADA 2-RECEPÇÃO/DISTRIBUIÇÃO 3-BAR/CAFETERIA 4-SALA DE EXPOSIÇÃO 5-AUDITORIO 6-COZINHA 7-ARRUMO 8-ATELIER DE ARTES DIGITAIS 9-ATELIER DE GRAVURA/SERI GRAFIA/TÊXTEIS 10-ATELIER POLIVALENTE 11-ATELIER DE FOTOGRAFIA 12-DISTRIBUIÇÃO 13-ADMINISTRAÇÃO/DIREÇÃO 14-SECRETARIA 15-EXPOSIÇÕES TEMPORARIAS 16-SANITARIOS



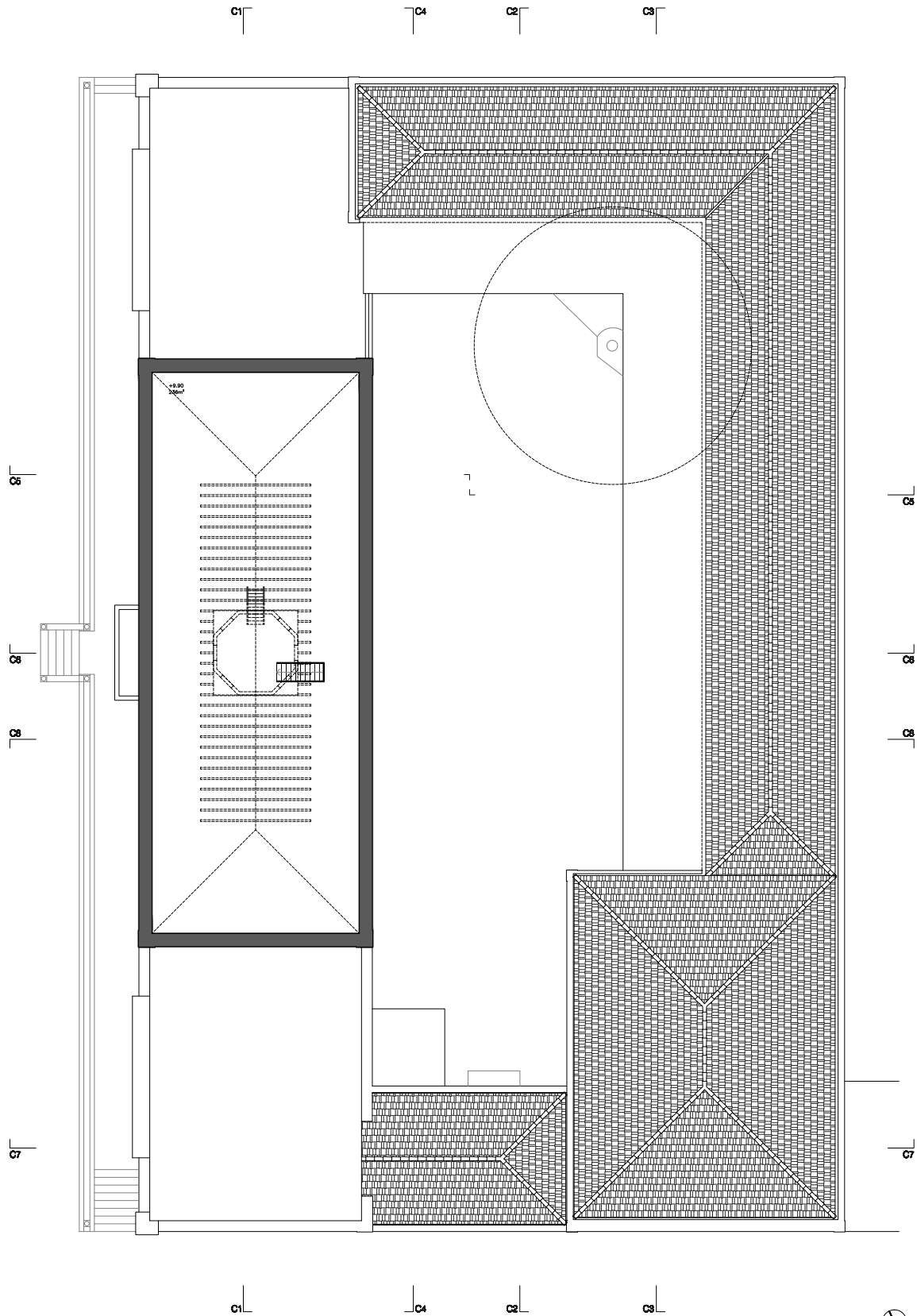
PLANTA DO EXISTENTE - PISO 1





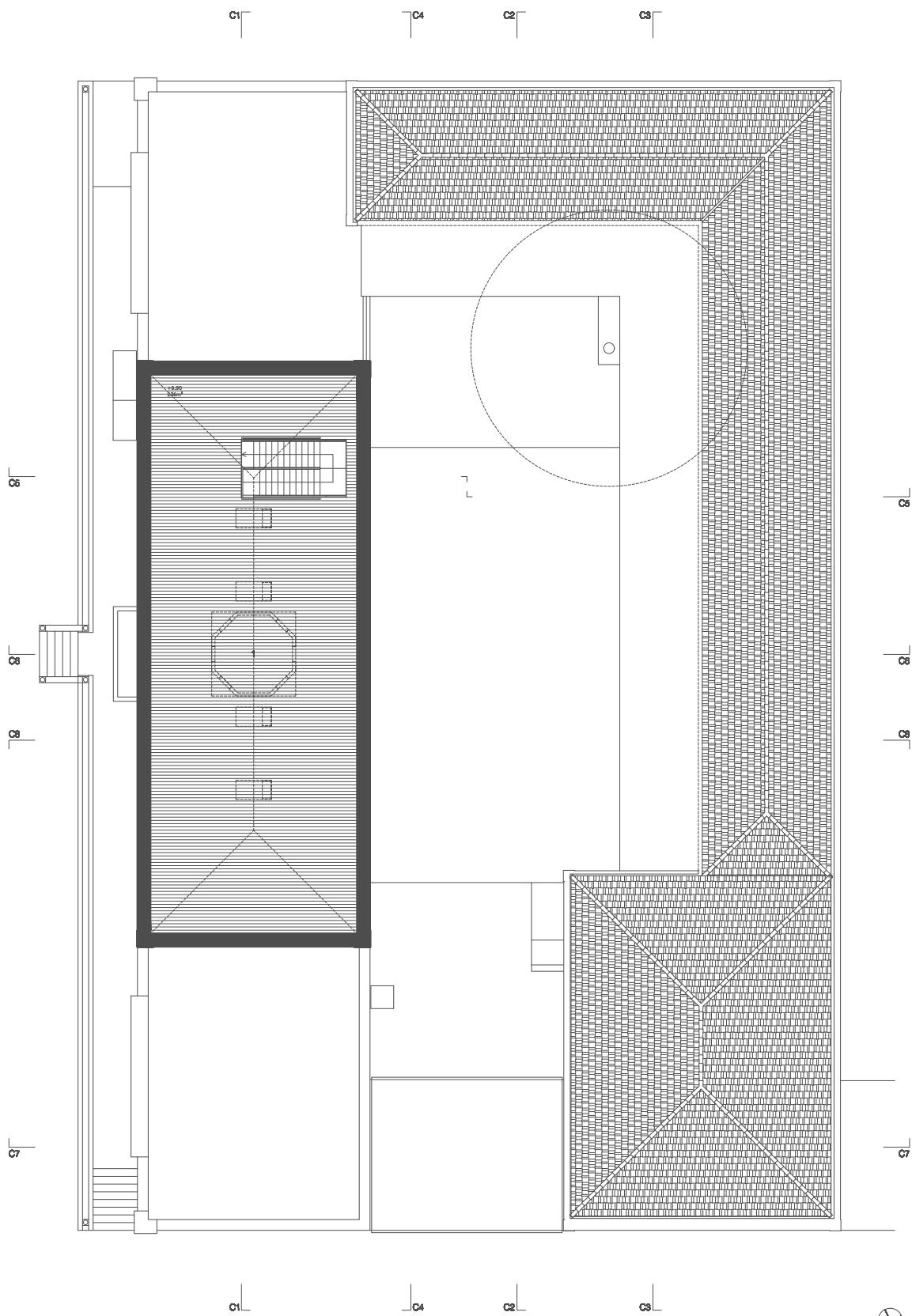
PLANTA DO PISO 1 - PROPOSTA

1-BIBLIOTECA 2-SALA DE AULA 3-SANITARIOS 4-ARRUMO 5-DISTRIBUIÇÃO 6-SALA DE APOIO 7-SALA DE DESENHO/PROJECTO 8-SALA DE APOIO DA BIBLIOTECA



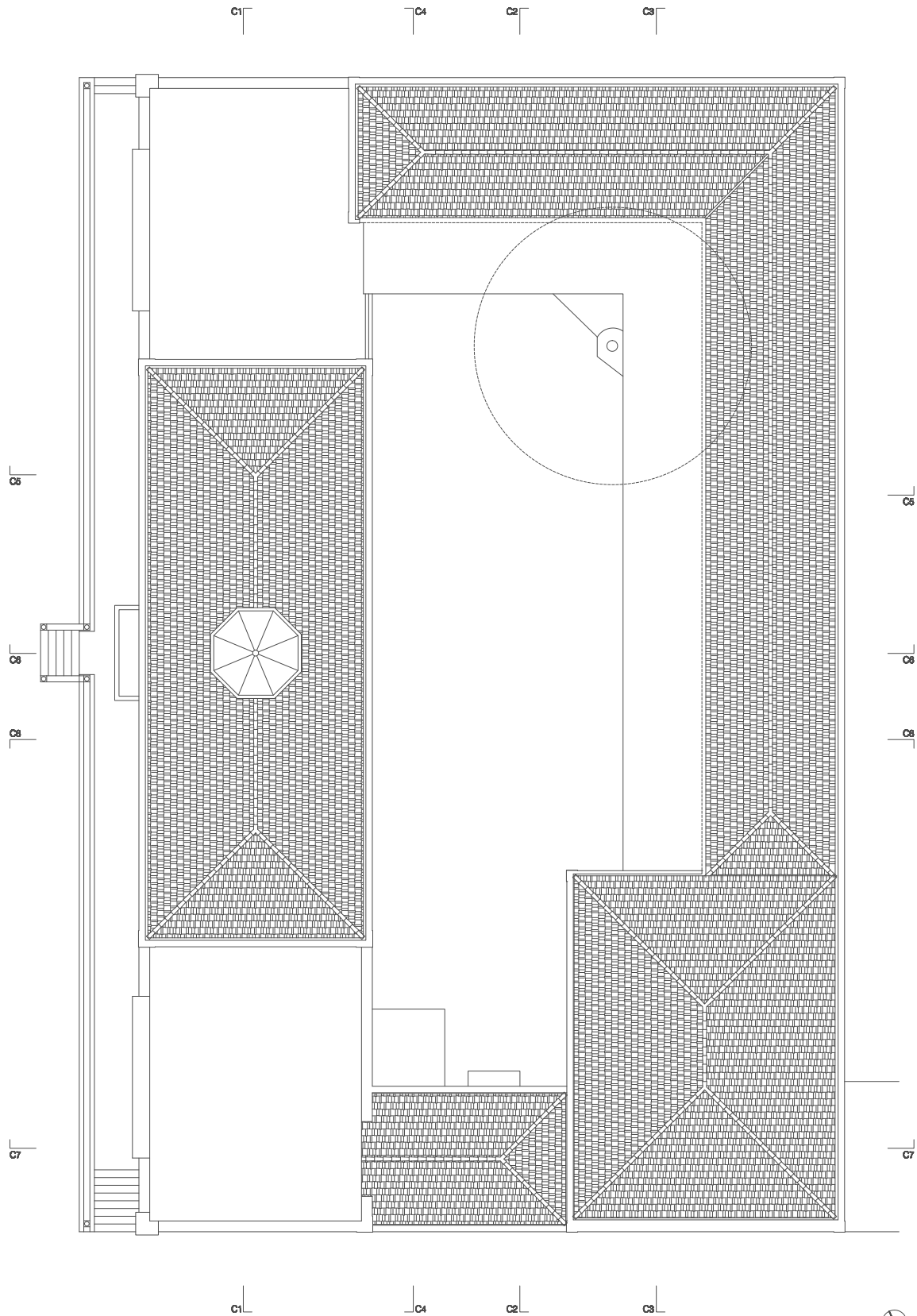
PLANTA DO EXISTENTE - PISO 2





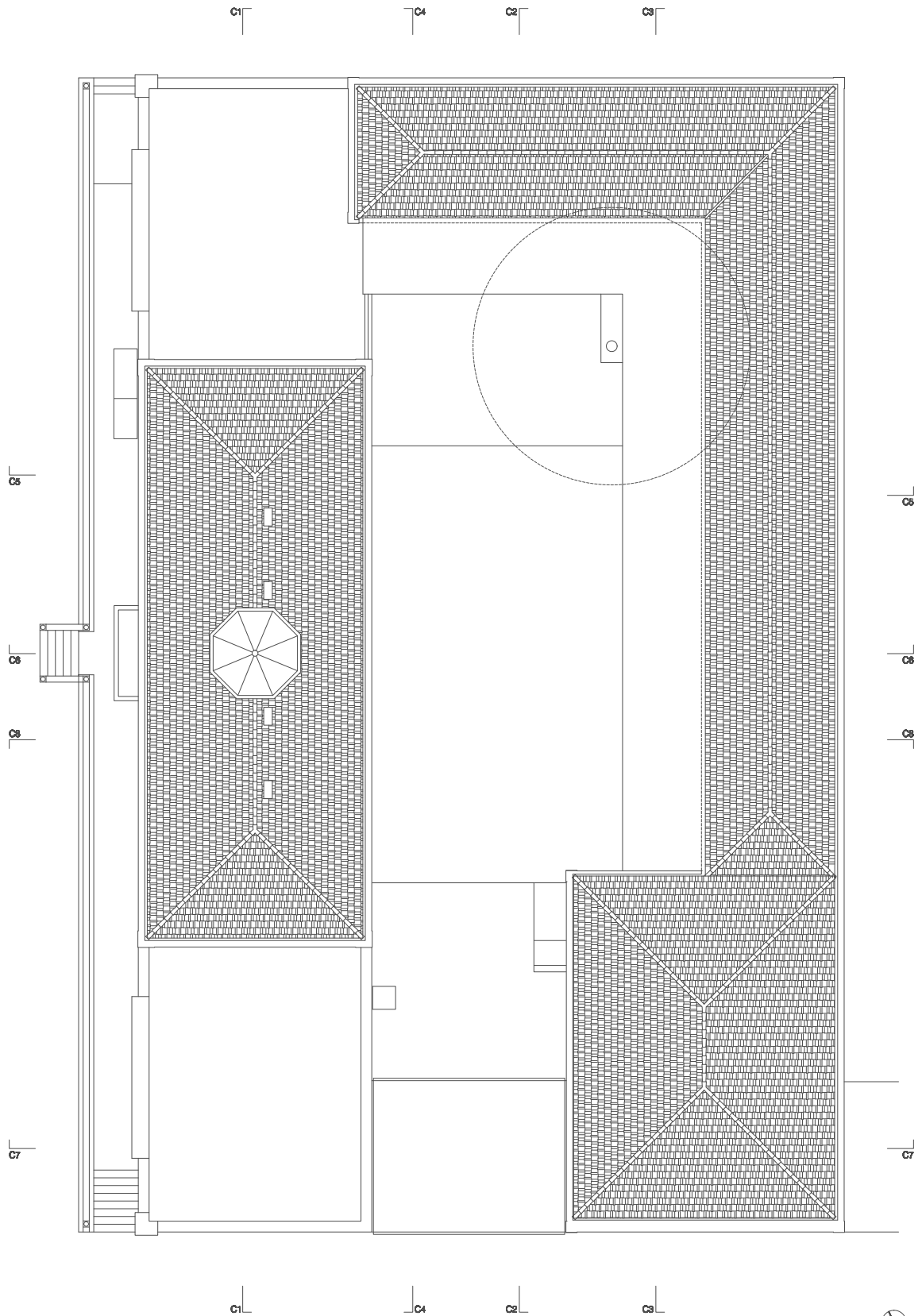
PLANTA DO PISO 2 - PROPOSTA

1-ESPAÇO POLIVALENTE/OFICINA DE MÚSICA



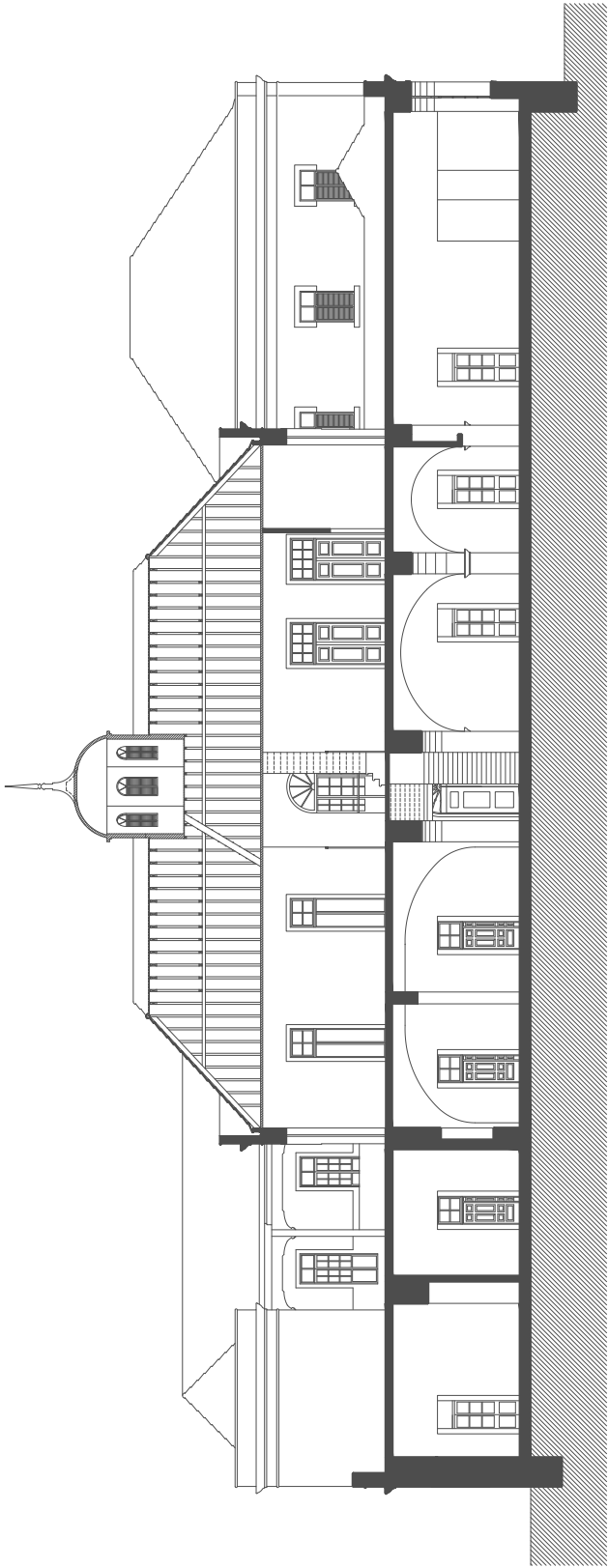
PLANTA DO EXISTENTE - COBERTURA



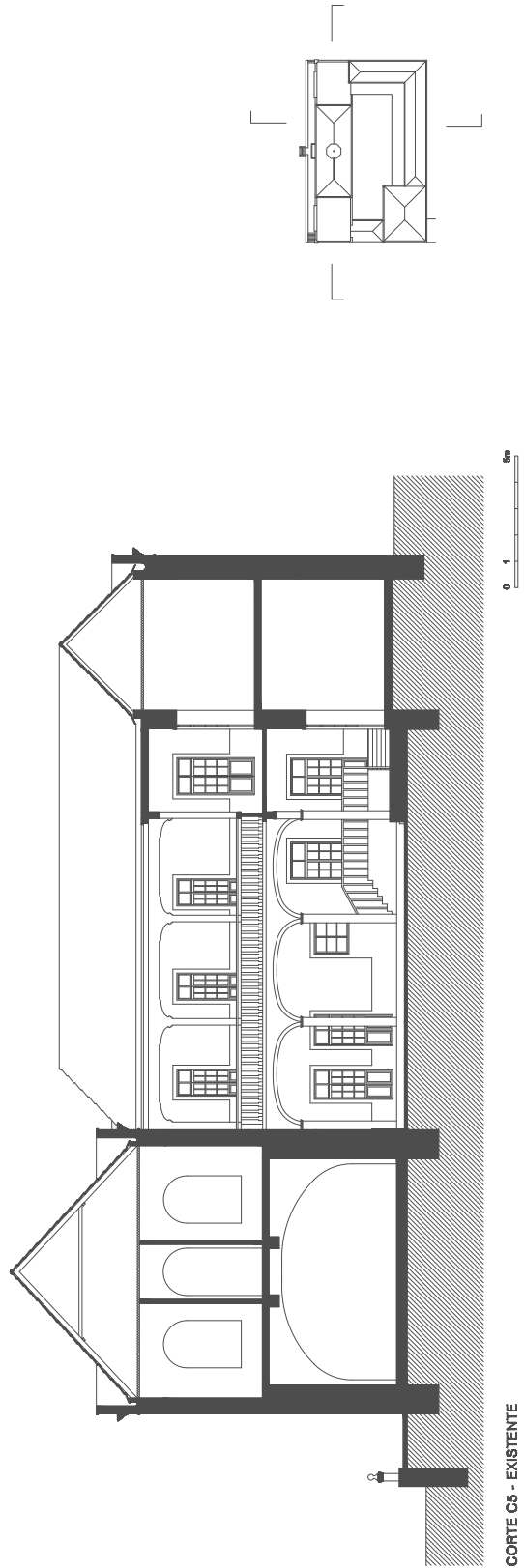


PLANTA DA COBERTURA - PROPOSTA

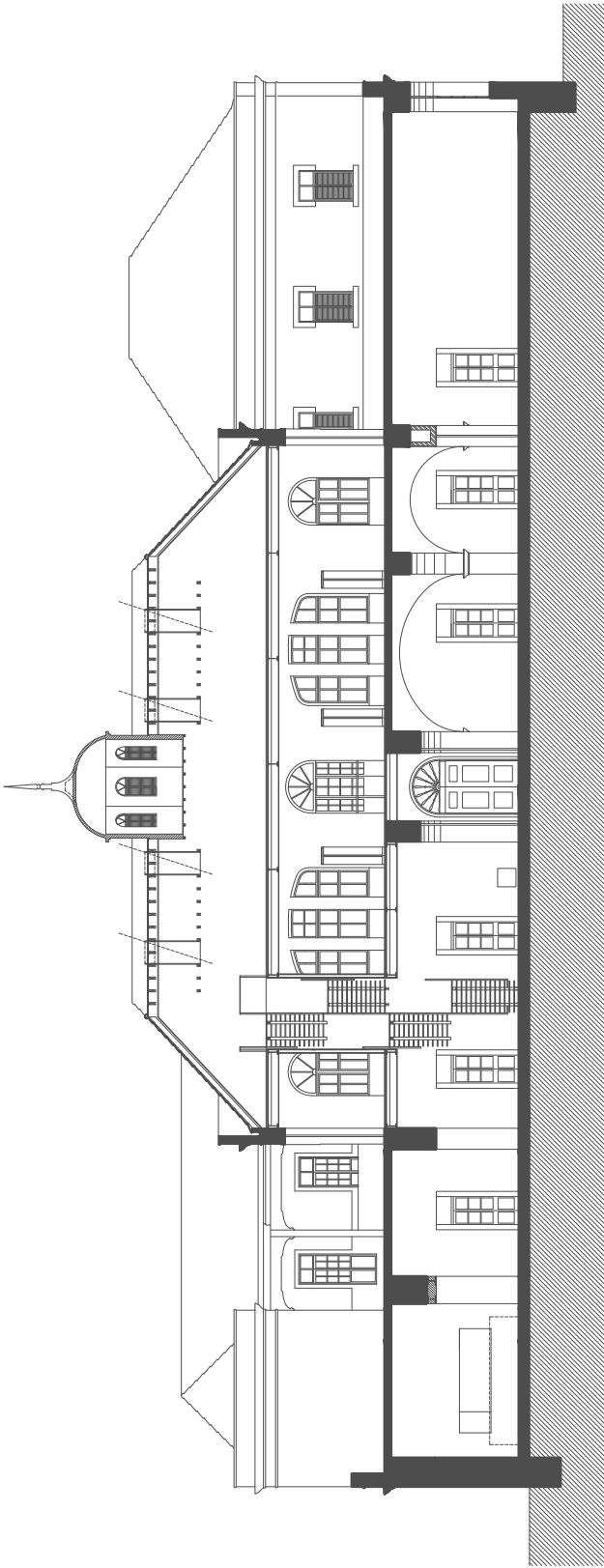




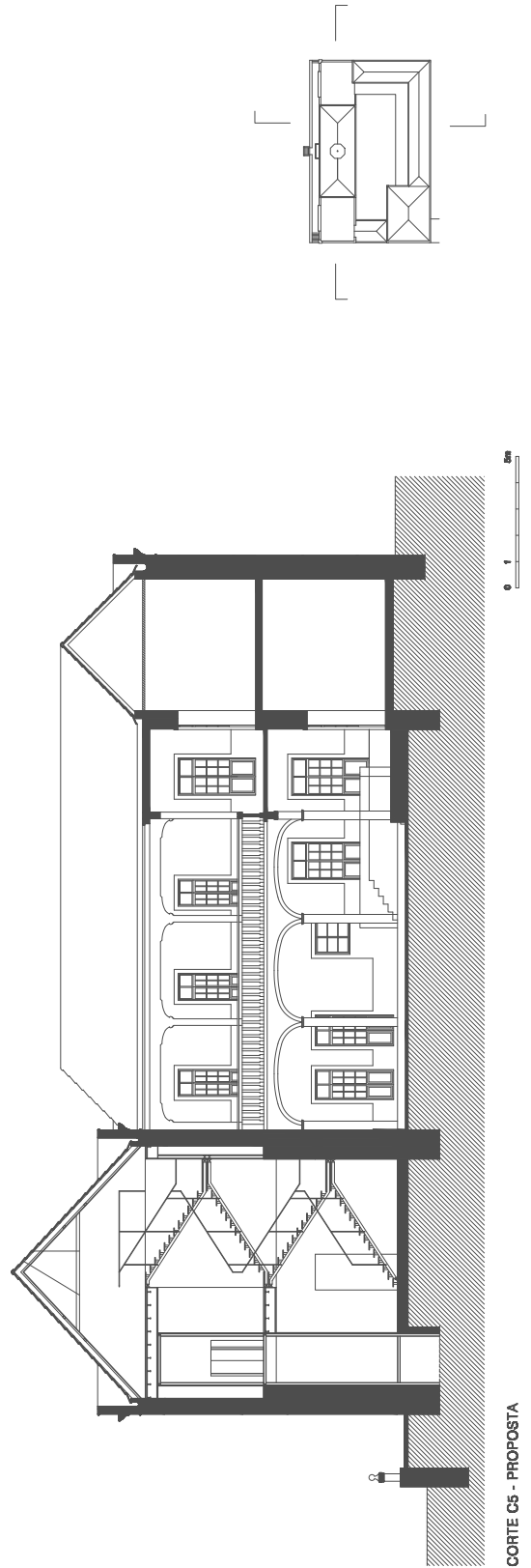
CORTE C1 - EXISTENTE



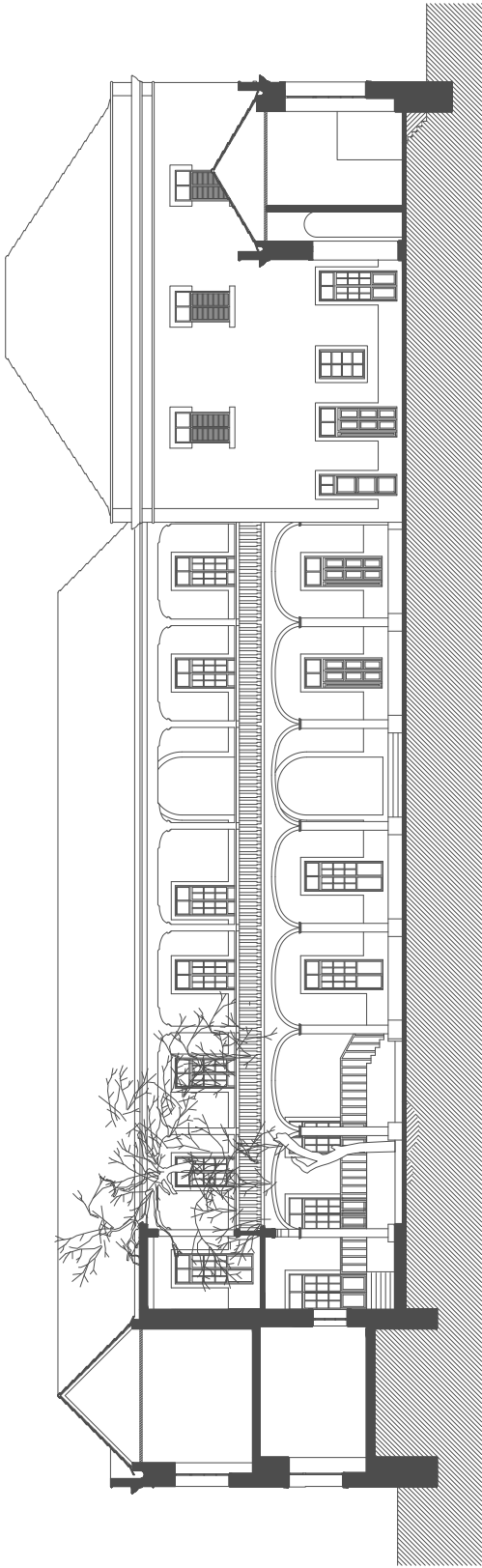
CORTE C5 - EXISTENTE



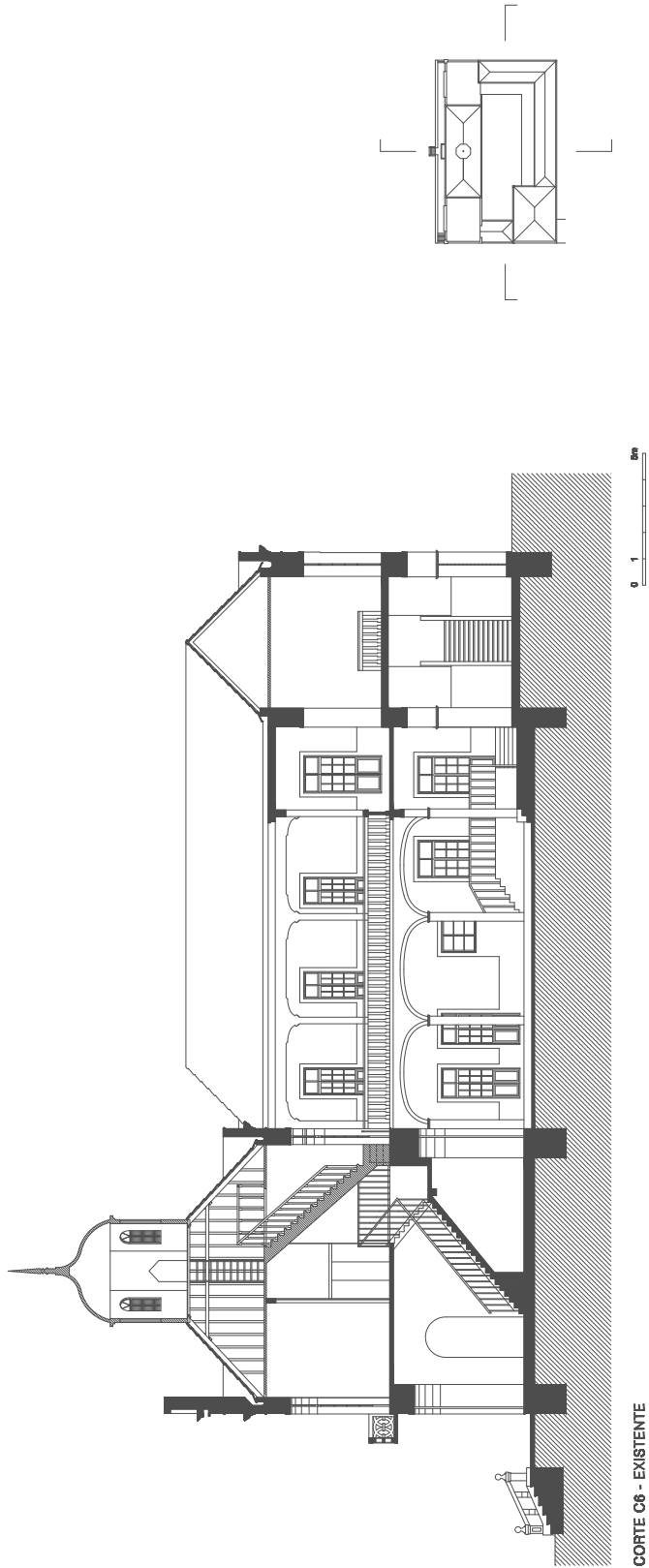
CORTE C1 - PROPOSTA



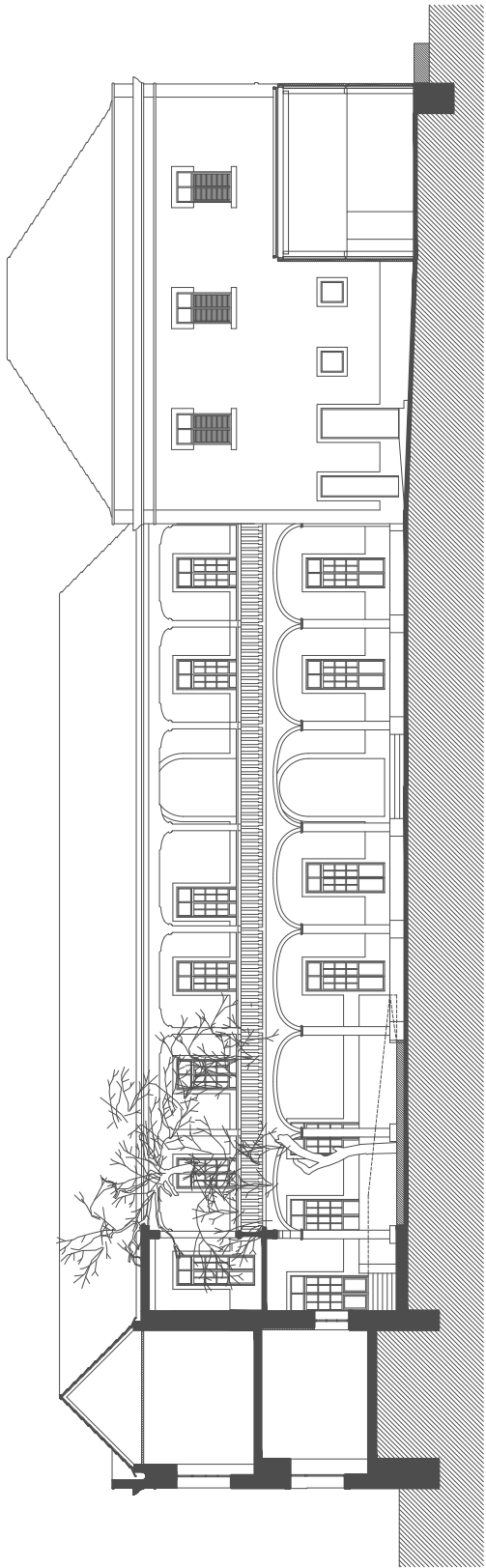
CORTE C5 - PROPOSTA



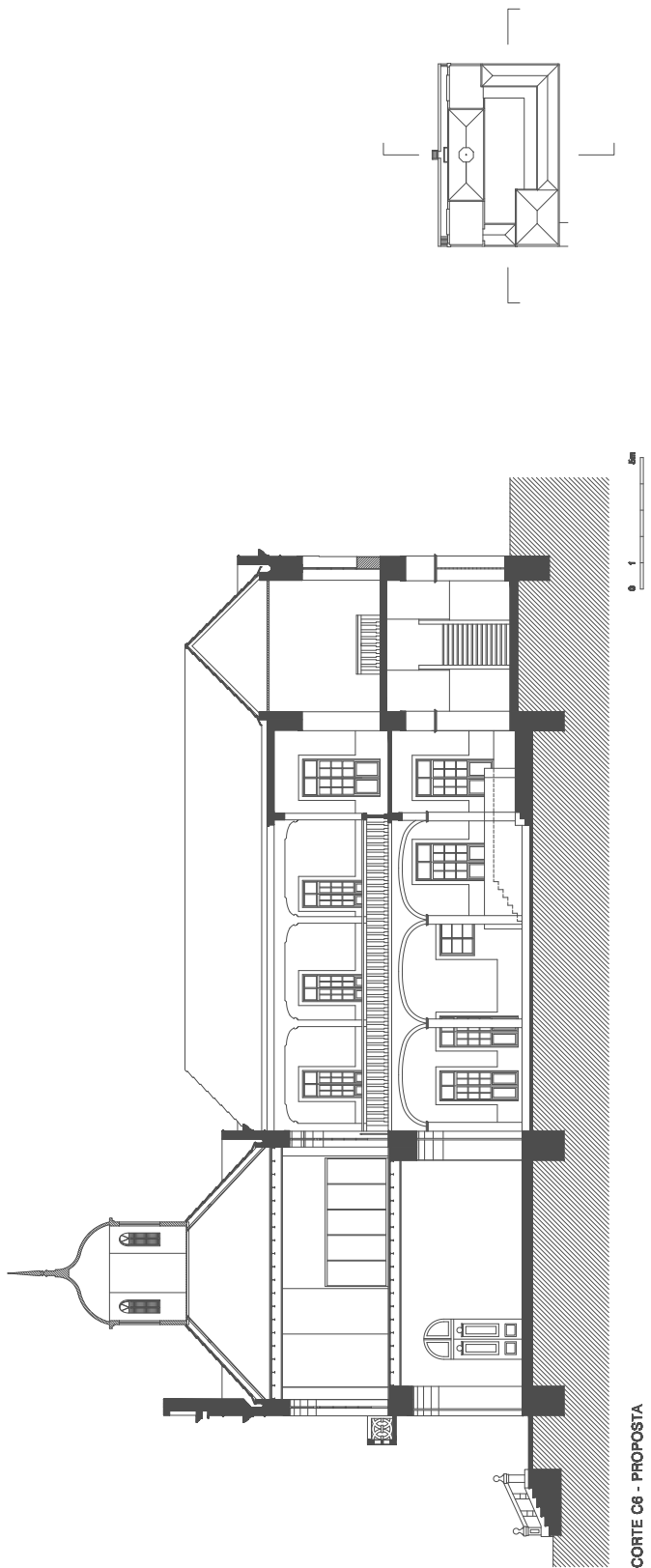
CORTE C2 - EXISTENTE



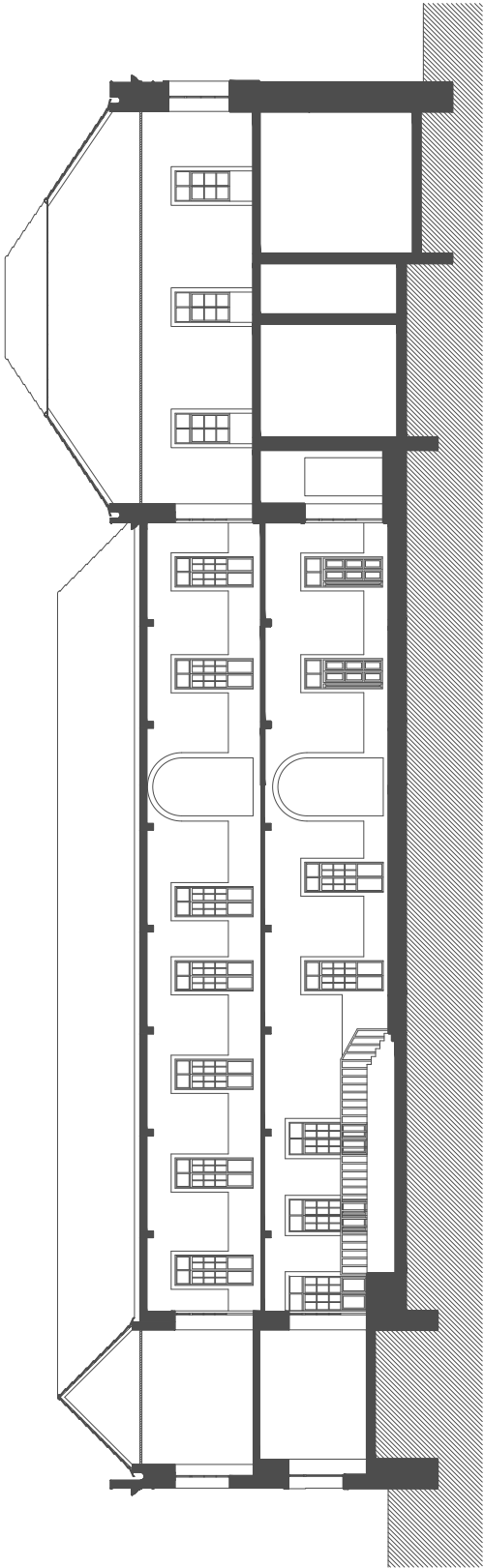
CORTE C6 - EXISTENTE



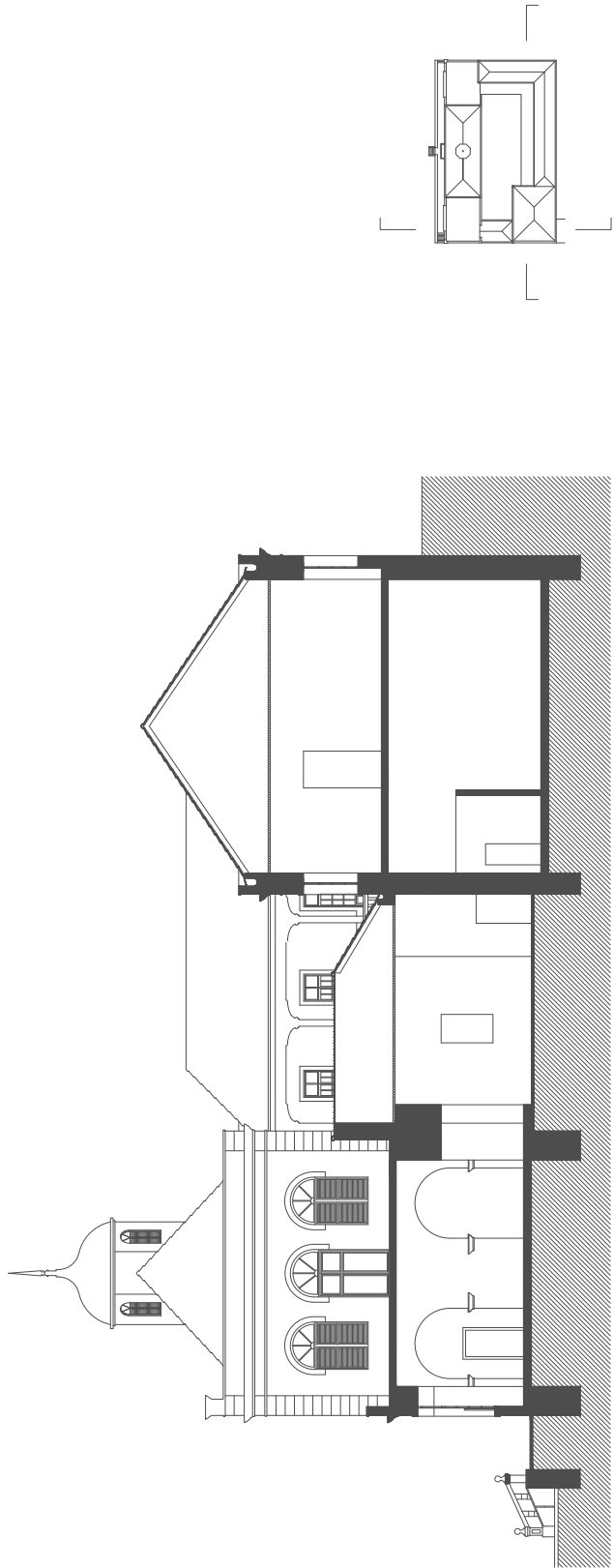
CORTE C2 - PROPOSTA



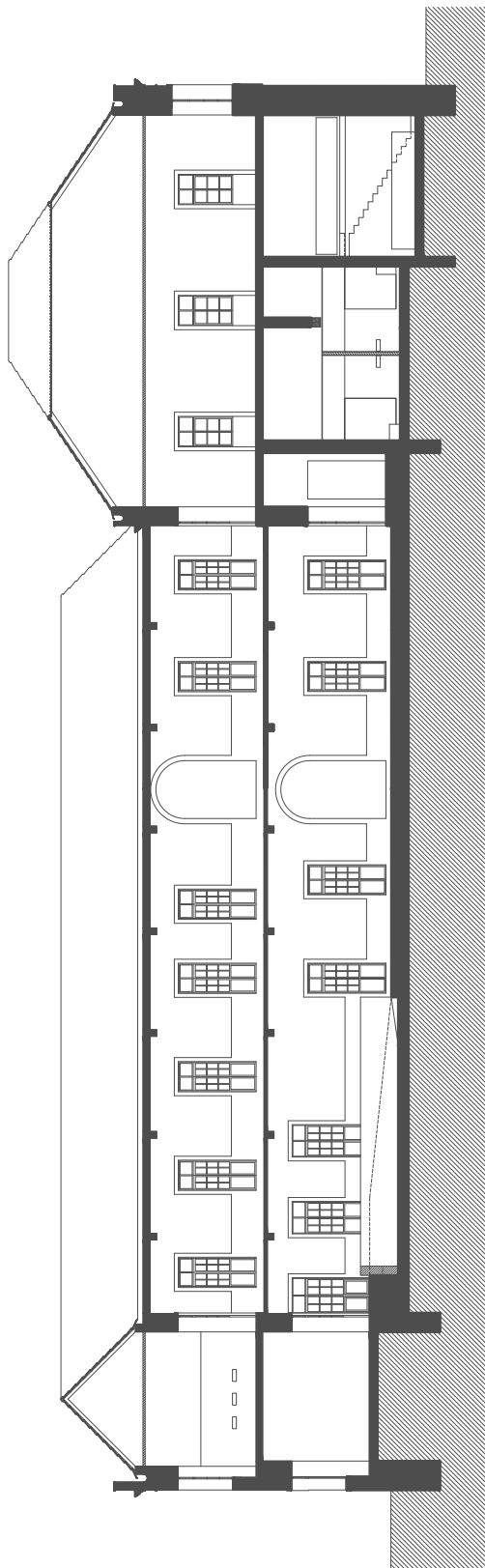
CORTE C6 - PROPOSTA



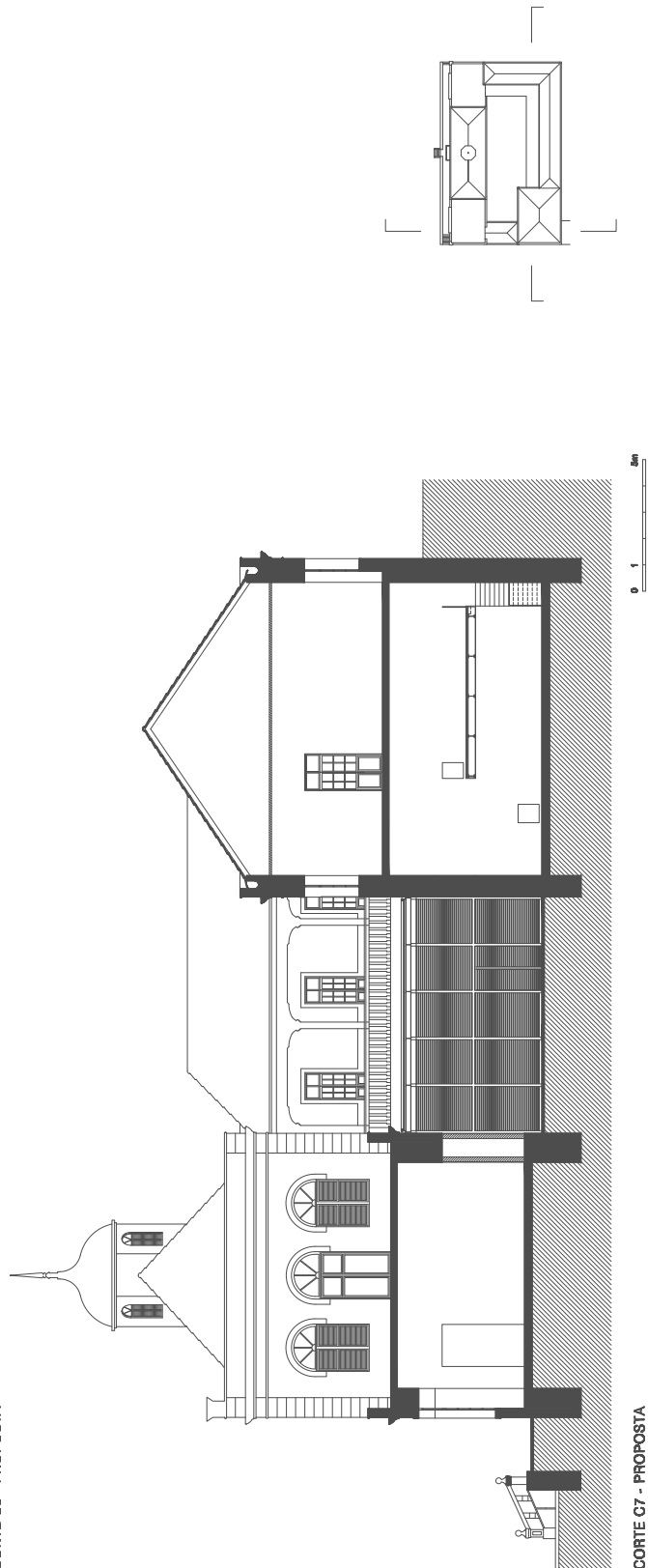
CORTE C6 - EXISTENTE



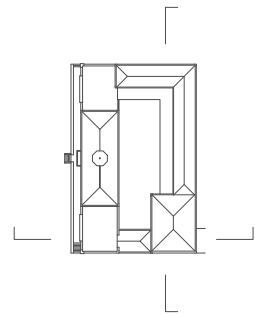
CORTE C7 - EXISTENTE

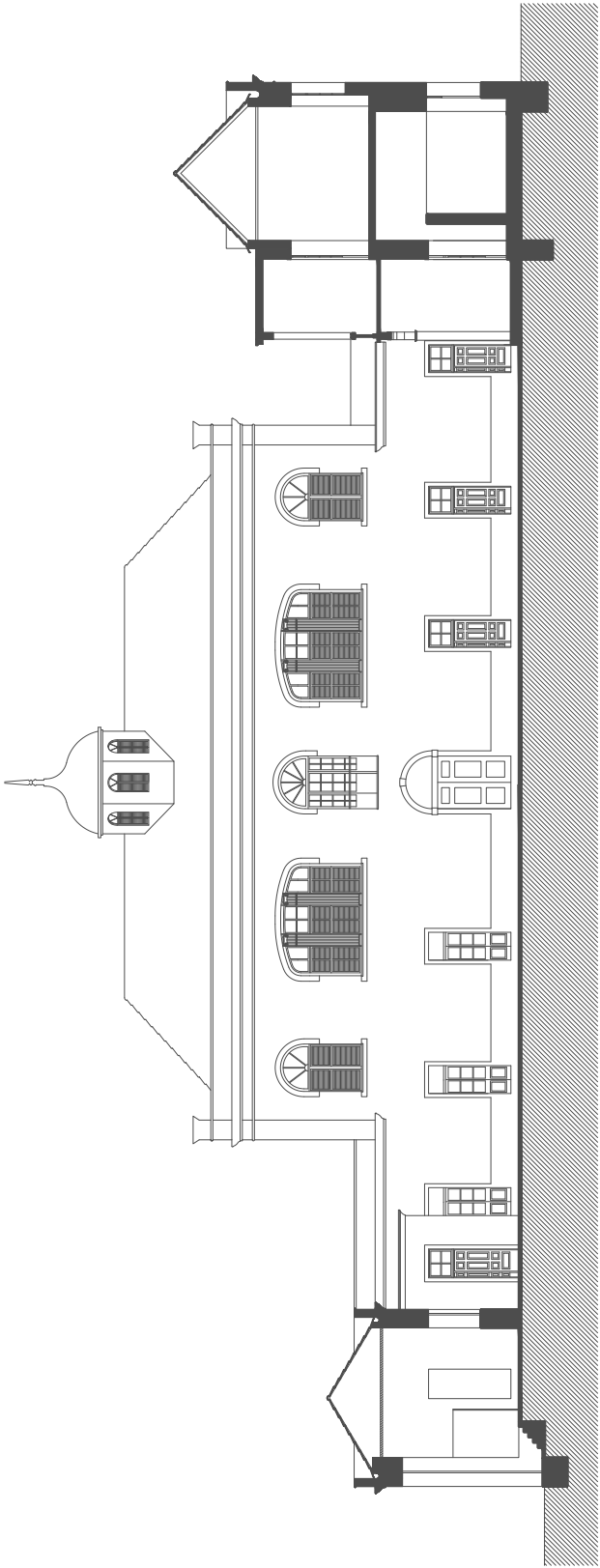


CORTE C3 - PROPOSTA

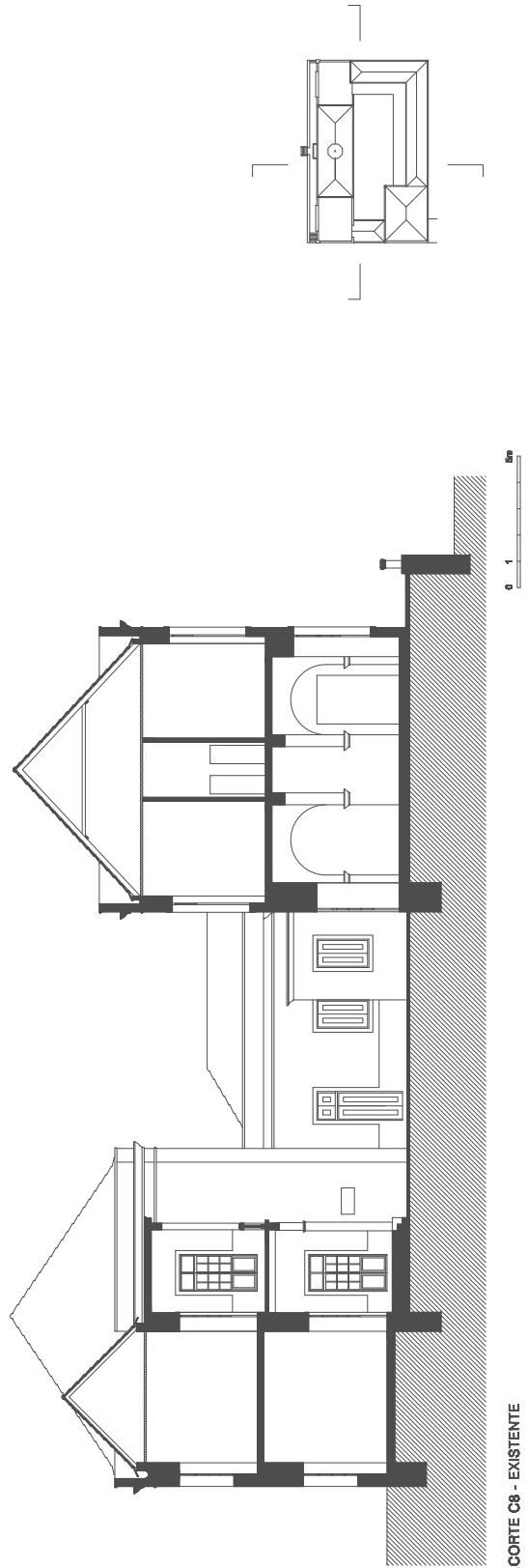


CORTE C7 - PROPOSTA

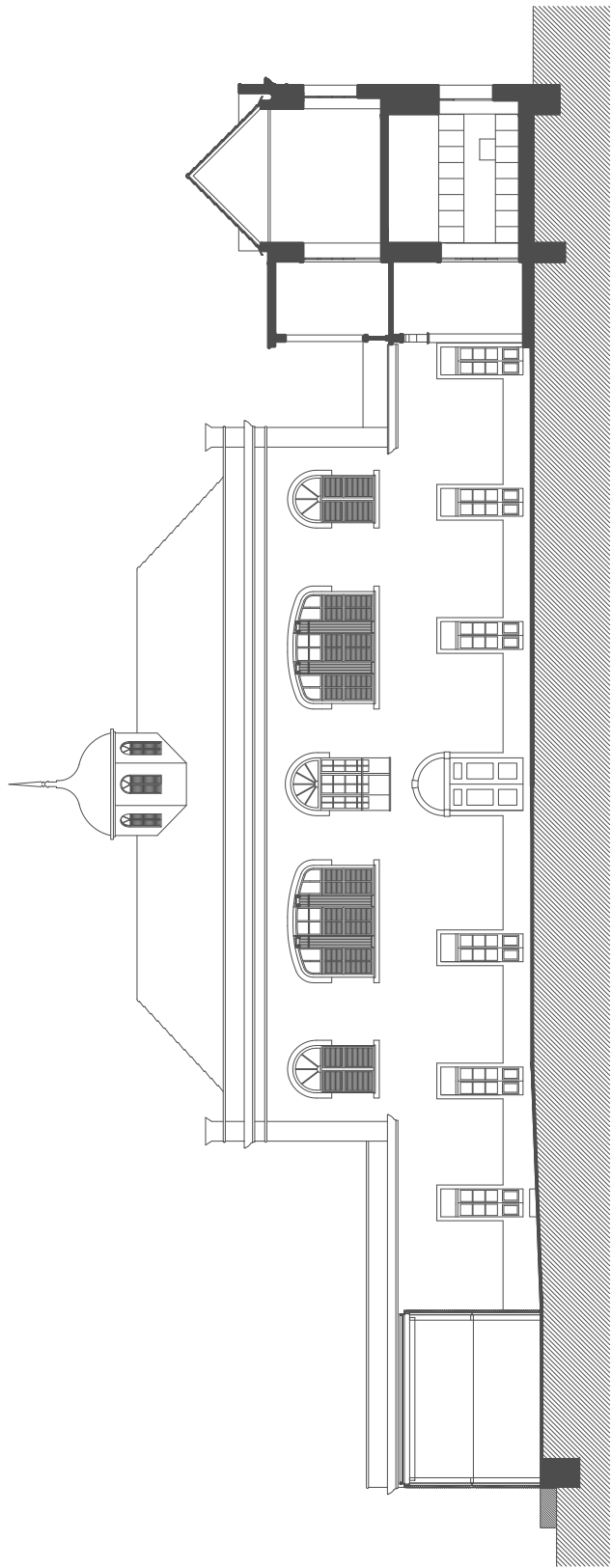




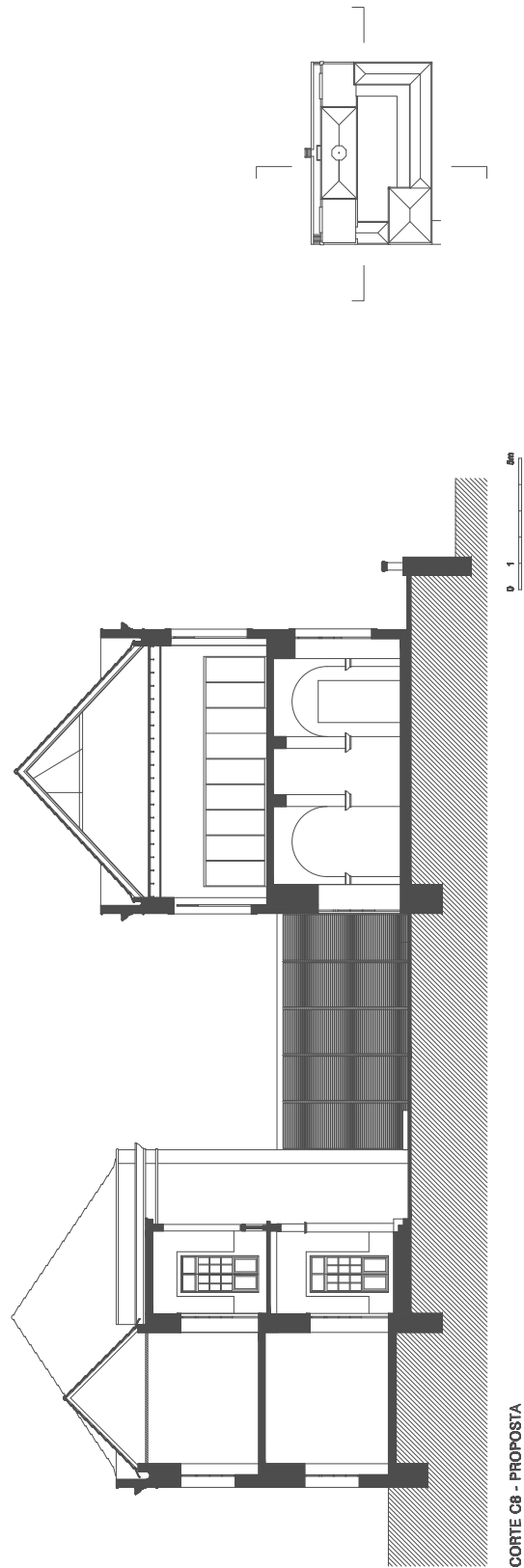
CORTE C4 - EXISTENTE



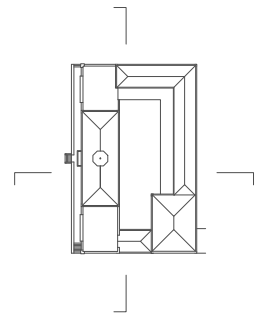
CORTE C8 - EXISTENTE

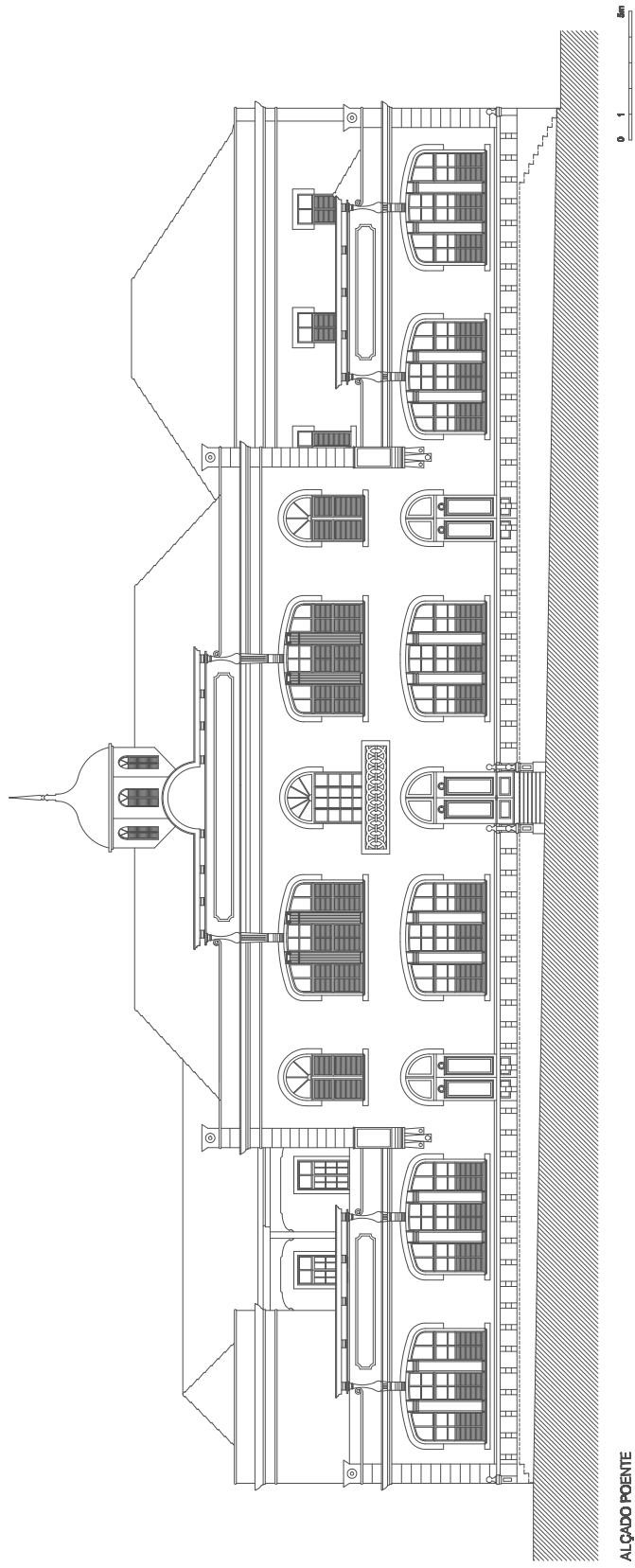


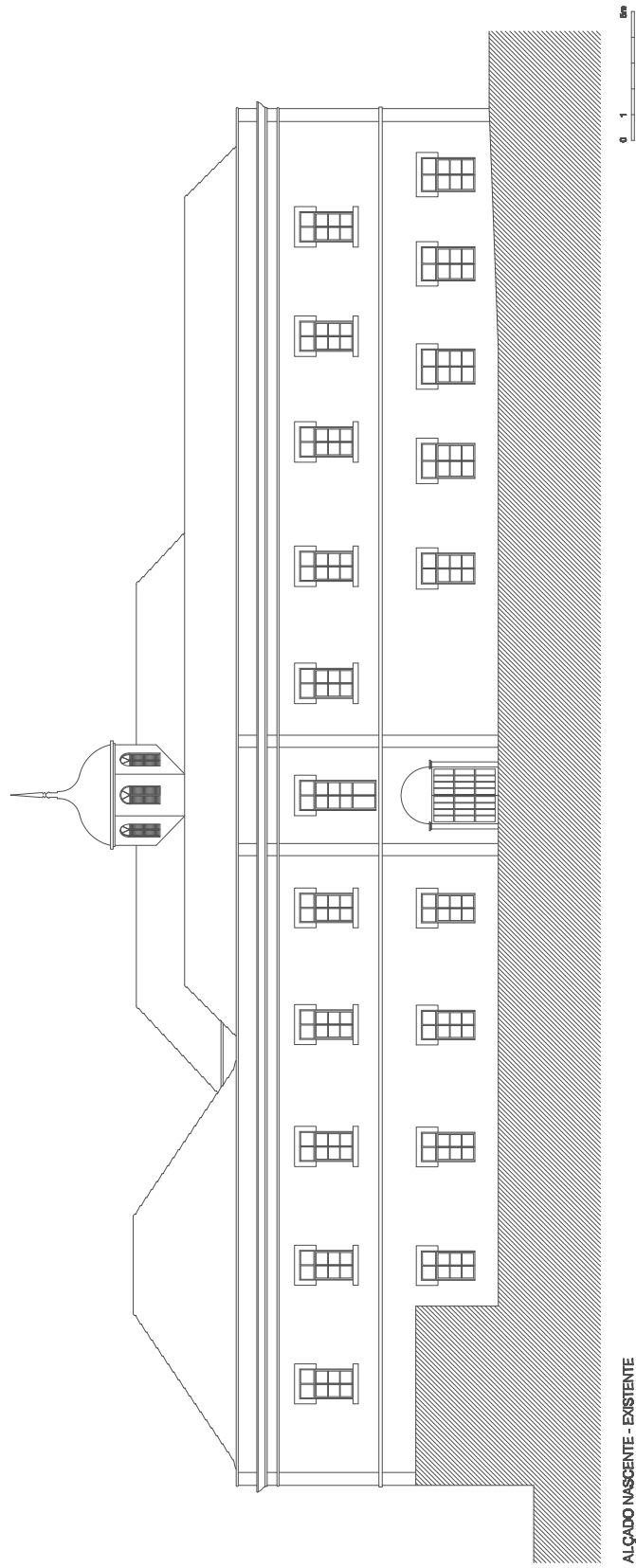
CORTE C4 - PROPOSTA



CORTE C6 - PROPOSTA





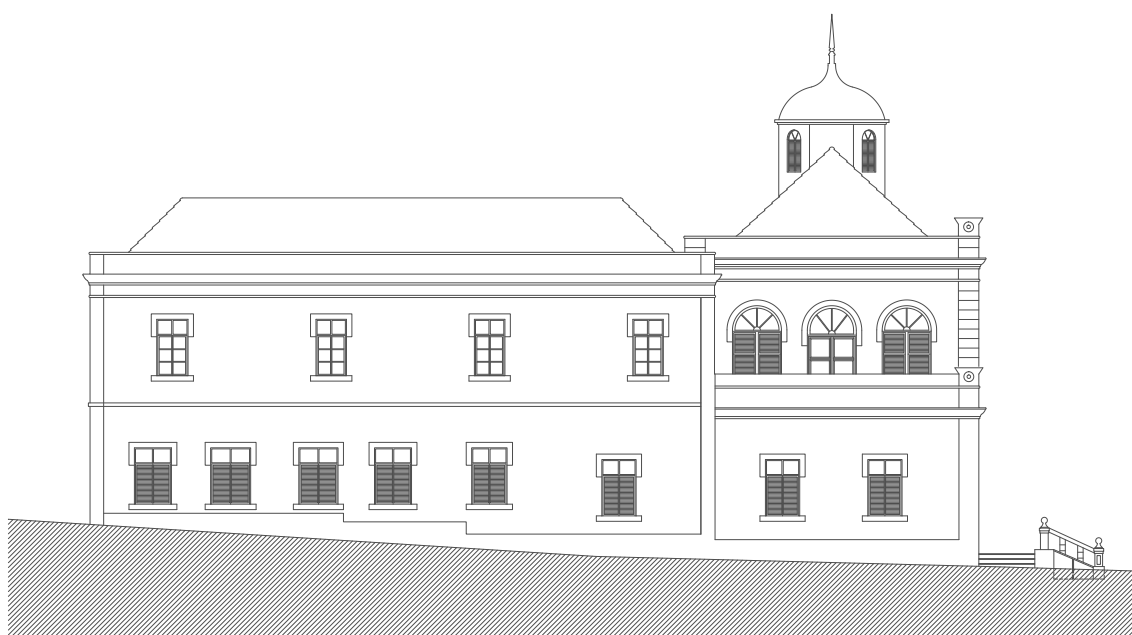




ALÇADO SUL - EXISTENTE



ALÇADO SUL - PROPOSTA

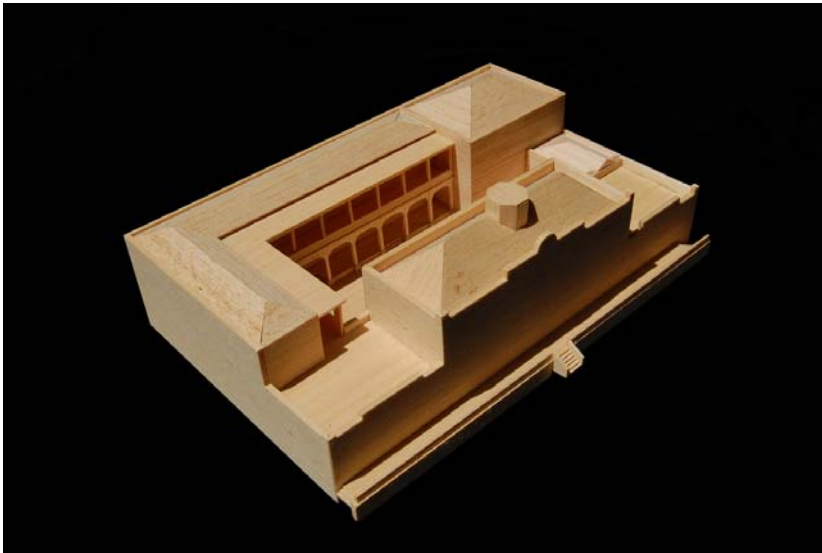


ALÇADO NORTE - EXISTENTE

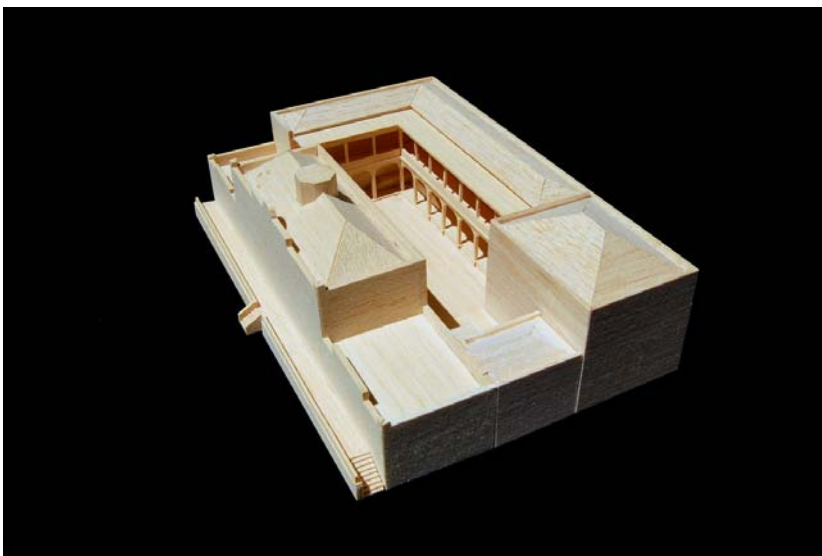
0 1 5m



10. Maquete do edifício do Liceu Velho - Existente



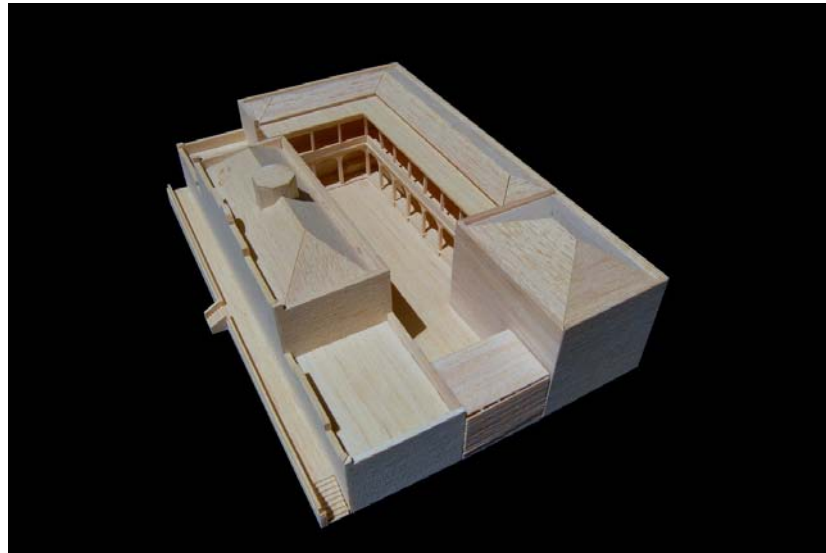
11. Maquete do edifício do Liceu Velho - Existente



12. Maquete do edifício do Liceu Velho - Existente



13. Maquete do edifício do Liceu Velho - Proposta



14. Maquete do edifício do Liceu Velho - Proposta



15. Maquete do edifício do Liceu Velho - Proposta



16. Atelier do Arq. José Gigante

Fotografia: João Gomes

II. Escritório do Arq. José Gigante

No escritório do Arq. José Gigante encontrei espaço para prolongar a minha aprendizagem, com fundamento na experimentação e concretização dos princípios de uma ideia de projeto, que a escola, enquanto primeiro momento de aprendizagem, não encerra - nem o pode fazer - na sua estrutura. O projeto ultrapassava a mera ficção para se deparar, estremunhado, com a dura mas estimulante realidade. Num gesto gratuito de transmissão de ensinamentos e de experiências, criaram-se cumplicidades e encurtaram-se distâncias entre a minha visão académica da Arquitetura e o campo onde realmente se move a prática profissional. Passava à escola do ofício.

A vivência do escritório - deste escritório - constrói-se à volta dos projetos e sustenta-se numa dinâmica própria de equipa que, não obstante a divisão individual ou não dos trabalhos, procura num espírito de entreajuda o sentido das ideias que constroem os projetos e as soluções que os tornam viáveis. Os projetos desenvolvem-se sob um constante acompanhamento crítico, onde se cruzam conhecimentos, se partilham incertezas e se debatem alternativas, num processo de descoberta em que as ideias vão ganhando consistência e o projeto vai construindo a sua própria identidade.

A diversidade de temas e escalas, entre raros interregnos para participação em concursos e o fluxo dominante do projeto dirigido à obra, gera em si própria uma dinâmica de apropriação coletiva dos trabalhos em curso, cuja maturação resulta quase sempre do permanente exercício da crítica conjunta em que todos vão, a espaços, participando.

Normalmente, privilegia-se a relação com cada projeto desde o seu primeiro momento, o que nos torna mais cúmplices da sua evolução, mas, por vezes, o encontro com um processo durante o seu percurso obriga-nos a um adicional empenho para com ele nos identificarmos. Para assim descobrirmos a motivação sem a qual o prazer esmorece e, com ele, a nossa relação com o objeto de trabalho.

Sendo o escritório uma estrutura com uma média de 8 elementos diretamente ligados ao projeto, a cada um são cometidas responsabilidades diretas nos vários trabalhos, procurando sempre promover alguma simultaneidade na abordagem de temas e a constituição de uma equipa em cada um dos processos (mesmo nos de menor dimensão). No entanto, períodos há em que, por força dos compromissos com prazos, as pessoas - por vezes todas - se concentram num determinado projeto, gerando situações de intensa entreajuda onde a “alta pressão” revela, não raras vezes, capacidades de superação só suportáveis no âmbito de um ambiente de trabalho que, acima de tudo, se quer alegre e descontraído – e que, como tal, fazemos questão de cultivar.

Como todos os restantes colegas da equipa, tenho já o capacete, as botas e o colete refletor para ir às obras. É a descoberta do real significado dos desenhos que produzimos, enquanto mera representação gráfica do espaço que, agora, por fim vemos em construção. Um momento

especial na nossa formação e, como tal, incentivado no dia a dia do gabinete, em visitas que não se esgotam no âmbito dos projetos em que estamos envolvidos, antes se prolongam, com maior ou menor frequência, em todas as oportunidades de obra que se abrem.

De modo mais concreto, ao longo dos anos participei em vários projetos: desde a redefinição de um fragmento (Casa Henrique Costa), à definição de um acrescento em complemento a um programa (Centro Interpretativo), à reinterpretação da própria identidade arquitectónica do objecto em que se intervém (Casa Laura Fonseca), a postura exige-se invariavelmente crítica, assumindo-se como material essencial de projeto a interpretação do objecto sobre o qual se atua e a ideia da sua transformação, para estabelecimento de uma linha de conduta de intervenção. Tudo o que seja prosseguir mais além, sem uma base suficientemente palpável e realmente aferível corre o risco de não passar de um vazio exercício de retórica sem efetivo reflexo na solidez e rigor do projeto.

Para uma abordagem que se pretende consciente, enquanto primeiro momento de reflexão criativa, entendeu-se ser este o devido enquadramento, sobretudo quando se deseja e se espera que ela possa vir a ser, de algum modo, posta ao serviço da intenção real de o programa se poder concretizar. Porque seria já muito bom se o presente estudo se viesse a tornar em documento de reflexão e proposta base para uma abordagem mais aprofundada no âmbito da futura reconversão do Liceu Velho. Melhor ainda, claro, se a este projeto viesse a ser dada a oportunidade de continuar.

Sinto hoje que estou mais próximo da compreensão do sentido do projeto e, por isso, mais reticente a inventar falsos argumentos para o fundamentar. Quase sem o notar, três anos decorreram já desde o momento em que iniciei o trabalho. Tempo durante o qual dele me afastei, movido por outros interesses que, sei agora, são afinal complementares. Tempo durante o qual, de quando em quando, a ele fui regressando, de cada vez com um novo olhar, naturalmente marcado por essas mesmas experiências laterais.

Curiosamente, no último ano, tive a oportunidade de participar, a nível do gabinete, numa equipa alargada afecta ao Projeto de Reconversão da Escola Secundária Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim. Este trabalho trouxe o confronto com um programa idêntico e a sua adaptação a um edifício existente, articulada com a necessidade da sua ampliação. Refletir sobre este programa permitiu-me estabelecer pontes com o projeto para o Liceu Velho e o próprio desdobramento do projeto por sectores (embora ligados entre si), abriu caminho à ideia de um faseamento da intervenção por partes que viabilizem a continuidade da ocupação do espaço sem uma interrupção total durante o período das obras. Ou seja, relativizou alguns aspectos de concepção do projeto, fazendo-o assentar sobre uma base mais razoável no que toca à eficácia da solução num qualquer contexto real que a possa viabilizar.

Finalmente, seria talvez pretensioso da minha parte estabelecer pontes temáticas com os outros dois trabalhos em que participei no escritório: o Projeto de Inserção Urbana do Metro do Porto nos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim e o Concurso para a “Plaza de la UAM (Madrid)”.

Claro que existem as pontes, mas essas não são certamente temáticas ou programáticas. São as que, pela essência do ato de projetar, sempre decorrem da nossa própria experiência, religando fragmentos na nossa formação e conferindo-lhe solidez acrescida no entendimento da arquitetura que fazemos, ou seja, no conhecimento de nós mesmos.

É assim o escritório do Gigante, entre o projeto e a obra, entre o papel e o computador, entre os almoços em conjunto na tasca da Avenida e as ocasionais petiscadas no pátio que ilumina a comprida sala de desenho.



56

17. Metro do Porto, Linha P
Fotografia: Luís Ferreira Alves

Projeto: José Gigante, M. Fernando Santos, João Gomes

Colaboração: Rui Carvalho, Pedro Barata Castro, Andreia Costa, Ana Pedrosa, Cristina Fernandes, José Almeida, Ângelo Lopes, André Gigante

Data: 2005 a 2012

Metro do Porto - Inserção Urbana da linha P

Iniciei atividade no escritório em colaboração com a equipa que desenvolvia o projeto da Inserção Urbana da Linha P do Metro do Porto, entre os concelhos de Vila do Conde e Povoia de Varzim. Constituindo-se como um grande investimento em termos de mobilidade ao longo da Área Metropolitana do Porto, alargando territorialmente as acessibilidades, o Metro assume-se também como potencial pretexto para uma intervenção na cidade, promovendo a requalificação urbana ao longo da rede criada.

Com a coordenação de Eduardo Souto Moura, o projeto implicava uma complexa interdisciplinaridade e o envolvimento de vários intervenientes, de diferentes áreas, complementares no processo. Na procura de uma identidade para o projeto, em conjunto com as várias especialidades, Souto Moura definiu as diretrizes arquitectónicas para a rede que, partindo das regras inflexíveis do seu funcionamento, tende para uma deliberada uniformidade na sua caracterização arquitectónica, fundamento sobre o qual, mais tarde, com o desdobramento do projeto por vários outros arquitetos, apoia o sentido dessa transformação.

A linha P do Metro, entre Porto e Povoia de Varzim (desenvolvida no escritório a partir de 2003 nas extensões inseridas nos concelhos de Vila do Conde e Povoia de Varzim), associada ao traçado da antiga linha ferroviária, enquadra dois contextos diferentes ao longo do seu percurso que, por inerência própria, direcionam o sentido da intervenção.

A Sul do Rio Ave sulca uma paisagem acentuadamente rural, com estações dispersas e sem qualquer relação direta entre si, proporcionando projetos de enquadramento essencialmente local. (...)Pela importância que naturalmente assumem na reestruturação da envolvente, as estações tornam-se polarizadoras do espaço local, criando novas centralidades não só associadas ao seu estatuto funcional mas também à nova rede de articulações rodoviárias e pedonais que os projetos elegem como matéria da revitalização dos lugares. (1)

A Norte do Rio Ave o traçado desenvolve-se em espaço urbano, abrindo uma nova frente de cidade, traduzindo-se num desenho mais abrangente que “coze” à pré-existência as diferentes articulações subsequentes ao traçado dessa nova estrutura urbana.

Uma nova avenida acompanhará a plataforma do Metro em toda essa extensão, sendo, em geral, complementada por ciclo vias e por faixas rodoviárias suplementares que servem os edifícios e arruamentos da nova frente urbana a criar.(...)A adaptação deste sistema às diversas situações determinadas pelos edifícios preexistentes, nomeadamente no que se refere aos alinhamentos de fachadas, procurará fazê-los participar do conjunto como se sempre tivessem feito parte dessa ideia de frente urbana, recusando qualquer propósito de demarcação da nova intervenção, antes preferindo diluí-la numa perspectiva de continuidade com a gradual consolidação do tecido construído. (1)

A minha integração na dinâmica do trabalho, apesar da sua complexidade, aconteceu naturalmente, obrigando inicialmente ao entendimento das suas diretrizes e, gradualmente, traduzindo-se numa participação mais efetiva e mais informada na elaboração de soluções inerentes ao desenvolvimento e consolidação da proposta, no âmbito de um trabalho em equipa.

Estando as obras da Inserção Rural e de recuperação das antigas estações em fase já muito adiantada, foi episódica a minha participação neste contexto, sendo contudo estimulante enquanto primeira aproximação à obra e acompanhamento do respectivo processo de desenvolvimento. A ele voltei mais tarde com o projeto da reconversão do espaço da antiga estação ferroviária de Modivas num Centro Interpretativo do Monumento Megalítico da Ínsua – Vilar (conforme referido em texto próprio). Situado no cruzamento com um amplo sistema interdisciplinar, o trabalho do arquiteto procura em parte reunir e dar coerência a todas as disciplinas implicadas, através de uma persistente aferição da compatibilidade entre elas, num processo de concepção/construção em que é ténue o limite entre o desenho no papel e a execução em obra.

O envolvimento direto com um conjunto de intervenientes (cliente, autarquias, engenharias de diversas especialidades, empresas construtoras), participando em reuniões e articulado com a própria dinâmica da equipa que integrei e o respectivo processo projetual, ia contribuindo gradualmente para um maior envolvimento com o trabalho e para a consequente consolidação de uma postura participativa.

No contexto urbano, atravessando a ponte do rio Ave, a linha do Metro “rasga” diferentes cenários, criando consequentes possibilidades à apropriação dos espaços disponíveis abrangidos pela operação. Aliado a implementação de uma ideia de urbanidade, o projeto procura o equilíbrio entre o atual e o projetado. Avaliando as diferentes relações que estabelece com o lugar e prevendo necessárias alterações funcionais dos espaços, elege uma nova rede de articulações rodoviárias e pedonais como matéria da revitalização do tecido urbano envolvente. Assim, ao longo da sua extensão, o traçado apoia-se no desenvolvimento de uma nova avenida e restantes faixas complementares enquanto princípio estruturador do projeto. Uma estratégia que, contudo, não é alheia aos vários enquadramentos circunstanciais, revelando-se consequentemente aberta a variações na apropriação que faz desse território. É o que acontece, por exemplo, quando a plataforma cruza o magnífico aqueduto de Vila do Conde construído no início do século XVIII.

Nessa perspectiva, a plataforma afastou-se da linha ferroviária primitiva, assumindo um ligeiro desvio para Nascente, na medida necessária para conseguir cruzar o monumento numa área apenas assinalada pela presença de um conjunto de arranques de pilares não originais. E sempre procurando manter indissociáveis o Canal do Metro e a nova avenida que, em toda a sua extensão urbana, o irá enquadrar.(...) Tal indissociabilidade constitui premissa importante do projeto, tanto mais que nesta área o Metro irá sulcar uma larga planura verde não edificada que constitui um magnífico enquadramento paisagístico do Aqueduto. Quadro que, sendo diverso da densidade do Centro Histórico, o complementa na marcação dos tempos de respiração

onde também se desenha o pulsar da própria geografia urbana. (1)

Partindo do traçado linear da plataforma de circulação do Metro, com toda a sua complexidade infraestrutural (a via férrea, os multitubulares e respectivas caixas de enfiamento, os postes de catenária, os equipamentos electromecânicos e os de sinalização/semaforização, os cais e os abrigos...), protagonista indissociável do desenho alargado de toda a rede, o projeto, desdobrado por motivos operacionais em várias fases de inserção, ia-se construindo sobre continuidades com o existente.

Um conjunto de elementos que são regra no conjunto conferem coerência ao traçado, entre eles o desenho tipificado dos cais das estações, com 70 metros de comprimento e 3 de largura, construídos com lajeado e peças de remate de granito. Os abrigos-tipo desenhados por Souto Moura, os painéis de fixação publicitária, as papeleiras, as catenárias para alimentação da linha, os sistemas de videovigilância/som completam o conjunto de referências incontornáveis na leitura do conjunto e que obrigatoriamente o projeto considerou de modo integrado na solução.

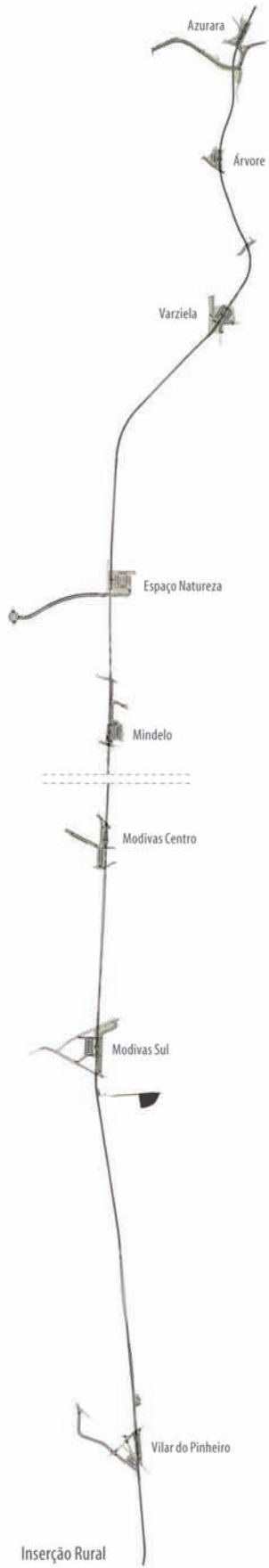
Desenvolvido sobre uma base cartográfica em permanente atualização ao longo da obra, o projeto ia sendo desenhado sobre diferentes layouts. Conciliando os projetos das especialidades, sempre em constante cruzamento com o nosso, o desenho do traçado dessa extensão urbana desdobrava-se transversalmente em várias faixas paralelas que caracterizavam o perfil do novo eixo estruturante da cidade: canal do Metro recoberto com relva, separador infraestrutural ajardinado, faixa rodoviária, ciclo via complementar, estacionamento e passeios até aos limites da intervenção nos quais se configurará a futura frente urbana construída. Ao mesmo tempo que se delimitavam os materiais, texturas e estereotomias, se disciplinava a geometria dos traçados se definiam as regras para inserções viárias e rotundas, as transições entre pavimentos, o desenvolvimento das áreas ajardinadas. Assim se foi criando uma base de referência unificadora do desenho.

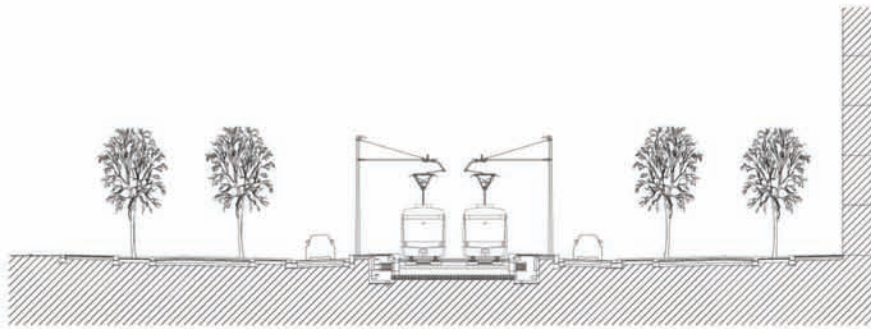
Foram várias as tardes em que, passando por rotinas permanentes à volta do estirador, as soluções eram repetidamente ensaiadas, desenhando cada espaço, desde o posicionamento da caldeira de uma árvore ou de um banco, ao desenho de uma rotunda ou de uma área de estacionamento. A complexidade do projeto emergia de todo esse cruzamento de informação e sustentava-se na própria premência de construir e expressar um discurso coerente na consolidação das ideias. Embora a minha participação tenha incidido sobre fragmentos dessa extensa inserção urbana, sempre se enquadrava numa visão abrangente, garantida pela equipa de trabalho em que foi desenvolvido. O que constituiu um valor acrescentado para a minha aprendizagem. O próprio entendimento global do projeto conduziu a uma postura que por opção deliberada se pretendeu despojada do protagonismo criativo do autor nos termos mais correntes, o que acabou por se transformar numa característica específica capaz de marcar a identidade do processo.

Do ponto de vista arquitectónico, importa não iludir o natural protagonismo da extensão da plataforma de circulação das composições e das estações que a pontuam, na repetição do seu desenho, sóbrio e linear, traço comum identificável em toda a concepção do projeto alargado

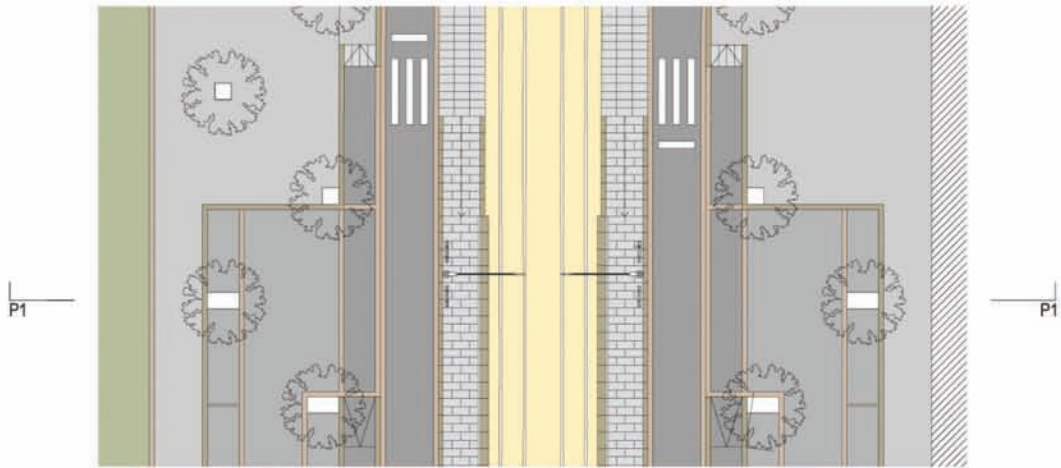
da rede de Metro do Grande Porto, idealizado por Eduardo Souto Moura. Um protagonismo indissociável do tempo da viagem e do difuso registo da sucessão das suas paragens – entre o urbano e o rural, entre o subsolo e a superfície.(...)Por isso se entende que, no que se refere às áreas de inserção envolventes, o projeto se deverá construir mais sobre continuidades com o existente do que sobre rupturas pretensamente demarcadoras de território. (...)Descubrase a beleza de alguns trechos da plataforma do Metro, sulcando livremente os campos de cultivo fora das áreas dos projetos de Arquitetura e talvez se entenda melhor este desejo de despojamento e anonimato tão alheios à nossa contemporaneidade.(...)Julgamos ser este um dos mais aliciantes desafios que aqui se coloca ao arquiteto, estendendo-se a todo o projeto esse difícil equilíbrio entre o protagonismo a que, como autores, estamos habituados, e o relativo apagamento a que deliberadamente nos obrigámos para salvaguarda da sua própria identidade conceptual. (1)

(1) Gigante, J.(2005), Memória descritiva do Projeto da Linha P de Metro do Porto para os concelhos de Vila do Conde e Povoia de Varzim, Arquivo do Escritório do Arq. José Gigante.

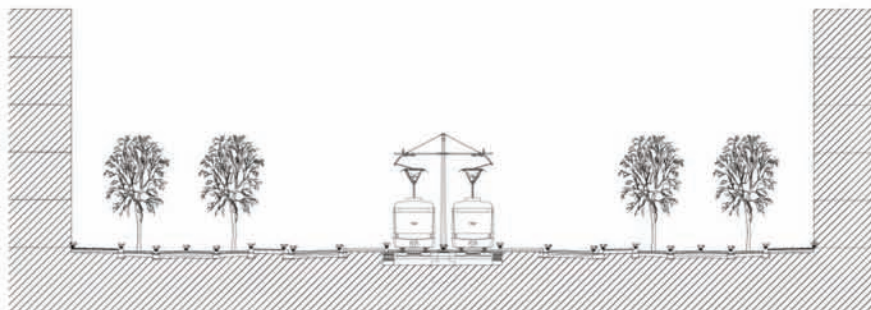




Perfil tipo - P1



Planta

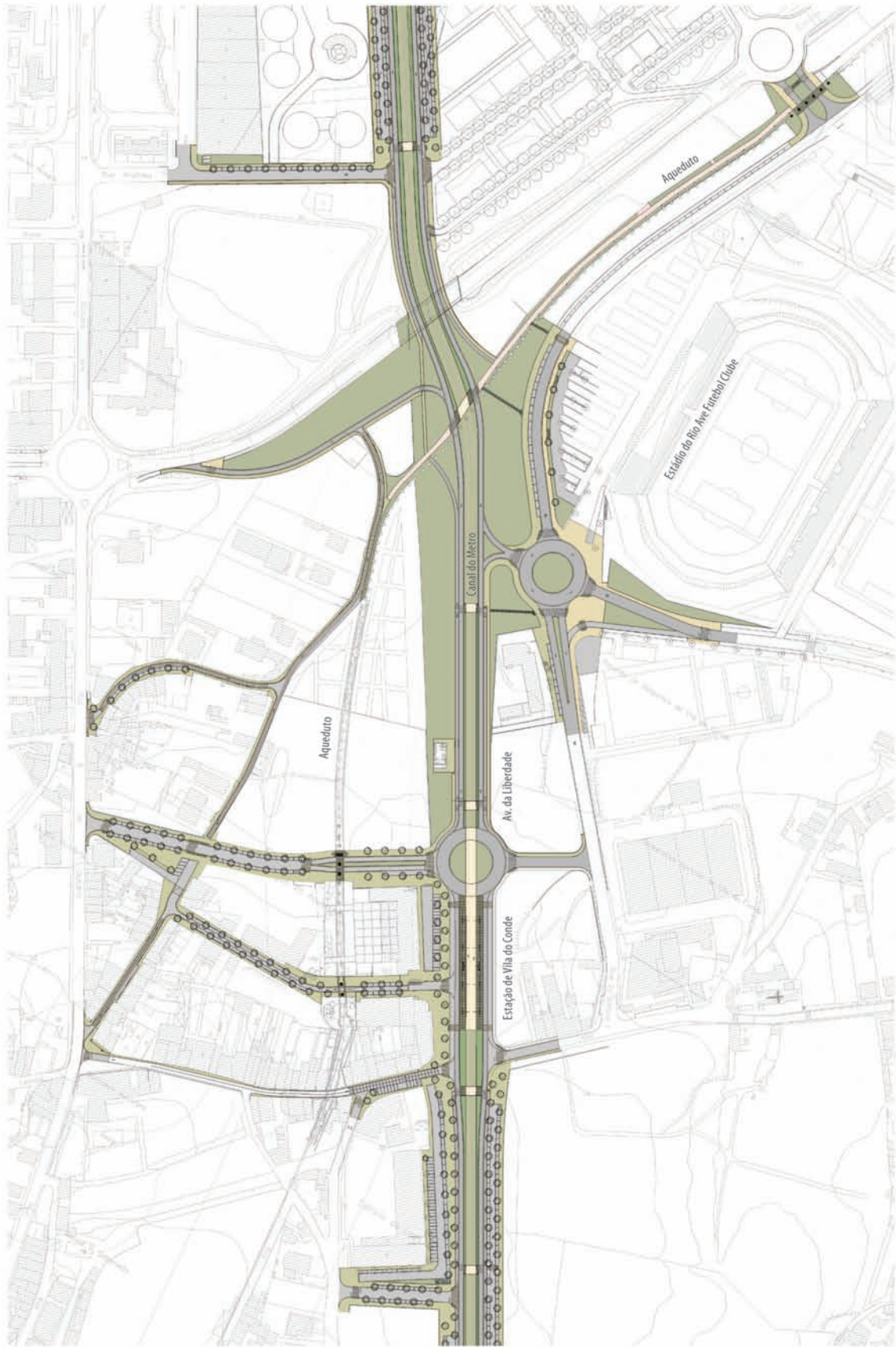


Perfil tipo - P2



Planta





Inserção Urbana - Vila do Conde|Aqueduto





18. Metro do Porto, Estação de Modivas Sul

64



19. Metro do Porto, Aqueduto de Vila do Conde



20. Metro do Porto, Estação de Mindelo



21. Metro do Porto, Vila do Conde



22. Metro do Porto, Estação da Póvoa de Varzim



23. Casa Laura Fonseca - Antigo Sequeiro
Fotografia: Arquivo do escritório do Arq. José Gigante

Projeto: José Gigante / Ângelo Lopes / M. Fernando Santos
Colaboração: Pedro Barata Castro

Casa Laura Fonseca

Recuperação de sequeiro para habitação em Macieira da Lixa

Como tantos outros objectos saídos da mão do artífice popular, assim a Arquitectura exterioriza o seu ser completo, a florescência da sua personalidade.(1)

Na região Norte do país, entre Douro e Minho, sulcam diferentes paisagens pontuadas por vestígios da arquitetura tradicional local. Construções antigas ligadas às tarefas de produção (agrícola) revelam a secular ligação à terra. Na zona rural de Macieira da Lixa, num pequeno conjunto agrícola já parcialmente desativado, pretendia-se a reconversão de um sequeiro em habitação para férias e fins-de-semana. Um tipo de abrigo que noutros tempos serviu para guardar e expor à ação do sol e do vento os cereais e grande parte dos frutos da terra, complementando a função da eira que lhe fica contígua. O seu acesso processa-se através de um estreito caminho que, servido pela estrada principal, define os limites Sul e Poente do terreiro cintado por um muro de pedra solta. Implantado na perpendicular ao lado Norte do terreiro, complementado pela eira, encontrava-se o sequeiro, ainda de pé mas já ameaçando ruína.

A construção era rudimentar. Levantada com base em espessas paredes de alvenaria de pedra, onde se encerrava a sua volumetria, abria-se em estrutura porticada (esteios e lintéis) de granito na sua relação com a eira e com o terreiro, abrindo ainda a Poente mais dois vãos (independentes dessa estrutura) de diferentes dimensões. Na fachada Norte, uma escada de pedra marcava o acesso ao piso superior, desenvolvido à meia altura, aproveitando o desvão da cobertura de telha. Esta, com duas águas, assentava em armação de madeira com travejamento interno e prumos. Os vãos de fachada eram preenchidos com portadas de ripado de madeira que, fixadas com dobradiças cravadas diretamente na cantaria, eram sustidas abertas para o interior, permitindo rentabilizar o uso do espaço do sequeiro. Uma laje de betão armado (entretanto executada sobre a já inexistente e original estrutura de soalho) tornava independentes os dois pisos, de pés direitos reduzidos, garantindo em parte a própria sustentação do sequeiro.

A resposta ao programa conduziu à criação de um acrescento ao sequeiro. A nova construção surge da ideia de ter um espaço mais intimista (escritório/quarto) no piso térreo, que fosse facilmente acessível e se tornasse autónomo pela junção de uma instalação sanitária. Era este o desejo da cliente, em parte resultante de problemas de mobilidade já ocorridos no seio da família e que importava prevenir. O restante programa distribuía-se pelos dois pisos do sequeiro: sala de estar/jantar e cozinha em baixo e dois quartos e um quarto de banho no piso superior.

Articulada com o sequeiro através de um pequeno vestíbulo, a nova construção descola deste, permitindo leituras temporais separadas, mas que inevitavelmente se tocam pela partilha do mesmo espaço físico. De volumetria pura e cuidadosamente dimensionada, a construção complementar reclama para si um novo protagonismo, não no intento de confrontar o pré-existente, mas de procurar um entendimento entre as suas identidades, agora fundidas no interior da vontade de

transformação que anima o projeto. Encerrado nessa volumetria, o seu espaço principal rasga um vão de canto na relação com a área de acesso à casa.

Devo referir, porém, que não acompanhei os contornos da definição arquitectónica deste corpo de ampliação. De facto, quando entrei no processo, ele já se encontrava construído, na sequência de anteriores decisões de projeto que passaram pela “limpeza” e consolidação do sequeiro e pelo adicionamento de um novo volume, aproveitando a mão-de-obra diária disponível de um construtor local. Por isso, as minhas atenções prenderam-se fundamentalmente com a recuperação do sequeiro e com toda a pormenorização a ela ligada. O projeto ocupou-se dessa transformação procurando um equilíbrio entre o respeito pelo existente e a sua revitalização de acordo com as novas necessidades programáticas. Procurava-se preservar a sua identidade cultural e arquitectónica, não no sentido de reconstituir a construção primitiva, mas no âmbito de um novo contexto onde se redefinia essa mesma identidade.

O espaço interior é ordenado de modo a que as zonas de maior permanência se desenhem numa relação de continuidade e prolongamento entre o interior e o exterior. Pese embora a previsão de uma entrada mais convencional e localizada, o acesso principal ao interior da habitação processa-se, afinal, pela própria eira que, materializada num lajeado de pedra, constitui prolongamento exterior da área de estar, também ela mantendo o pavimento de granito preexistente. Esta assume-se como espaço central na habitação, tanto na sua relação com o terreno envolvente, facultado pela estrutura porticada que o delimita, como na transição para os restantes espaços interiores. Porque é através dele que se procura uma maior cumplicidade com o terreiro, extensível à área de refeições e porque é também a partir dele que se faz o acesso interior ao piso superior (onde se situam as áreas de repouso) por intermédio de uma escada de ferro em caracol. Articulado com o espaço de estar por um desnível (resultante de um rebaixamento do pavimento definido em projeto para obtenção de um maior pé-direito) e constituindo seu prolongamento, encontra-se o espaço de refeições, servido por um armário fixo com balcão de cozinha. Relaciona-se com o exterior a Poente através do amplo vão preexistente que enquadra o espaço de chegada à casa.

A entrada na habitação independente dos vários compartimentos localiza-se no desencosto entre o preexistente e a nova construção. Processa-se através de um pequeno vestíbulo, iluminado através da própria porta de acesso, ligado diretamente a um quarto de banho (iluminado por uma claraboia) e completado por um armário de apoio. Este vestíbulo promove a transição entre os espaços térreos, nomeadamente entre a sala comum e o escritório/quarto, separando simultaneamente dois momentos distintos de apropriação da casa. No piso superior situam-se as áreas de repouso, complementadas por um quarto de banho comum e por um vestíbulo que recebe a escada interior de acesso. Central na organização, este providencia a articulação com os restantes espaços habitados. É servido por um armário que integra a passagem para o quarto de banho, de pequena dimensão. Este, situado junto ao beiral do telhado, rompe a cobertura de modo libertar-se da baixa altura disponível, permitindo simultaneamente a abertura de uma janela alta a Nascente disposta em toda a extensão do espaço. Um espelho, colocado por baixo do vão,

em toda a sua largura, aumentará a sensação de profundidade do espaço. Os quartos, moldados pelo desvão da cobertura, são individualmente servidos por um armário desenhado à medida da cama, que a ele se encosta.

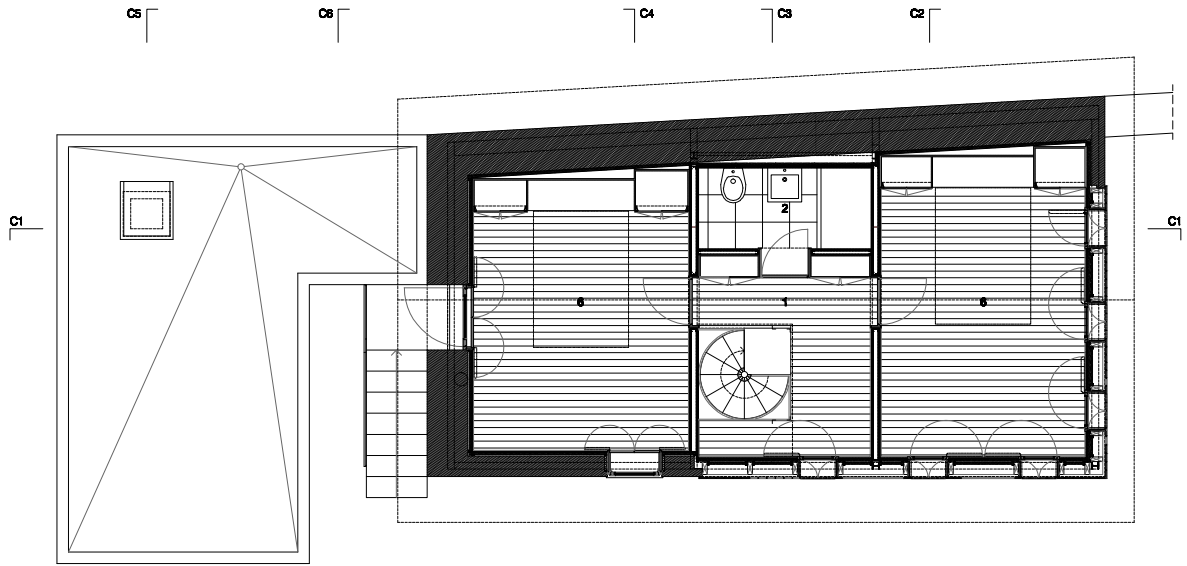
Para a reconversão do sequeiro, manteve-se a estrutura das paredes de pedra existentes, procedendo-se à sua consolidação, base a partir da qual os novos espaços ganharam definição. No interior, redefiniu-se a estrutura do piso elevado e da cobertura a partir de um novo sistema misto de perfis de ferro e madeira, complementado por divisórias aligeiradas de gesso cartonado na compartimentação dos espaços, e por forras e isolamento térmico nas paredes e na cobertura. O desenho da cobertura procura repor o primitivo, tanto na sua volumetria, como no redesenho dos beirais, à exceção do volume correspondente ao quarto de banho que, emergindo do telhado, será revestido a chapa de zinco. O novo soalho de Pinho Americano percorre os pavimentos dos espaços da casa, em contraste com a madeira escura de Sucupira que desenha os restantes elementos: rodapés, armários, portas interiores e caixilharias exteriores. A redefinição do sentido formal dos vãos surgiu da resposta às novas exigências funcionais e de conforto dos espaços.

Enquanto os espaços comuns, na vontade de comunicar com o exterior, privilegiam grandes planos de vidro, os mais privados escondem-se por detrás de aberturas de menor dimensão, parcialmente integradas no novo reguado de madeira que, sugerido pelo remate original da “empena” Sul, passará a revestir exteriormente o piso superior na área de fachada anteriormente ocupada pelo antigo porticado de pedra.

Este trabalho, trouxe para a minha aprendizagem a descoberta de novas dimensões no ato de projetar: nas visitas à obra, nas discussões sobre as situações surgidas no local, no relacionamento direto com os vários intervenientes na obra (a cliente e os agentes das várias “artes” da construção. O projeto em si não se constitui como um processo fechado. A obra, como natural prolongamento, permite a sua reflexão de uma forma operante, obrigando-o muitas vezes a adaptar-se às suas necessidades – estimulando também o surgimento de novos contornos na leitura dos espaços e do modo de os materializar. A concepção do projeto foi evoluindo assim, em muitos aspectos, na sua relação dialéctica com o desenvolvimento da obra.

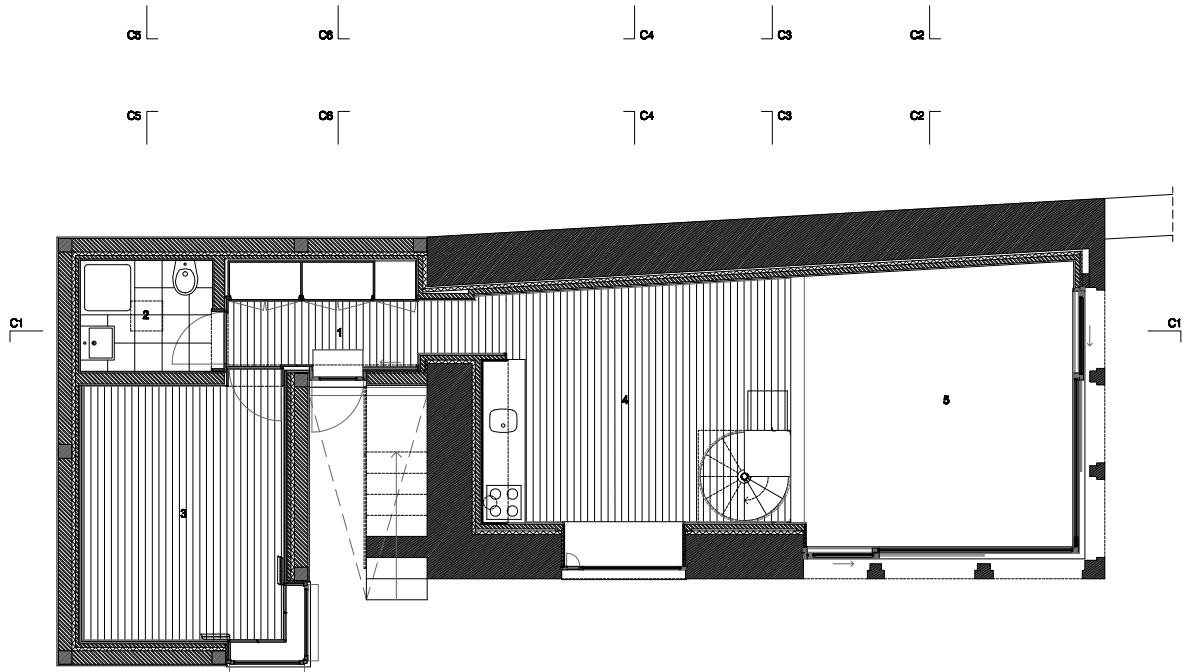
Dessa aproximação (à obra), fica uma aprendizagem decorrente da interação com as várias “artes” que a integram, passando por aspectos como o modo de execução dos trabalhos, as discussões circunstanciais sobre situações surgidas no local e a avaliação de soluções alternativas no interior do projeto. Experiência nova foi também a participação nas reuniões com a cliente, acompanhando de forma ativa os modos de interação com a mesma, o que se tornou fundamental para a compreensão do quadro real em que se movimenta o processo projetual.

(1) AA.VV.(1980), *Arquitectura popular em Portugal*, Lisboa: Ed. da Associação dos arquitectos portugueses, pag.54.



PLANTA PISO 1

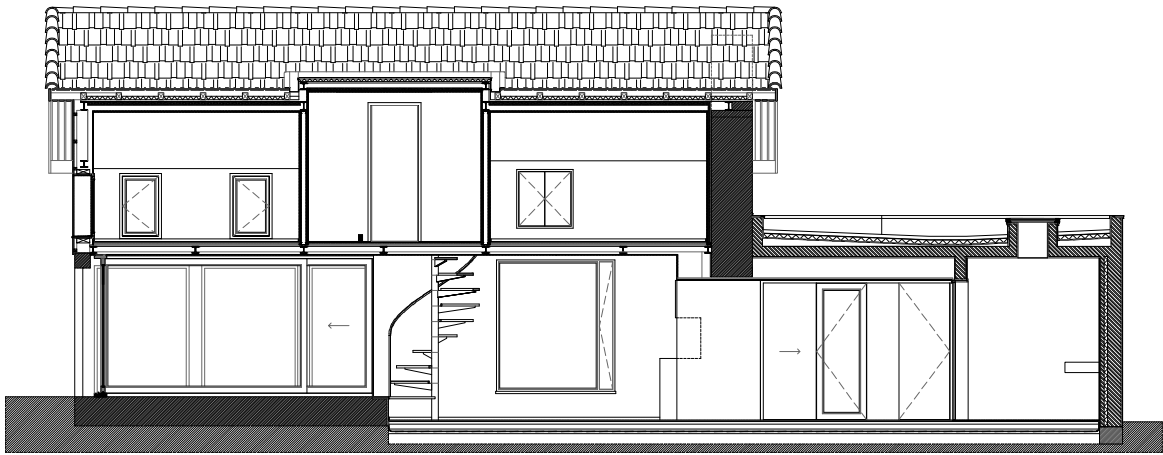
70



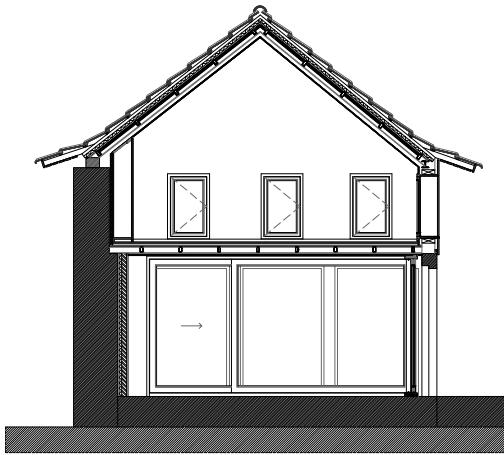
PLANTA PISO 0



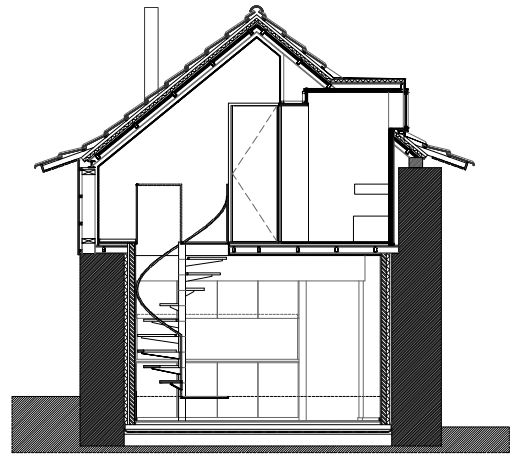
1-VESTIBULO 2-QUARTO DE BANHO 3-ESCRITORIO/QUARTO 4- 5-SALA COMUM 6-QUARTO



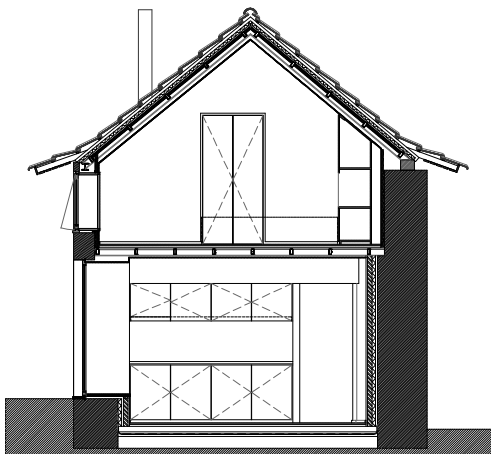
CORTE C1



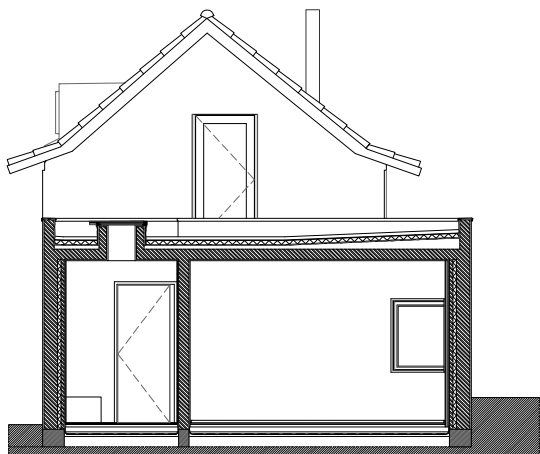
CORTE C2



CORTE C3



CORTE C4



CORTE C5





24. Pormenor da parede e do reguado de madeira



25. Vista de frente da casa



26. Vista lateral da Casa



27. Vestíbulo



28. Vista da sala comum



29. Escada interior - primeiro piso



30. Vista do quarto de banho - primeiro piso



31. Vista do quarto - primeiro piso



74

32. Antiga estação Ferroviária de Modivas
Fotografia: Arquivo do escritório do Arq. José Gigante

Centro Interpretativo - Monumento Megalítico da Ínsua

O Monumento Megalítico da Ínsua em Vilar, Vila do Conde, também conhecido como Mamoá de Vilar é um dos maiores e mais importantes marcos da ocupação humana pré-histórica do noroeste peninsular.(...)O Monumento terá sido construído por volta de 4000 a.C., no período calcolítico, e terá terminado a sua utilização cerca de 2000 a 1500 a.C., na idade do Bronze inicial, registando uma das maiores longevidades funcionais de um monumento deste tipo. Trata-se de um grande monumento de carácter religioso e funerário com cerca de 5 metros de altura por 30 de diâmetro, que alberga ainda no seu interior uma Anta ou Dólmen ocultada neste momento pelo tumulus que lhe confere uma forma de montículo arredondado a que o povo chamou mamoá por se assemelhar a um seio feminino. Na realidade, estes monumentos corresponderão mais a uma gravidez simbólica da terra, já que, onde foi possível recuperar ossadas elas estavam, as mais das vezes, enterradas em posição fetal, o que sugere um culto de retorno à terra mãe. A outra simbólica que o monumento tem associada é a de demarcação do território, já que, tratando-se dos mais antigos vestígios de presença permanente no território português, os monumentos megalíticos permaneceram como marcas na paisagem ao longo de mais de cinco milénios, sendo que, quando era viva a cultura europeia que lhes deu origem, eles devem ter significado para quem os avistava que estava a entrar no território onde estavam enterrados os antepassados maiores de um determinado povo. Trata-se pois de um marco de uma nova relação com a terra, uma relação de gratidão e amor filial de um povo de pastores e agricultores para com o território que o acolhe e alimenta. (1)

Assim surgiu o projeto - solicitado à “Metro do Porto” pela Câmara Municipal de Vila do Conde – para a área envolvente do Monumento Megalítico da Ínsua em Vilar, um dos mais importantes e antigos monumentos da pré-história portuguesa.

A sua importância radica no facto de ser um dos poucos monumentos completos – com Anta e Tumulus (Mamoá) – do período megalítico, que foi ocupado como mausoléu ritual durante cerca de 2000 anos. (1)

O projeto visava a valorização deste património arqueológico tornando-o visitável através de um acesso próprio e a reconversão do espaço da antiga estação ferroviária de Modivas num Centro Interpretativo, constituindo-se como um espaço para a compreensão da importância histórica do monumento, servindo simultaneamente de interface com outros elementos patrimoniais do concelho de Vila do Conde. A revitalização do antigo canal ferroviário, agora sob a forma de linha do Metro, surgiu como pretexto para o lançamento do programa. Situado a cerca de 150 metros do edifício da antiga estação de Modivas (entretanto desativada) e a aproximadamente 400 metros da nova estação do Metro de Modivas Sul, integrada na linha Porto – Póvoa de Varzim, este é o único monumento pré-histórico visitável a partir de qualquer interface do Metropolitano de Superfície do Grande Porto. Daí o interesse na sua valorização tanto por parte da Câmara

Municipal de Vila do Conde, como forma de potenciar o turismo, como pela “Metro do Porto” pelo acréscimo da utilização deste meio de transporte pelos visitantes, nomeadamente pelos grupos escolares.

O programa abrangia dois sectores distintos, mas complementares, nesse processo de valorização do achado arqueológico. O primeiro era naturalmente a área do monumento – paralelamente à sua escavação arqueológica e musealização, a “arquitetura” ocupar-se-ia da definição dos percursos e acessos dentro dessa área para a sua visita. O segundo sector centrava-se na reconversão da antiga estação ferroviária de Modivas, no sentido de a transformar num Centro Interpretativo, e nos arranjos exteriores envolventes. O Centro deveria cumprir a função de recepção aos visitantes, integrando dois espaços: uma sala de exposição e um mini auditório, além das respectivas áreas de apoio, nas quais se incluíam sanitários e ainda arrumos de apoio ao edifício e à manutenção do espaço arqueológico. A articulação entre os dois sectores é feita através de um extenso percurso, a refazer e completar, por entre campos de cultivo.

Devido à indefinição da área do monumento, dissimulado ainda no meio da folhagem envolvente, o projeto centrou-se fundamentalmente na reconversão da antiga estação ferroviária de Modivas para cumprir as funções de Centro Interpretativo, bem como nos arranjos exteriores envolventes, tanto os dos espaços de acesso a partir da nova estação do Metro de Modivas Sul como os do percurso de articulação com o monumento. A proposta caracteriza-se pelo esvaziamento do edifício, demolindo todos os elementos no seu interior (incharacterísticos e em ruínas) e libertando-o para a integração do programa principal. E também pela demolição das construções anexas ao edifício, para criação, entre este e o muro vizinho a Nascente, de um novo corpo para contenção da áreas complementares de apoio.

O edifício existente transforma-se assim, organizando-se internamente em dois espaços: o do mini auditório com capacidade para 28 pessoas, destinado às visitas de grupos, e o espaço de recepção/exposição, separados entre si por um plano de vidro duplo que permite a leitura integral do interior do corpo da antiga estação. O espaço de recepção procura ser o mais interativo possível, podendo manter-se aberto num horário mais alargado. Será servido por um balcão de atendimento que acumulará as funções de mini bar e de loja para informação e venda de produtos secundários (merchandising), complementado por um móvel expositor. Um móvel/vitrina e um plano com painéis multimédia sobre o tema do Megalitismo completam o espaço. Um espaço de arrumo para o mini auditório e outro de apoio ao espaço de recepção/exposição, uma copa, duas instalações sanitárias adaptadas para deficientes, acessíveis a partir dos espaços principais, e dois armários técnicos nos topos (para instalações infraestruturais) integram o estreito corpo de ampliação, iluminado através de um sistema de pequenas claraboias. Quase imperceptível no seu volume, a nova construção materializa-se exteriormente nos dois planos definidos pelas grelhas metálicas que servem os armários técnicos e que desenham o desencosto entre o edifício e o muro de suporte adjacente.

A nível construtivo, mantiveram-se as paredes existentes de alvenaria de granito do corpo

primitivo, redefinindo-se a parede da antiga fachada Nascente com uma estrutura porticada de betão armado confinante com o novo corpo de ampliação. No interior, optou-se por uma forra de placas de gesso cartonado em todas as paredes periféricas, com colocação de isolamento térmico intercalar. O mesmo revestimento redesenha a referida parede a Nascente e, associado a uma estrutura metálica própria, forma as divisórias que configuram os espaços complementares. No restante, repõe-se a cobertura em telhado, preenchem-se os vãos de fachada com caixilharias de ferro metalizado, associadas a portadas interiores de correr, e desenham-se os vãos interiores de madeira pintada.

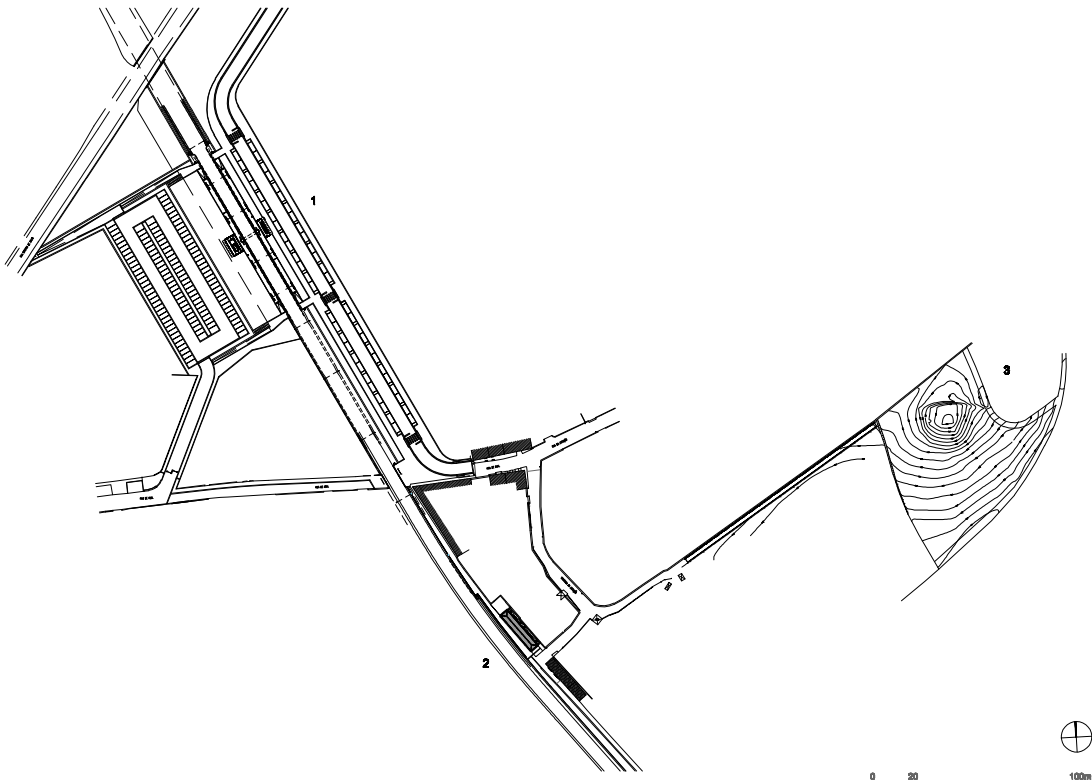
Na envolvente do edifício, o projeto abrange a extensão de área pavimentada de ligação à atual estação de Metro de Modivas – Sul, apostando numa continuidade com os materiais integrantes da área que a enquadra. O revestimento com microcubo de granito estende-se a todo esse percurso e à área frontal ao edifício. No limite ao longo da plataforma do Metro é rematado por uma guia de granito, sobre a qual serão fixadas as guardas de proteção, sendo fechado no topo Sul por um muro de granito articulado com um sistema de rampas. No topo Norte do edifício será consolidada a atual área ajardinada, mantendo a grande árvore existente. O percurso que ligará ao Monumento é definido por dois troços: o arruamento para serviço de veículos agrícolas, na extensão necessária para acesso aos campos, e o novo caminho com características exclusivamente adequadas a peões. Uma vedação opaca de aço corten substitui-se à eventual reconstrução do atual “muro” de suporte que se estende ao longo do ressalto lateral ao caminho, criando uma superfície contínua intervalada ritmadamente por espaços para aposição de painéis informativos.

77

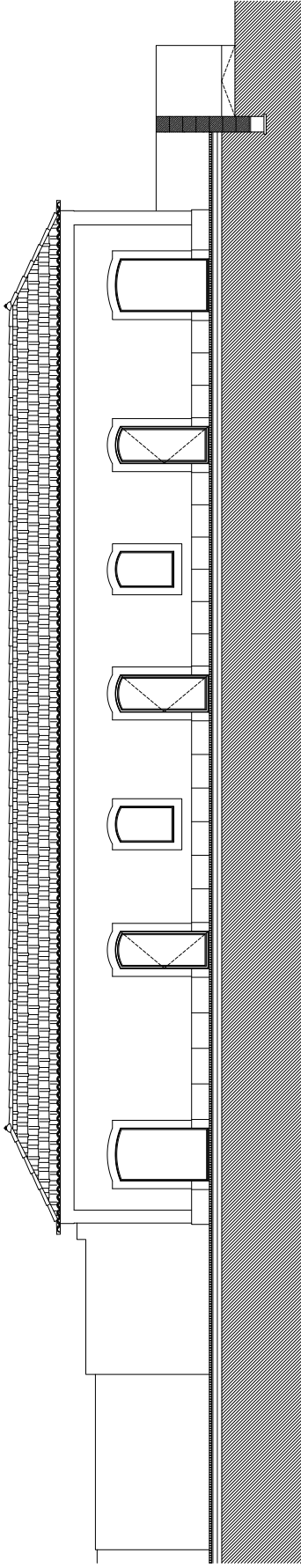
Das deambulações do projeto fica a consciência da importância que a permanente crítica assume na sua evolução. É importante ter-se o distanciamento necessário para que ela possa atuar de uma forma construtiva, ajudando-nos a ultrapassar a apressada fixação em soluções condicionada pela nossa inexperiência. É a gradual percepção de que o projeto assenta num processo de persistência sem o qual se torna improvável a necessária maturação das ideias e a consequente consolidação das propostas.

E foi assim que profundas alterações ocorreram na transposição do Estudo Prévio para o Anteprojeto, fase atual do desenvolvimento da solução. Um Anteprojeto elaborado como de um Projeto de Execução se tratasse, sabendo-se que, de acordo com o definido pela “Metro do Porto”, este será posteriormente desenvolvido por nós mas com as equipas de especialidades a designar pela firma construtora a quem entretanto a obra seja adjudicada. Porque, segundo a estratégia traçada, importava comprometer o mais possível o construtor com todas as especificações inerentes à solução arquitectónica preconizada, o que só uma pormenorização refinada e um caderno de encargos exigente permitem assegurar.

(1) Pinto, P. (s/d), Monumento Megalítico da Ínsua – Vilar. Projeto de Valorização. Centro Interpretativo, arquivo Câmara Municipal de Vila do Conde.

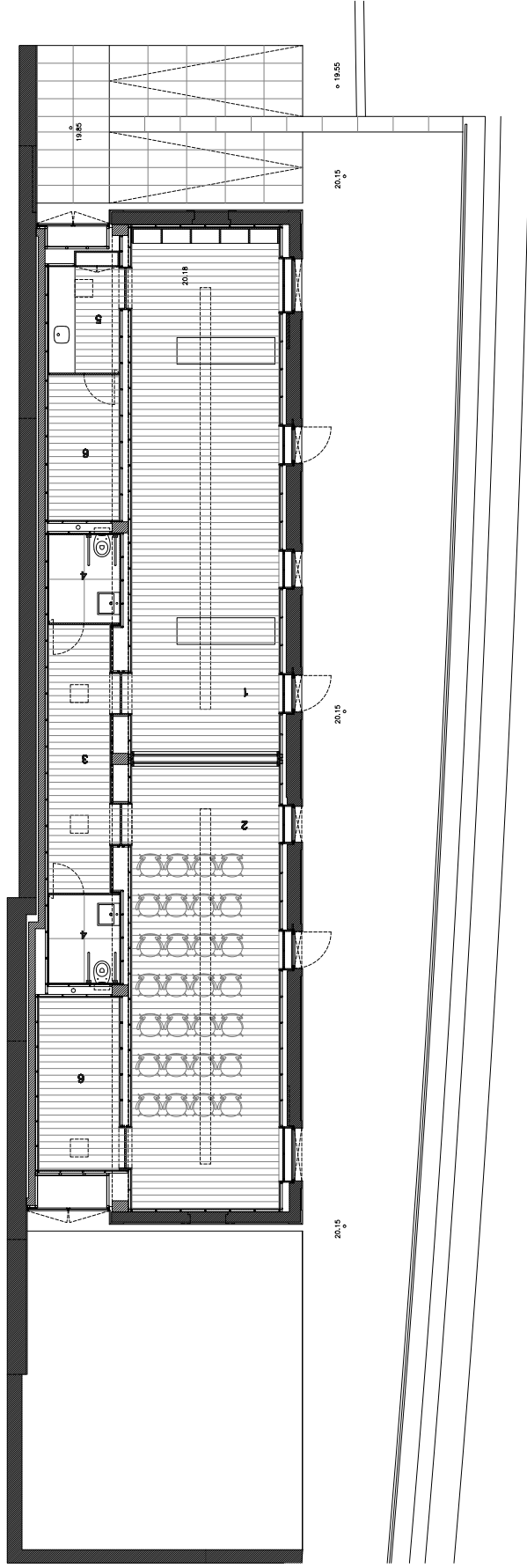


1-ESTAÇÃO DE MODIVAS SUL (METRO) 2-ANTIGA ESTAÇÃO DE MODIVAS 3-MONUMENTO MEGALÍTICO



ALÇADO PRINCIPAL

5 |

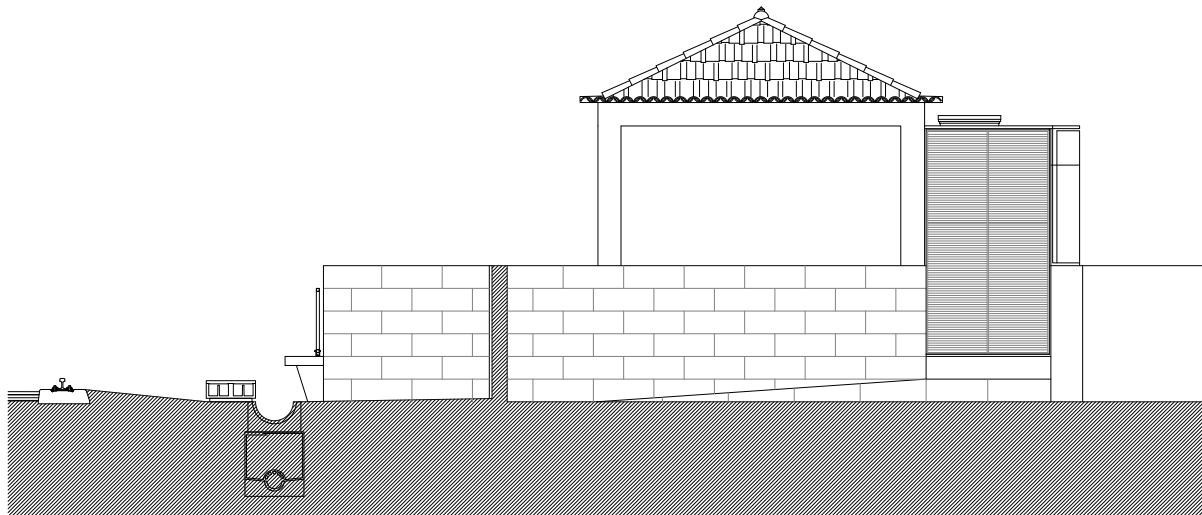


5 |

PLANTA - PISO 0

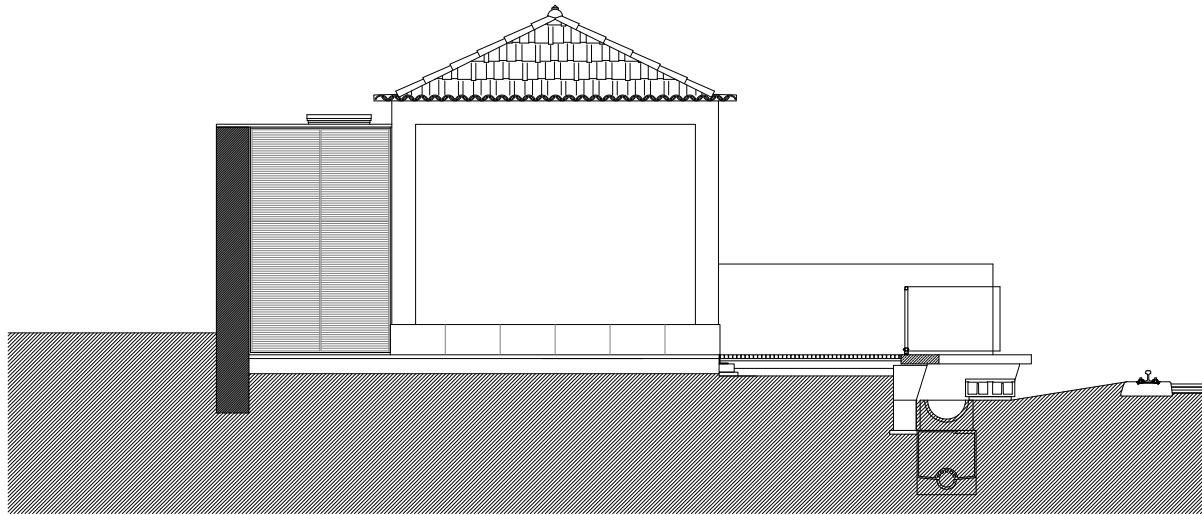


1--RECEPÇÃO/EXPOSIÇÃO 2--AUDITÓRIO 3--DISTRIBUIÇÃO 4--SANITÁRIO 5--COPA 6--ARRUMADO

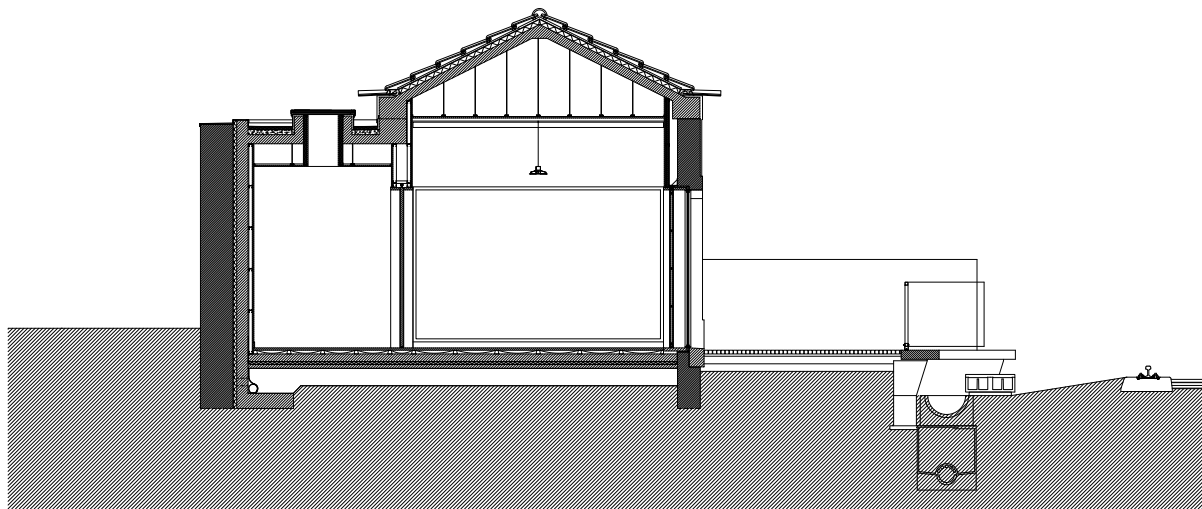


ALÇADO LATERAL DIREITO

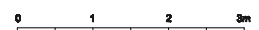
80

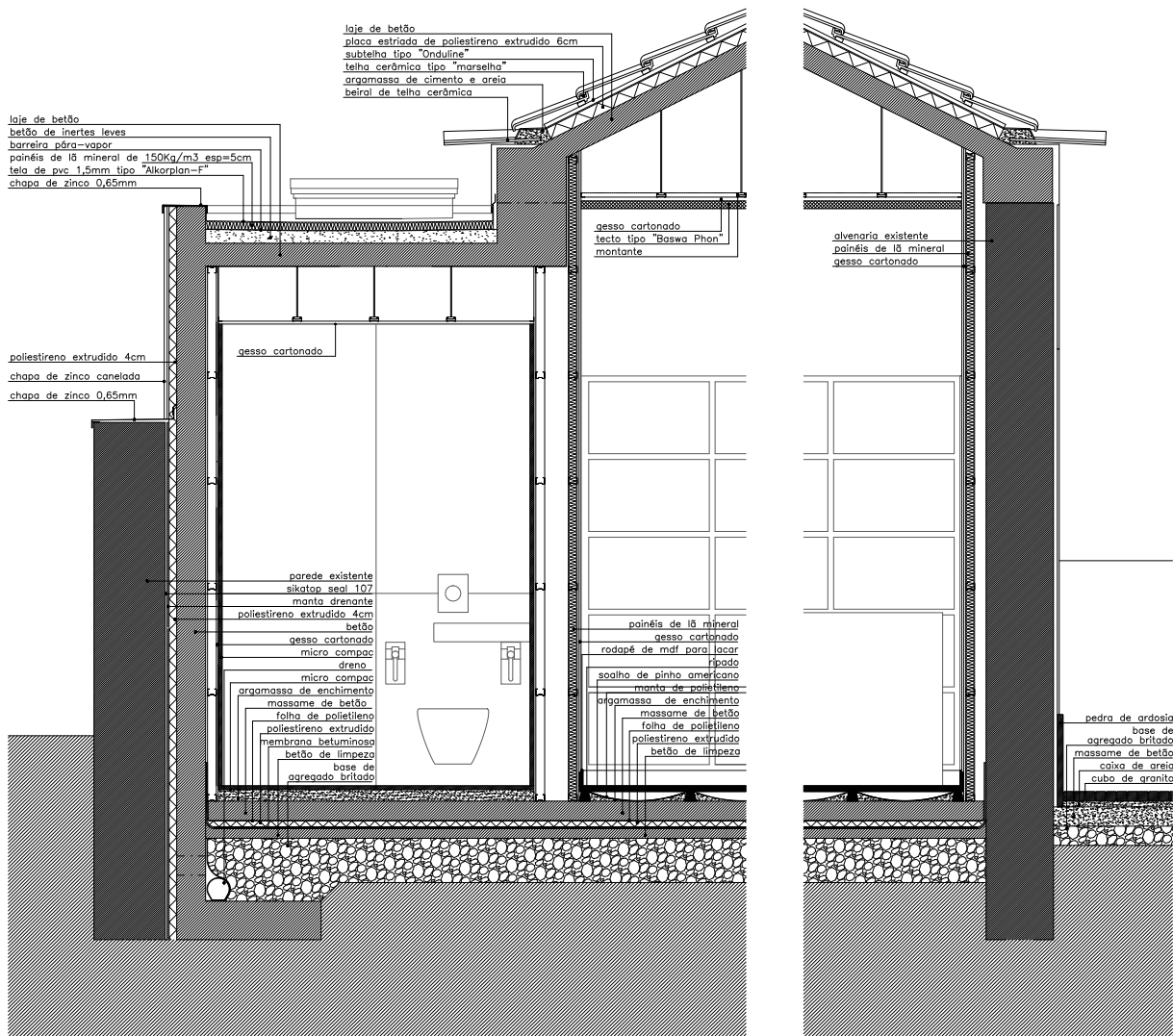


ALÇADO LATERAL ESQUERDO

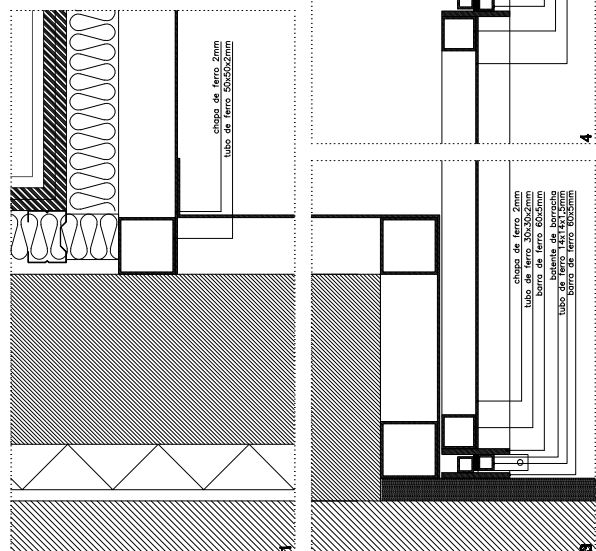
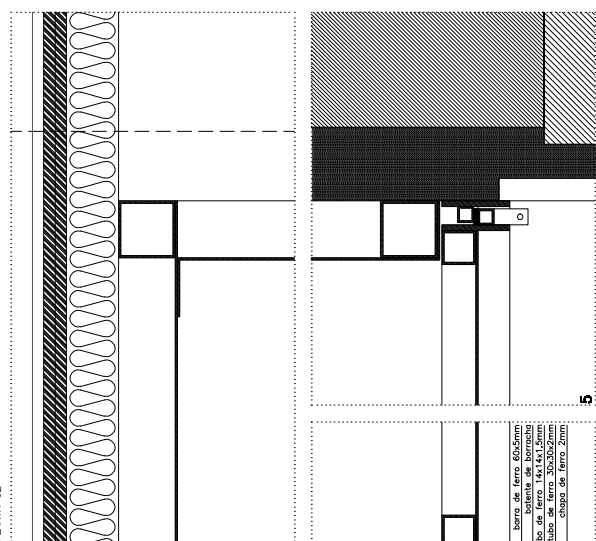
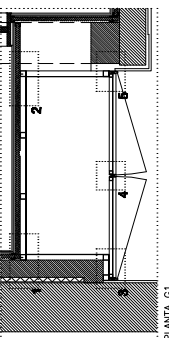
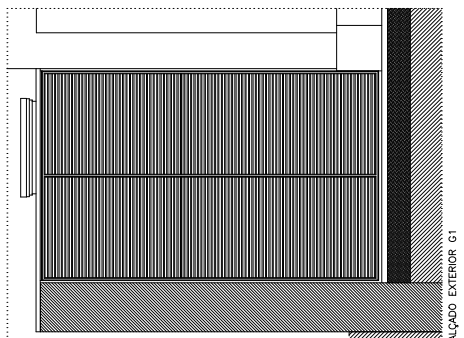
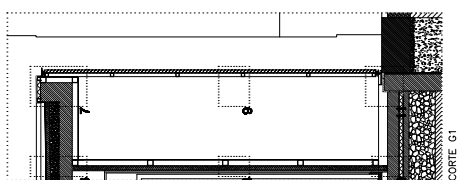
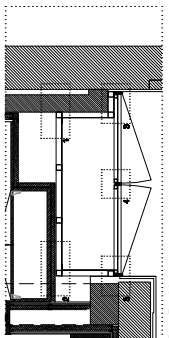
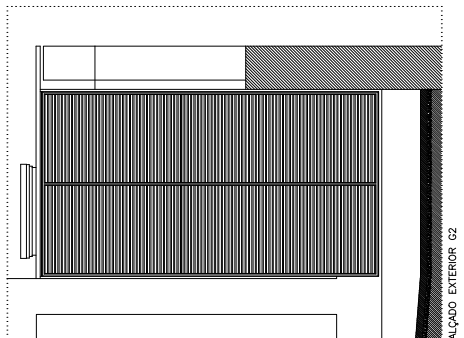
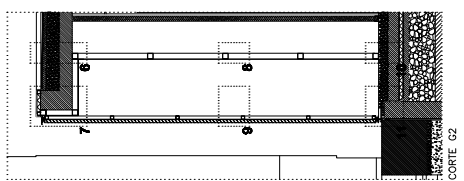
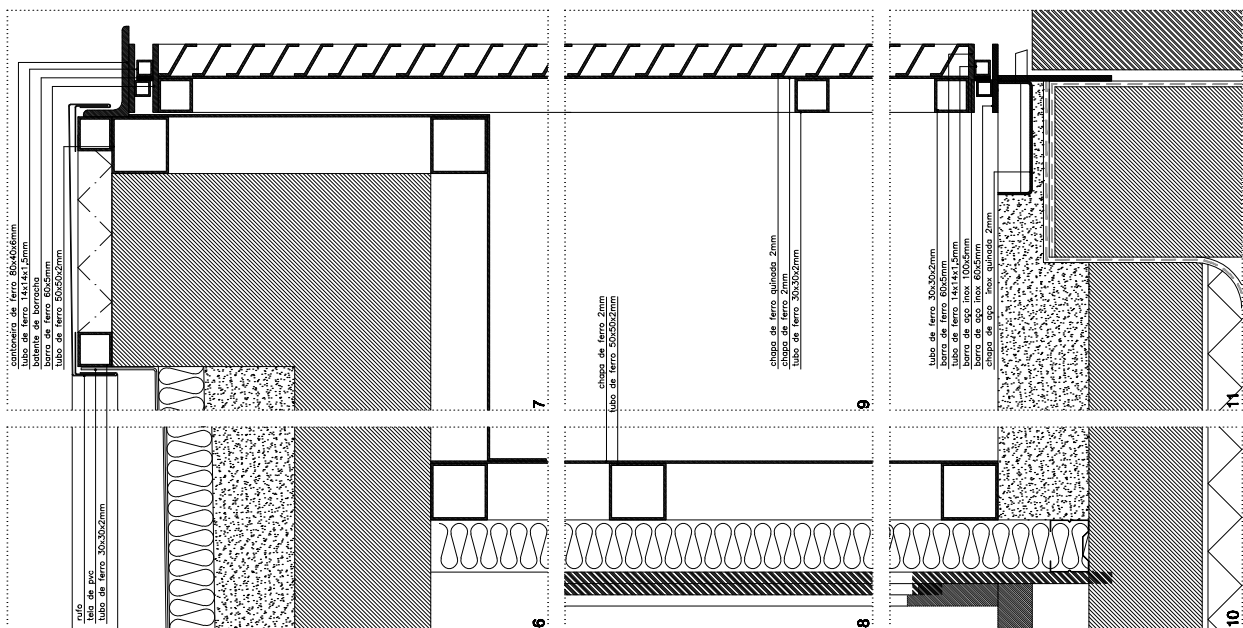


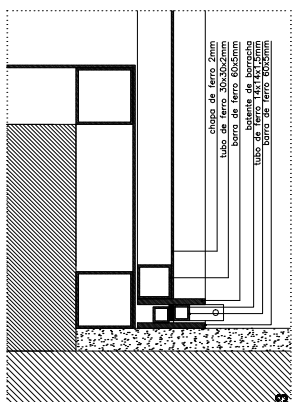
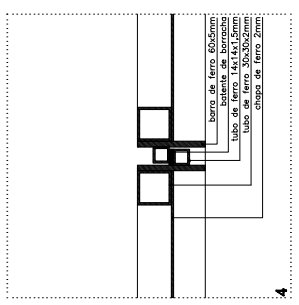
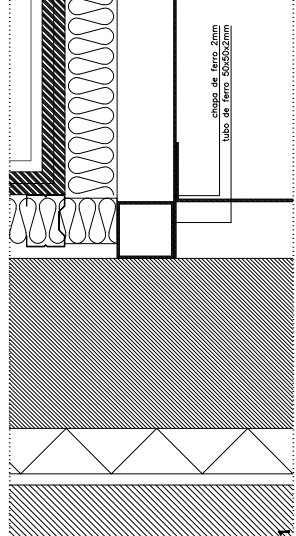
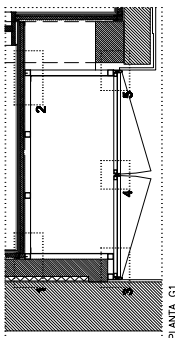
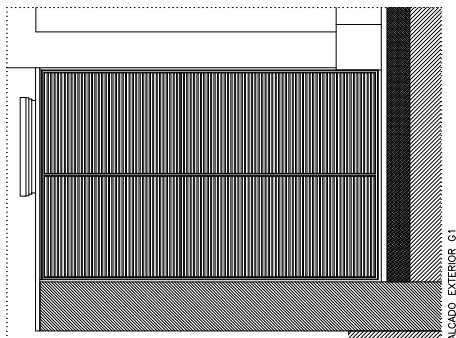
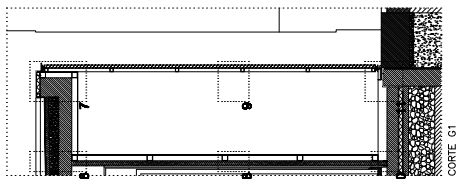
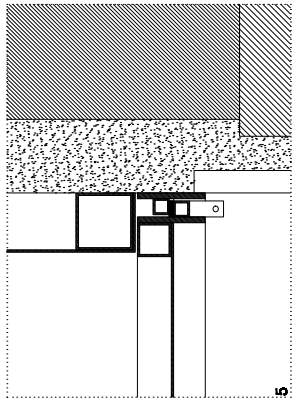
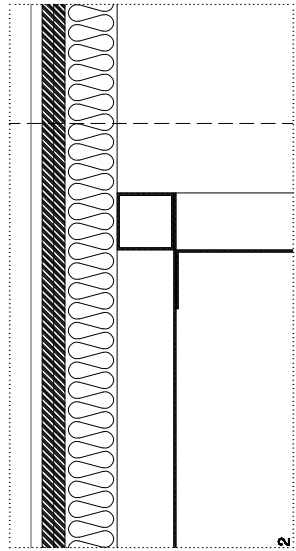
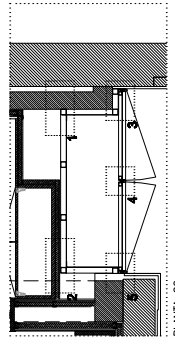
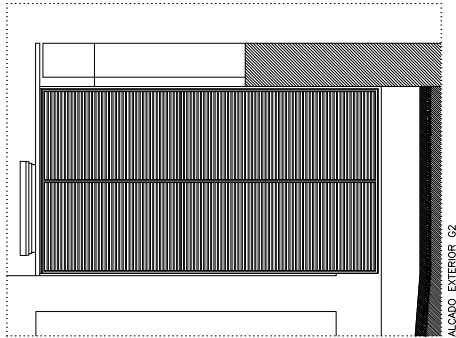
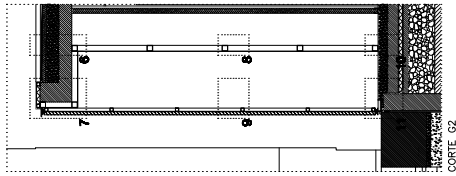
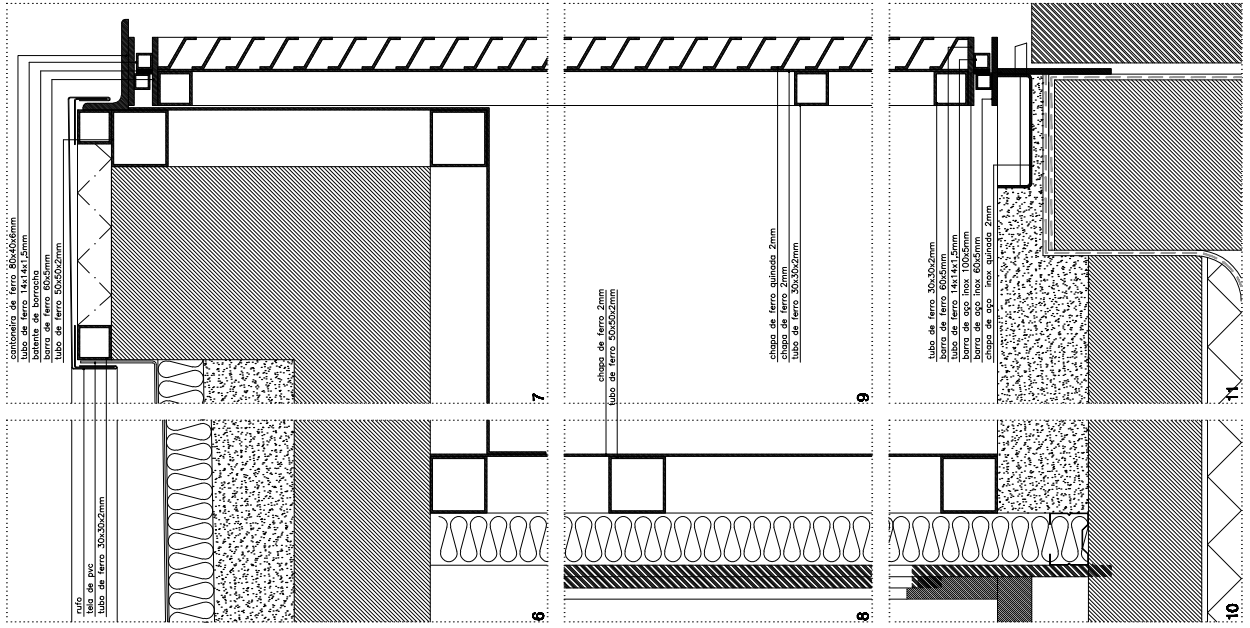
CORTE C1





CORTE CONSTRUTIVO







33. Prédio onde se localiza o apartamento
Fotografia: Arquivo do escritório do Arq. José Gigante

Casa Henrique Costa

Trata-se da remodelação de um apartamento situado na rua Dr. Henrique de Miranda, no Porto. Procurava-se uma resposta ao projeto num curto espaço de tempo e com custos controlados. Devolver à habitação espaços onde fosse possível um viver prático e confortável foi a razão da proposta, que, à partida, não parecia especialmente complexa. Era a oportunidade de trabalhar um programa simples, numa obra de pequena escala, mais contida e condicionada, enquadrado num tipo de trabalho estimulado pelo escritório como forma dos colaboradores poderem abordar simultaneamente vários exercícios de diferentes escalas. E, neste caso, foi a primeira abertura para acompanhar o processo no seu todo, desde a génese do projeto até à própria execução da obra.

O programa encontrava-se definido à partida, uma vez que se tratava da remodelação de um apartamento para uma família já constituída e relativamente estabilizada: uma habitação com três quartos, sala comum, cozinha ampla preparada para pequenas refeições (complementada por uma lavandaria) e ainda um escritório. No entanto, a incaracterística configuração do espaço disponível convidava a uma solução arquitectónica baseada numa significativa redefinição do modelo preexistente. Procurava-se dar amplitude aos espaços comuns e mobilidade funcional ao seu todo, proporcionando uma maior versatilidade no uso da habitação, numa tentativa de reanimação da própria identidade da casa.

A solução passou, em primeiro lugar, pela anulação do espaço da pequena “saleta” situada entre a sala e a cozinha preexistentes, permitindo ganhar dimensão na sala comum – uma decisão que demorou a fixar, uma vez que os proprietários faziam questão de manter um espaço complementar que servisse de escritório. O modo de resolver tal problema passou pela criação de uma ampla antecâmara na zona dos quartos, aí proporcionando as condições para o seu funcionamento como espaço informal de escritório partilhado por todos os utentes da casa. De certa forma, este acabou por ser um pretexto para reordenar de modo radical a área de acesso aos quartos, substituindo o antigo e sinuoso corredor por um único espaço central. E, obviamente, acabou por ser também o pretexto para redesenhar a configuração dos quartos e a disposição das instalações sanitárias, procurando dar coerência formal à sua articulação.

A luz ganha particular importância no projeto, na forma como “desenha” os espaços. A deliberada transparência do vestíbulo de entrada na articulação entre a sala e o vestíbulo/escritório traz vida ao interior da habitação. Os espaços, antes fragmentados, ganharam fluidez e clareza na sua definição, prolongando-se as áreas comuns para o exterior na relação com o amplo terraço situado nas traseiras do apartamento.

A partir daí, e até porque se tratava de uma recuperação, o Projeto de Execução incidiu particularmente na pormenorização dos novos elementos, num processo nem sempre linear,

marcado pela permanente aferição dos contornos da solução no seu todo. Desenharam-se as portas, os armários, os rodapés e remates diversos das carpintarias; escolheram-se os perfis das caixilharias de alumínio e dimensionaram-se as suas folhas, fixas e móveis, acertando os remates periféricos; modularam-se os móveis de cozinha com base num modelo “standard” consensualmente adoptado; posicionaram-se os equipamentos de série nos mesmos; distribuíram-se os pontos de iluminação ambiente; definiram-se os revestimentos de pavimentos e paredes - tudo enquadrado na procura uma certa unidade e identidade espacial.

As poucas referências que tinha até aí vinham da escola, em particular das aulas de Construção. Contudo, as várias discussões no âmbito da equipa de trabalho, com colegas mais experientes, melhorou a minha percepção do trabalho, ajudando-me a ultrapassar as hesitações e incertezas iniciais. E a permanente e obrigatória referência à execução real da obra acabou por contribuir para um maior domínio das situações, pelas exigências naturalmente afectas a toda a pormenorização construtiva.

O processo da obra foi entusiasmante. Obrigou, de modo insistente, a pequenas adaptações, situação recorrente neste tipo de intervenção, que acabaram por se revelar compensadoras na forma como se constituíram em mais valias do projeto. Entregue a um único empreiteiro, a obra decorreu de modo relativamente pacífico, moldando-se às expectativas e necessidades programáticas, num processo nem sempre alheio a controvérsias mas onde as sempre renovadas cumplicidades entre o arquiteto e o cliente foram capazes de ir construindo o equilíbrio inerente ao cumprimento dos desígnios do projeto.



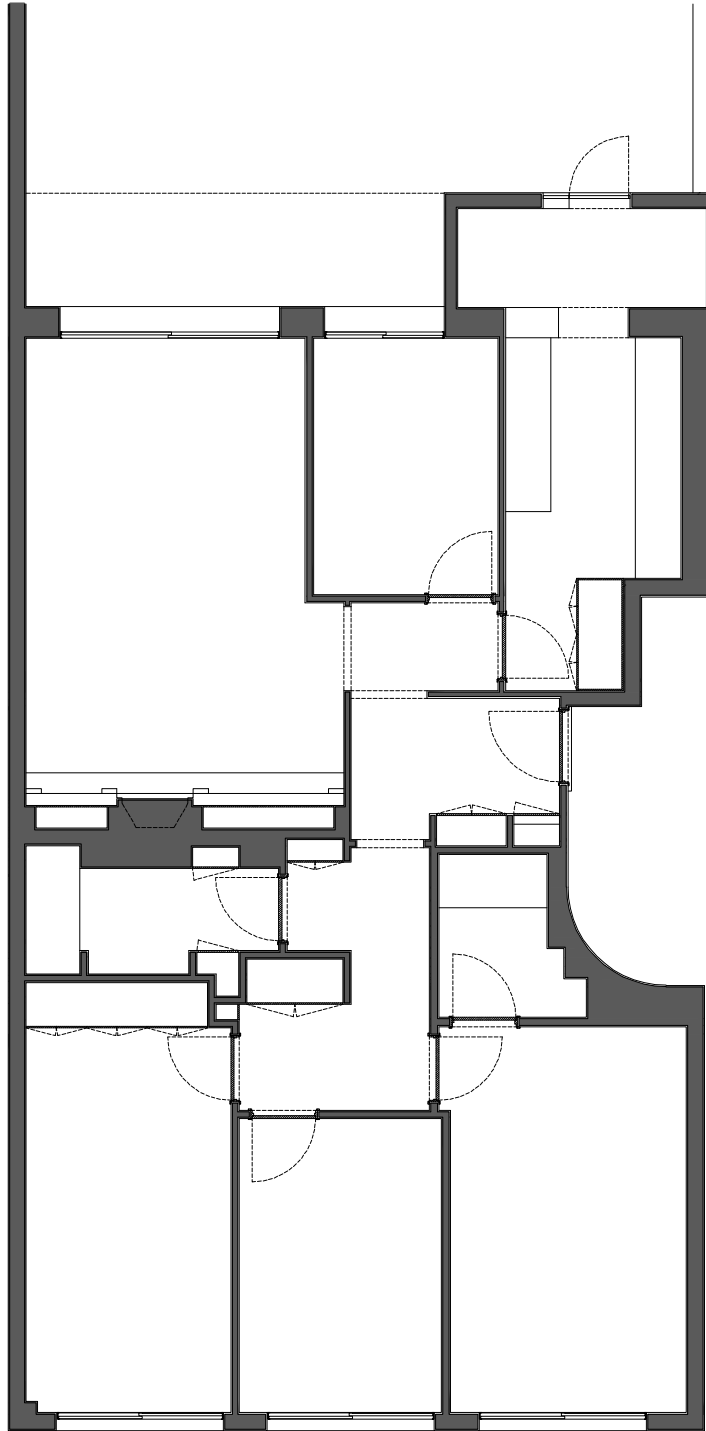
34. Vista do escritório



35. Vista da sala

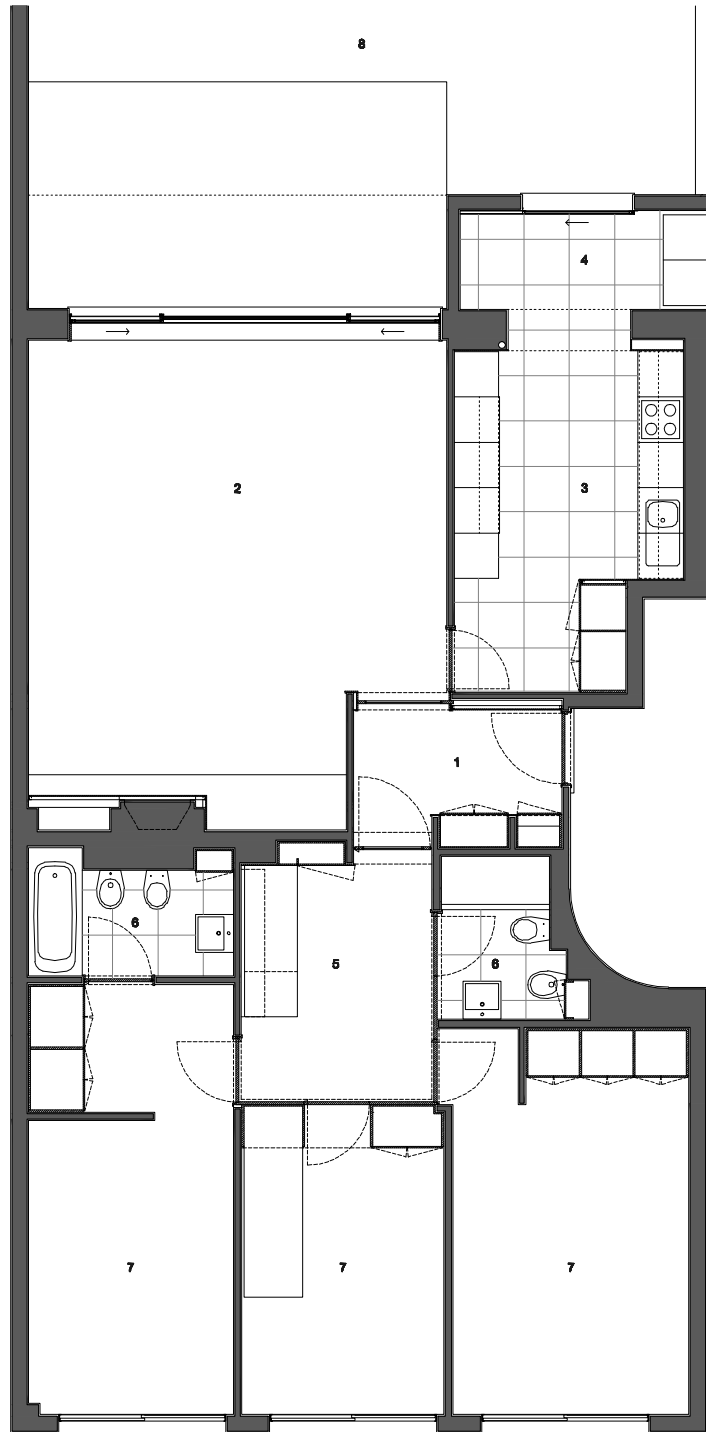


36. Vista da sala a partir do terraço

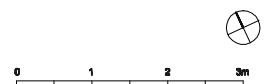


PLANTA DO EXISTENTE - PISO 0

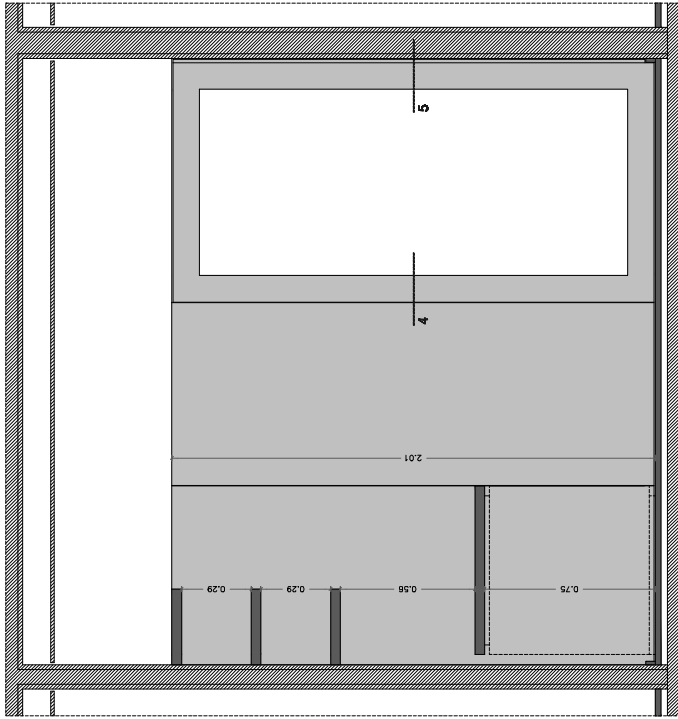




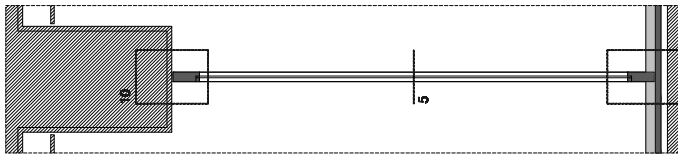
PLANTA DO PISO 0



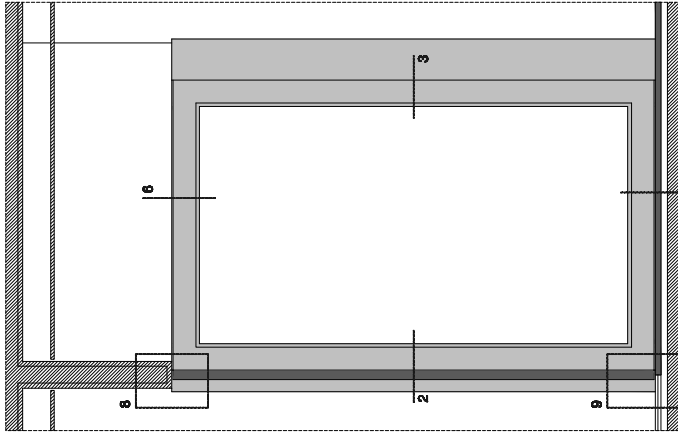
1-VESTIBULO 2-SALA COMUM 3-COZINHA 4-LAVANDARIA 5-ESCRITORIO 6-QUARTO DE BANHO 7-QUARTO 8-TERRAÇO



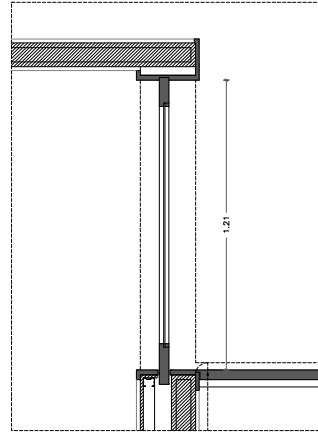
ALÇADO PORTA P2



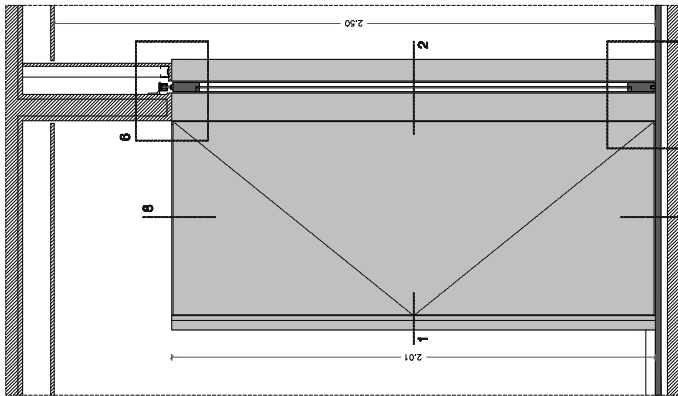
CORTE 11 PORTA P2



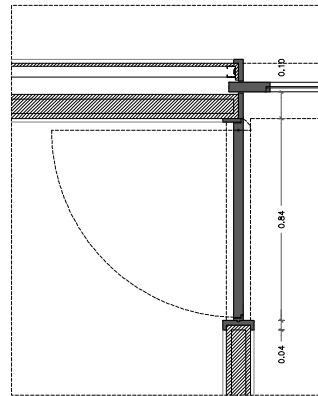
ALÇADO PORTA P1



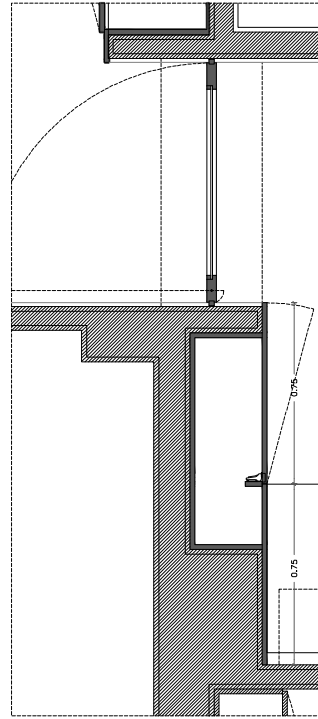
PLANTA PORTA P1



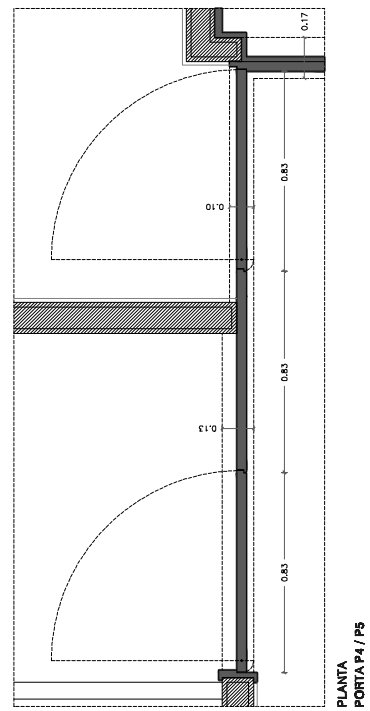
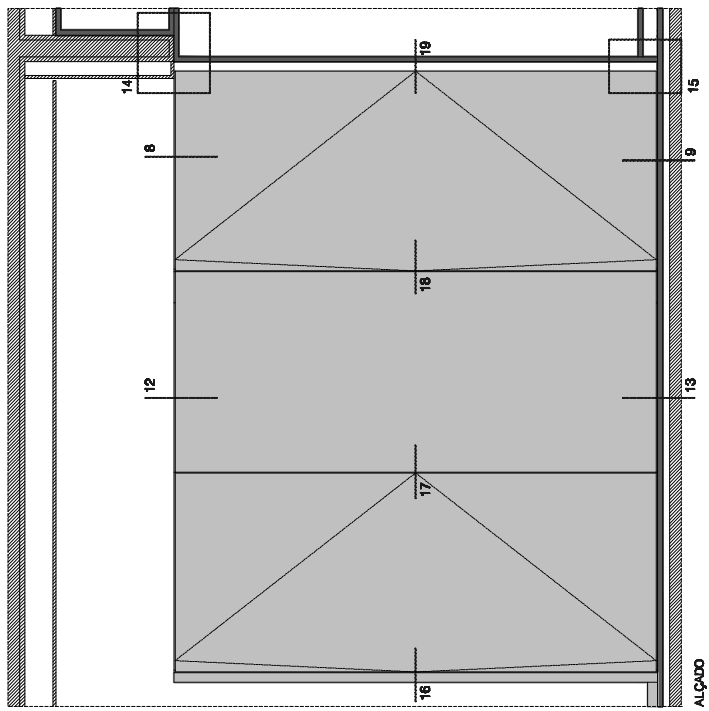
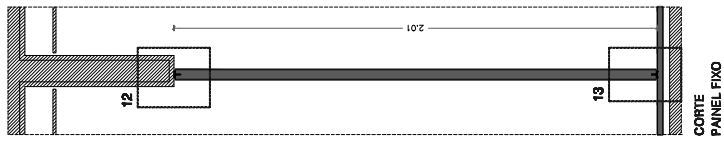
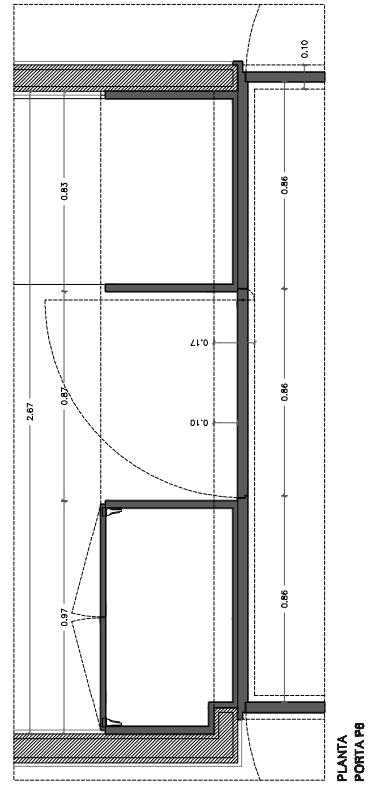
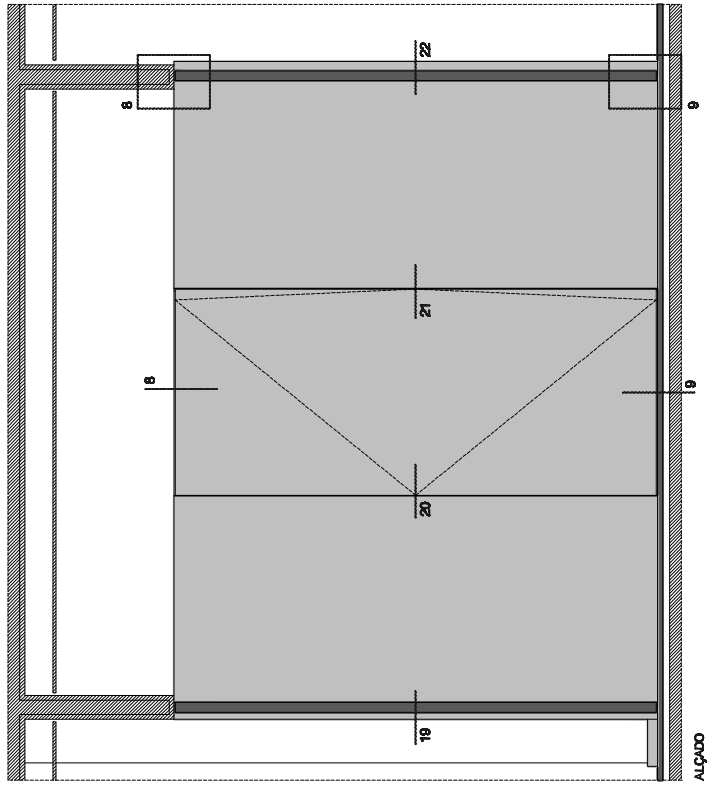
ALÇADO PORTA P3



PLANTA PORTA P3



PLANTA PORTA P2





92

37. Vista geral do Campus de Cantoblanco da UAM
Fotografia: Arquivo do escritório do Arq. José Gigante

Designação: Concurso de Projectos de Ideias Arquitectónicas para a construção de um edifício de serviços para o Campus de Cantoblanco da Universidade Autónoma de Madrid, denominado "Plaza de la UAM"

Projeto: Ana Pedrosa, Ângelo Lopes, João Gomes, José Almeida, José Gigante

Data: Fevereiro de 2007

Plaza de la UAM

Trata-se do projeto de um edifício de serviços para o Campus de Cantoblanco da Universidade Autónoma de Madrid, denominado “Plaza de la UAM”, apresentado num concurso público internacional promovido pela Universidade, o qual foi distinguido com o segundo prémio. Desenvolvido num processo de coautoria por uma ampla equipa, onde houve espaço para o cruzamento de vontades na construção da ideia de projeto, contou ainda com o apoio de algumas especialidades na consolidação da proposta, particularmente no que se refere à solução estrutural e infraestrutural.

Foi o primeiro concurso em que participei. Por momentos, senti uma aproximação nostálgica ao ambiente escolar ao viver com entusiasmo a experimentação da ideia, com recorrência a esquiços, maquetas de estudo, diagramas de representação espacial, cruzando referências (lembro particularmente as obras de Vilanova Artigas) e imagens em longas das insistentes conversas à volta do estirador.

O edifício projetado situa-se numa área de transição entre a malha dos anos sessenta que deu origem à Universidade, de traçado denso e regular, e o conjunto mais disperso das unidades que a partir dos anos oitenta a foram complementando na atual configuração do Campus. Situa-se também no remate de uma extensa parcela ajardinada (onde se implanta o edifício da Reitoria) que se prevê prolongar-se para nordeste consolidando os espaços livres intercalares de uma nova malha em crescimento. (1)

Implantada estrategicamente na confluência dos percursos de peões que ladeiam e sulcam a longa faixa ajardinada, o edifício proposto introduz uma nova racionalidade, inerente ao projeto, na leitura da urbanidade em que se insere, todavia indissociada da mesma, pela sua condição de espaço público e pelo programa que o consubstancia. Constrói-se sobre duas ideias aparentemente contraditórias. Por um lado, contrapõe uma forte presença no ordenamento do conjunto, assumindo-se como peça única; por outro, desenha-se permeável no propósito de dar continuidade ao jardim, articulando espaços de lazer. Assim, incorpora um amplo pátio no interior do volume, que antecede a praça coberta (para quem acede do jardim), exatamente com as mesmas dimensões desta, criando uma deliberada gradação entre exterior e interior.

À primeira vista, a sua leitura exterior revela-nos um objecto estranho, crispado, neutro, uniforme nas suas superfícies contínuas de betão branco, aparentemente indiferente à sua envolvente. Porém, um segundo olhar descobrirá algo diverso: o suposto monólito está suspenso no ar, levitando sobre o jardim. Por detrás da membrana de betão que o limita, a luz natural desce, reflectida, até ao solo, revelando a delgada espessura da fachada. E, sob esta, sustendo os balanços, os apoios diluem-se na construção de dois corpos de embasamento coesos e regulares, porém integralmente revestidos por uma superfície de vidro que deliberadamente

mascara a sua solidez. (1)

Os segmentos modulares do programa e os núcleos de acesso vertical são condensados nestes dois volumes, estratificados em três pisos. Os seus espaços envidraçados são voltados para o interior nos dois primeiros pisos, servidos pela praça coberta e por um sistema de galerias no piso 1. Neste nível, o envidraçado voltado para o exterior serve de proteção ao grande plano expositor mutante disposto na extensão de toda a fachada, com iluminação própria, sugerindo uma aparente imaterialidade que faz levantar o amplo e cintado corpo de betão armado. No piso superior os espaços abrem para o exterior, sombreados por um plano vertical de betão que assegura a proteção solar dos envidraçados nas fachadas orientadas para Nascente, Poente e Norte. Um sistema de toldos móveis horizontais completaria o sistema, fundamentalmente no que se refere à fachada Sul. Levitando sobre o espaço central, de transição entre o pátio descoberto e a “praça”, dispõe-se transversalmente o volume do auditório.

O programa distribui-se por quatro pisos. O primeiro, o piso -1, é ocupado pelo estacionamento, por uma zona de carga e descarga e pelo serviço de reparação e manutenção de automóveis.

O piso 0 é o da grande praça coberta que dá nome ao edifício, onde se concentram as áreas de restauração (restaurantes especializados, cafetaria, e cantina) e uma zona de livraria e papelaria, desenvolvida em dois níveis. Abrindo e prolongando-se através de um amplo espaço exterior até a rua, articula-se ainda com as galerias de distribuição no piso 1 e o com o pátio ajardinado. O seu interior é coberto por um sistema de claraboias orientadas a norte, com luz solar indireta.

94

No piso 1, localizado na transição entre a praça coberta e o pátio ajardinado, e articulado com este, dispõe-se um amplo espaço transversal sob o auditório, livre de qualquer condicionamento estrutural, que serve de foyer e suporte para albergar exposições temporárias. Ainda neste piso, e nos corpos longitudinais, estão situados todos os serviços externos à Universidade previstos no programa, servidos por galerias de distribuição diretamente articuladas com o pátio ajardinado e com a praça coberta.

No piso 2 encontram-se os serviços próprios da Universidade, com um tipo de apropriação específico. Servidos por um corredor iluminado por uma abertura superior tangencial à parede de betão que o limita, estes espaços abrem-se para a periferia do edifício, dando a ler a estrutura vertical de betão armado que o uniformiza. No centro do volume, sem qualquer apoio explícito, o auditório polivalente levita sobre o espaço coberto.

A cobertura assume-se como um amplo espaço técnico destinado às unidades de climatização e outros dispositivos infraestruturais. Grande parte da sua área será ocupada por uma esteira metálica onde serão fixados os colectores solares térmicos e fotovoltaicos, devidamente orientados para Sul.

A estrutura do edifício, cúmplice do seu próprio desenho, é essencialmente realizada em betão armado, totalmente monolítica, sem qualquer junta de dilatação, exceptuando o vão correspondente

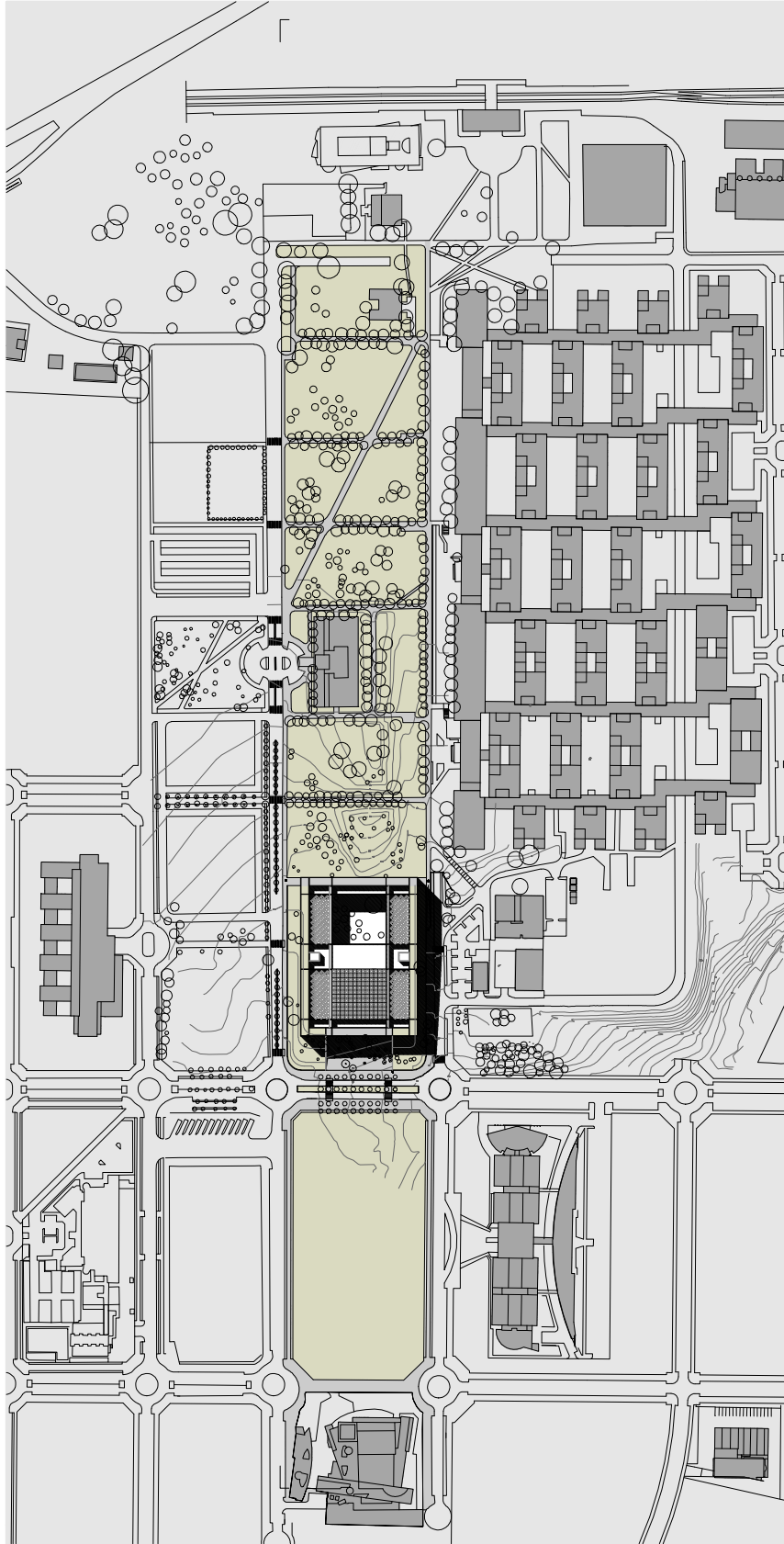
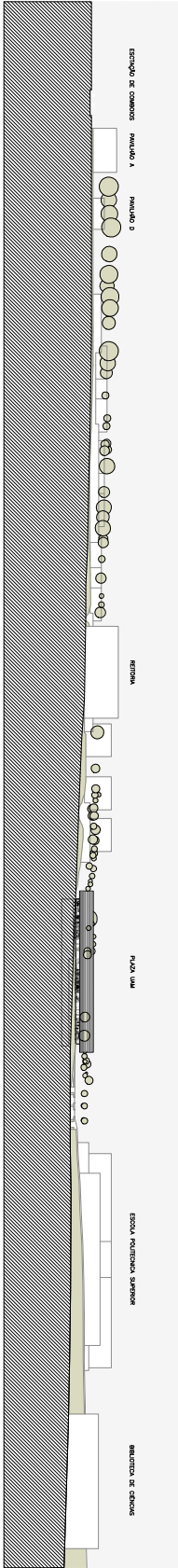
ao auditório e a cobertura da praça, onde é utilizado o aço em perfis laminados. Ela constrói-se a partir de um sistema de pilares, paredes e vigas de betão armado, onde se destacam 6 pares de paredes transversais sobre as quais apoiam as extensas vigas-parede transversais principais, com vãos da ordem dos 40 metros. Perpendicularmente a estas dispõem-se duas vigas-parede longitudinais no limite do edifício, da praça e do pátio, todas com cerca de 9,5m de altura. Toda a periferia do edifício, afastada cerca de 5,5m em relação ao edifício propriamente dito, é suportada pela extensão das vigas-parede longitudinais e de 8 vigas-parede transversais. Tudo constituindo um sistema musculado onde, de certo modo, se revê todo sentido compositivo do volume.

Obrigados, por inerência do próprio regulamento do concurso, e no âmbito do anonimato previsto, a identificar a proposta por uma designação, demos o nome ao projeto de “Insostenible Levedad”.

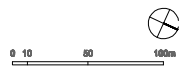
Uma insustentável leveza: a de um amplo e cintado corpo de betão que, sem lhe tocar, se apropria do espaço onde se implanta.(...)Um desafio também para a concepção estrutural do objecto, onde obrigatoriamente se desenha a complementaridade entre os espaços encerrados e abertos, entre as praças, coberta e descoberta, que medem o pulsar interno do volume. (...) Na mesma estrutura expressa-se a relativa imprecisão do limite entre dentro e fora, sobre uma aparente ambiguidade que a plasticidade do betão armado permite. (1)

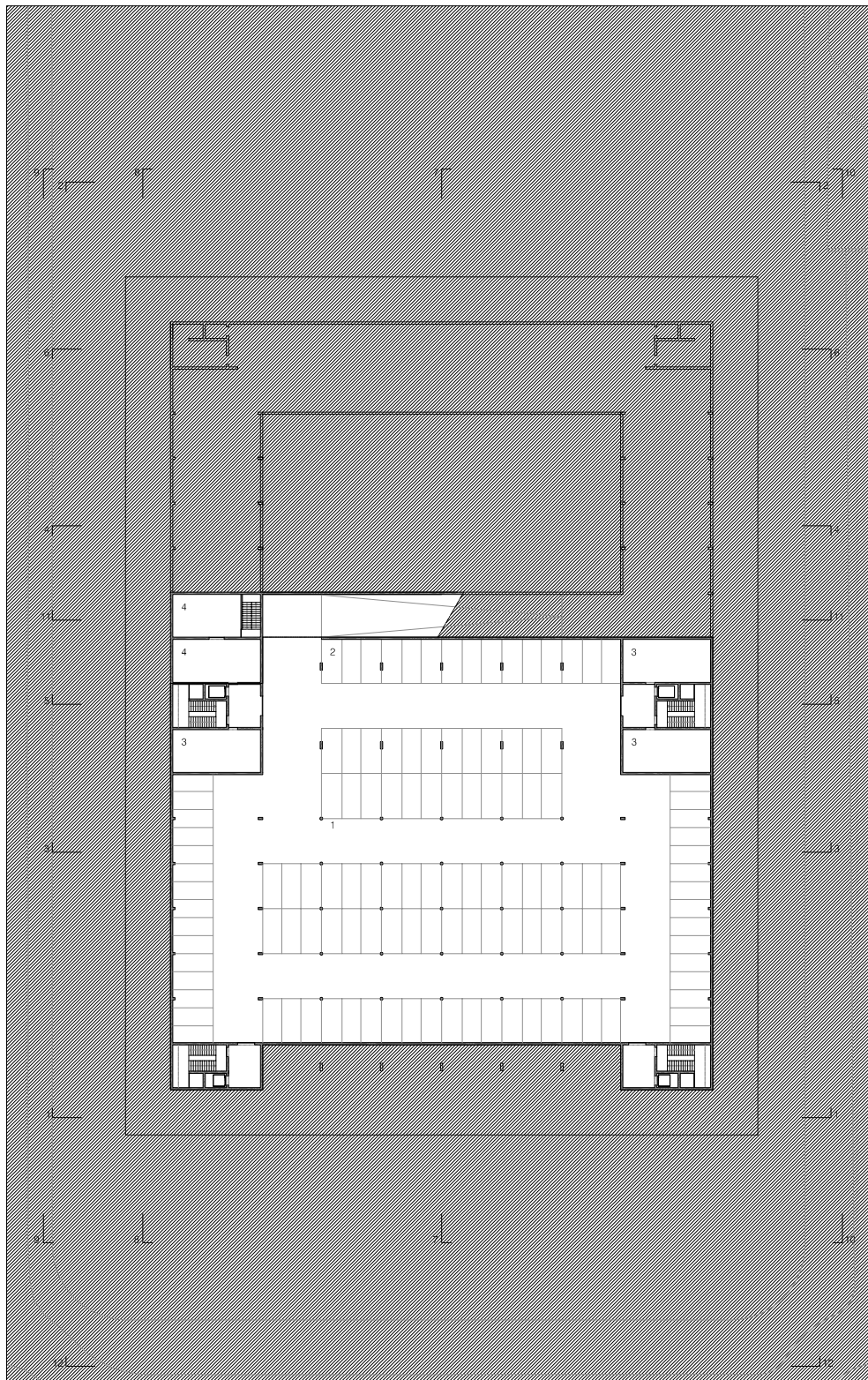
A viagem a Madrid para, em conjunto, participarmos na cerimónia oficial de anúncio dos prémios, foi o culminar de uma experiência gratificante, em que mais do que o reconhecimento de um trabalho, se estreitaram afinidades no interior da própria equipa de projeto.

1- Gigante, J. (2007), Memória descritiva “Plaza De La UAM” - Concurso De Projetos De Ideias Arquitectónicas Para A Construção De Um Edifício De Serviços Para O Campus De Cantoblanco Da Universidade Autónoma De Madrid, Denominado “Plaza De La UAM”, Arquivo do Escritório do Arq. José Gigante.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

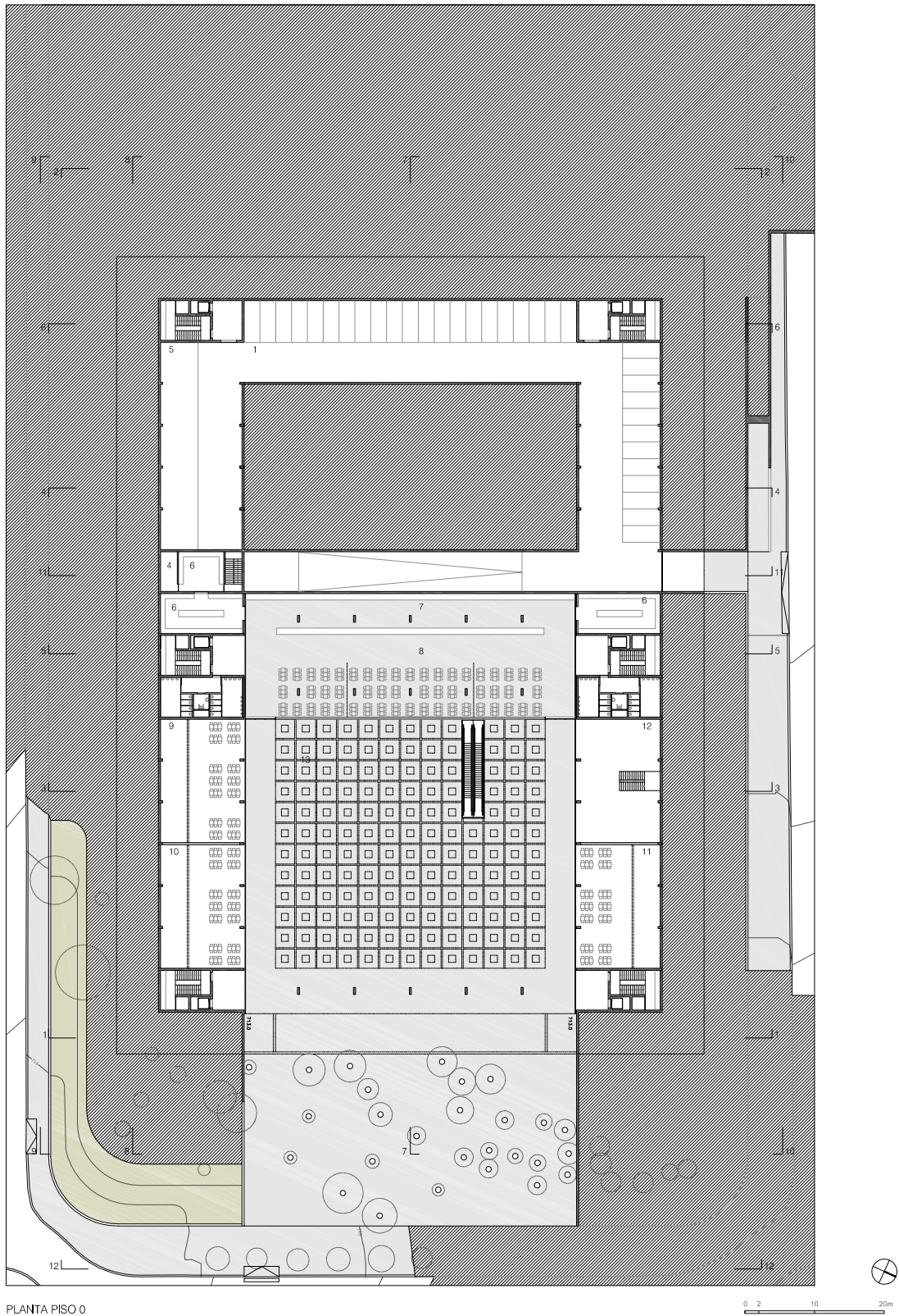




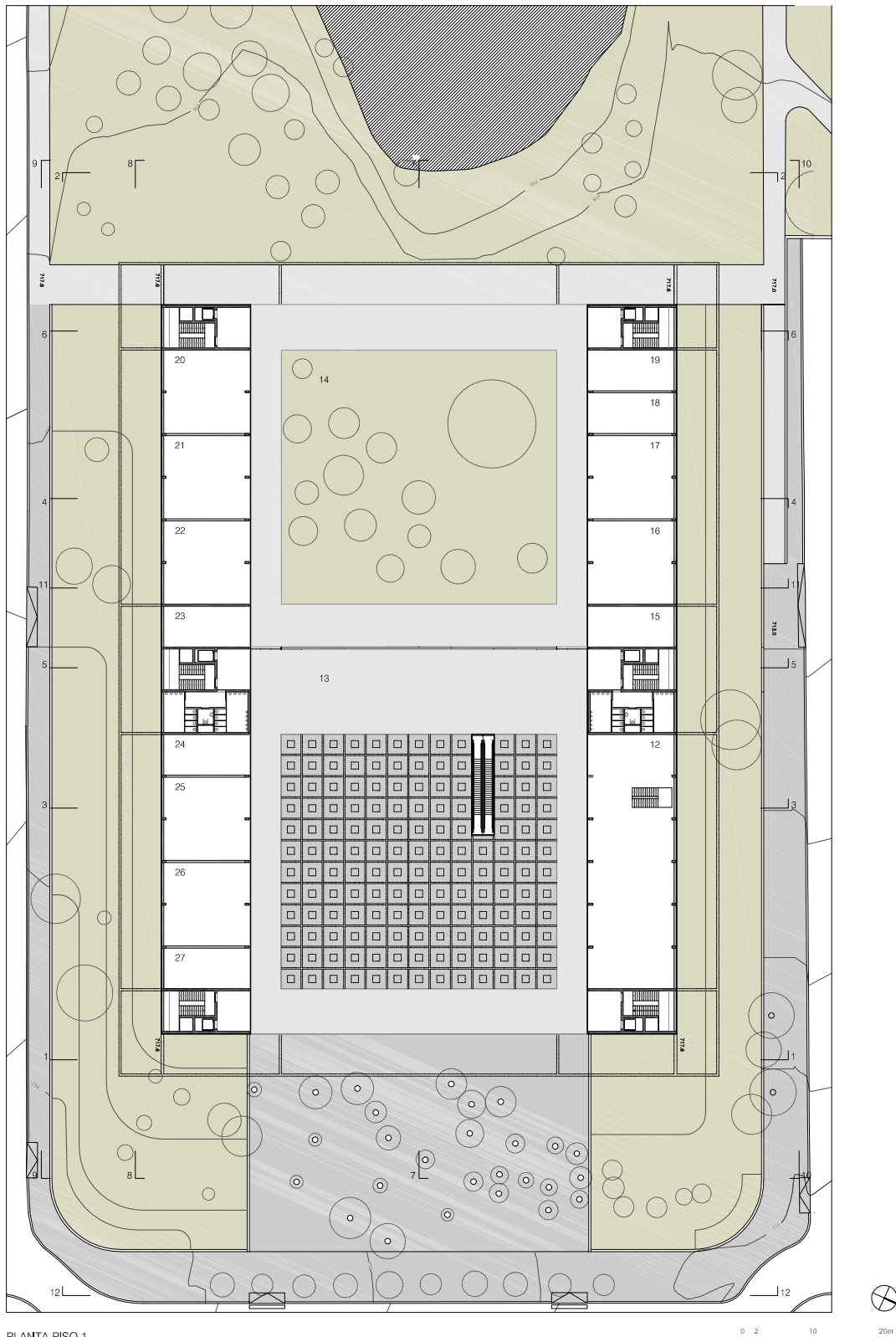
PLANTA PISO -1

0 2 20m

1-ESTACIONAMENTO 2-ZONA DE CARGA E DESCARGA 3-ARRECADACÃO 4-CANTINA "SELF-SERVICE"-ARRECADACÃO 5-SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE AUTOMOVEIS 6-CANTINA "SELF SERVICE"-COZINHA 7-CANTINA "SELF SERVICE"-BALCÃO 6-CANTINA "SELF SERVICE"-SALAS PRIVADAS 9-RESTAURANTE 10-RESTAURANTE 11-CAFETARIA 12-LIVRARIA/PAPELARIA/MULTIMÉDIA 13-PRAÇA COBERTA 14-PATIO EXTERIOR 15-AGÊNCIA DE VIAGENS 16-REPROGRAFIA 17-LOJA DE ROUPA DESPORTIVA/SAPATARIA 18-CABELEIREIRO 19-ESCOLA DE CONDUÇÃO 20-SUPERMERCADO 21-LAVANDARIA/TINTURARIA 22-FARMÁCIA-OPTICA 23-PRODUTOS INFORMÁTICOS/TELEFONES MOVEIS 24-SERVIÇO DE CORREIOS 25- SUCURSAL BANCÁRIA 26-SUCURSAL BANCÁRIA 27-SERVIÇO DE INTERNET 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 29-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 30-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-LOCAL PARA SINDICATOS 31-SERVIÇO PROPRIO DA UAM-SERVIÇO MÉDICO 32-OUTRA DEPENDENCIAS DA UAM 33-SERVIÇOS PRÓPRIOS DA UAM 34-AUDITORIO POLIVALENTE 35-REGIÃO 36-FOYER 37-LOCAL PARA RÁDIO/TV 38-LOCAL PARA RÁDIO/TV-ARRECADACÃO

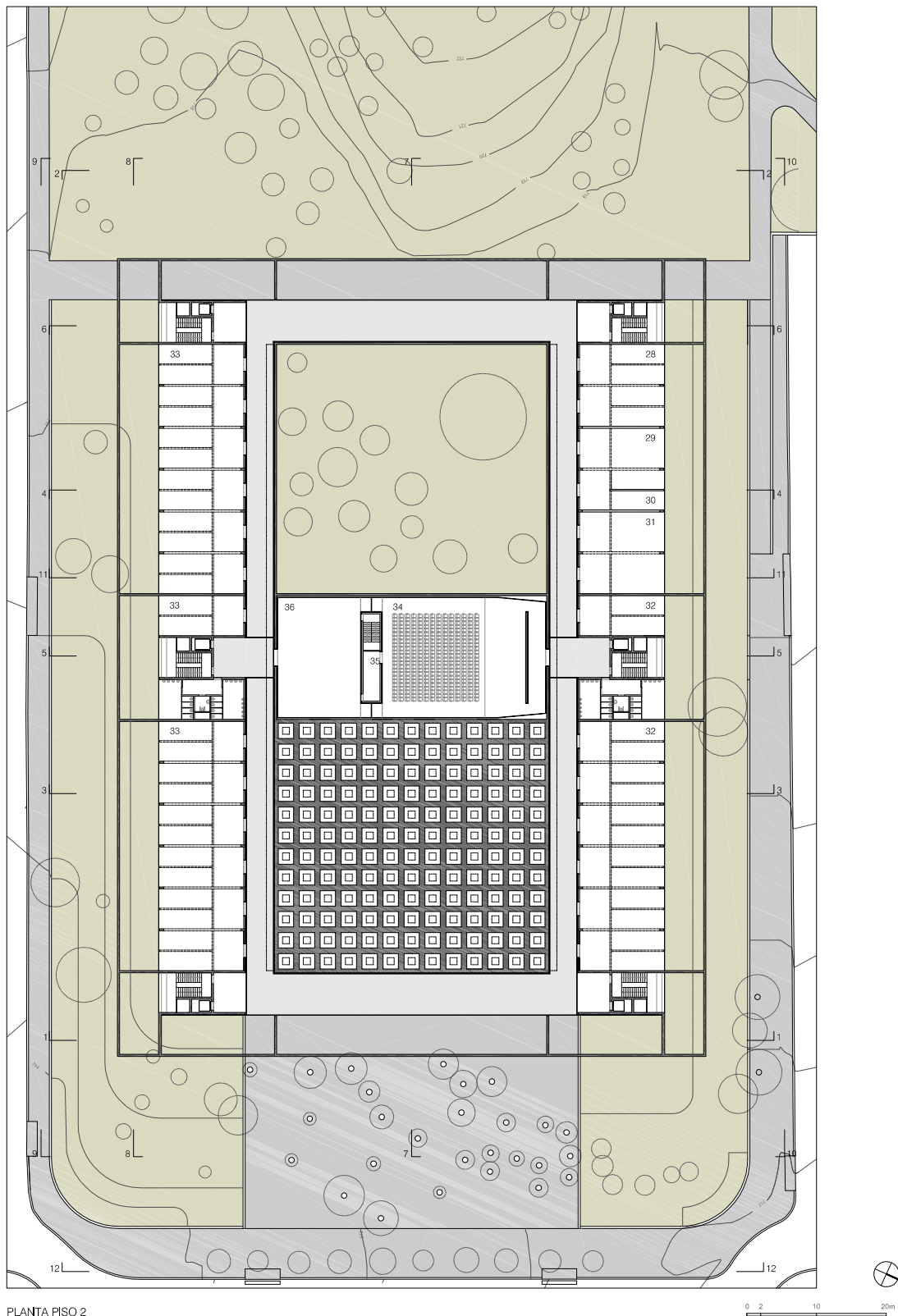


1-ESTACIONAMENTO 2-ZONA DE CARGA E DESCARGA 3-ARRECADACÃO 4-CANTINA "SELF-SERVICE"-ARRECADACÃO 5-SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE AUTOMOVEIS 6-CANTINA "SELF SERVICE"-COZINHA 7-CANTINA "SELF SERVICE"-BALÇÃO 6-CANTINA "SELF SERVICE"-SALAS PRIVADAS 9-RESTAURANTE1 10-RESTAURANTE2 11-CAFETERIA 12-LIVRARIA/PAPELARIA/MULTIMÉDIA 13-PRAÇA COBERTA 14-PÁTIO EXTERIOR 15-AGÊNCIA DE VIAGENS 16-REPROGRAFIA 17-LOJA DE ROUPA DESPORTIVA/SAPATARIA 18-CABELEIREIRO 19-ESCOLA DE CONDUÇÃO 20-SUPERMERCADO 21-LAVANDARIA/TINTURARIA 22-FARMÁCIA-ÓPTICA 23-PRODUTOS INFORMÁTICOS/TELEFONES MÓVEIS 24-SERVIÇO DE CORREIOS 25- SUCURSAL BANCÁRIA1 26-SUCURSAL BANCÁRIA2 27-SERVIÇO DE INTERNET 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 29-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 30-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-LOCAL PARA SINDICATOS 31-SERVIÇO PRÓPRIO DA UAM-SERVIÇO MÉDICO 32-OUTRA DEPENDÊNCIAS DA UAM 33-SERVIÇOS PRÓPRIOS DA UAM 34-AUDITORIO POLIVALENTE 35-REGIÃO 36-FOYER 37-LOCAL PARA RÁDIO/TV 38-LOCAL PARA RÁDIO/TV-ARRECADACÃO

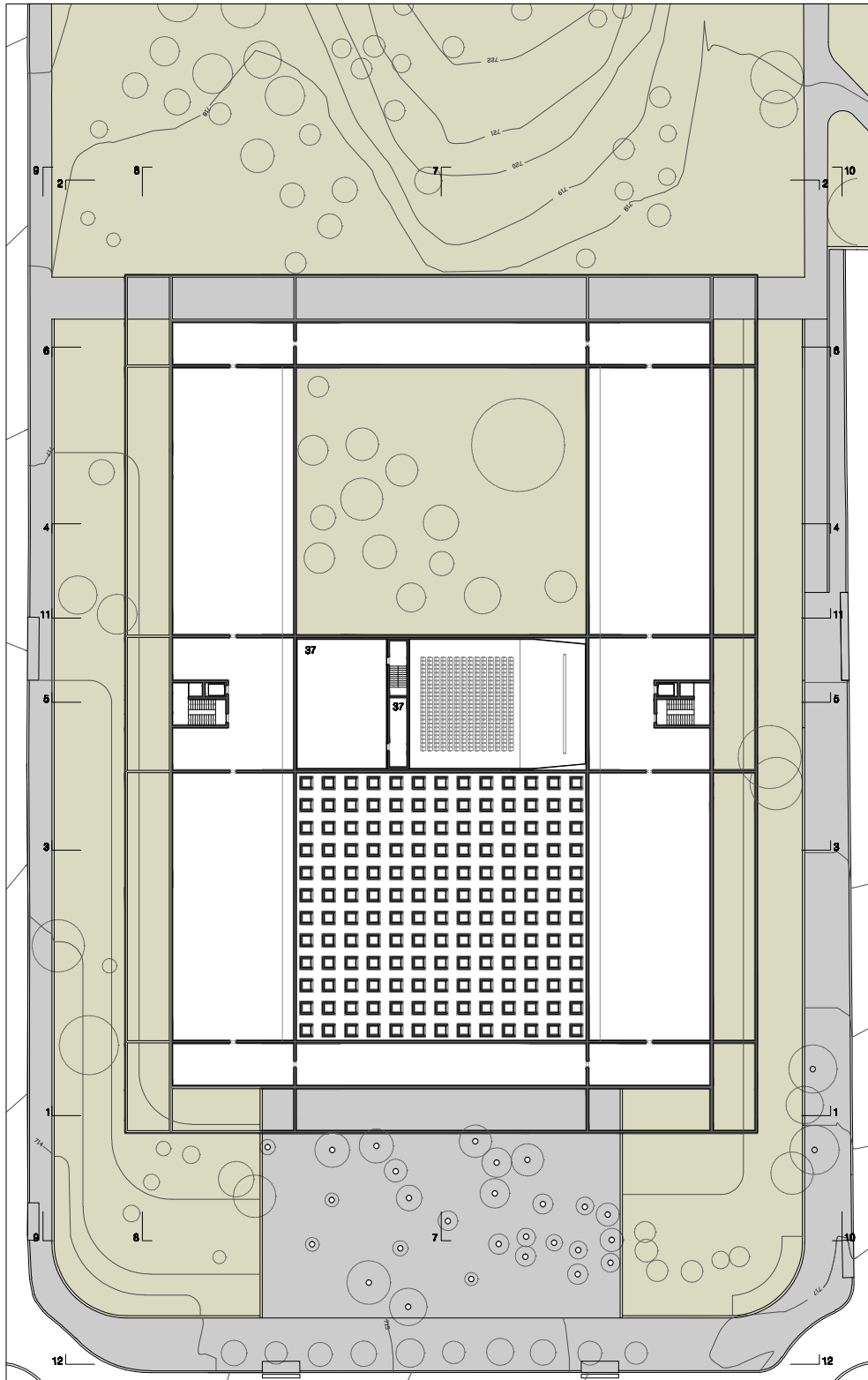


PLANTA PISO 1

1-ESTACIONAMENTO 2-ZONA DE CARGA E DESCARGA 3-ARRECADACÃO 4-CANTINA "SELF-SERVICE"-ARRECADACÃO 5-SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE AUTOMOVEIS 6-CANTINA "SELF SERVICE"-COZINHA 7-CANTINA "SELF SERVICE"-BALCÃO 8-CANTINA "SELF SERVICE"-SALAS PRIVADAS 9-RESTAURANTE 10-RESTAURANTE 11-CAFETERIA 12-LIVRARIA/PAPELARIA/MULTIMÉDIA 13-PRAÇA COBERTA 14-PATIO EXTERIOR 15-AGÊNCIA DE VIAGENS 16-REPROGRAFIA 17-LOJA DE ROUPA DESPORTIVA/SAPATARIA 18-CABELEIREIRO 19-ESCOLA DE CONDUÇÃO 20-SUPERMERCADO 21-LAVANDARIA/TINTURARIA 22-FARMÁCIA-ÓPTICA 23-PRODUTOS INFORMÁTICOS/TELEFONES MOVEIS 24-SERVIÇO DE CORREIOS 25-SUCURSAL BANCÁRIA 26-SUCURSAL BANCÁRIA 27-SERVIÇO DE INTERNET 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 29-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 30-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-LOCAL PARA SINDICATOS 31-SERVIÇO PRÓPRIO DA UAM-SERVIÇO MÉDICO 32-OUTRA DEPENDÊNCIAS DA UAM 33-SERVIÇOS PRÓPRIOS DA UAM 34-AUDITÓRIO POLIVALENTE 35-REGIÃO 36-FOYER 37-LOCAL PARA RÁDIO/TV 38-LOCAL PARA RÁDIO/TV-ARRECADACÃO



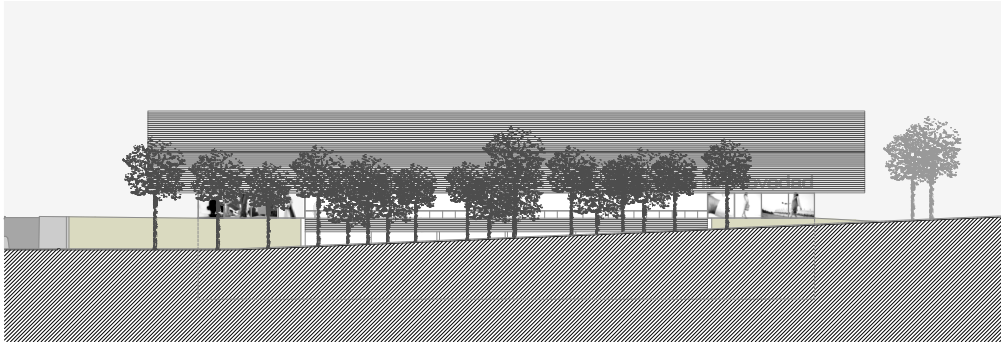
1-ESTACIONAMENTO 2-ZONA DE CARGA E DESCARGA 3-ARRECADACÃO 4-CANTINA "SELF-SERVICE"-ARRECADACÃO 5-SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE AUTOMOVEIS 6-CANTINA "SELF SERVICE"-COZINHA 7-CANTINA "SELF SERVICE"-BALCÃO 6-CANTINA "SELF SERVICE"-SALAS PRIVADAS 9-RESTAURANTE1 10-RESTAURANTE2 11-CAFETARIA 12-LIVRARIA/PAPELARIA/MULTIMÉDIA 13-PRAÇA COBERTA 14-PATIO EXTERIOR 15-AGÊNCIA DE VIAGENS 16-REPROGRAFIA 17-LOJA DE ROUPA DESPORTIVA/SAPATARIA 18-CABELEIREIRO 19-ESCOLA DE CONDUÇÃO 20-SUPERMERCADO 21-LAVANDARIA/TINTURARIA 22-FARMÁCIA-ÓPTICA 23-PRODUTOS INFORMÁTICOS/TELEFONES MÓVEIS 24-SERVIÇO DE CORREIOS 25- SUCURSAL BANCÁRIA1 26-SUCURSAL BANCÁRIA2 27-SERVIÇO DE INTERNET 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 29-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 30-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-LÓCAL PARA SINDICATOS 31-SERVIÇO PRÓPRIO DA UAM-SERVIÇO MÉDICO 32-OUTRA DEPENDÊNCIAS DA UAM 33-SERVIÇOS PRÓPRIOS DA UAM 34-AUDITÓRIO POLIVALENTE 35-REGIÃO 36-FOYER 37-LOCAL PARA RÁDIO/TV 38-LOCAL PARA RÁDIO/TV-ARRECADACÃO



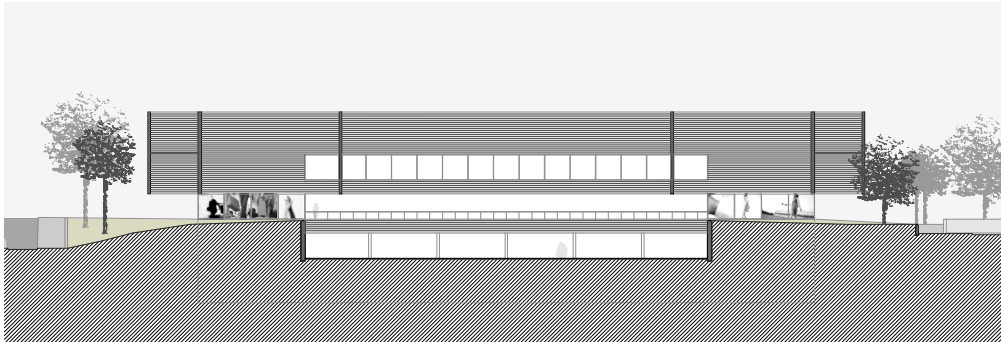
PLANTA PISO 3

0 2 10 20m

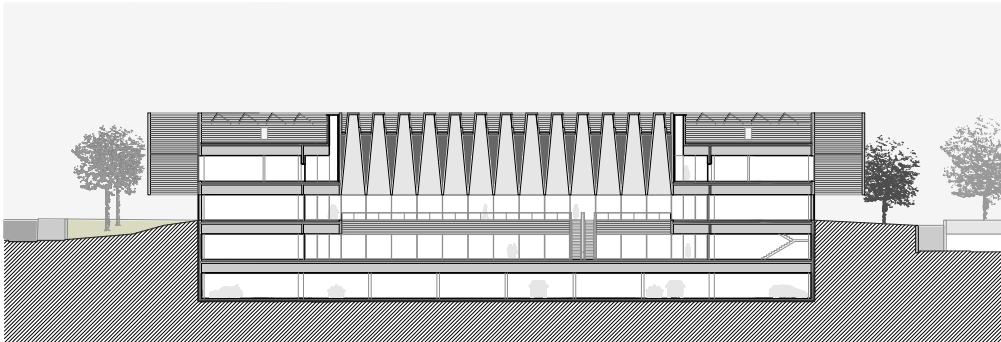
1-ESTACIONAMENTO 2-ZONA DE CARGA E DESCARGA 3-ARRECAÇÃO 4-CANTINA "SELF-SERVICE"-ARRECAÇÃO 5-SERVIÇO DE REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO DE AUTOMOVEIS 6-CANTINA "SELF SERVICE"-COZINHA 7-CANTINA "SELF SERVICE"-BALCÃO 6-CANTINA "SELF SERVICE"-SALAS PRIVADAS 9-RESTAURANTE1 10-RESTAURANTE2 11-CAFETERIA 12-LIVRARIA/PAPELARIA/MULTIMÉDIA 13-PRAÇA COBERTA 14-PATIO EXTERIOR 15-AGÊNCIA DE VIAGENS 16-REPROGRAFIA 17-LOJA DE ROUPA DESPORTIVA/SAPATARIA 18-CABELEIREIRO 19-ESCOLA DE CONDUÇÃO 20-SUPERMERCADO 21-LAVANDARIA/TINTURARIA 22-FARMÁCIA-ÓPTICA 23-PRODUTOS INFORMÁTICOS/TELEFONES MÓVEIS 24-SERVIÇO DE CORREIOS 25-SUCURSAL BANCÁRIA1 26-SUCURSAL BANCÁRIA2 27-SERVIÇO DE INTERNET 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 28-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO ADMINISTRATIVO 29-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO MÉDICO 30-NOVOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DA CSIC-SERVIÇO LOCAL PARA SINDICATOS 31-SERVIÇO PRÓPRIO DA UAM-SERVIÇO MÉDICO 32-OUTRA DEPENDÊNCIAS DA UAM 33-SERVIÇOS PRÓPRIOS DA UAM 34-AUDITÓRIO POLIVALENTE 35-REGIÃO 36-FOYER 37-LOCAL PARA RÁDIO/TV 38-LOCAL PARA RÁDIO/TV-ARRECAÇÃO



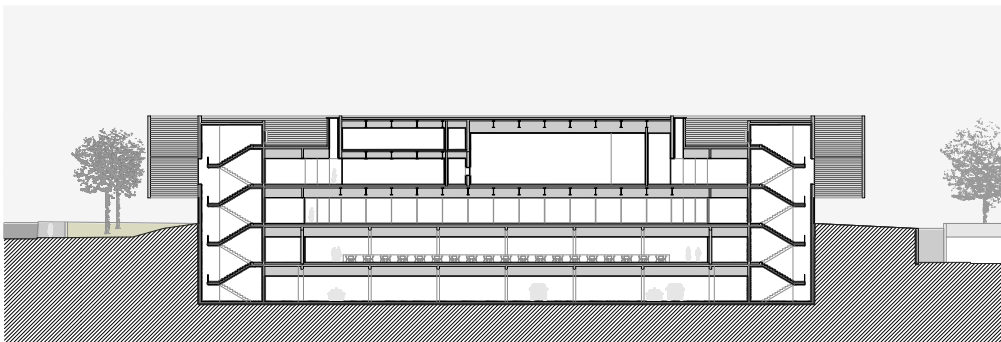
CORTE 12



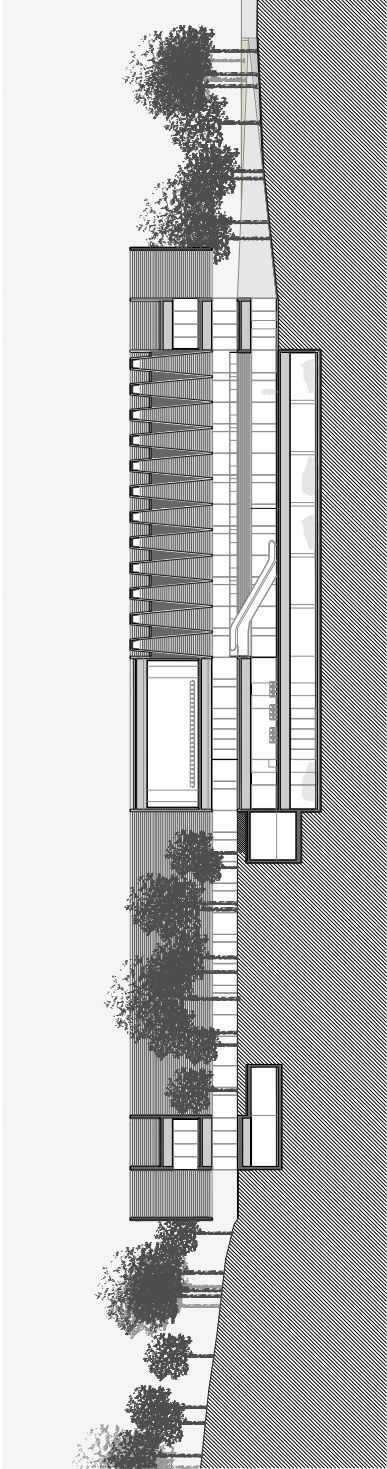
CORTE 1



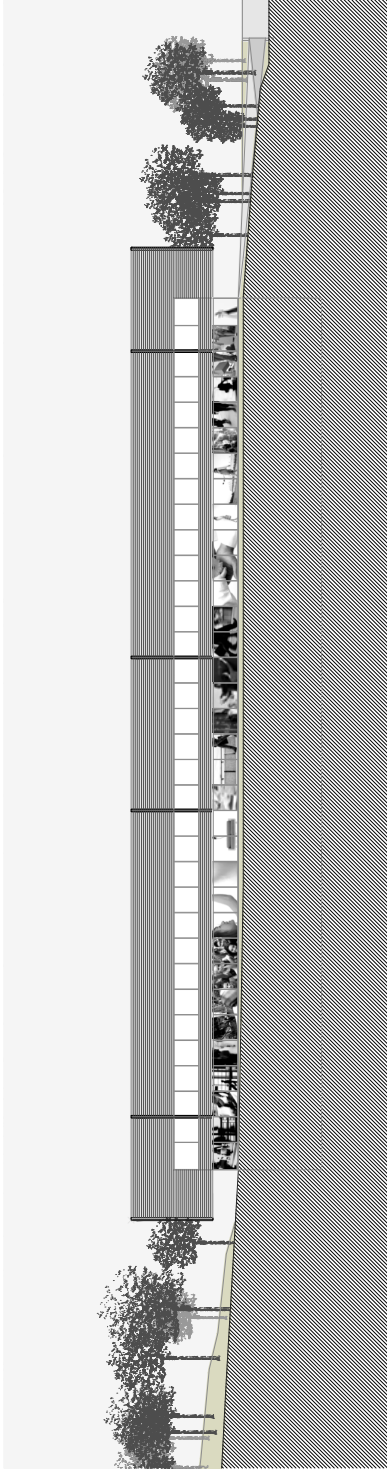
CORTE 3



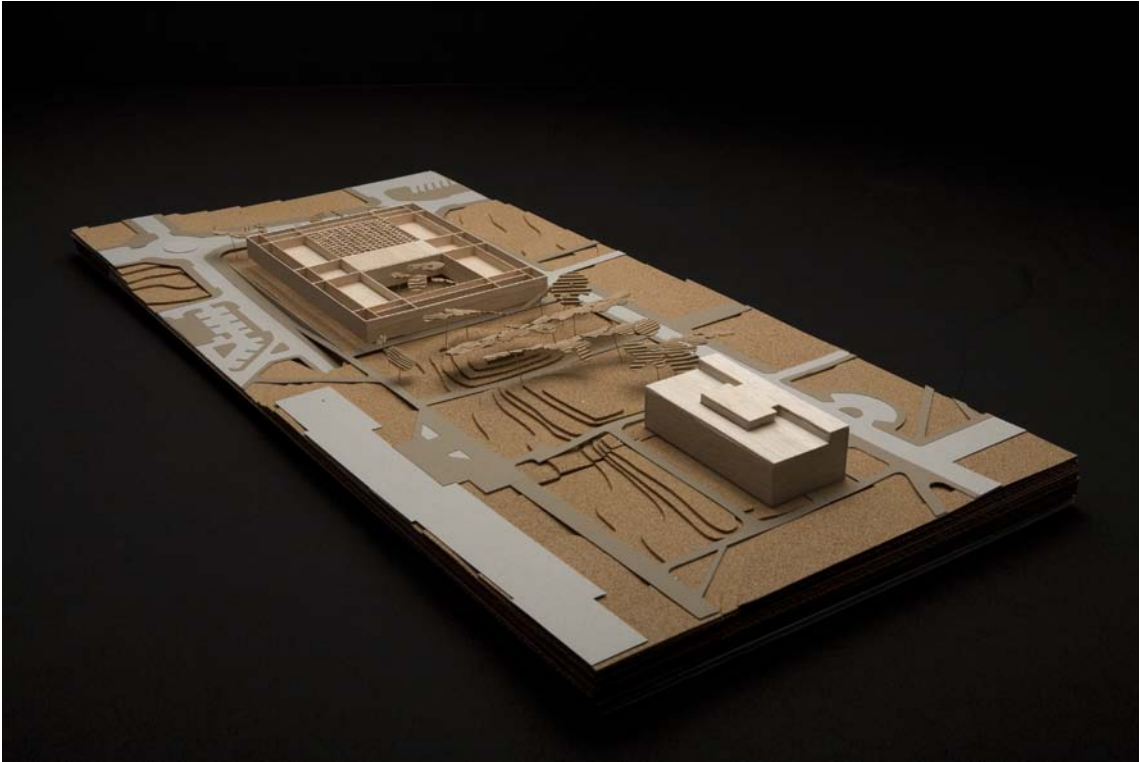
CORTE 5



CORTE 7

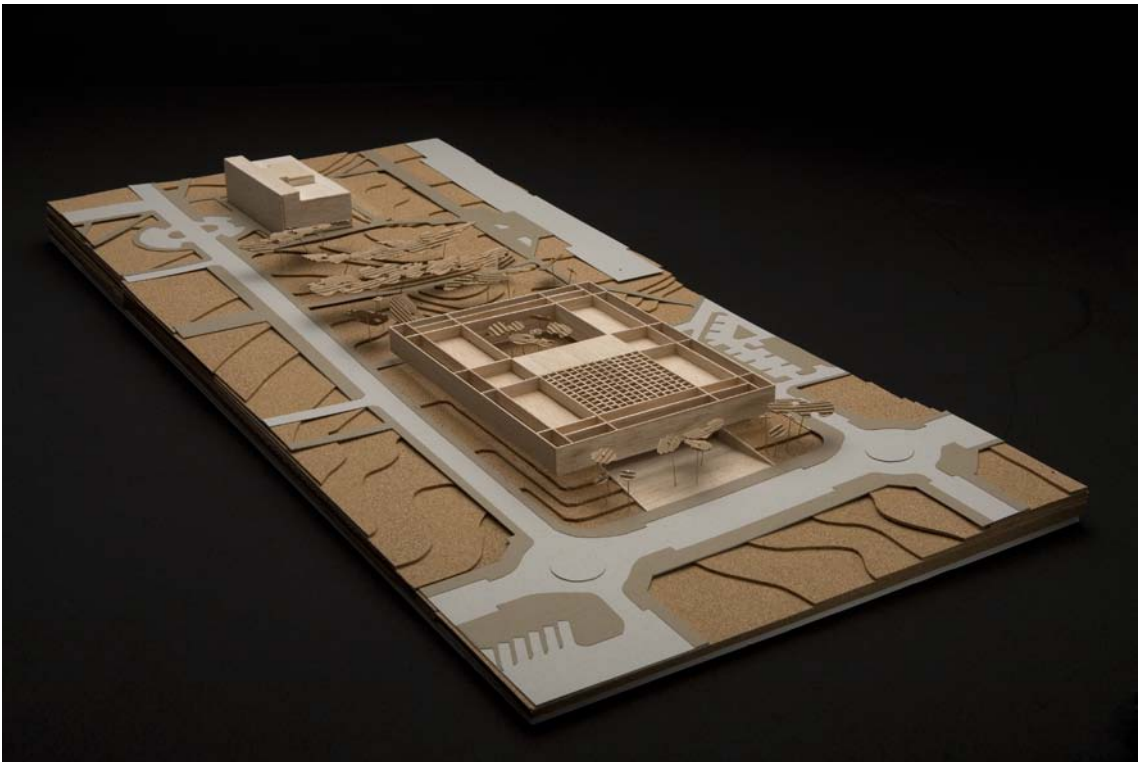


CORTE 8



38. "Plaza de la UAM" - Maquete da proposta

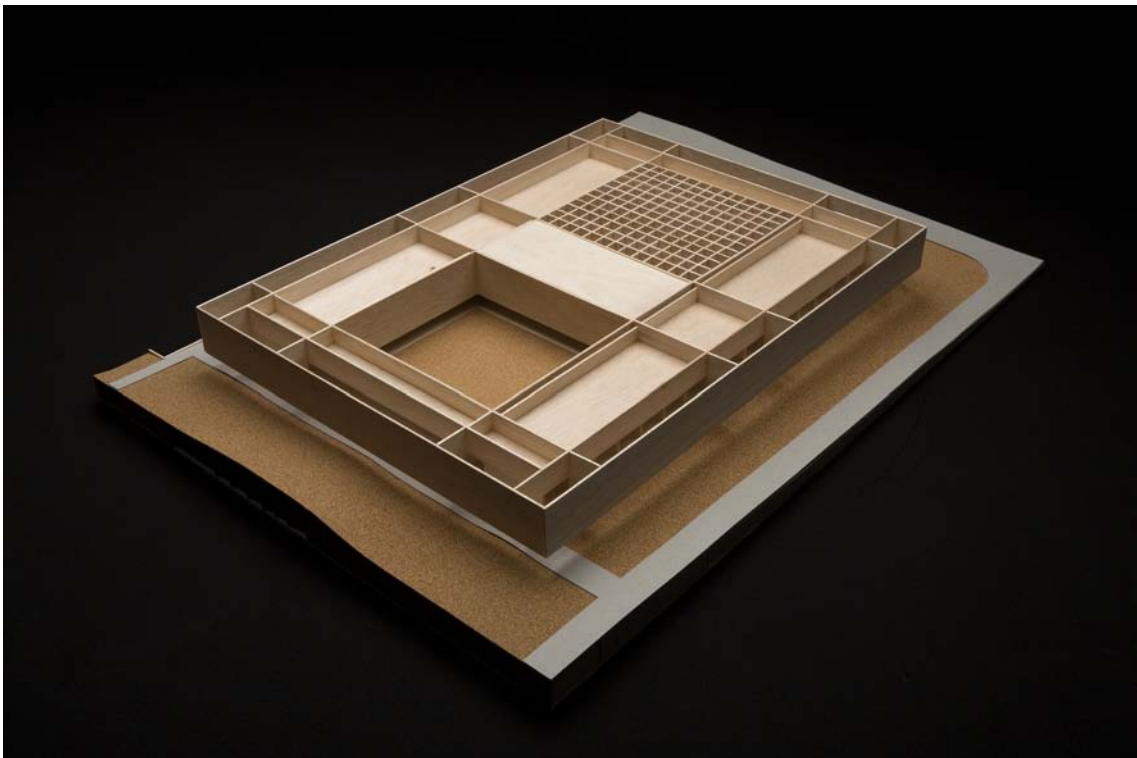
104



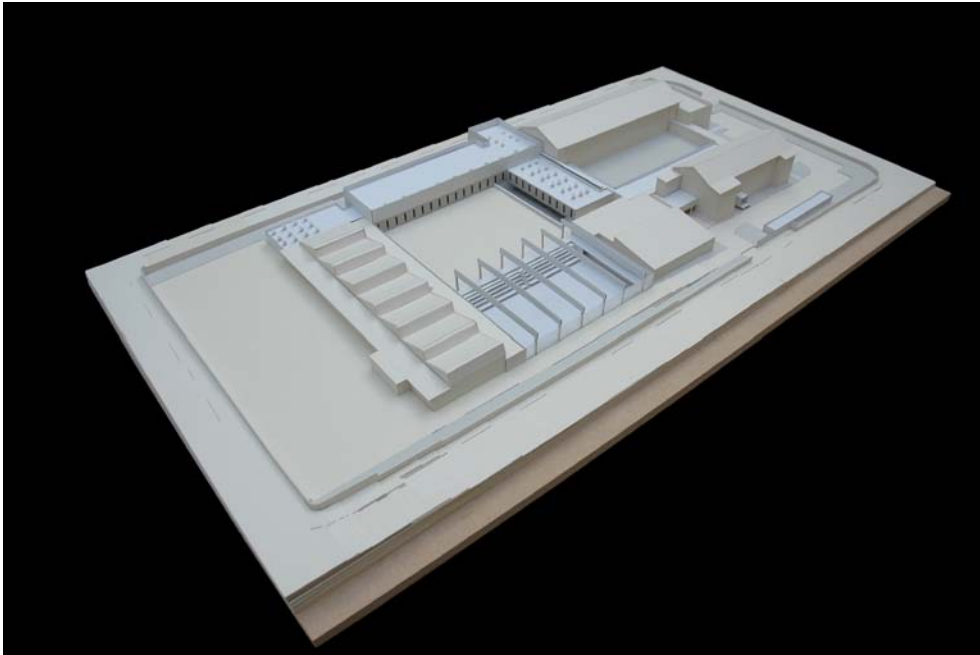
39. "Plaza de la UAM" - Maquete da proposta



40. "Plaza de la UAM" - Maquete da proposta



41. "Plaza de la UAM" - Maquete da proposta



42. Escola Secundária Rocha Peixoto - Maquete
Fotografia: João Gomes

Projeto: José Gigante, João Gomes

Colaboração: M. Fernando Santos, Cristina Fernandes, Ana Pedrosa, José Almeida, Ângelo Lopes, André Gigante

Data: 2007 a 2010

Reconversão da Escola Secundária Rocha Peixoto

Parque Escolar - Recuperação das Escolas Secundárias

O projeto de Reconversão da Escola Secundária Rocha Peixoto trouxe a oportunidade de poder abordar um programa idêntico ao da M_EIA e sua adaptação igualmente a um edifício existente, pese embora a diferença de escala entre as duas operações e a especificidade de cada uma, nomeadamente no que se refere ao seu contexto geográfico e social.

Antes de mais, e por se tratar de um projeto de recuperação e reconversão, havia que compreender o espaço a transformar. A interpretação da arquitetura original do edifício e das diferentes mutações verificadas ao longo do tempo da sua vida constituiu necessariamente ponto de partida para a definição de uma linha de conduta da intervenção. A própria identidade arquitectónica do conjunto, desdobrado em vários volumes, decorreu de processos de sedimentação que, invariavelmente, foram desenhando ao longo do tempo o modo da sua apropriação, tanto no que se refere aos modelos pedagógicos como ao próprio relacionamento dos mesmos com os espaços integrantes.

Desde logo, a fase de levantamento, a cargo do escritório, tornou-se etapa importante de interação com o desenvolvimento do projeto, iniciando o reconhecimento do meio em que se propunha intervir - da identidade espacial, formal e construtiva dos edifícios e do seu conjunto. Ao princípio, era indispensável decifrar as limitações construtivas do pré-existente, compreender o que nele era essencial ser preservado e o que era passível de transformação no quadro da estratégia em definição para o projeto. Além de ter que resolver as relações volumétricas entre a construção atual e a nova, o projeto teria que prever a adaptação dos espaços aos critérios do programa, com as suas exigências específicas e os novos requisitos infraestruturais correspondentes.

Para além das questões estruturais, o projeto implicava uma grande interdisciplinaridade entre as áreas disciplinares integrantes, que se estendiam ao estudo e implementação de sistemas de climatização, abastecimento de águas e eletricidade, redes de recolha de águas residuais e pluviais, depósito e recolha de resíduos sólidos e desperdícios laboratoriais, sistemas de segurança e de prevenção contra incêndios, incluindo circuitos de fuga, desenfumagem dos espaços, escolha criteriosa dos materiais e respectiva resistência ao fogo, para além de estudos de hidrotérmica e acústica.

Toda esta densidade infraestrutural representava um peso enorme face às limitações orçamentais impostas no quadro do programa da "Parque Escolar", obrigando assim o projeto a uma criteriosa e ponderada caracterização construtiva. Assim, a eleição e aplicação de acabamentos e sistemas construtivos foi pensada de modo a que fosse possível criar situações de relativa tipificação dos elementos construtivos tendente a uma desejável racionalização da obra e à conseqüente minimização dos custos.

A intervenção, em traços gerais, passa em muito pela redefinição do centro do conjunto edificado, demolindo o corpo transversal ali situado, dispensável na leitura do pré-existente. O

projeto redesenha este núcleo estratégico no terreno, decisivo na coerência do todo pelo modo como estabelece a articulação entre o “velho” e o “novo”. A partir daqui, reconstrói-se um novo conjunto unitário, em que a renovada imagem da escola se procura equilibrada, capaz de preservar a integridade da identidade arquitectónica do núcleo edificado primário do conjunto.

Do conjunto pré-existente mantêm-se os dois volumes implantados ao longo dos limites Norte e Sul do terreno, ligados entre si a poente por uma galeria térrea. Afastado deste núcleo principal, disposto no extremo nascente do conjunto edificado, situa-se o bloco antigamente ocupado pelas oficinas técnicas, que é igualmente preservado, bem como o mais recente corpo da piscina coberta e espaços complementares que se manterão sem qualquer alteração significativa.

O novo bloco central, disposto transversalmente, estabelece relação formal com os dois pátios que passam a integrar o conjunto: o primeiro entre os dois blocos principais existentes, adjacente ao novo espaço de convívio, e o segundo que continuará a integrar um campo de jogos descoberto. Este último é ainda delimitado por mais dois novos volumes: o do ginnodesportivo a Norte, rebaixado no seu interior e articulado com o pátio através de uma bancada, e o corpo administrativo a Sul, que estabelece conexão entre o núcleo principal primitivo e o agora renovado corpo das oficinas técnicas que, além destas, integrará os laboratórios.

Funcionalmente, a entrada principal é reposicionada num local mais central relativamente ao conjunto edificado, ajustando assim uma melhor articulação das circulações e tornando mais direta a apropriação dos diversos espaços comuns.

O acesso principal ao conjunto edificado passará a fazer-se agora pela Rua Dr. José Gomes de Sá, através de um novo volume cujo piso superior avança até ao plano da vedação do terreno, abrangendo o espaço de transição entre o interior e a rua.

A partir do átrio de entrada, desdobram-se as articulações com os diferentes sectores do projeto por intermédio de corredores de distribuição:

- Para poente, servindo os corpos das salas de aula (sectores A e B), que mantêm em geral a compartimentação do existente, com a reconfiguração de alguns dos seus espaços.

- Para norte, articulando diretamente com um grande espaço de convívio, também destinado a cantina/cafetaria (sector I), um volume baixo introduzido no agora renovado pátio exterior, para o qual se abre. Um volume complementar do bloco existente (sector C) cujo sentido funcional é reequacionado, fundamentalmente no piso 0, ocupado agora por áreas de serviço afectas à cozinha do refeitório e bar.

- Para nascente, servindo a área administrativa (sector H) e, depois, conduzindo aos laboratórios e oficinas (sector F).

- Na sua adjacência, ligando diretamente ao novo bloco central (sector D) onde, no piso superior, passa a funcionar a biblioteca e, no piso -1, as salas de convívio de professores e funcionários e a sala de formação.

Durante a fase de execução, a proposta foi desdobrada, passando cada elemento da equipa a atuar individualmente sobre um dos diferentes sectores, flexíveis na sua articulação, sempre na procura da unidade do desenho do todo e de cada um.

Nesta fase, passei a trabalhar diretamente sobre o sector F, o bloco que integra todas as áreas oficiais e laboratoriais da escola, aproveitando a natural aptidão dos amplos espaços existentes, cobertos por um conjunto modulado de “shedes”, com extensos lanternins orientados a Norte.

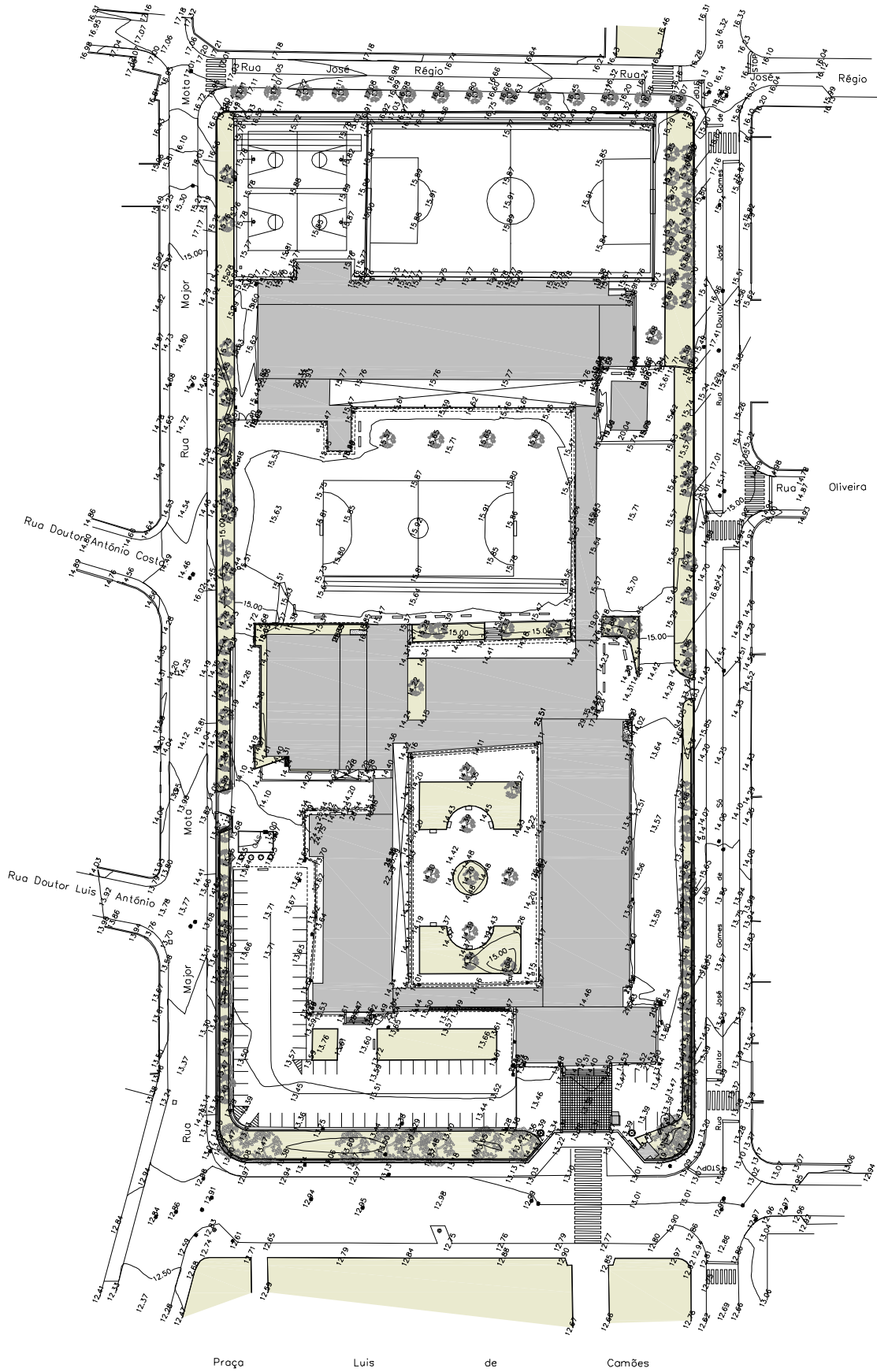
Aqui, a estrutura de compartimentação existente adequou-se bem aos desígnios programáticos, surgindo naturalmente as salas de aula, salas de preparação e outros espaços de apoio no volume mais baixo adossado à fachada Nascente, estabelecendo com a área central relações diversas que, no caso das salas de aula, passará pela total transparência do plano vertical de separação.(...)Refira-se que a excessiva largura da área ocupada pelo actual alpendre de acesso, agora assumido como corredor interior de distribuição, foi ainda aproveitada para a inserção de pequenos compartimentos de arrumos e até para um gabinete de docentes, todos providos de luz zenital.(...)No extremo Sul, foi adicionado ao Sector F um corpo de ampliação, mais baixo, iluminado superiormente, no sentido de responder eficazmente ao programa definido para a área laboratorial. Um plano envidraçado, traduzido numa saída secundária e de emergência, permitirá demarcar este corpo relativamente ao Sector H, tornando-se simultaneamente elemento fundamental no remate do extenso corredor de distribuição. (1)

Desdobrada por fases de execução, permitindo a sua gestão articulada com o normal funcionamento da Escola que continuou a decorrer dentro da possível normalidade, a obra trouxe a percepção da sua complexa densidade.

Implicando a já referida infraestruturação com grande peso no conjunto, procurou-se filtrar na obra todos os seus aspectos entrecruzados, definindo critérios, reajustando as mais diversas situações daí decorrentes, desde as mais técnicas, ligadas às especialidades (disposição de luminárias, grelhas de climatização, calhas, quadros eléctricos, carretéis, etc.) até aspectos ligados à pormenorização e aplicação dos vários elementos e sistemas construtivos.

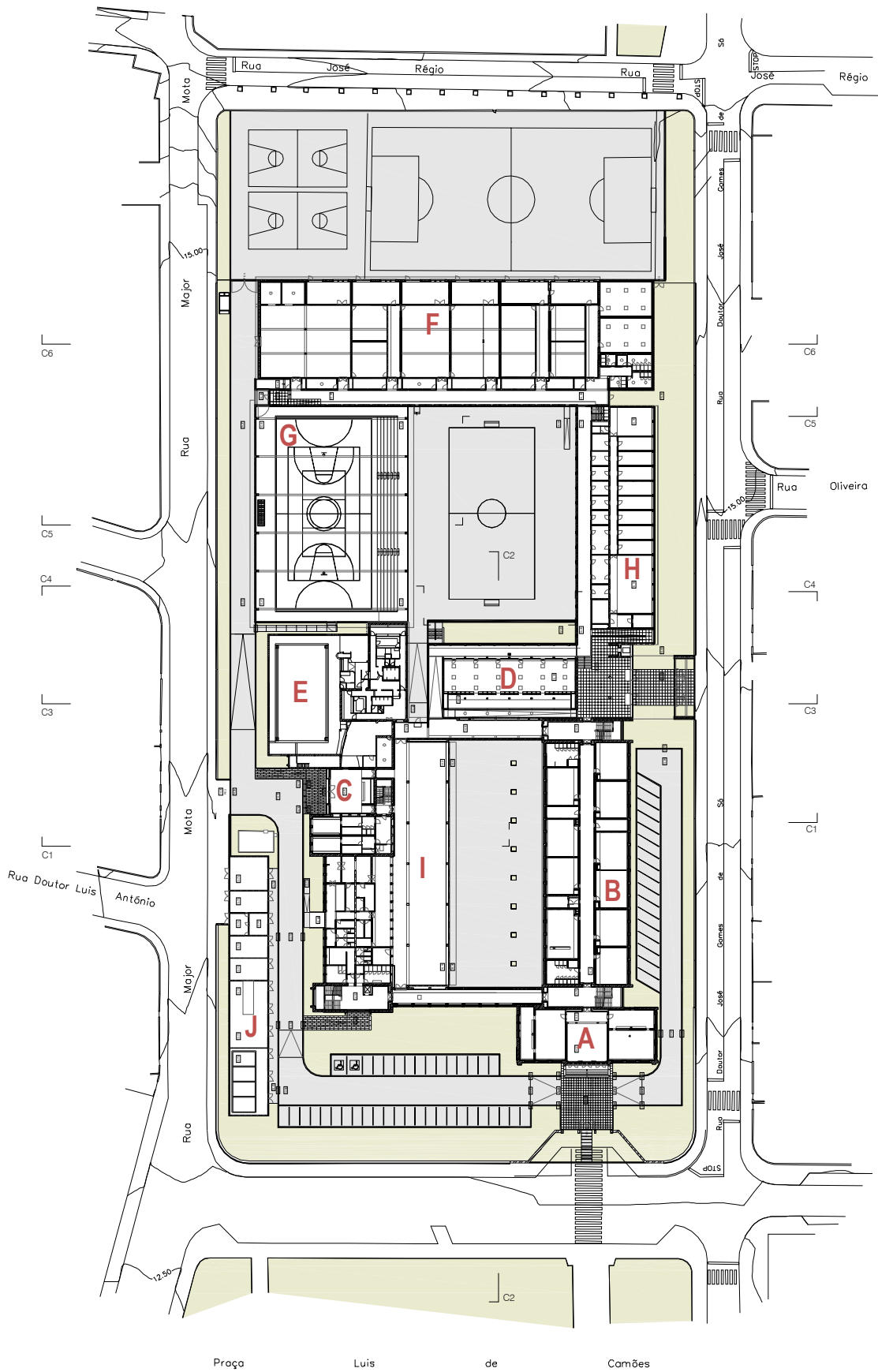
A pouco e pouco, foram-se sedimentando processos no desenvolvimento da própria obra que se revelam também como experiência fundamental para a estruturação dos novos trabalhos entretanto realizados no âmbito do mesmo programa da “Parque Escolar”. Os prazos extremamente curtos da obra obrigaram a uma postura cada vez mais atenta e operante relativamente às situações daí decorrentes, dentro de um quadro marcado por uma crescente abertura na relação com os vários intervenientes no processo: promotor, empreiteiro, fiscalização e direcção da escola.

(1) Gigante, J. (2009), Memória descritiva do Projecto Reversão Da Escola Secundária Rocha Peixoto – Pova De Varzim: “Parque Escolar” - Programa De Modernização Das Escolas Secundárias, Arquivo do Escritório do Arq. José Gigante.

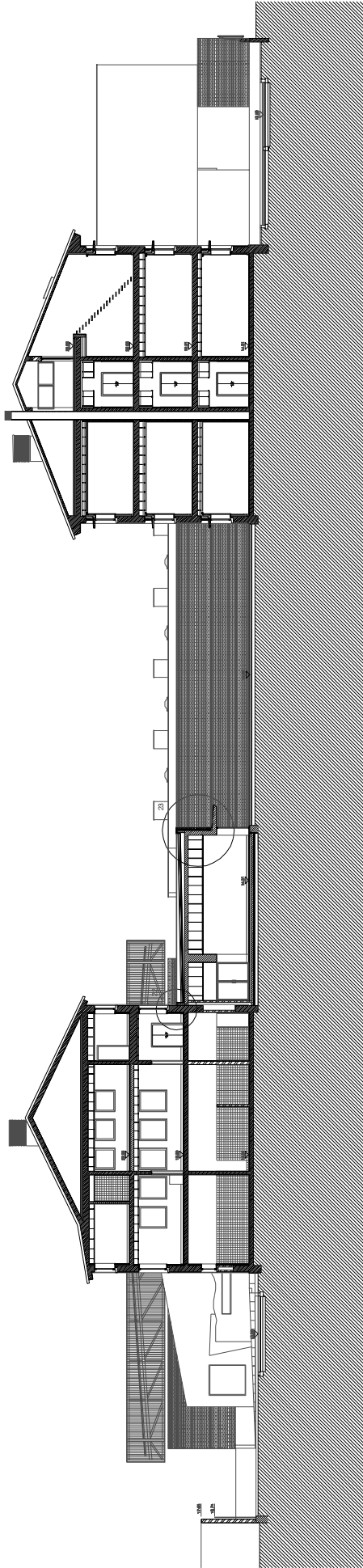


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO EXISTENTE

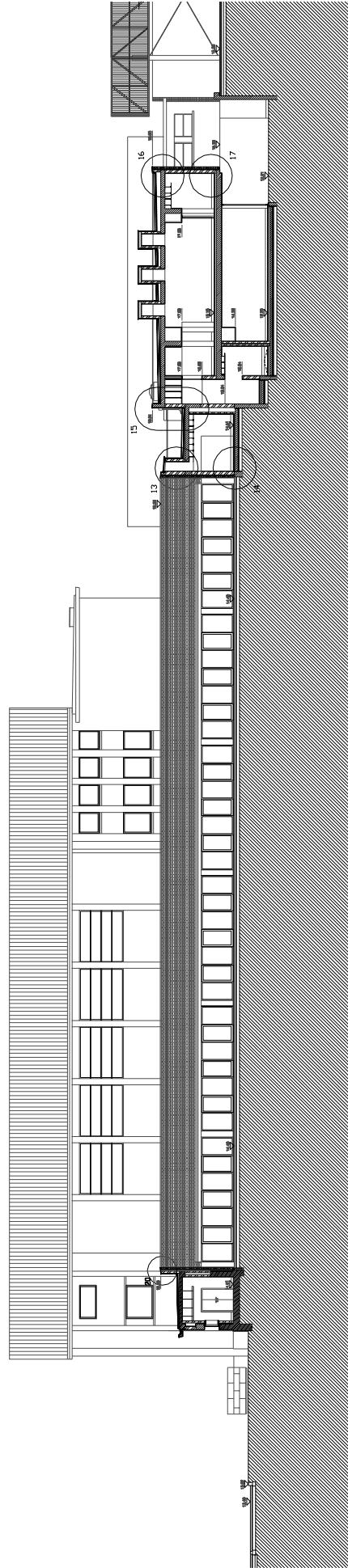




PLANTA DO PISO 0

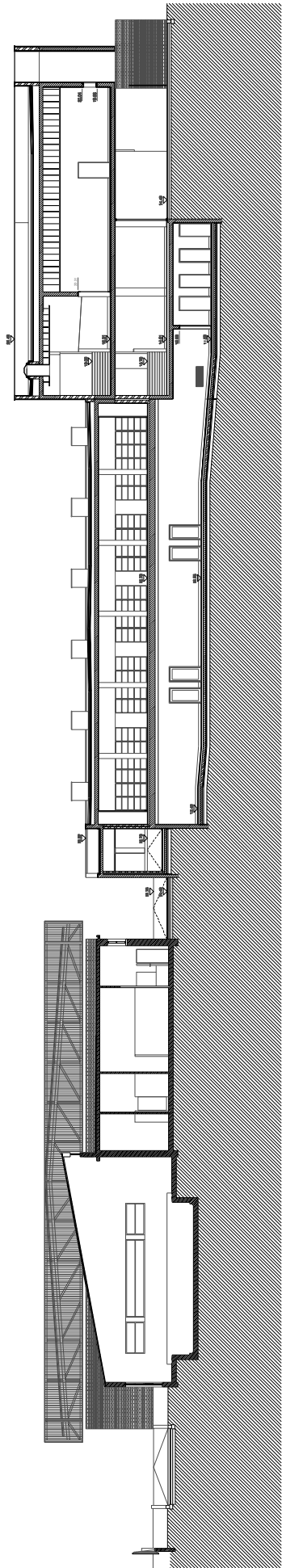


CORTE C1

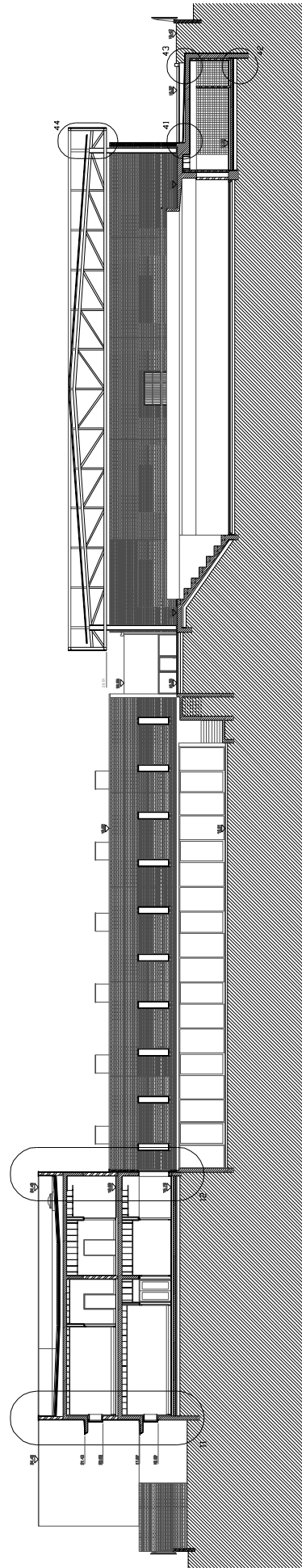


CORTE C2

0 1 5 10m

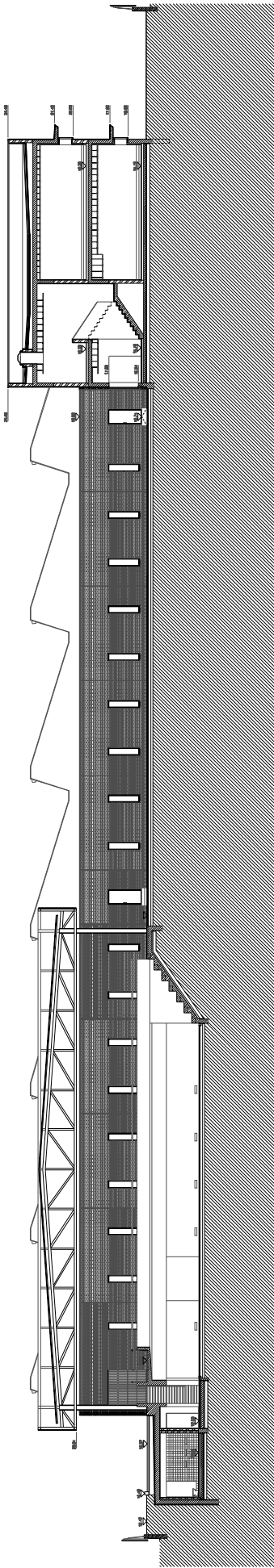


CORTE C3

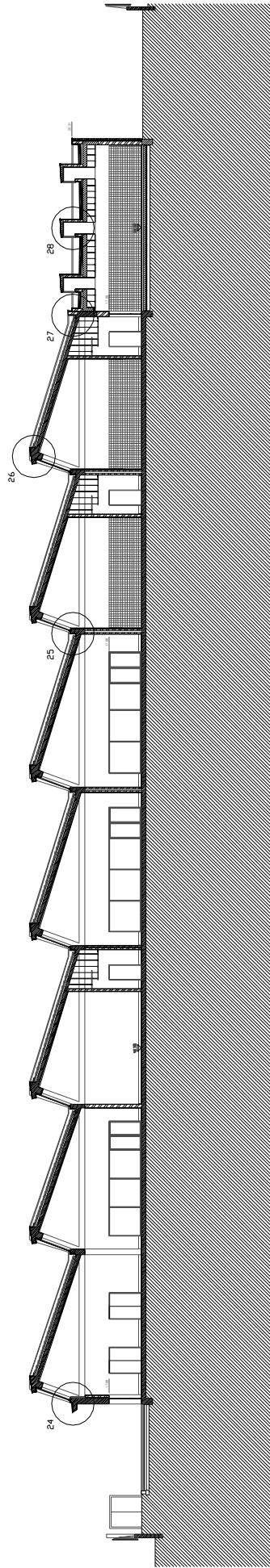


CORTE C4



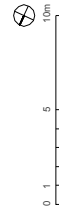
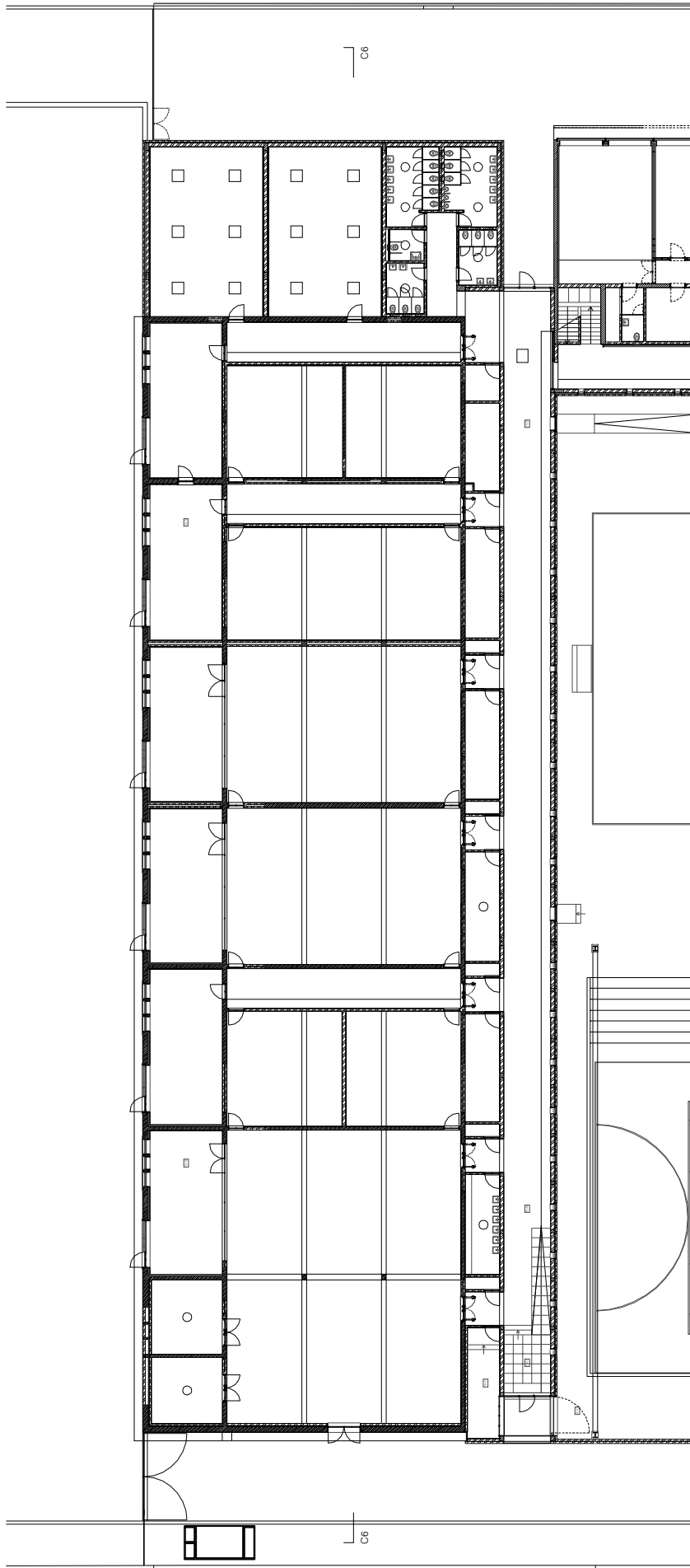


CORTE C5



CORTE C6





PLANTA DO SECTOR F - PISO 0



43. Entrada principal da ESRP



44. Vista do espaço interior da ESRP



45. Pátio interior da ESRP



46. Vista interior do ginásio



47. Vista interior das shedes - Sector F

III. O regresso a Cabo Verde

A decisão do meu regresso a Cabo Verde após a conclusão da minha licenciatura sempre esteve muito clara. Embora estivesse inserido num contexto profissional que me permitiu, ao longo de quase quatro anos, complementar a minha formação académica, entendia que poderia dar um contributo importante para a arquitectura do meu país de origem. Além disso sentia o 'chamar da terra'. Foi com coração apertado, por aquilo que deixava, mas com entusiasmo pelo novo desafio que se desenhava na minha vida.

Para trás ficaram dez importantes anos da minha vida em Portugal. Foi onde construí o meu sonho de ser arquitecto e onde aprendi muito da vida. Tive a oportunidade de conviver e trabalhar com pessoas únicas. O oceano que me separava das dez ilhas era contudo muito grande e tinha chegado a hora do regresso.

A perspectiva de trabalho passava pelo M_EIA - Instituto de Arte, Tecnologia e Cultura, escola sobre a qual trabalhei no projecto de reabilitação para sua adaptação ao Liceu Velho (edifício onde funciona), no projecto de minha prova final de licenciatura.

Desde então, estabeleci vínculo profissional com a referida escola, enquanto docente nos Cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Design e recentemente no Mestrado Integrado em Arquitectura, como arquitecto responsável do Departamento de Arquitectura e Design Urbano da mesma instituição.



48. Aula de Integração e Cultura - Visita de estudo a Ribeira da Torre

ii) M_EIA

M_EIA, Mindelo - Escola Internacional de Arte, com sede na ilha de S. Vicente, Cabo Verde, iniciou as suas atividades em 2004. Reconhecida juridicamente como Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, sustenta-se no princípio de que a cultura e o desenvolvimento se condicionam mutuamente e tem estes como pressupostos de qualidade de vida, valorização pessoal e social.

M_EIA promove a cultura artística contra a exclusão, numa perspectiva pedagógica através de um programa académico e de investigação sediado nas áreas das artes visuais, do design, da arquitetura, do cinema, da educação artística e da gestão e produção cultural. Tem possibilitado, em paralelo, a formação diversificada, através de cursos livres, de cursos de formação profissional, e da sua presença pública no contexto urbano e social em que se insere.

Os cursos instituídos no M_EIA habilitam os que buscam conhecimentos pedagógico-artísticos, preocupados em estimular a capacidade humana de criar, numa perspectiva interdisciplinar que qualifica, atualiza e integra e também em proporcionar a aquisição de instrumentos para uma maior participação com ética e cidadania, em questões sociais, políticas, artísticas e culturais do contexto em que estão inseridos.

É uma instituição privada, oficialmente credenciada como única instituição de ensino superior artística em Cabo Verde. Integra neste momento aproximadamente 50 estudantes e confere os graus de licenciatura em Artes Plásticas, Design e Mestrado Integrado em Arquitetura.

O facto desta instituição ser promovida pelo Atelier Mar ONG cabo-verdiana, determinou desde o princípio uma filosofia e prática pedagógica muito próprias. A sua atividade letiva funciona em torno de projetos de desenvolvimento local da referida ONG, projetos de investigação e serviços externos dos diferentes departamentos do instituto. Do mesmo modo, o Departamento de Arquitetura se relaciona com a comunidade maioritariamente em função dos projetos de iniciativa da ONG, assumindo desafios de intervenção e implementação de projetos dentro das sabedorias, necessidades, recursos e ímpetos locais, aspecto que ao longo dos vários projetos se verá desenvolvido

A filiação do M_EIA à ONGD atende a um especial envolvimento com as comunidades organizadas contra o infortúnio do território, sucessivas secas, escassez de água frente ao imenso oceano que cerca as terras, e, no mesmo sentido, correspondem ao modo persistente com que o povo sorridente, afável, leal, criativo edifica suas vidas. (1)

Este envolvimento com a comunidade, nomeadamente através dos referidos projetos de desenvolvimento local da ONG, determina um compromisso da atividade do M_EIA com os desafios e desígnios do país a que pertence.

(1) Silva, J., Rainho, R. (2011), Sobre o campo de irreverência numa escola artística na renovação da educação artística. De [consultado em Dezembro de 2013 www.buala.org/pt/vou-la-visitar/sobre-o-campo-de-irreverencia-de-uma-escola-artistica-na-renovacao-da-educacao-artist].

122



49. Aula de Desenho 1 no pátio do M_EIA, 2012

Fotografia: Rita Rainho

Experiência Pedagógica

Inicialmente, quando, em 2009 incorporei o M_EIA, assumi apenas as unidades de Geometria. Estas contêm em si o propósito específico da Geometria Aplicada. Quer isto dizer que as propostas são determinadas por contextos de projetos reais da ONG, quer ao nível das competências e conteúdos quer ao nível da abstração e da representação. São exemplo disso o envolvimento dos estudantes no desenho de mobiliário do projeto “Os caminhos de Blimundo – Projeto de Valorização Turística do Vale de Ribeira da Torre: Reabilitação do Habitat Tradicional” do qual fui arquiteto responsável, bem como o desenho museográfico, no caso dos equipamentos expositivos do Projeto de Musealização do Arquivo do Atelier Mar, entre outros.

Posteriormente assumi as unidades de Atelier de Artes Visuais e Design do 2º e 3º ano, bem como Projeto do 4º ano, via profissional. Qualquer um deles, embora em níveis de autonomia e responsabilização diferentes, têm o seu programa vinculado com as restantes atividades de iniciativa tanto do M_EIA como da ONG. Ou seja, as propostas de trabalho são desenhadas de forma a manterem uma ligação próxima aos projetos do M_EIA e ONG. São exemplo disso, no caso dos Ateliers, Projetos de Food Design associados às dinâmicas da ONG e Agromar_food design (cooperativa associada à escola), bem como cooperativas de produtores agroalimentares e pastorícia, Projetos de Desenho e Instalação de Stands de promoção da atividade da ONG em feiras temáticas das cidades de Mindelo e Praia.

No caso do Projeto de 4º ano, a ligação é mais efetiva, uma vez que os estudantes, agora enquanto estagiários, formam parte das equipas de docentes e investigadores que prestam serviços à comunidade externa, bem como são responsáveis pela execução de projetos relativos a atividades do próprio M_EIA. São exemplo disso a criação de embalagem e rótulos das peças de artesanato cabo-verdiano que formaram parte do ciclo de Exposições de Artesanato Contemporâneo na Galeria Alternativa, a organização dos eventos e exposições, bem como material gráfico de divulgação de M_EIA Aberta, M_EIA Semana de Arquitetura, M_EIA Semana da Museologia, entre outros. Recentemente, é de destacar o envolvimento das três finalistas de design da via profissional no projeto do Museu da Pesca, nomeadamente na criação do manual de identidade visual, integração da equipa de inventariação e catalogação do espólio do futuro museu.

Por último, refiro a unidade de Introdução às Artes Visuais e Design, que lecciono desde 2011 nas turmas de primeiro ano dos referidos cursos. No presente ano lectivo, a turma de 1º ano do curso de Mestrado integrado em Arquitetura que abriu pela primeira vez este ano, integrou também este atelier de introdução a tais áreas. É de sublinhar que o cruzamento das áreas científicas neste primeiro momento diz respeito ao conceito que definiu os próprios planos curriculares destas graduações: uma transversalidade das áreas, para uma formação mais completa dos indivíduos

criativos. Esta unidade tem como principal objectivo suprimir lacunas dos caloiros herdadas de um ensino secundário deficitário e muito pouco direccionado para estas áreas. São portanto momentos de definição dos campos e domínios científicos, da linguagem básica adequada, bem como introdução aos princípios da metodologia projetual. O desenho dos projetos que proponho pretende ainda garantir um ano mais experimental, de conhecimento dos materiais e tecnologias, princípios que são maximizados pela articulação direta dos projetos com a sua concretização em unidades curriculares de Oficinas, tais como Oficina de Pedra, Metais, Carpintaria e Técnicas de Impressão. Devido a estas características aqui referidas (o facto de se tratar do primeiro ano das graduações e da metodologia implicar uma introdução às áreas científicas, assim como experimentação oficial) esta unidade curricular é sempre um desafio complexo para a docência da mesma.

O facto de se implicarem as atividades letivas nos processos de pesquisa e desenvolvimento de projetos da escola e externos à escola, determina o desafio do docente ter de garantir a articulação e efetivação dos conteúdos do plano curricular das respetivas unidades. É de destacar, porém, que a aprendizagem dos estudantes se realiza, como se depreende dos exemplos anteriormente referidos, através de uma prática muito próxima das condições reais de trabalho. Embora evidentemente estejam suportados pelas equipas de docentes e investigadores, sentem que consolidam competências necessárias à vida profissional que os espera após a licenciatura. Por fim, o entusiasmo que advém destas características das atividades lectivas determina, como se percebe, um ambiente de envolvimento efetivo dos estudantes com os desafios lançados nos projetos.

Em suma, na prática pedagógica desta instituição, como anteriormente foi referido, privilegiam-se os momentos de cruzamento de saberes científicos, académicos e populares, no sentido de provocar diálogos de conhecimento e aprendizagens transversais. Estes momentos são motivo de abertura da escola à sociedade, implicando os estudantes nas lutas das comunidades, em contraponto com a tendência de isolamento das áreas especializadas, disciplinares, técnicas e neutras.

Departamento de Arquitetura

No seguimento da experiência de 35 anos do Atelier Mar (ONG promotora de M_EIA) na pesquisa e aplicação de novas soluções construtivas para as comunidades, o Departamento de Arquitetura desenvolve desde 2004 o seu trabalho comprometido com o desenvolvimento do país, nas áreas de ordenamento do território, da construção sustentável, das tecnologias de construção endógenas e do património edificado.

Resultado de toda esta experiência acumulada tanto pela ONG como pelo Departamento, o M_EIA abriu este ano lectivo o curso de Mestrado em Arquitetura em co-titulação com Uni-CV Universidade Pública de Cabo Verde. Este curso pretende preencher um espaço vago do ensino da arquitetura em Cabo Verde, pensando numa nova abordagem da disciplina para o arquipélago, apostando na formação de arquitetos contextualizados com os problemas locais e determinados a contribuir para um desenvolvimento autónomo e integrado.

O mundo que vivemos transforma-se constantemente, produzindo tensões sobre os chamados países periféricos. São estes países que são forçados a encontrar respostas nem sempre adaptadas a um modelo de desenvolvimento próprio, sustentável e consentâneo com os seus recursos locais, seu perfil ecológico, sua diversidade cultural e vocação histórica. Assim, os países mais pequenos como Cabo Verde, porque mais vulneráveis e ao mesmo tempo atrativos, sentem uma grande pressão para o consumo, para os avanços tecnológicos e para a expansão do mercado internacional. Daí que este recente curso, do qual se percebe a implicação do Departamento, pretenda fundar neste domínio da ciência, da tecnologia e da arte, uma contribuição para os desafios que acima se põem.

O Departamento de Arquitetura tem, como referido anteriormente, uma vertente de projetos ligados às comunidades e a partir deles tem também gerado importantes espaços de discussão e reflexão sobre os mesmos. Podemos destacar o primeiro SIRUM Seminário Internacional de Reabilitação Urbana do Mindelo (2006) que alavancou a reflexão sobre as estratégias para reabilitar o centro histórico e ordenar a periferia desta cidade. Os resultados deste seminário foram sistematizados numa publicação, SIRUM, editada no âmbito dos cadernos ecdj (DARQ/FCTUC, Coimbra). Na mesma linha de investigação foi organizado o SI_URB 1, Seminário Internacional de Reabilitação Urbana do Núcleo Histórico de Santa Maria, Ilha do Sal (2010). Nele se realizaram debates diários interactivos entre especialistas de nacionalidades diferentes que estão comprometidos com este tipo de problemas na sua especificidade geo-cultural, os quais originaram um conjunto de linhas de ação ao nível do planeamento, do desenho urbano e do edificado, numa estratégia que permitiu fornecer ao Município do Sal as bases que, com a população, poderá concretizar de forma integrada, após algum desenvolvimento das propostas esboçadas.

Em 2011, o Departamento participou no projeto de investigação SURE_AFRICA – Sustainable Urban Renewal – Energy Efficient Building for Africa. Este projeto teve como parceiros: o M_EIA (Cabo Verde), a Universidade Agostinho Neto (Angola), a Universidade de Cambridge (U.K.), a Universidade de Lund (Suécia) e a Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). A contribuição do Departamento de Arquitetura do M_EIA resultou, até ao momento, num Manual de Boas Práticas para uma Arquitetura Sustentável em Cabo Verde. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, foram traçadas medidas ativas e passivas de eficiência energética para o projeto arquitectónico no arquipélago. Este manual conformou uma experiência e um esforço a nível de investigação e sistematização do conhecimento que hoje se vê reconhecido na importância do Manual, revelando sua extrema utilidade e rigor como guia para práticas no terreno local.

Dentro do conceito e prática de extensão da escola, em Dezembro de 2013, o Departamento organizou a M_EIA Semana da Arquitetura, uma atividade aberta à cidade do Mindelo. A programação foi composta por importantes conversas com convidados tanto a nível internacional, como o arquitecto Walter Rossa, como a nível nacional, casos do primeiro arquitecto cabo-verdiano Pedro Gregório Lopes, do arquitecto José Gomes e da geógrafa Judite Nascimento; por um ciclo de cinema e arquitetura, e ainda por uma exposição retrospectiva que organizei sintetizando 9 anos de trabalho do Departamento, de entre os quais os últimos 4 anos em que eu fiz parte como arquitecto responsável.

Quanto à vertente projetual, ao longo dos anos, o Departamento tem desenvolvido projetos que merecem aqui uma enunciação de acordo com o meu envolvimento e experiência de realização dos mesmos.

Lajedos, é uma comunidade rural no concelho de Porto Novo, em Santo Antão, onde se iniciou a experiência do Atelier Mar no âmbito do resgate dos saberes e materiais locais em diálogo com novas tecnologias construtivas. No mesmo concelho, destacam-se ainda: o projeto das oficinas de transformação agro-alimentar, projeto desenvolvido em colaboração com uma colega arquitecta do Departamento e em diálogo próximo com as próprias comunidades para discussão das propostas; o projeto de implementação de sistemas de armazenamento de águas pluviais no Planalto Norte, projeto que marcou a minha experiência pelo sentido e função vital que estes depósitos representam para esta comunidade.

No Vale de Ribeira da Torre, do outro lado da ilha de Santo Antão, foi desenvolvido o projeto de reabilitação do habitat tradicional para turismo solidário, primeiro grande projeto executado em Cabo Verde, cujas aprendizagens que realizei se deveram sobretudo à intensiva pesquisa dos materiais e tecnologias locais, bem como ao envolvimento em todas as fases do projeto.

Na ilha do Sal, onde, como referi anteriormente, decorreu o SI_URB, surgiu a proposta do projecto de Centro Interpretativo, desafio que incorporei desde o princípio com a Arquitecta Lara Plácido.

O projeto de reabilitação da Fundação Baltasar Lopes, na ilha de São Vicente, representou uma oportunidade e referência ao nível da reabilitação de edifícios históricos no centro da cidade do Mindelo.

Por fim, o mais recente de todos localizado na ilha de São Nicolau, é o projeto do Museu da Pesca. Trata-se de um desafio interessante de adequar uma antiga residência do fundador de Fábrica SUCCLA datada dos anos 30 para o futuro Museu da Pesca, cujo conceito abrange tanto a parte retrospectiva da memória colectiva como a vivência atual da Fábrica de conservas.

Cada projeto teve a sua especificidade, como ao longo das próximas páginas se poderá depreender. No entanto, todos se desenham a partir de uma mesma atitude de projeto substanciada na investigação aplicada enquanto estratégia adaptada ao meio e às condicionantes locais, promovendo tecnologias de construção endógenas, sem perder de vista tanto os desígnios do país como os desafios da arquitetura contemporânea.



50. Exposição M_EIA Semana de Arquitectura, 2013



128

51. Vista do edifício da Babilónia

Data: 1990 - Atualidade

Local: Lajes, Santo Antão

Arquitetura: Leão Lopes

Colaboração: Ângelo Lopes / Ivo Lopes

Comunidade de Lajedos

Lajedos é uma comunidade rural isolada, no interior da ilha de Santo Antão, com cerca de 900 habitantes. A ONG Atelier Mar tendo vindo a trabalhar com esta comunidade desde 1990 no planeamento e implementação de um projeto de desenvolvimento integrado – o “Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos”. As componentes individuais do projeto têm focado a educação, o desenvolvimento de formas alternativas de emprego, a investigação e o desenvolvimento de materiais e tecnologias de construção utilizando recursos naturais, agricultura e o turismo solidário.

O Núcleo Museológico de Lajedos, criado no âmbito deste alargado projeto, contemplou um conjunto de intervenções arquitectónicas que potenciaram o referido desenvolvimento local. Destacam-se as duas escolas, construídas num processo de autoconstrução, com a participação da comunidade; um estaleiro comunitário, onde produzem diferentes elementos construtivos; a oficina de transformação agroalimentar e a loja, ligadas às redes de produção agrícola; e o sítio museológico.

Foram ainda construídos espaços públicos, que integram o conjunto, revestidos com lajetas prensadas produzidas no estaleiro da comunidade, fornos comunitários, e ao nível da promoção de eficiência energética foram integrados painéis solares com capacidade para abastecer vários edifícios da comunidade.

A comunidade encontra-se ainda inserida numa rede internacional de turismo sustentável e solidário. Alguns dos residentes da comunidade possuem um quarto em sua casa para receber os turistas que queiram permanecer na comunidade, num modelo experimental de turismo com respeito pela cultura e identidade locais e numa óptica de preservação do património natural e histórico da região.

Integrado neste núcleo foi criado o Sítio Museológico de Lajedos. Faz parte de uma estratégia alargada do Atelier Mar de promover o turismo local e regional, com ênfase cultural interdependente da crescente rede de intervenções comunitárias que pretendem intensificar o seu potencial global. O edifício desenvolve-se no eixo Noroeste-Sudeste e optou por medidas de sustentabilidade e eficiência energética próprias. Destaca-se o uso de materiais locais como pozolana, a utilização de sistema de aberturas em grelha nas paredes para iluminação e ventilação, o revestimento da laje de cobertura com telha com argamassa armada de sisal, uma técnica local, que é muito leve e tem custos reduzidos, e espaços de sombreamento nas zonas de maior incidência solar. Aqui, se integra e qualifica o projeto de desenvolvimento local, enriquecido através do estudo e da interpretação do património natural, histórico e cultural de Lajedos e dos seus arredores.

O restaurante Babilónia é um espaço também ele promotor do desenvolvimento local em Lajedos. Funciona numa perspectiva multifacetada enraizada no conceito de Slow Food. O edifício

é rodeado por uma extensa área cultivada, onde se promove o estímulo à produção agrícola biológica, bem como o recurso a novas tecnologias de rega e de cultivo. A zona da horta abastece o restaurante e funciona também como espaço de experimentação na área agrícola. O edifício constitui um centro de apoio ao desenvolvimento do Turismo Solidário no Concelho de Porto Novo e permite ainda a transformação agroalimentar associada à referida produção. Foi construído segundo os pressupostos de construção sustentável anteriormente referidos. Implantado numa encosta orientada a sudeste, tem uma grande área de espaço exterior coberto, sombreado para uma boa climatização. As paredes são em pozolana e o embasamento em basalto e, em algumas coberturas, foi introduzida uma tecnologia de piso pré-fabricado, ventilado.

Estas iniciativas mantêm-se até hoje encorajadoras pelo envolvimento da comunidade na sustentação de todo o Projeto e a efetiva significação e contribuição para o desenvolvimento socioeconómico local e pedagógico. A interação do mesmo é ainda sublinhada pela projeção e participação internacional.

A minha aproximação às dinâmicas do projeto da comunidade teve início no verão de 2004. Ainda pouco consciente do que aquele momento significava, envolvi-me, passando grande parte das minhas férias a acompanhar o processo de construção do edifício do restaurante da Babilónia. Foi a minha primeira experiência de obra e logo num contexto experimental onde, para mim, se desenhavam os primeiros contornos de uma abordagem diferenciada, consciente dos desafios e das potencialidades locais - os materiais locais e tecnologias endógenas, adaptadas ao saber local, podem, em grande parte, substituir e com maior qualidade e eficácia, as soluções veiculadas por tecnologias e materiais importados, com alto impacto económico e ecológico.

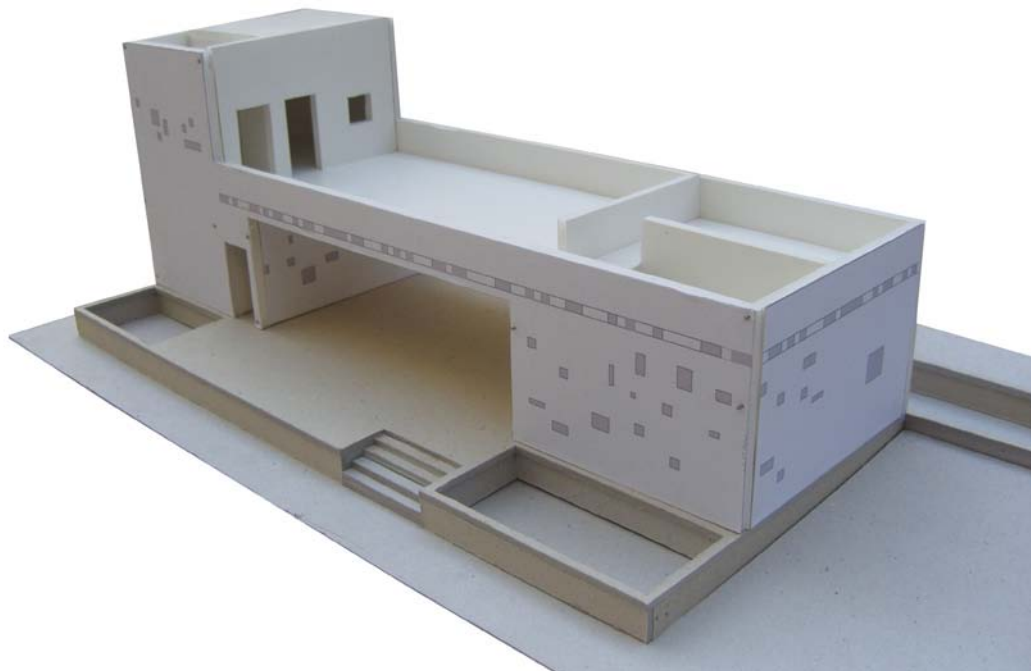
Após o meu regresso em 2009, o meu envolvimento em projetos para a comunidade foi mais pontual. Fui o responsável pelo o processo de reabilitação das duas escolas e acompanhei uma ou outra intervenção. Mas o que é significativo neste envolvimento é o processo de aprendizagem a partir de um laboratório vivo, onde todo o processo de investigação é aplicado, num contexto real, e com claros benefícios para a comunidade onde se insere. Iniciou-se assim para mim a definição de um posicionamento perante aquilo que seria a minha abordagem à arquitetura, comprometida com os desígnios das comunidades que serve e desenhada sobre os princípios de sustentabilidade, a partir de um processo de pesquisa aplicada.



52. Sítio Museológico de Lajedos



53. Recuperação da Escola Comunitária



132

54. Maquete de estudo da Oficina de Lagoa e Catano

Data: 2009

Local: Concelho de Porto Novo, Santo Antão

Arquitetura: Mariana Abrunhosa

Colaboração: Ângelo Lopes / Ivo Lopes

Oficinas de Transformação Agroalimentar

Os projetos das três oficinas agroalimentares foram os primeiros em que trabalhei após o meu regresso a Cabo Verde. O processo já se encontrava em fase avançada de desenvolvimento, pelo que o meu papel foi de colaboração no processo de discussão e finalização dos mesmos. A autoria dos projetos é da Arq.^a Mariana Abrunhosa, à exceção da Cooperativa dos produtores de Ribeira da Cruz que foi desenvolvido em coautoria.

Este projeto surgiu no âmbito do Projeto Porto Novo Rural, implementado entre 2006 e 2010 pelo Atelier Mar, com parceria da ONG ESSOR, e cofinanciamento da Comissão Europeia, da cooperação francesa e outras fundações. Visava reforçar as capacidades dos pequenos agricultores(as) do Concelho de Porto Novo para encontrar alternativas técnicas e organizacionais que permitissem melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção, aumentar as suas rendas através da transformação e da comercialização dos produtos agrícolas.

No projeto trabalhou-se com várias comunidades do Concelho de Porto Novo, tendo-se dinamizado a criação de algumas cooperativas locais. No que diz respeito ao apoio às cooperativas de produtores abrangidas pelo mesmo, foram criadas as Oficinas de Transformação Agroalimentar, cujo principal objectivo consistia em criar infraestruturas que possibilitassem a formação, reflexão e experimentação participativa na produção, transformação e comercialização agropecuária.

A projeção destes edifícios pretendeu assim integrar a participação dos utentes no processo de concepção arquitectónica, desde a definição do programa, elaborada pelos técnicos agrónomos que trabalhavam com as comunidades, até a sua construção. Neste sentido, organizaram-se sessões de discussão das opções para tais definições. A partir dessas discussões, chegou-se a um esquema base de organização funcional que definia, em termos de programa, os seguintes espaços principais: uma oficina/cozinha, espaços para secagem dos produtos, armazéns, uma loja e esplanada.

A Oficina de Círio desenvolve-se num único piso com esplanada, loja, armazém de fruta em quarentena, armazém de fruta de produto acabado e rótulos, oficina e um pátio que se assume como estruturante no projeto. O terraço serve para instalar secadores de fruta e móte chá (ervas para chá).

O edifício da Oficina de Lagoa e Catano desenvolve-se em dois pisos, cujo piso térreo tem como programa armazém de fruta, produto acabado e rótulos, armazém de fruta em quarentena, loja e um amplo pátio coberto que alberga a esplanada. Aqui, também a cobertura serviu para instalação de secadores de fruta e móte chá. Quanto ao primeiro piso, sua distribuição consiste numa oficina balneário/wc, espaço de secadores de fruta e espaço de convívio.

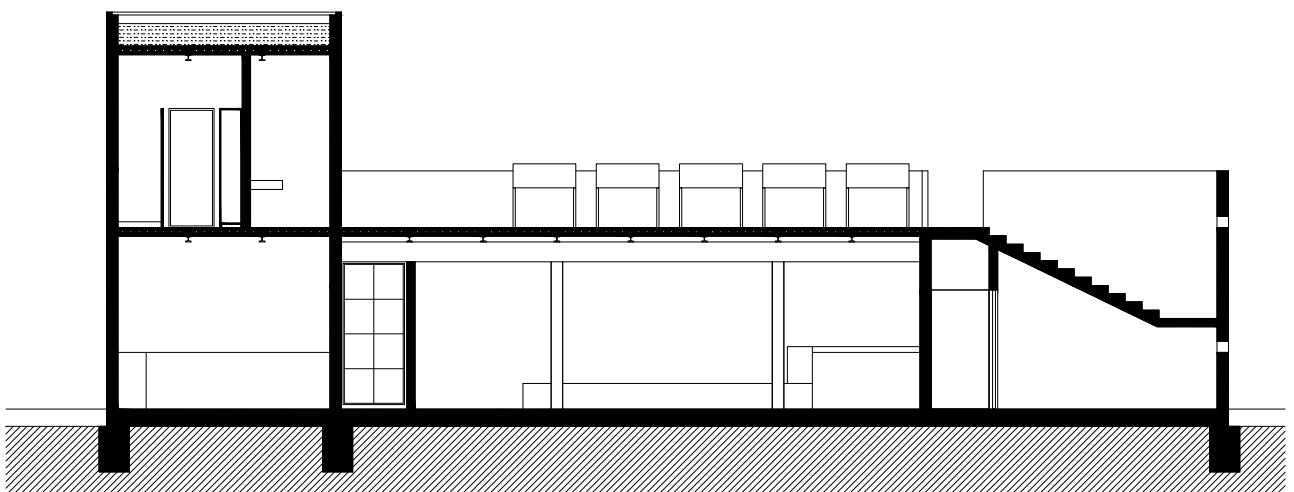
Por fim, a Oficina de Ribeira da Cruz tem como programa três pisos: uma cave com vestiário, secadores de mote chá, armazém de fruta, produto acabado e rótulos, armazém de fruta em

quarentena; rés-do-chão com um balneário/wc, esplanada, loja; e no primeiro andar com um espaço para secadores de fruta e oficina.

A nível construtivo consubstanciam a oportunidade da experimentação de novas técnicas construtivas com recurso ao uso de materiais locais. A pré-fabricação dos elementos construtivos foi fortemente explorada, no sentido de reduzir os custos e envolver as associações no próprio processo de produção e construção das mesmas. São exemplos os pisos ventilados da Oficina de Lagoa e Catano e as abóbadas pré-fabricadas das oficinas de Círio e de Ribeira da Cruz.

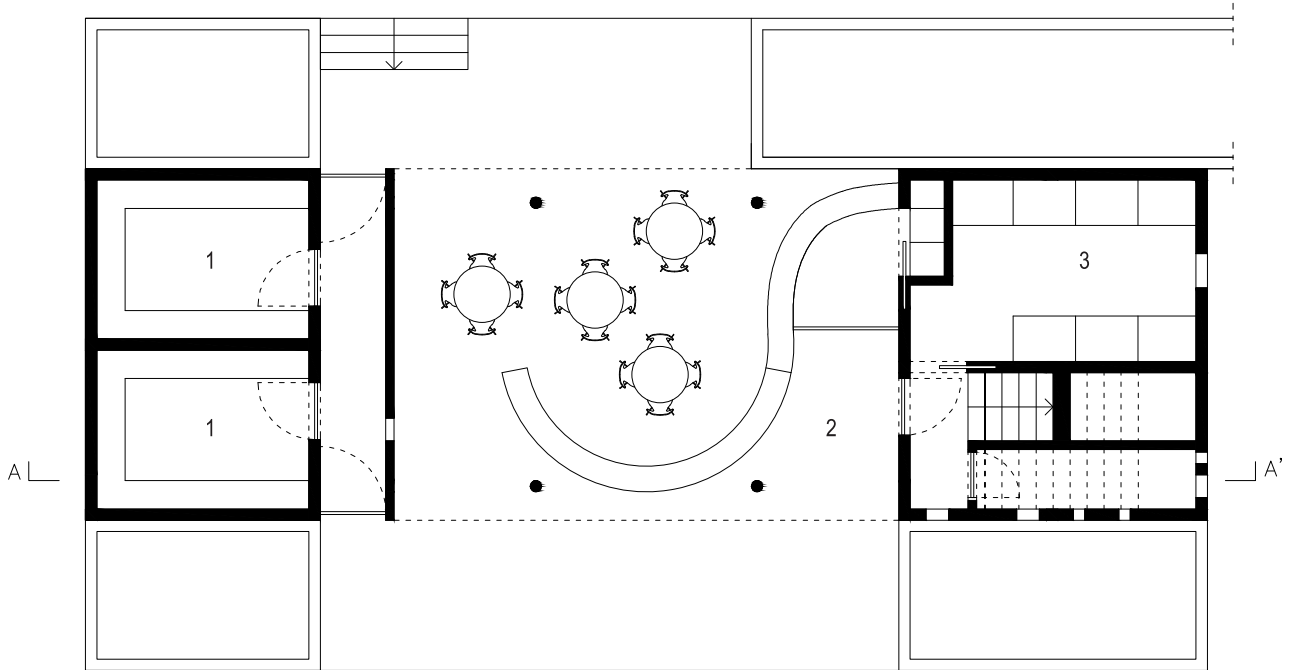
Mais tarde viria a assumir o processo de construção das mesmas, mas o curto financiamento não permitiu avançar muito com as obras, tendo sido feitas as escavações e algumas fundações de todas elas. Pontualmente foram-se desenhando outras possibilidades de financiamento da construção das mesmas, o que permitiu avançar com a construção da Oficina de Círio, sobretudo devido ao forte engajamento da Cooperativa de produtores locais.

134

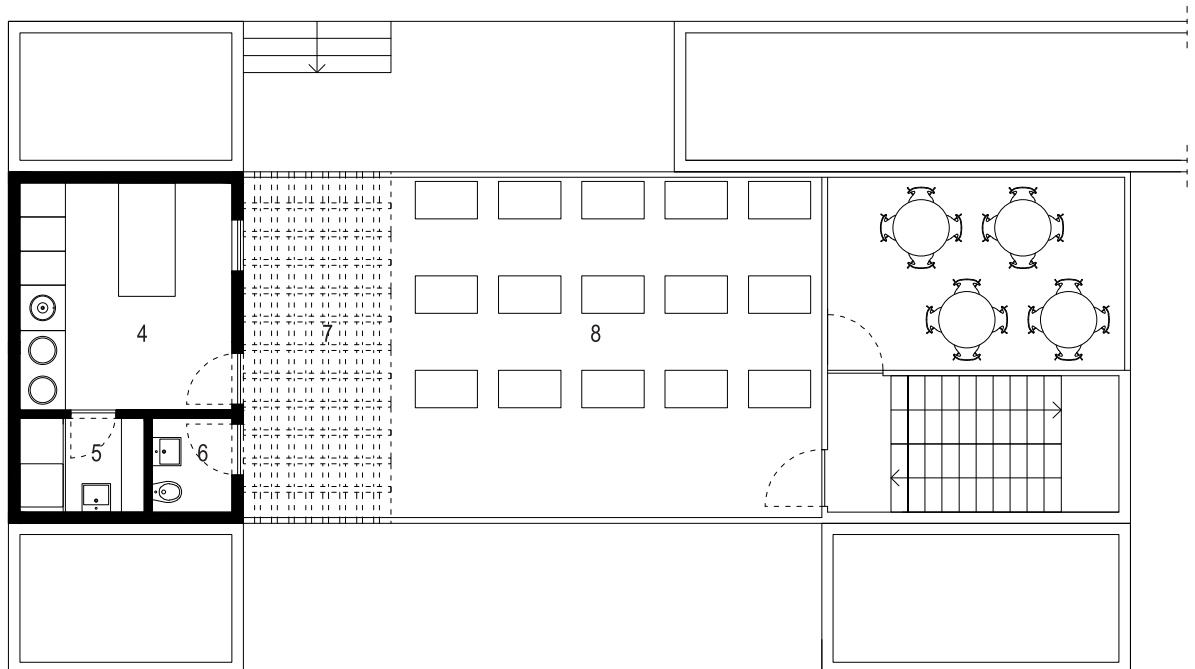


0 1 2 5m

OFICINA DE LAGOA E CATANO - CORTE AA'



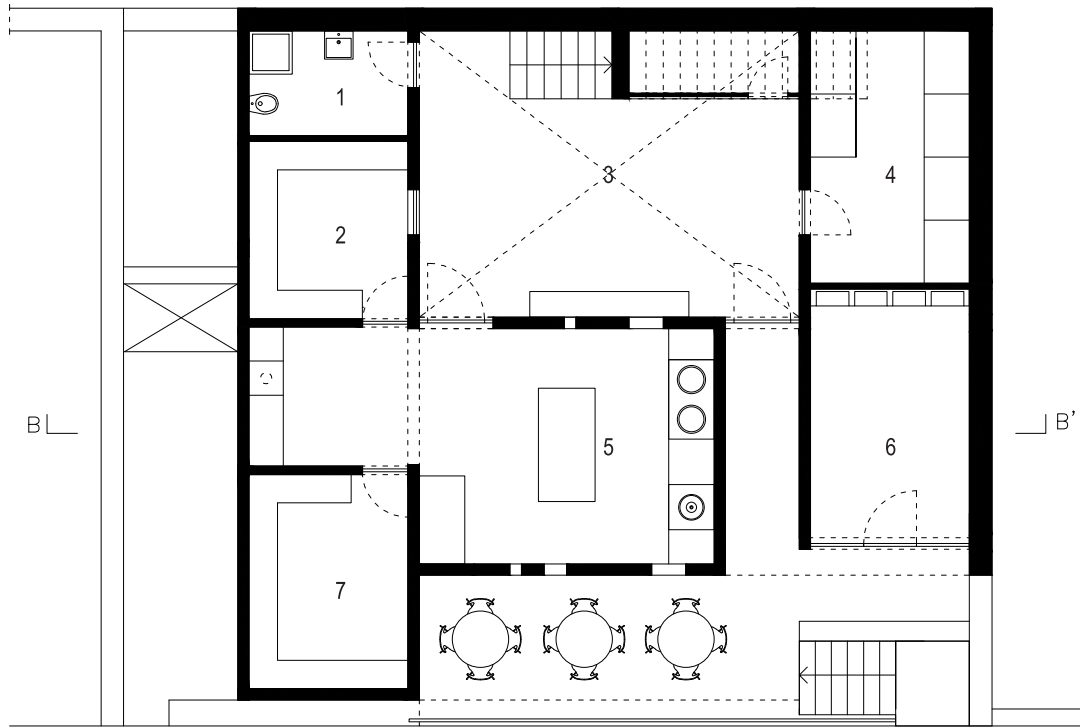
OFICINA DE LAGOA E CATANO - PLANTA DO PISO TÉRREO



OFICINA DE LAGOA E CATANO - PLANTA DO PISO 1

LEGENDA: 1. ARMAZÉM 2. BAR/ LOJA 3. SECADORES DE MÔTE CHÁ 4. OFICINA 5. BALNEÁRIO 6. WC 7. OFICINA EXTERIOR 8. SECADORES SOLARES DE FRUTA

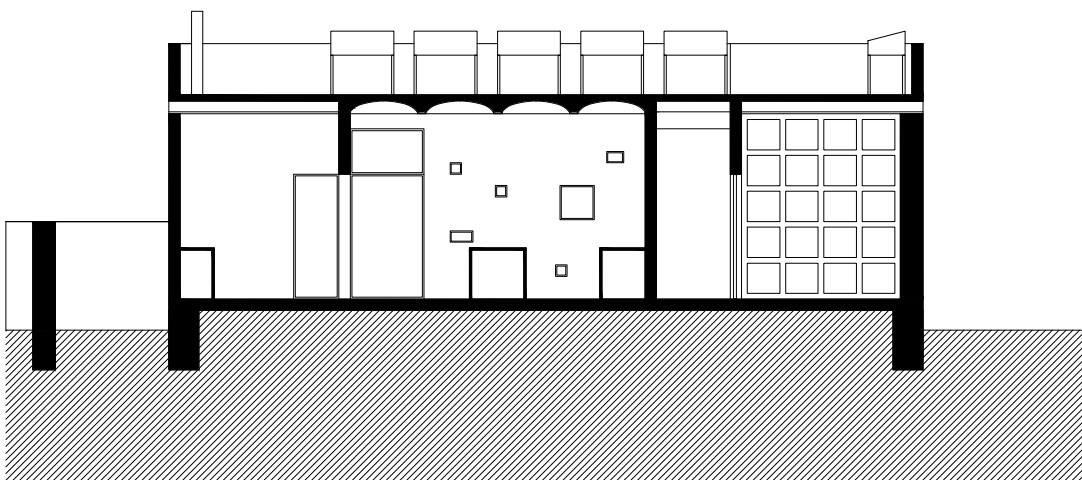




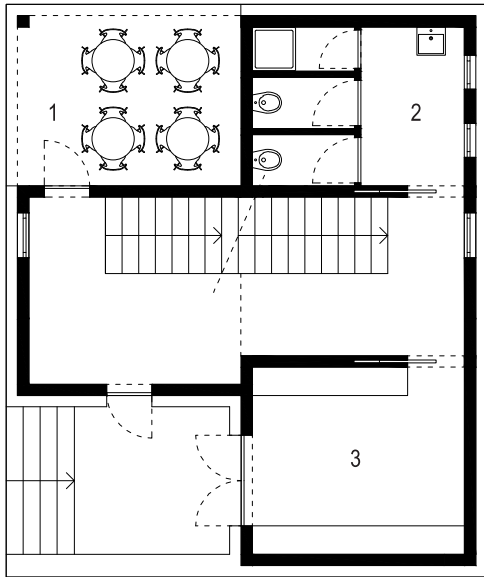
0 1 2 5m

OFICINA DE CÍRIO - PLANTA DO PISO TÉRREO

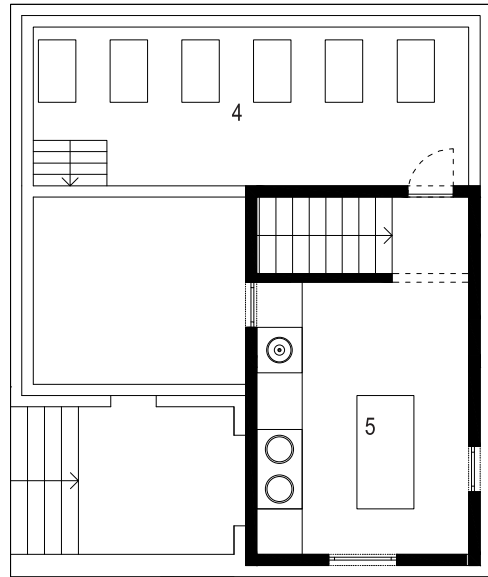
LEGENDA: 1. WC 2. ARMAZÉM PRODUTO ACABADO 3. PÁTIO 4. SECADORES DE MÓTE CHÁ 5. OFICINA 6. LOJA 7. ARMAZÉM DE QUARENTENA



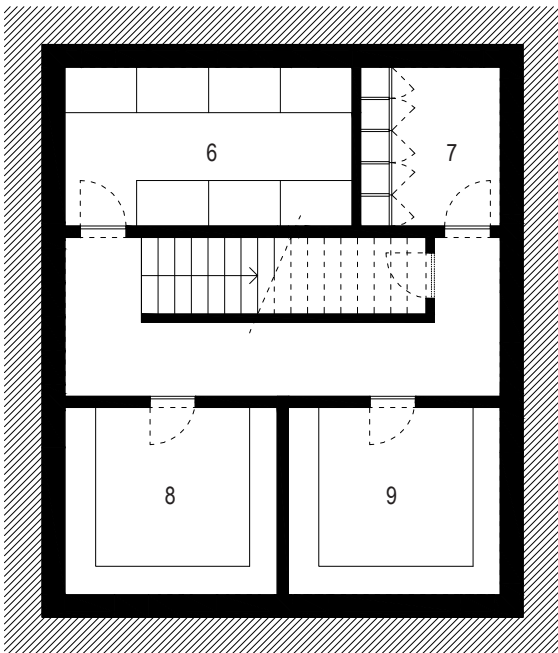
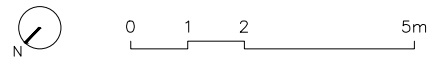
OFICINA DE CÍRIO - CORTE BB'



OFICINA DE RIBEIRA DA CRUZ - PLANTA DO PISO TÉRREO



OFICINA DE RIBEIRA DA CRUZ - PLANTA DO PISO 1



OFICINA DE RIBEIRA DA CRUZ - PLANTA DO PISO -1



55. Maquete de estudo da Oficina de Ribeira da Cruz

LEGENDA: 1. ESPLANADA 2. BANHEÁRIO/ WC 3. LOJA 4. SECADORES SOLARES DE FRUTA 5. OFICINA 6. SECADORES DE MÔTE CHÁ 7. VESTIÁRIO
8. ARMAZÉM DE QUARENTENA 9. ARMAZÉM DE PRODUTO ACABADO



56. Mapa "Os caminhos de Blimundo"

Data: 2011

Arquitetura: Ângelo Lopes

Colaboração: Leão Lopes / Ivo Lopes

Os Caminhos de Blimundo

Projecto de Valorização Turística do Vale da Ribeira da Torre - Reabilitação do habitat tradicional

A intervenção arquitectónica de reabilitação de habitações tradicionais é apenas uma das componentes do projeto, mais abrangente, denominado 'Projeto de Valorização Turística do Vale de Ribeira da Torre', implementado em 2010 pela ONG Atelier Mar com financiamento da UE. O projeto de reabilitação é assim, mais do que a ideia de vários edifícios num lugar específico, uma intervenção feita também a partir da arquitetura e das pessoas, de forma a poder transformar o lugar, com o máximo de recursos locais existentes. Para que melhor se possa entender a abrangência do projeto, os objectivos gerais do mesmo visaram a capacitação de membros da população para oferecer serviços turísticos locais; a promoção do turismo sustentável, através da valorização humana, cultural e ambiental; a valorização das atividades agrícolas tradicionais como produtos turísticos; e a criação de oportunidades de capacitação e desempenho de atividade geradora de rendimento a jovens sem emprego.

Ribeira da Torre localiza-se no Município da Ribeira Grande, lado Norte da ilha de Santo Antão, Cabo Verde. O vale tem perto de 3000 habitantes que vivem maioritariamente da agricultura de sequeiro ou de regadio, que constitui o meio de sobrevivência dessa população. O acesso principal do Vale desenvolve-se ao longo da ribeira e os aglomerados de casas vão surgindo nas encostas de uma forma muito informal, convidando as pessoas a descobrirem os vários percursos ao longo dessas encostas. Partindo dessa morfologia do vale, foi criado um novo produto turístico, sustentado no conto tradicional do boi Blimundo- "Os caminhos de Blimundo" *. Esta dimensão simbólica agrega o projecto no seu todo, sustentando a metáfora dos percursos entre as casas.

A primeira fase do projeto consistiu num levantamento antropológico, de identificação das famílias que estavam em pior situação financeira, feito a partir do inventário das habitações tradicionais que poderiam ser reabilitadas no âmbito do projeto. Com o apoio da equipa de arquitetura, numa segunda fase foi feito o processo de escolha e levantamento das habitações propostas para intervenção. Foi o meu primeiro contacto com a realidade e foi quando tive a percepção da importância do meu papel no processo de desenho do projeto no seu sentido mais amplo. Após contacto com a realidade local ficou decidida a reabilitação de 6 habitações tradicionais, onde foram organizados 8 quartos, 4 "cuznholas" e mais duas estruturas num curral de trapiche (parte do processo de fabrico do grogue de cana) para núcleo museológico e loja associado ao mesmo.

O desenvolvimento do desenho do projeto de arquitetura em si, não trouxe questões de maior. Passou fundamentalmente pelo solucionamento da questão das casas de banho, inexistentes neste tipo de estruturas, e de organização do programa em função das mesmas. Para o núcleo museológico o desenho do programa implicava que se pudesse reinterpretar o espaço sem interferir nos processos de funcionamento do curral de trapiche, pelo que esse foi o maior desafio.

As intervenções pressupunham criar as condições mínimas de conforto nessas casas, para se poder receber um turista, num modelo mundialmente conhecido como 'bad and breakfast'. Assim, consistiram fundamentalmente na definição dos quartos, uma casa de banho, rede elétrica, rede de água, e construção de uma fossa séptica, nos casos em que não tinham. Em termos construtivos havia no projeto duas vertentes que interessava trabalhar. Por um lado, ir buscar às práticas da arquitetura vernacular todo o conhecimento construtivo inerente a estas construções, de acordo com as tradições do local (as estruturas de pedra e barro, as coberturas de colmo, ventilação) e, por outro lado, introduzir novas tecnologias de construção local, baseadas em algumas experiências já desenvolvidas pelo Atelier Mar noutras comunidades, reveladas necessárias e eficientes. Havia que conseguir trabalhar essas duas dimensões de uma forma equilibrada e sustentável.

As casas estavam em muito mau estado, principalmente as coberturas. Na maioria dos casos foi possível manter apenas as estruturas de pedra e barro, e, em muitos deles, tiveram que ser consolidadas ou reconstruídas. Quanto às coberturas, só a procura incessante nos vários cantos da ilha nos permitiu encontrar tanto alguns materiais essenciais (como cana de carvalho, pau de gné, palha, sisal, etc.) como pessoas que ainda têm esta sabedoria do "fazer" alguns destes elementos e a cobertura em si. Tudo isto, em termos de arquitetura, foi possível através de um outro tipo de abordagem, a de projetar na obra. Ainda relativamente ao resgate das práticas da arquitetura vernacular, houve a preocupação de reconstituir as "cuznholas" (termo em crioulo para cozinhas tradicionais, que eram originalmente construídas de modo isolado do resto da casa por questões de fumo, cheiros, ...) pelo interesse de desenho do conjunto e de preservação dessa memória. Poucas delas ainda são usadas.

O Curral de trapiche é o centro do projeto. Neste espaço foi criado, a partir de duas das estruturas existentes, um núcleo museológico ligado à tradição dos processos de produção do grogue. Foi reabilitado o espaço da casa de calda, onde se faz o processo de fermentação da calda, mantendo a sua função, mas com um novo desenho, que permite a coexistência do centro de interpretação. Neste centro pode-se, além de presenciar e conviver com quem controla o processo de fermentação da calda, fazer uma leitura desses processos através de painéis informativos. Num segundo espaço é através da exposição de alguns utensílios ligados a esse processo que a leitura é completada. A outra estrutura desse núcleo foi praticamente reconstruída, pois encontrava-se um muito mau estado. Esta foi transformada numa loja de apoio ao núcleo, respondendo ao interesse para a venda de alguns produtos turísticos desenhados para este projeto e outros já desenvolvidos, na área do design alimentar.

Na loja foram usadas na cobertura telhas de sisalocimento produzidas na comunidade de Lajedos, do outro lado da ilha. O pavimento que foi usado no núcleo museológico e também nos quartos das casas reabilitadas é de lajetas de betão prensado, que em termos de linguagem funciona muito bem com estas estruturas, podendo ser usadas também no exterior. Para o revestimento interior de todas as paredes foi usado um reboco pozolânico que, no caso dos

quartos, trouxe outro conforto visual para o espaço, com uma vantagem enorme em termos de isolamento térmico, mantendo os espaços sempre frescos. Noutros casos foi simplesmente usada a cal, técnica tradicional com vantagens na climatização dos espaços. Inspirado no desenho das carpintarias antigas foram redesenhadas todas as carpintarias das estruturas, introduzindo a meia porta e uma pequena janela fundamentais tanto para uma ventilação permanente como para uma iluminação mínima do espaço.

A oportunidade de assumir todo o processo, no que diz respeito à parte de arquitetura, foi uma grande aprendizagem para mim. Se, por um lado, permitiu ter um controlo maior sobre todos os aspectos do projeto e garantir que fosse cumprido na prática, por outro obrigou-me a adaptá-lo a diversas adversidades surgidas no contexto das obras e na própria gestão do mesmo.

A obra foi um processo mais complexo devido a vários aspectos: a dispersão das diversas estruturas na morfologia do Vale; as negociações constantes entre as equipas de construtores, artesãos, arquitetos, famílias, população e gestores do projeto; atrasos constantes nas várias fases das obras (previsíveis nestes contextos, onde não existem profissionais com hábitos de trabalho que facilitem o planeamento deste tipo de intervenção e que poucas vezes cumprem os prazos previamente acordados), e ainda a coincidência das obras com a época das chuvas e com a construção de uma estrada alcatroada no leito do vale.

Contudo foi rico esse processo uma vez que permitiu o contacto com artesãos locais (que ainda dominam as tecnologias da arquitectura vernacular), a sistematização de determinados processos construtivos e a consolidação de um processo de aprendizagem feito com a prática, e em particular na realidade de Santo Antão.

141

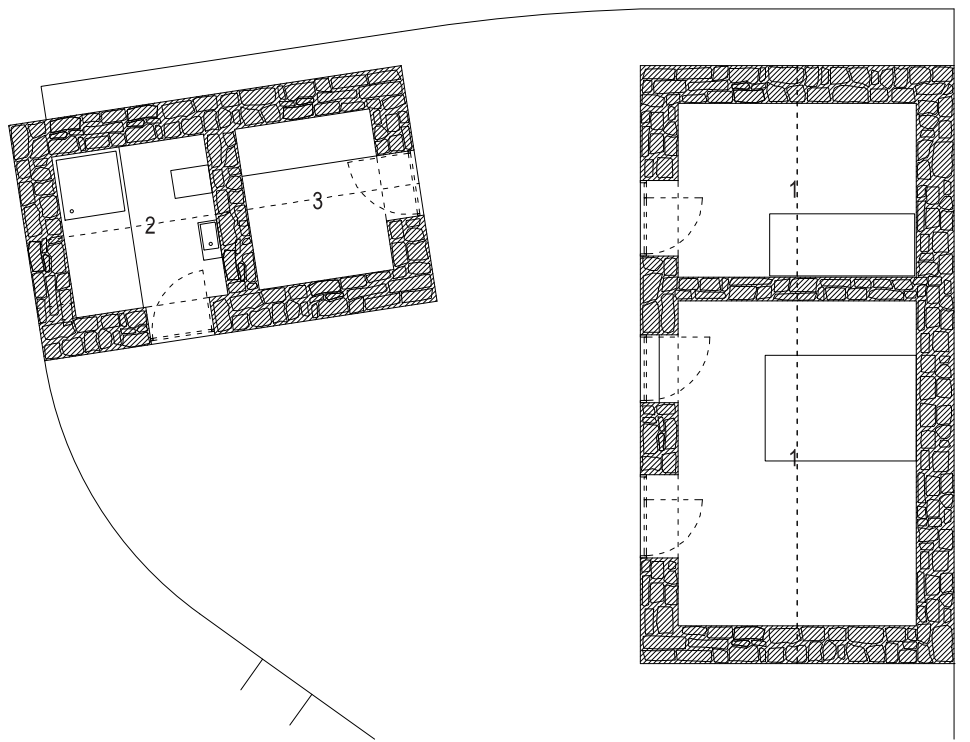




58. Fajã Domingas Benta II antes da intervenção



59. Fajã Domingas Benta II depois da intervenção



PLANTA DE FAJÃ DOMINGAS BENTA II

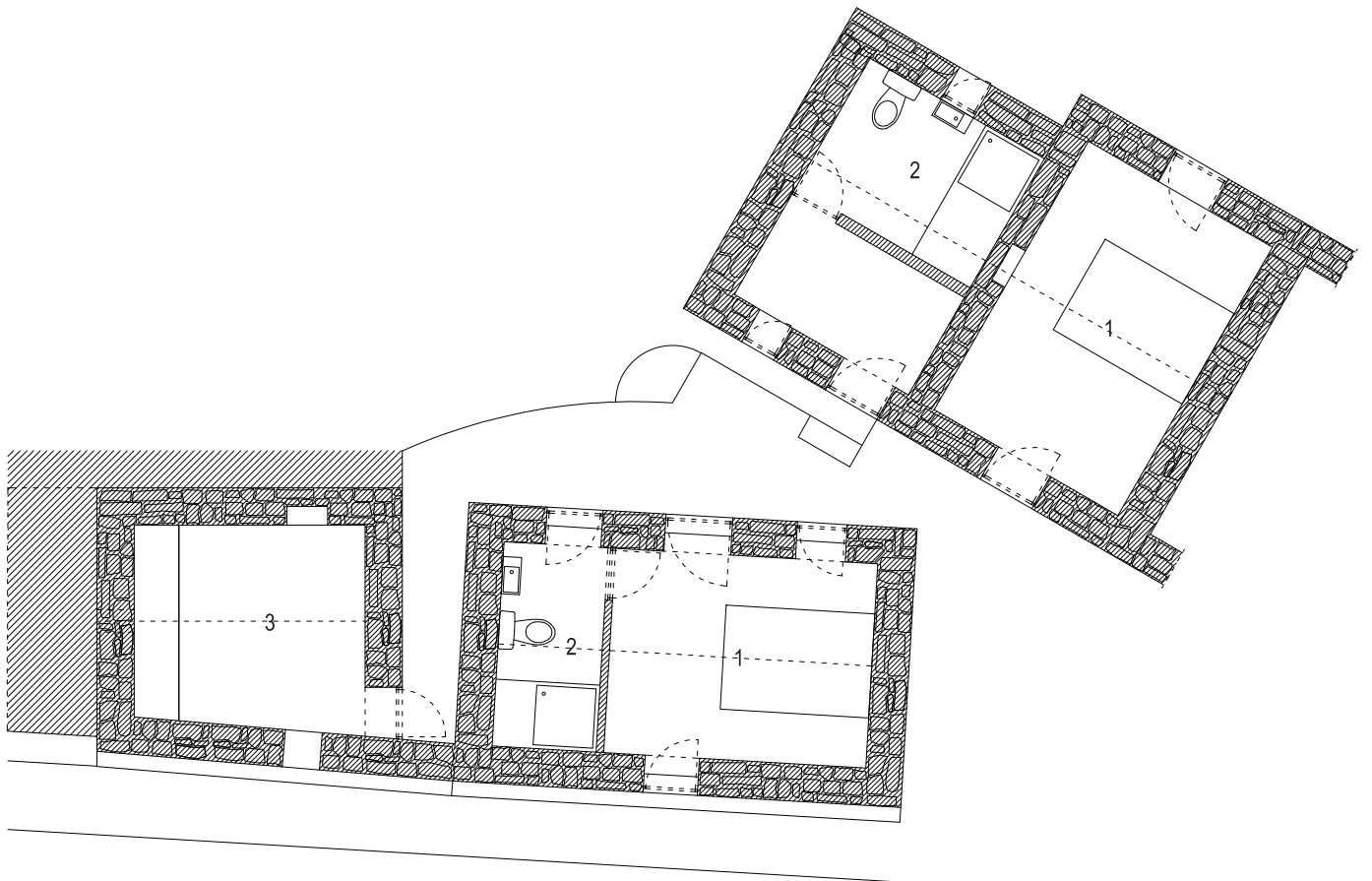
LEGENDA: 1. QUARTO 2. QUARTO DE BANHO 3. "CUZNHOLA"



60. Ribeirinha Curta antes da intervenção

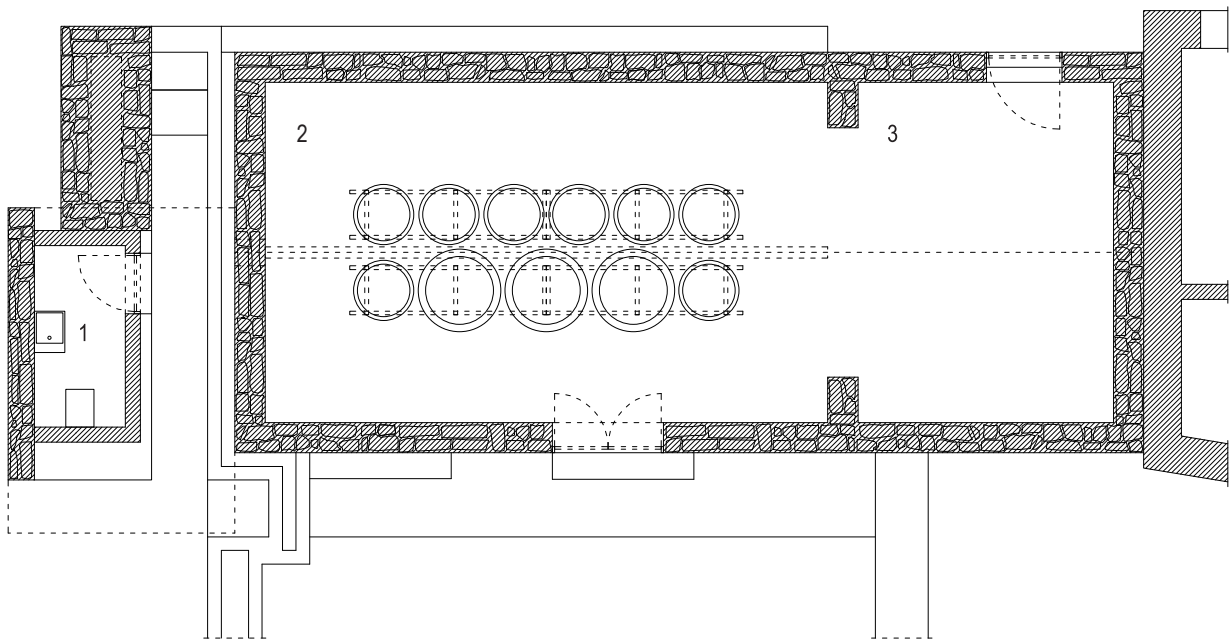


61. Ribeirinha Curta depois da intervenção



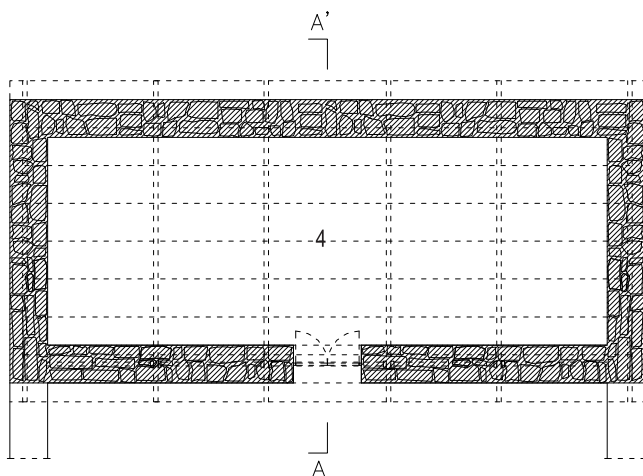
PLANTA DE RIBEIRINHA CURTA

LEGENDA: 1. QUARTO 2. QUARTO DE BANHO 3. "CUZNHOLA"

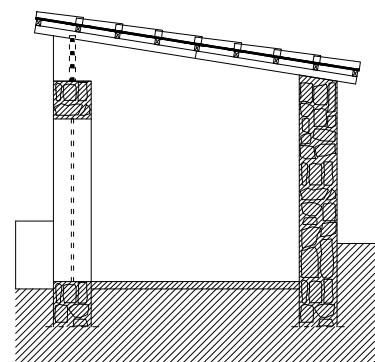


PLANTA DO CENTRO INTERPRETATIVO

144



PLANTA DA LOJA



CORTE AA'

LEGENDA: 1. INSTALAÇÃO SANITÁRIA 2. EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS 3. EXPOSIÇÃO DE UTENSÍLIOS 4. LOJA



62. Centro de interpretação antes da intervenção



63. Centro de interpretação durante a intervenção



64. Vista do interior da Loja depois da intervenção



65. Criança da comunidade de Planalto Norte

Data: 2010

Local: Planalto Norte, Santo Antão

Arquitetura: Leão Lopes

Colaboração: Ângelo Lopes / Ivo Lopes / Simon Baliteau

Comunidade de Planalto Norte

A comunidade de Chã de Feijoal é uma pequena localidade no Planalto-Norte, concelho de Porto-Novo, ilha de Santo Antão, onde habitam cerca de 50 famílias (aproximadamente 200 pessoas). Nessa localidade foi formada a Cooperativa dos Resistentes do Planalto Norte, com 45 membros, cujo nome 'Resistentes' indica precisamente a qualidade de quem resiste, prova do facto desta população se ter organizado para subsistir, persistindo neste lugar inóspito sem migrar, apesar da infertilidade das suas terras. A Cooperativa resulta de um processo de construção longo e participado, refletindo o ambiente comunitário e possibilitando gradualmente a melhoria da vida da população. Conta já com alguns projetos de solução arquitectónica adaptada a nível construtivo e a função que desempenham na comunidade, ou seja, não só por serem edificados a partir dos recursos locais, como também por responderem às necessidades que constroem a comunidade na sua subsistência.

A população dedica-se fundamentalmente à pastorícia de caprinos, ao fabrico de queijo e à agricultura (sequeiro) de subsistência, sendo o seu território caracterizado sobretudo pelo isolamento e aridez. Este mesmo queijo produzido através de tecnologia artesanal, foi certificado como Património Mundial do Gosto, em 2007, pela Fundação Slow Food Internacional.

O Atelier Mar, o M_EIA, e a Cooperativa dos Resistentes do Planalto Norte foram promotores do projeto da edificação de um armazém (dinâmica inerente de abastecimento de bens de consumo para as comunidades vizinhas - cerca de 350 pessoas), uma estrutura em cave onde se procede à cura do queijo de cabra e a construção inovadora de reservatórios de captação e armazenamento de água das chuvas. Quanto a este último, ao longo de uma pequena linha de água da região, foram construídos os referidos reservatórios, permitindo guardar os sagrados os fios de água que a terra árida conduziu. As suas paredes são de pedra e reboco de pozolana (pedra predominante na ilha e com qualidades de resistência, leveza, isolamento térmico, impermeabilidade) e sua cobertura de abóbodas rebaixadas, feitas com lajetas de cimento, uma tecnologia de fácil construção, mais económica, e que mantém o reservatório fresco.

Neste processo colaborei na definição do projeto de arquitetura dos reservatórios, bem como no acompanhamento de todo o processo construtivo. Terá sido para mim das melhores experiências enquanto arquiteto. Encontrei um forte sentido no meu papel enquanto arquiteto no desenho de soluções que acabam por ter grande impacto na vida das pessoas da comunidade. Foi gratificante poder trabalhar com a comunidade, num processo amplamente participativo, e poder entender a sua geografia e o sentido de viverem num sítio tão inóspito.

O projeto terá sido o primeiro passo para o despertar do interesse e a difusão desta solução construtiva enquanto processo de simples execução. A própria população se apropriou da dita tecnologia da cobertura de abóbada tendo já iniciado a sua aplicação nas suas habitações, algumas agora melhoradas por processos de autoconstrução.



66. Ccabras dos pastores da comunidade

148



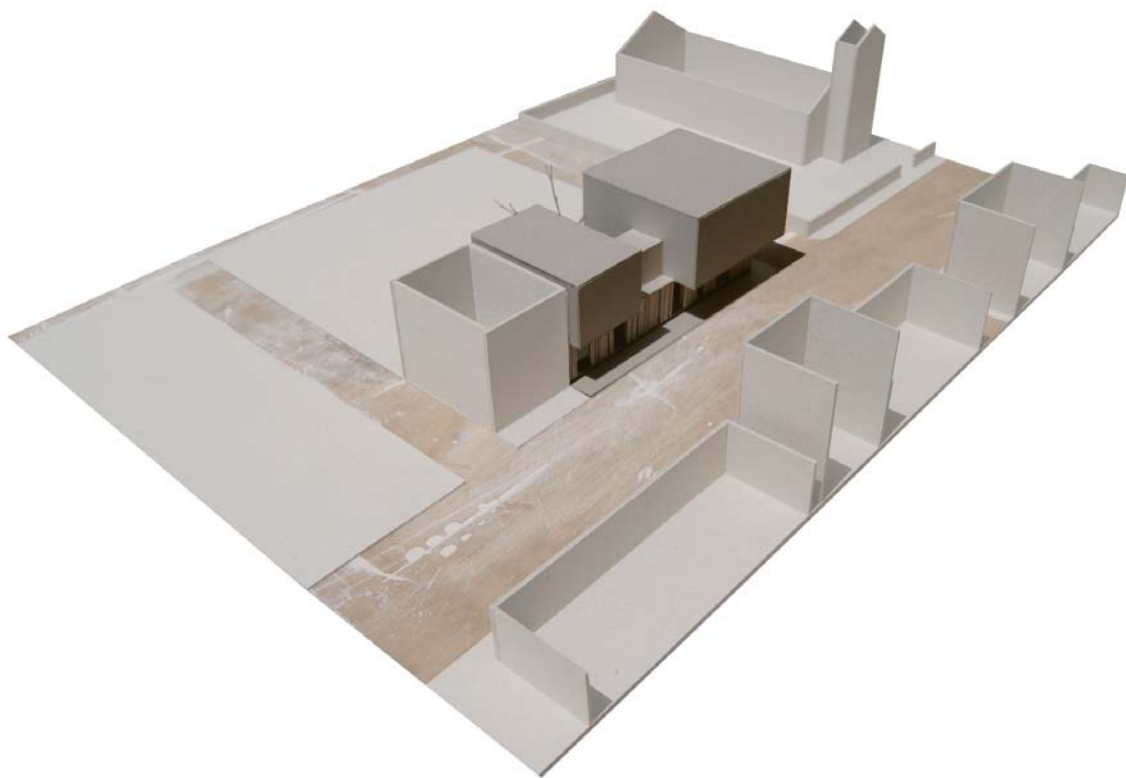
67. Vista do conjunto dos depósitos



68. Construção dos depósitos



69. Construção de uma habitação com a tecnologia das abóbadas



150

70. Maquete de estudo de implantação do Centro Interpretativo de SM

Data: 2011

Local: Santa Maria, ilha do Sal

Arquitetura: Ângelo Lopes / Lara Plácido

Centro Interpretativo da Santa Maria

O projeto do Centro Interpretativo de Santa Maria surgiu como um dos resultados do SI_URB – Seminário Internacional de Reabilitação Urbana do Núcleo Histórico de Santa Maria, que tinha como finalidade produzir linhas de ação e propostas de trabalho para a reabilitação urbana do núcleo histórico da cidade de Santa Maria.

O desenvolvimento acelerado das zonas urbanas, e neste caso em particular a cidade de Santa Maria, na ilha do Sal, que acolhe anualmente cerca de 60% do turismo nacional, coloca inúmeras questões, nomeadamente no que diz respeito à preservação do património edificado, o ordenamento do espaço urbano, e o desenvolvimento de estruturas culturais que deem voz a visões locais dentro de um espaço cada vez mais global e heterogéneo.

Das três escalas que foram trabalhadas nas linhas de ação - planeamento, desenho urbano e edificado - ficou neste último definida, como resposta a esses desafios inerentes ao desenvolvimento endógeno, a criação de um Centro Interpretativo onde se pudesse reforçar a questão identitária, do património material e imaterial da cidade de Santa Maria e da ilha.

A proposta de projeto trabalhada durante o seminário, na Rua Catchitcha, teve que ser repensada mais tarde num novo espaço, uma vez que houve dificuldades em negociar o lote inicial. Assim, após o seminário, eu e a arquiteta Lara Plácido, a partir do Departamento de Arquitectura do M_EIA, assumimos um novo desafio lançado pela Câmara Municipal do Sal. , de definir o projeto do edifício.

A cidade de Santa Maria apresenta uma organização urbana assente numa malha ortogonal, sobre a qual a diferença de escalas se faz sentir, remetendo-nos para vários momentos cronológicos do desenvolvimento da cidade. Esta é uma das conclusões que retiramos do SI_URB e que se revela impreterível na forma de atuar perante o território, respeitando o existente de forma a acrescentar novas dinâmicas. O eixo agora reservado para implantação do Centro Interpretativo orientado longitudinalmente a noroeste, é vital no fluxo de pessoas da cidade, visto que incorpora na sua dinâmica a Praça Amílcar Cabral, um ponto central da cidade, que neste caso se assume também como uma rótula entre o Centro Cultural de Santa Maria e o edifício proposto.

O projeto desenvolve-se sob premissas de um desenho solar passivo com o intuito de melhorar o desenvolvimento energético do edifício em três áreas: aquecimento, arrefecimento e iluminação do edifício. A redução de energia utilizada por um edifício é o factor mais importante na sustentabilidade do mesmo. No entanto, o impacto ambiental que poderá provocar é também um cuidado que refletimos nas técnicas e nos materiais escolhidos.

A opção dos materiais recai totalmente para recursos locais da ilha e do país, de forma a reduzir as importações e a tornar a obra economicamente mais acessível, tendo em conta não só o material como o produto final e todo o seu ciclo de vida. As técnicas construtivas foram avaliadas

segundo os mesmos critérios, ou seja, usando elementos recorrentes na construção local, que permitem um comportamento passivo fundamental para a salubridade do edifício. Estas intenções vêm potenciar o desenvolvimento de mão-de-obra e emprego, ou seja uma dinâmica económica local sustentável.

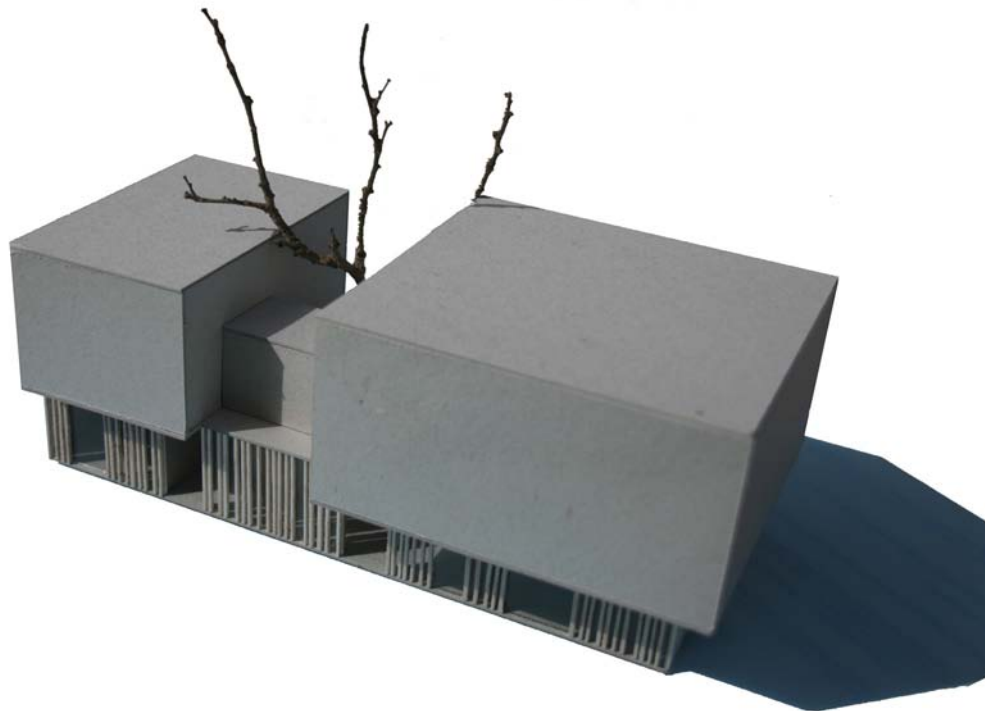
Um edifício para todos, acessível a todos, que em si não seja uma barreira para as pessoas locais, enfatizando o contacto entre o turismo e a cultura local, como um ponto de encontro. Estas são as premissas que gostaríamos de ver implantadas neste espaço intra-funcional.

O contacto que temos com o edifício ao nível da rua provoca a curiosidade de quem passa, com jogos de opacidade e transparência (vidro e madeira) que não revelam tudo o que se passa, mas aguçam, intencionalmente, a vontade de descobrir esse mundo interior. A loja, o café, o espaço expositivo e o pátio estão organizados de forma a tornar cada unidade especial e fortalecer o todo, sem que as barreiras físicas entre os espaços sejam sentidas, com o intuito de fortalecer a polivalência do espaço. Prevemos assim que o pátio poderá ser um espaço de projeção, de música ao vivo, espaço expositivo exterior, etc.

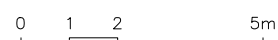
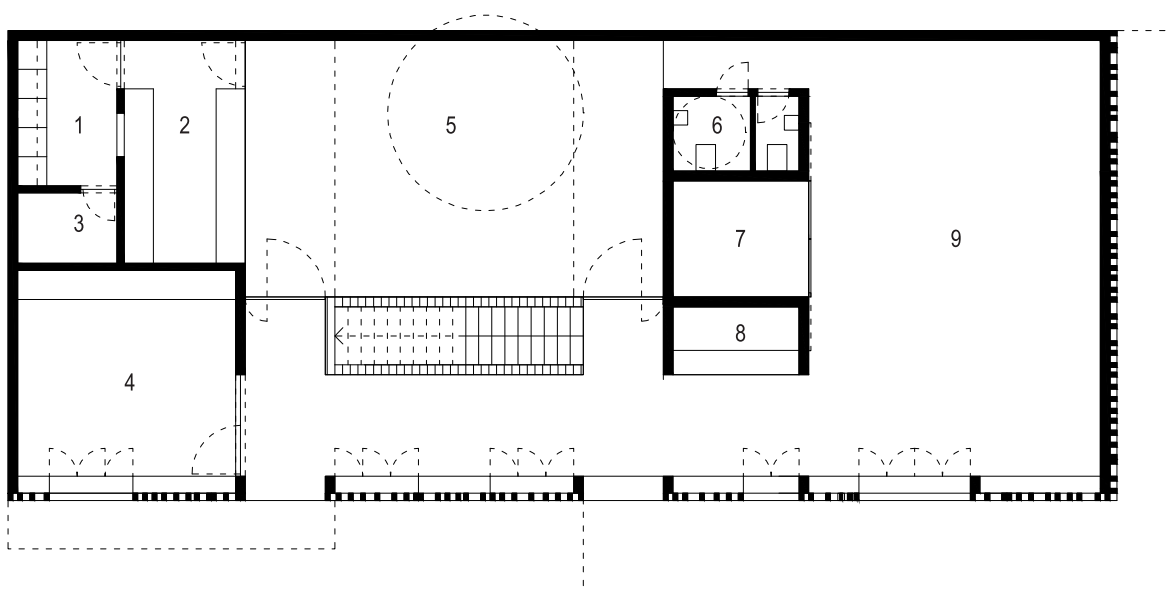
No piso superior erguem-se dois volumes com dimensões distintas que transparecem a hierarquia das funções que alberga cada um deles. O espaço multiusos, o volume maior, com um pé direito de 6 m, foi pensado como um espaço polivalente com capacidade de se modelar às necessidades pretendidas. As aberturas nas fachadas, aparentemente aleatórias, marcam um ritmo, filtram a entrada de luz no espaço pontual e permitem uma ventilação cruzada para a salubridade do espaço. O volume de dimensões menores organiza a rádio local e um gabinete técnico. O tratamento das fachadas deste volume é ritmado com o mesmo intuito já descrito. Esta dinâmica interior do centro interpretativo espelha-se na escolha de materiais e na forma como transmite para o exterior mutações de luz, sombra e cor que variam ao longo do dia/noite sem momentos repetidos, transmitindo uma vida própria.

Após a definição do projeto, o mesmo foi socializado com a população de Santa Maria, que revelou uma boa aceitação. Contudo, ao nível político, apesar da iniciativa ter partido da própria Câmara Municipal e do entusiasmo inicial, o processo foi sempre encontrando barreiras em relação ao seu avanço. Recentemente, o projeto foi aprovado, mas continua ainda por definir os trâmites da sua efetivação.

Como experiência ficou a oportunidade de trabalhar um projeto com um programa público, e a possibilidade de desenhar outras soluções dentro dos mesmos princípios já referidos, para o contexto urbano.

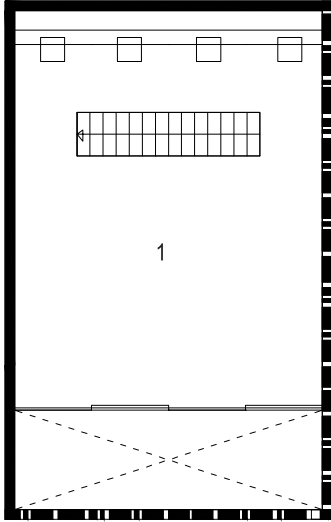


71. Maquete de estudo do edifício do Centro Interpretativo de SM



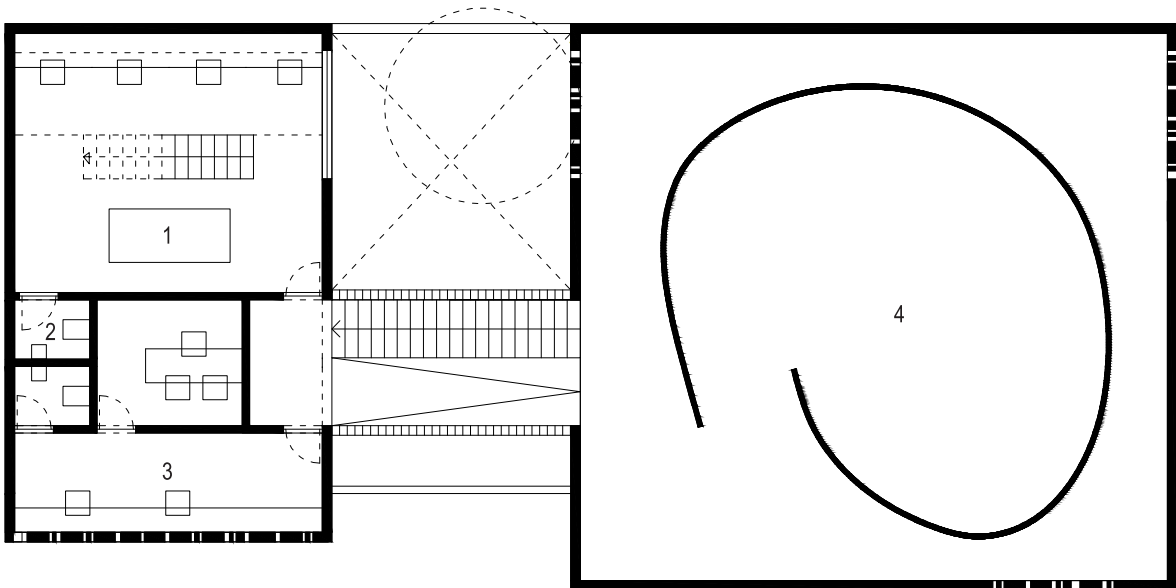
PLANTA DO PISO TÉRREO

LEGENDA: 1. COZINHA 2. DISPENSA 3. CAFÉ 4. LOJA 5. PÁTIO 6. WC 7. DEPÓSITO 8. RECEPÇÃO 9. ESPAÇO EXPOSITIVO



PLANTA DO PISO 2

154

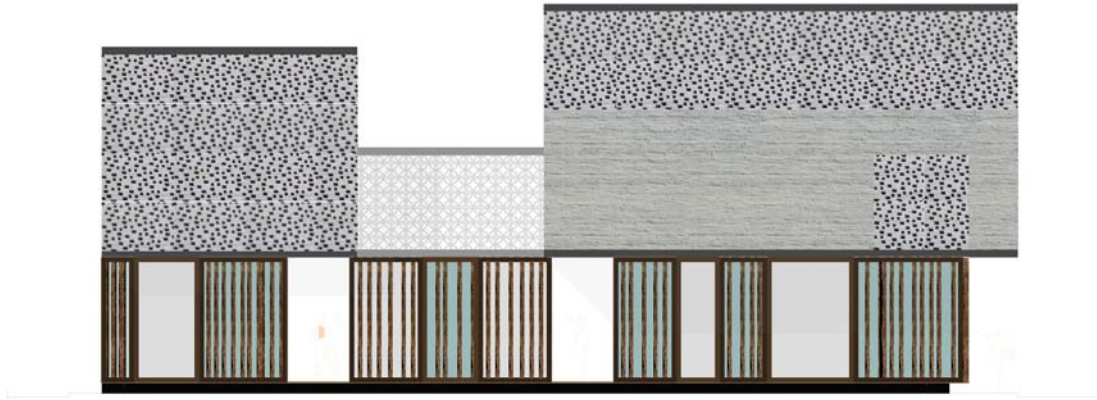


PLANTA DO PISO 1

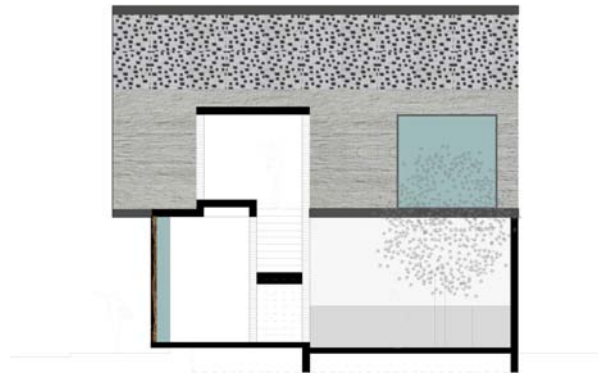
LEGENDA: 1. GABINETE TÉCNICO 2. WC 3. RÁDIO LOCAL 4. ESPAÇO MULTIUSOS



0 1 2 5m



ALÇADO SUL



CORTE PELO PATIO



ALÇADO NASCENTE



156

72. Vista exterior do edifício da Fundação Baltasar Lopes

Data: 2013

Local: Alto Mira Mar, São Vicente

Arquitetura: Ângelo Lopes

Colaboração: Leão Lopes / Nuno Flore / David Monteiro / Ernestina Cândido

Fundação Baltasar Lopes

A Fundação Baltasar Lopes constituirá um inovador centro de conhecimento não só da obra desta importante figura da cultura cabo-verdiana, mas também de cultura contemporânea. Este projeto, além do seu desenho enquanto centro cultural, objectiva também constituir um exemplar de reabilitação arquitectónica de um edifício marcante da época de influência inglesa na cidade. Respeitando o pensamento crítico e atual que marcou o percurso do autor Baltasar Lopes, a Fundação poderá contribuir, juntamente com diferentes agentes da sociedade civil, para conceber a cultura como uma oportunidade na construção de futuro.

A associação entre as três entidades, M_EIA; Atelier Mar e Fundação Baltasar Lopes, garantirá uma permanente troca e atualização de informação, bem como o seu funcionamento através do trabalho de técnicos formados na área do Design indicados pela escola. Este modelo de gestão deverá garantir um espaço de residência artística, incubando novos projetos. As diferentes valências aqui apresentadas darão a este centro um carácter inovador no cenário Mindelense, uma vez que permitirão à sociedade civil tanto o acesso a um património cultural já adquirido, como o apoio à formação e aparecimento de novos criadores.

Recentemente, o ISCEE, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, atento à urgência de reabilitação de tal edifício, investe neste processo, ficando o piso térreo com programa ligado a esta instituição por um período tempo determinado.

A coexistência do projeto da Fundação Baltasar Lopes e do ISCEE determinou o programa da seguinte forma. O piso térreo terá uma biblioteca, um centro de informática, casas de banho e alguns espaços de apoio às atividades ligadas a esta última instituição. Com o fim de evidenciar a obra de Baltasar Lopes ao visitante, a exposição referente ao seu percurso biográfico e literário será instalada nas salas do primeiro piso, bem como a Biblioteca Jean Michel Massa, espaço que integrará um espólio de três mil livros doados pelo referido intelectual francês, professor emérito especialista na cultura cabo-verdiana.

A reabilitação de um edifício com a importância da antiga Casa do Telégrafo, atual Fundação Baltasar Lopes, suscitou um estudo profícuo de toda a sua história, tal como uma análise cuidada de todos os seus espaços para melhor atingir a funcionalidade e adaptabilidade necessária à instalação do projeto. Assim, a abertura de um grande vão entre as duas salas maiores, tanto no piso térreo como no primeiro piso, permitiu encaixar o programa e repensar as dinâmicas de uso dos espaços.

O estado de conservação do edifício permitiu adoptar uma estratégia de reabilitação que se baseia na recuperação de todos os elementos de madeira, na requalificação do espaço exterior, aproveitando-o para espaços de estar ou multifuncionais e na conservação de caixilharias e todos os elementos que possibilitem deixar visíveis as características arquitectónicas de um edifício do

princípio do séc. XX. A introdução de tudo aquilo que são elementos novos, exigidos pelo programa, foi pensado de forma mais neutra possível, de modo a não interferir na própria linguagem do edifício.

Apesar dos imprevistos, característicos neste tipo de intervenção, as obras decorreram bem. O processo não exigia alterações de fundo no edifício, porém, só o meu permanente dialogo com o empreiteiro garantiu a boa execução do projeto e seus devidos ajustes na obra.

Toda a parte museográfica e museológica da obra de Baltasar será assumida pelos docentes e estudantes do M_EIA, pelo que se percebe a coerência e integração de todas as intervenções já realizadas e por realizar. Trata-se de um projeto que, pelo seu todo, garante uma experiência única a todos os profissionais e estudantes nele envolvidos, razão que contribui também para minha satisfação pessoal.

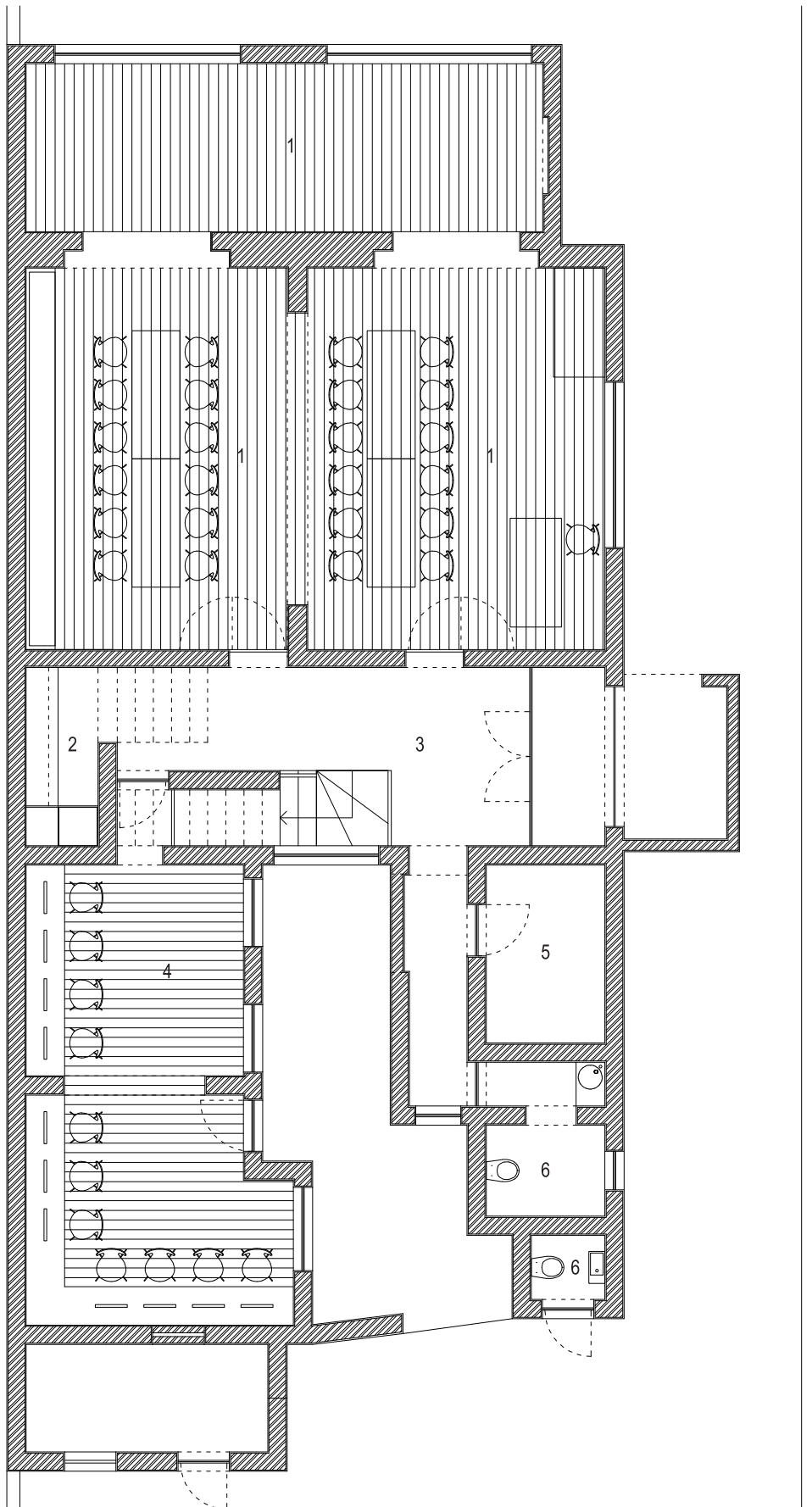
158



73. Vista das escadas interiores durante a intervenção

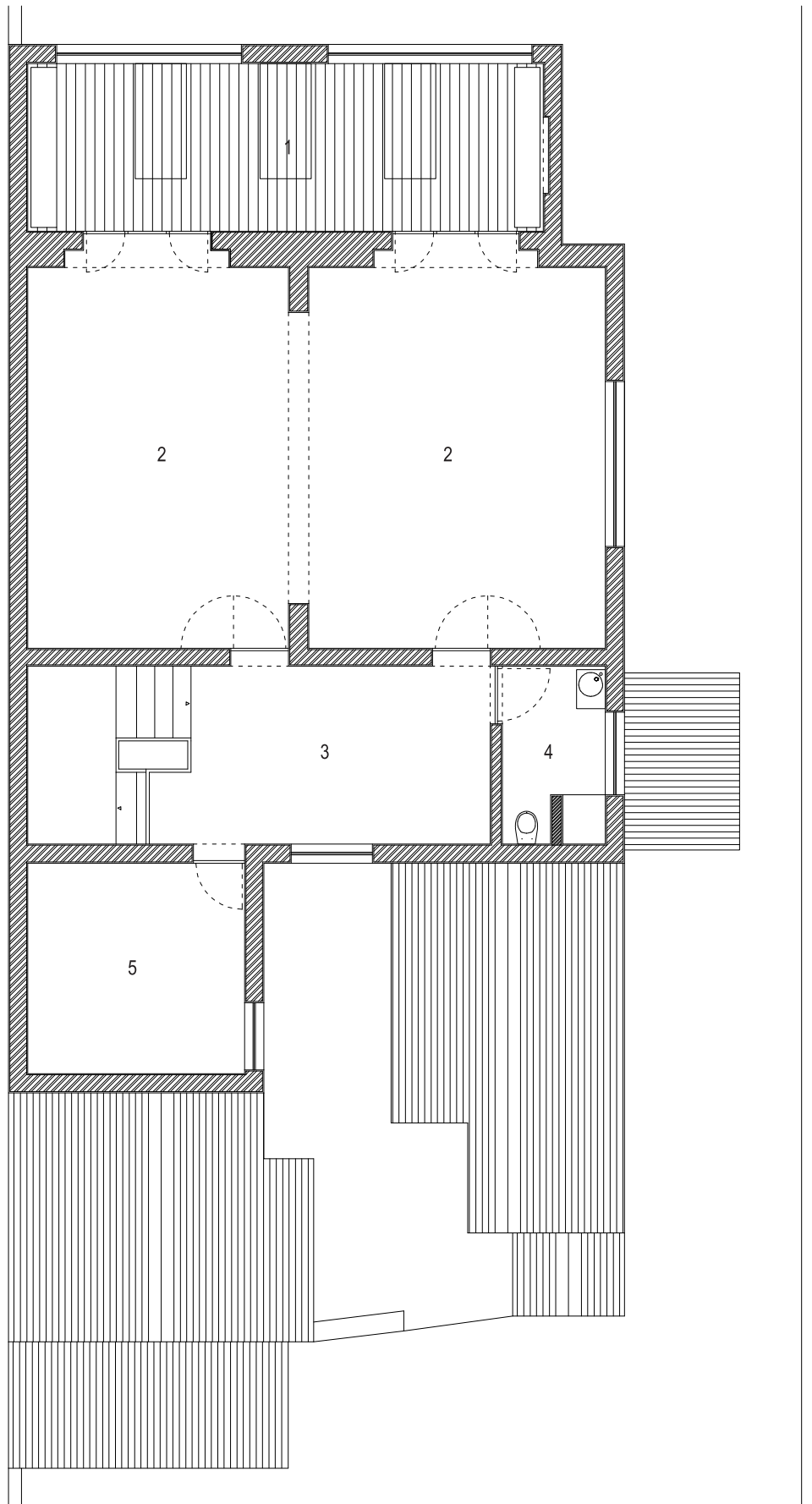


74. Demolição da parede interior



PLANTA DO PISO TÉRREO

LEGENDA: 1. BIBLIOTECA 2. COPA 3. DISTRIBUIÇÃO 4. CENTRO DE INFORMÁTICA 5. ARRUMO 6. QUARTO DE BANHO 7. QUARTO (ACESSO EXTERIOR)



PLANTA DO PISO 1

LEGENDA: 1. BIBLIOTECA JEAN MICHEL MASSA 2. ESPAÇO DE EXPOSIÇÃO BALTASAR LOPES 3. DISTRIBUIÇÃO 4. QUARTO DE BANHO 5. RESERVA



75. Vista das escadas interiores durante a intervenção



76. Sala de exposição Baltasar Lopes durante a intervenção



162

77. Vista do quarteirão da Fábrica SUCLA a partir do mar

Data: 2014

Local: Tarrafal de São Nicolau

Arquitetura: Ângelo Lopes

Colaboração: Leão Lopes

Museu da Pesca

O projeto do Museu da Pesca é um projeto inédito nas ilhas de Cabo Verde. Nascido de uma parceria público/privada, será a primeira experiência de museologia em que o Estado se posiciona como parceiro da sociedade civil a favor de um projeto de interesse público, sem finalidade lucrativa. Um projeto que responde aos desafios da nova museologia veiculados pelo ICOM e pela UNESCO, que defende o museu como uma “instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve”.

Proposto pelo atual proprietário da Fábrica SUCLA – Sociedade Ultramarina de Conservas Lda., em parceria técnica e científica com o M_EIA, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura e a Câmara Municipal do Tarrafal, o projeto conta com o apoio institucional do Ministério da Cultura, através do Instituto de Investigação e Património Culturais – IIPC.

A história do edifício-casa remonta ao início do séc. XX, época em que Sr. Cadório, empresário português se fixa e funda em 1933 a fábrica SUCLA. Um património material e imaterial excepcional em Cabo Verde que revela, através do mar e da unidade fabril, as relações sociais e comerciais da ilha até à atualidade. Um espólio imenso, que ao longo de anos foi preservado, e posto agora à disposição do Ministério para trabalhar sobre o Museu ligado à história da Pesca em Cabo Verde, em particular às suas ligações à ilha de São Nicolau, que passa fundamentalmente pela história da Fábrica de Conserva onde se está a instalar o Museu.

Com o projeto do Museu pretende-se assim sistematizar essa importância, torná-la pública e fazê-la parte da própria comunidade. Nesse sentido amplo do novo conceito de museu, a intervenção integra não só a área residencial da Fábrica, antiga “Residência Tarrafal”, a residência do Sr. Cadório, fundador da Fábrica, como toda a Fábrica, enquanto estrutura histórica. A inclusão da Fábrica permitirá a interpretação do antigo e atual processo de conserva e da própria memória colectiva ligada a ela (numa segunda fase de intervenção).

A primeira fase de intervenção do Museu da Pesca, aqui apresentada, centra-se na área do quarteirão da Fábrica onde se localiza a antiga residência do Sr. Cadório, um anexo, na parte de trás da residência, a antiga loja da Fábrica e os espaços exteriores envolventes.

A relação desse conjunto com a Avenida Assis Cadório foi redesenhada no sentido de aumentar a relação do Museu com a rua. Assim, o muro existente foi rebaixado, dando lugar a uma balaustrada que recupera o desenho original do projeto. O espaço da loja passou a ter um acesso a partir da rua, nos dois sentidos, um através de uma rampa e outro, através de uma escada, permitindo não só uma melhor relação com a rua como um funcionamento autónomo da Fábrica, uma vez que esta tem uma atividade sazonal.

Sendo um projeto de reabilitação, o processo passa inevitavelmente pela interpretação dos espaços existentes e conseqüente adaptação do programa do Museu aos mesmos, respondendo às novas exigências programáticas. Assim, no piso inferior do edifício principal, prevê-se que o programa seja fundamentalmente expositivo e interpretativo, sobre a História da Pesca em São Nicolau, sendo ainda complementado por um espaço de serviço, de apoio à esplanada, e um pequeno armazém. Contudo, o mesmo ficará dependente da posterior avaliação do quanto se poderá ganhar em pé-direito nos referidos espaços. No piso superior é onde será organizado o programa principal. O circuito de visita começa pela recepção (que numa primeira fase do projeto funcionará como gabinete de instalação do Museu da Pesca), e passa pela sala da Memória da Fábrica SUCLA, da História da Pesca, da Memória da “Residência Tarrafal” e por uma Sala Audiovisual.

No edifício Anexo funcionarão os espaços da Direção, dos Serviços Administrativos e do Laboratório do Museu da Pesca. Encontram-se aqui ainda as Instalações Sanitárias de apoio ao Museu e aos espaços acima referidos.

A loja funcionará no espaço da antiga loja da Fábrica, espaço esse que se pretende resgatar na perspectiva atual do Museu. Aqui serão vendidos diferentes produtos, entre os quais, livros, prospectos, DVD's, conservas e outros produtos processados, artesanato da ilha.

Nos espaços exteriores envolventes dos edifícios serão expostas peças de interesse museológico ligadas à memória das máquinas e da atividade conserveira, painéis, textos e fotografias ampliadas, ilustrativos da faina e da memória histórica da pesca (da baleia, do black fish, do atum, do espadarte, da cavala, da melva...). Na zona da frente do edifício principal (antiga residência do Sr. Cadório) estão previstos dois espaços de explanada / bar do Museu, protegidos com pérgulas, para sombreamento, onde se poderão desenvolver diversas atividades do Museu, de estar, lazer e educativos.

Para o projeto desta primeira fase de intervenção, além da adequação do programa aos edifícios existentes, foi feito um levantamento prévio do estado geral dos mesmos, no que diz respeito ao diagnóstico das patologias, ao estado das estruturas, dos telhados e dos pisos, reboco, pintura e trabalhos de carpintaria e efetuar (soalho, portas e janelas). Ao nível geral, os edifícios encontram-se em bom estado, sendo as intervenções pontuais na maioria dos casos. O grosso dos trabalhos passa pela renovação das coberturas de telha, no edifício principal e no anexo, bem como pelo restauro de toda a parte de carpintaria. Neste processo, pretende-se ainda resgatar algumas das tecnologias aplicada na construção dos edifícios, tais como os rebocos feitos à base de cal e os processos originais de fabrico e aplicação das tintas artesanais.

As obras, em fase inicial neste momento, e um financiamento curto, deixam em aberto os próximos contornos do projeto.

Finalmente, importa sublinhar ainda a integração das alunas finalistas do Curso de licenciatura em Design no processo de trabalho do Museu, tendo trabalhado no manual de identidade visual

do Museu da Pesca e na concepção das fichas de inventário das peças de interesse museológico para o mesmo. Foram ainda integradas no próprio processo de inventariação das peças.



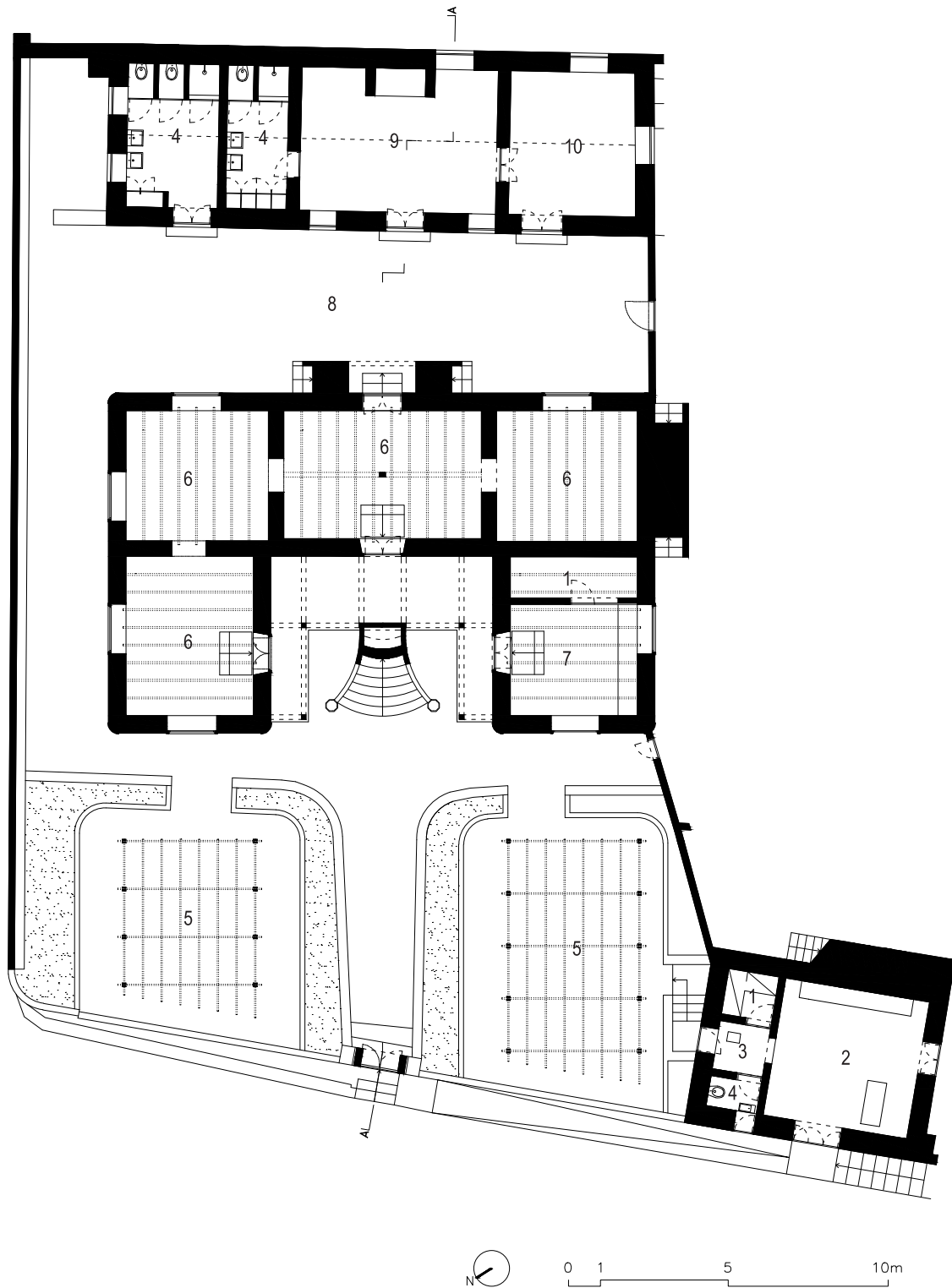
165



0 5 10 25m

PLANTA DE IMPLANATAÇÃO DO MUSEU

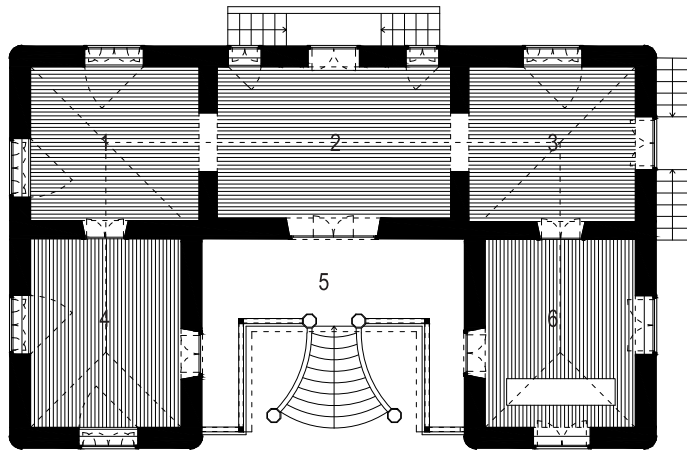
LEGENDA: 1. LOJA 2. ESPLANADA 3. EDIFÍCIO PRINCIPAL - RESIDÊNCIA TARRAFAL 4. EDIFÍCIO ANEXO



PLANTA DO PISO TÉRREO - PRIMEIRA FASE DE INTERVENÇÃO

LEGENDA: 1. ARRECADAÇÃO 2. LOJA 3. DISTRIBUIÇÃO 4. WC 5. ESPLANADA 6. HISTÓRIA DA PESCA EM SÃO NICOLAU 7. SERVIÇO DE APOIO À ESPLANADA

8. EXPOSIÇÃO EXTERIOR DE PEÇAS DE INTERESSE MUSEOLÓGICO 9. LABORATÓRIO DO MUSEU DA PESCA 10. DIRECÇÃO /SEVIÇOS ADMINISTRATIVOS



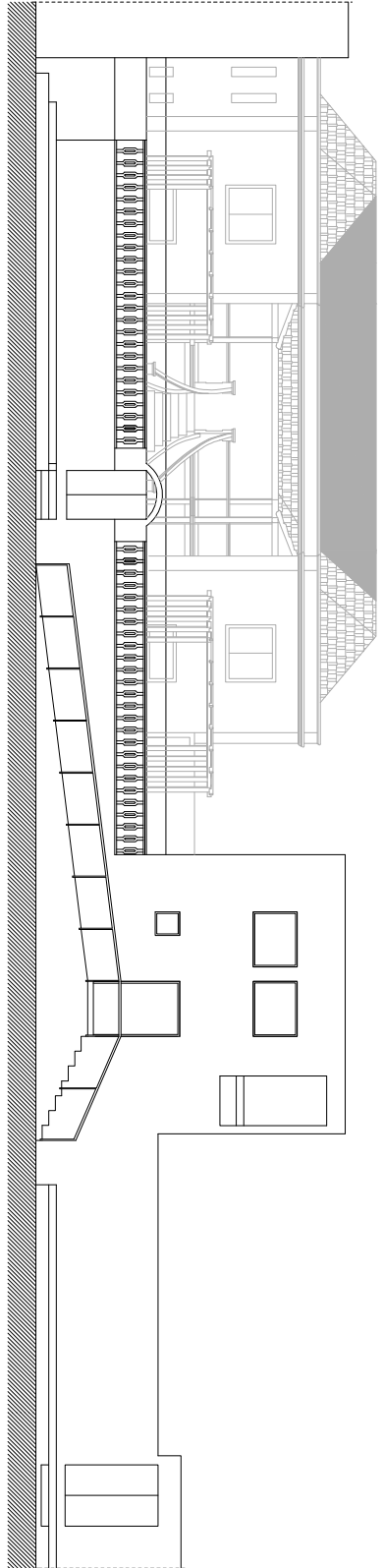
PLANTA DO PISO 1 - PRIMEIRA FASE DE INTERVENÇÃO

LEGENDA: 1. MEMÓRIA DA RESIDÊNCIA TARRAFAL 2. HISTÓRIA DA PESCA 3. MEMÓRIA DA SUCLA 4. ALPENDRE 5. ALPENDRE 6. RECEPÇÃO/ GABINETE DE INSTALAÇÃO DO MP

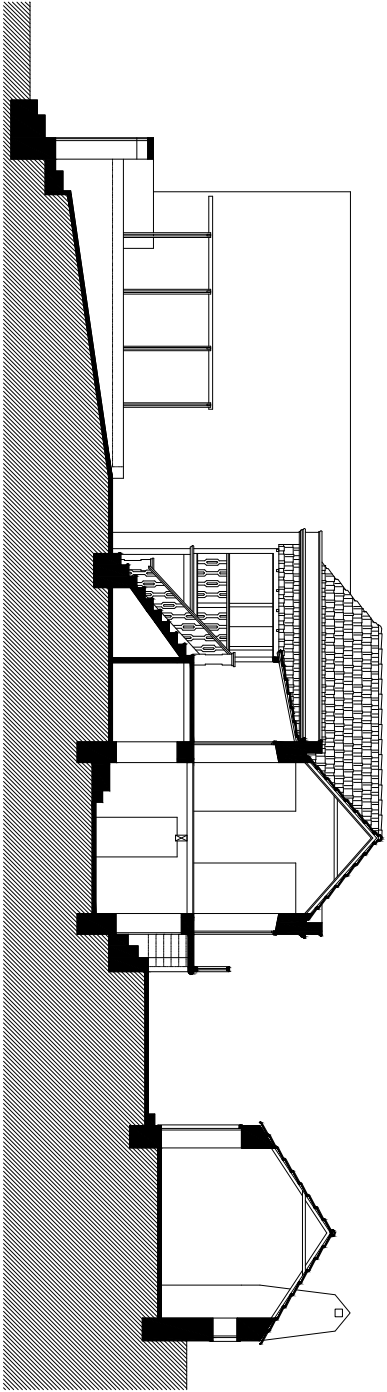


78. Vista do alpendre da "Residência Tarrafal"

ALÇADO DA AVENIDA ASSIS CADÓRIO



CORTE AA'





79. Vista da Loja a partir da Avenida Assis Cadório - Fotomontagem



80 Vista para a baía a partir da esplanada do Museu - Fotomontagem

169



81. Vista do interior das salas de exposição do Museu - Fotomontagem



82. Casa de lata em Mindelo

Data: 2011

Local: São Vicente

Arquitetura: Ângelo Lopes / Lara Plácido / Helena Gomes

i) Outros Projectos

Os projetos que se seguem, embora desenvolvidos fora do âmbito do Departamento de Arquitetura, prolongam os princípios anteriormente descritos e conformam uma experiência adquirida.

Todos se localizam na ilha de São Vicente e trazem reflexões diferentes no domínio da habitação. Casalata surge como um projeto experimental de reflexão sobre as problemáticas habitacionais das periferias de Mindelo; os projetos da casa José Luís e Telma Ferreira como resposta a um programa de habitação unifamiliar e o projeto do Calhau que soluciona um programa misto de casa de campo e turismo rural.

Casalata

No âmbito do curso de Especialização Lato Sensu em Cinema e Audiovisual, realizado no M_EIA - Instituto Internacional de Arte, Tecnologias e Cultura, em 2011, tive a oportunidade de voltar a estudar formalmente e de entrar no imaginário do cinema, uma área que desde sempre me interessou. O curso foi estruturado em vários módulos que permitiam que tivéssemos uma abordagem geral das várias áreas do cinema de forma a deixar em aberto o aprofundamento de cada um na sua área específica de interesse.

Um dos módulos que mais me interessou foi o do documentário, trabalhado com o prestigiado documentarista Orlando Senna. Um dos desafios do módulo passava por trabalharmos o roteiro de um documentário. O interesse pela arquitetura e a nossa preocupação em relação ao contexto das periferias de Mindelo levou a que eu e a minha colega, Lara Plácido, trabalhássemos sobre o tema. A própria dinâmica da turma de implicação com as dinâmicas reconhecidas na cidade, levou a que avançássemos para o processo de captura da curta-documentário CASALATA, que acabou por ser um dos produtos desse curso, integrando o longa-documentário "Fragmentos de Mindelo".

O mesmo projecto CASALATA evoluiu para uma estratégia arquitectónica viável, com capacidade de acção imediata no panorama da escassez de habitação em Cabo Verde, debruçado na problemática do défice habitacional e nas carências dos bairros espontâneos de lata.

Cabo Verde apresenta um crescimento económico assinalável nos últimos anos que traduz em grande parte a forte aposta no sector turístico e imobiliário. Verifica-se, no entanto, um desenvolvimento acima de tudo quantitativo e não qualitativo. O padrão de crescimento turístico/

urbano cabo-verdiano baseia-se no modelo aplicado na costa mediterrânea europeia, que outrora atingiu o auge e atualmente sofre um declínio acentuado, refletindo o crescimento abrupto insustentável, a ausência de qualidade das construções e do planeamento urbano. O turismo de massas e a super urbanização crescem desenfreados sem respeitar o património material e imaterial local. Se, por um lado, este desenvolvimento estimula o processo migratório para as grandes cidades, por outro lado, as novas infraestruturas estrangulam o contacto com a realidade exterior às mesmas. Esta relação promíscua reprime o desenvolvimento socioeconómico, aumentando as desigualdades sociais da cidade e reforçando assimetrias territoriais.

Praia e Mindelo são as cidades cabo-verdianas que apresentam o maior défice habitacional. O elevado custo da construção, a inflação na habitação e nos terrenos destinados ao mesmo uso, paralelamente com o desemprego existente, impossibilitam a compra ou arrendamento de uma casa, incitando o aumento da construção ilegal, na maioria das vezes a única opção das famílias carenciadas para terem um abrigo para [sobre]viver.

Será esta ilegalidade crime?

Os aglomerados de casas clandestinas expandem-se nas periferias das cidades, desenvolvendo uma nova urbanidade sem regra, baseada na autoconstrução. O nível económico-social vivenciado nestes bairros transforma-os numa espécie de ilha, marcada pela inexistência de condições de habitabilidade das construções, pela insalubridade dos espaços, por uma inexistência de infraestruturas e serviços e pela falta de segurança. Estas Ilhas insustentáveis irão ampliar os níveis de degradação com a sobrelotação prevista do espaço.

O que hoje já são considerados contextos desumanos, num futuro próximo poderão deteriorar-se. Intrinsecamente ligados, a economia e o aumento demográfico, estimulam o crescimento espontâneo destas novas urbanidades, vincando a fractura social, fragilizando a estrutura dos países com défice de habitação, neste caso concreto, em Cabo Verde. O acesso à habitação digna e ao planeamento sustentável são, assim, fundamentais para combater a pobreza e a exclusão social. O problema da falta de habitação não se irá resolver de um dia para o outro, as famílias alojadas nas casas de lata continuarão a viver em condições desumanas por tempo indeterminado mesmo que todos os esforços governamentais se concentrem nesta problemática. Mesmo assim, este projeto pretende contribuir para o problema e tem, por isso, como objectivo primordial melhorar as condições de habitabilidade das famílias mais desfavorecidas, tal como um planeamento urbano, capaz de facultar uma vida mais digna.

A realização da curta-metragem CASALATA proporcionou-nos um contacto profundo com a dura realidade enfrentada pelos moradores das casas de lata/tambor. As condições desumanas encontradas nestes espaços, intensificada pela marginalidade sentida por quem não tem outra opção e vive na ilegalidade, levou a estruturar uma linha de ação dividida em três momentos:

- Num primeiro momento, o objectivo é efetuar um levantamento dos métodos construtivos e da organização social deste processo urbano e enumerar os aspectos positivos encontrados,

reutilizá-los como uma ferramenta válida na evolução do projeto de habitação social.

- Num segundo momento, depois do levantamento realizado, sugerir pequenas intervenções económicas que irão assegurar melhores condições de vida às famílias. Questões como o conforto térmico, ventilação dos compartimentos e iluminação dos mesmos podem ser significativamente mais eficazes.

- No terceiro momento, desenvolver um projeto de habitação social sustentado pelo conhecimento retido ao longo deste caminho. Este terá como estrutura base estratégias bioclimáticas e a educação habitacional e urbana, que consideramos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

A habitação social é um tema que se encontra em constante mutação. Após o estudo aprofundado de vários projetos/processos em diversos pontos geográficos concluímos que existem premissas comuns que são indispensáveis para o êxito da habitação social. A localização é um dos factores mais determinantes. Segregar os conjuntos habitacionais sociais para fora dos centros urbanos atribui um rótulo aos seus moradores funcionando como um instrumento de desigualdade de direitos de cidadania. Longe das oportunidades de emprego, o acesso difícil aos serviços urbanos potencia a exclusão social e todas as problemáticas que estão associadas. Assim, concluímos que a localização da habitação social deve ser integrada no tecido urbano e ser capaz ela própria fazer cidade.

A participação da população no desenvolvimento do projeto arquitectónico é outra das premissas para o desenvolvimento do projeto CASALATA. No processo participativo o morador da habitação discute a elaboração do projeto (neste caso concreto) com a equipa de arquitetos. É neste momento que os diferentes saberes se cruzam para atingir o objectivo comum de fazer cidade, não só pela qualidade construtiva e habitacional como também pela capacidade de desenvolver estratégias de trabalho, educação, iniciativas culturais e lazer, assentes na sustentabilidade ambiental e a qualificação da vida urbana. A inclusão das famílias no processo de elaboração do projeto vai intensificar o sentimento de apropriação. “A nossa casa”, “a nossa rua”, “a nossa praça”, “a nossa cidade” são expressões que vulgarmente se ouvem quando existe um sentimento de apropriação e conseqüente identificação com o espaço independente da sua escala ou função. A identificação com o espaço é uma das conseqüências da apropriação do mesmo, o que leva os seus usufruidores, intuitivamente, a cuidar, a humanizar o espaço conferindo-lhe uma identidade própria, deixando de ser um espaço anónimo entre muitos outros.

Como não concordámos em dar, mas sim ensinar a usar as ferramentas que promovam o desenvolvimento social, económico e ambiental, a estratégia de desenvolvimento do projeto passa por 50% da casa (36,75m²) ser construída com dinheiro vindo do investimento privado ou público num ato de responsabilidade social e os outros 50% (36,75m²) serem os próprios moradores a construir (autoconstrução) em processos de cooperativos e participativos.

Os 50% construídos com investimento corresponde à metade da casa que uma família que vive

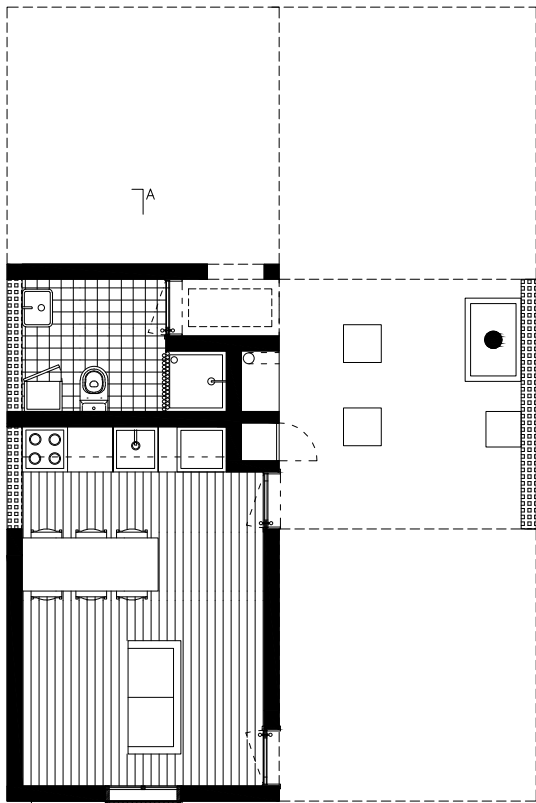
no limiar da pobreza nunca iria conseguir por mais esforços que fizesse. Esta metade abrange a estrutura, o sistema de saneamento, a cozinha, a instalação sanitária, um espaço comum e o pátio que permite que toda a casa seja beneficiada com ventilação cruzada e luz natural garantindo a salubridade do espaço. Os 50% da casa dirigidos à autoconstrução e à reutilização de materiais irá ser acompanhado por toda a equipa técnica de modo a que a salubridade dos espaços e a matriz sejam respeitadas.

Para o projeto ser posto em prática e alcançar os objectivos propostos gostaríamos de construir 6 casas unifamiliares e ordenar o respectivo espaço público envolvente com uma perspectiva futura de que aos poucos conseguimos fazer a diferença na forma de pensar e fazer cidade em prol do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

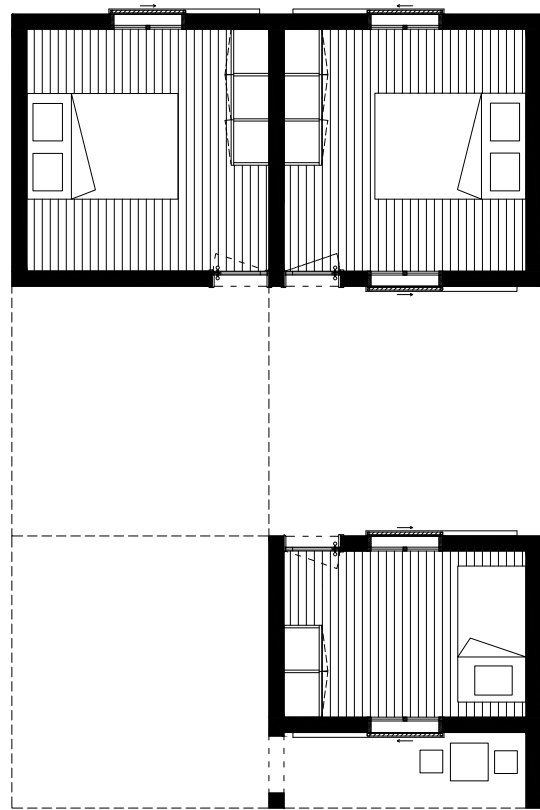
Em suma, a habitação social não deve ser encarada pelas políticas habitacionais como apenas um problema de construção, urbanização e requalificação, mas sim como um processo de desenvolvimento urbano, económico e social. Um povo carente de uma habitação integrada no tecido urbano, social e económico é amputado da capacidade de desenvolvimento e progresso.



83. Captura do curta-documentário CASALATA



PLANTA DA PRIMEIRA FASE



PLANTA DA POSSIVEL EVOLUÇÃO

└┬┘ A'



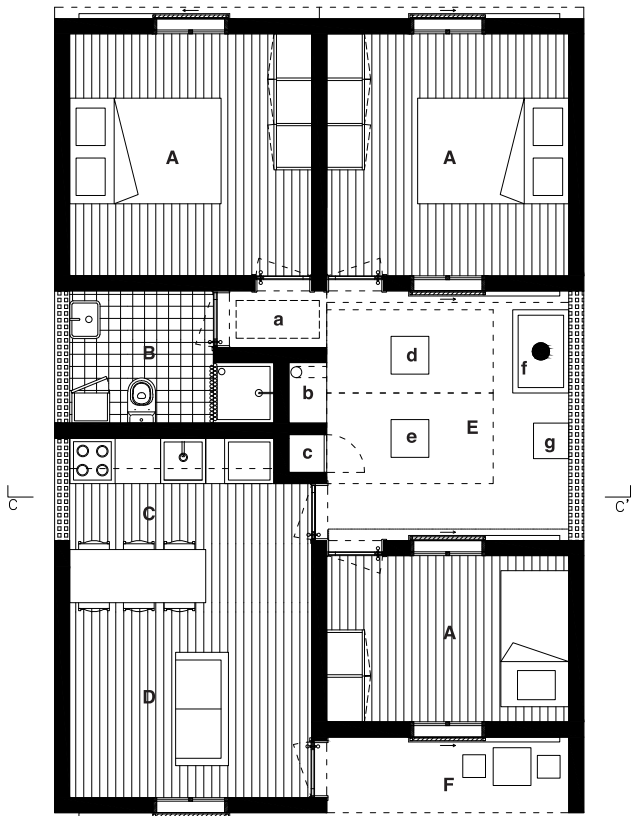
0 1 2 5m



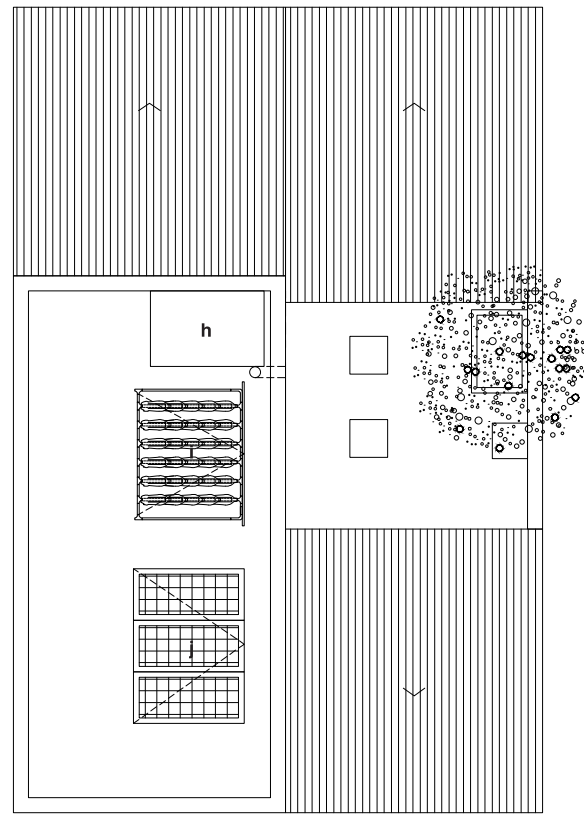
84. Construção de casa de lata na periferia de Mindelo

7^B

8

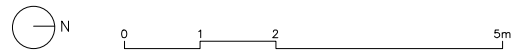


PLANTA - FASE FINAL



PLANTA DO TERRAÇO

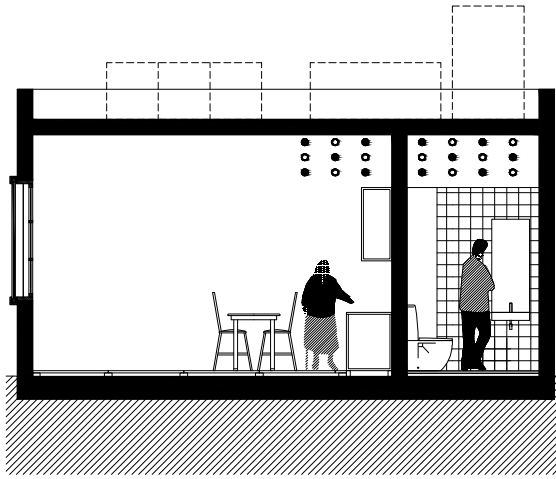
7^B



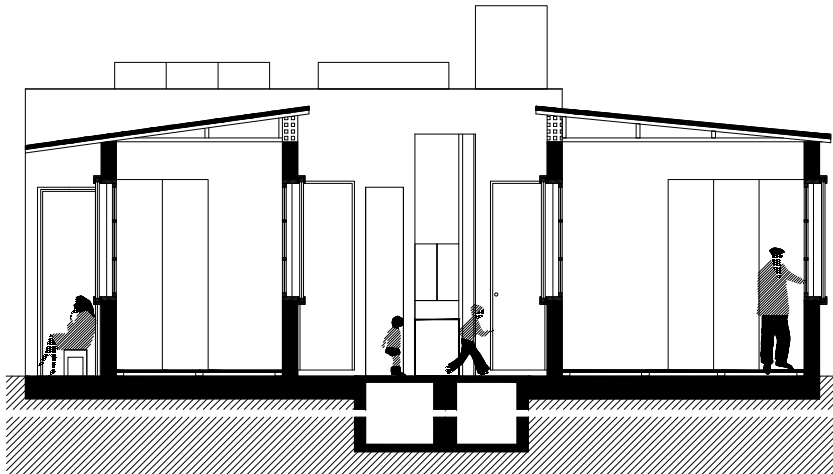
LEGENDA: A. QUARTO B. CASA DE BANHO C. COZINHA D. SALA DE ESTAR E. PATIO F. ALPENDRE

a. CAIXA DE SEPARAÇÃO DE AGUAS DE GORDURA E SAPONACEAS b. BOMBA DE AGUA + LIXO c. INFRAESTRUTURAS ELETRICAS d. DEPOSITO AGUA DAS CHUVAS

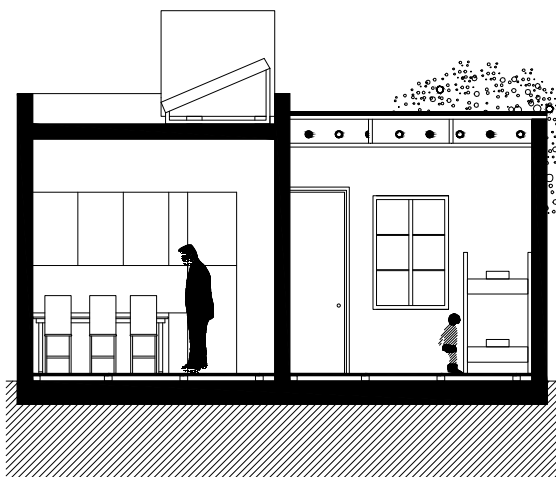
e. FOSSA SEPTICA f. CANTEIRO g. COMPOSTAGEM h. TANQUE DE AGUA - 200l i. COLETOR SOLAR j. PAINEL FOTOVOLTAICO



CORTE AA'



CORTE BB'



CORTE CC'



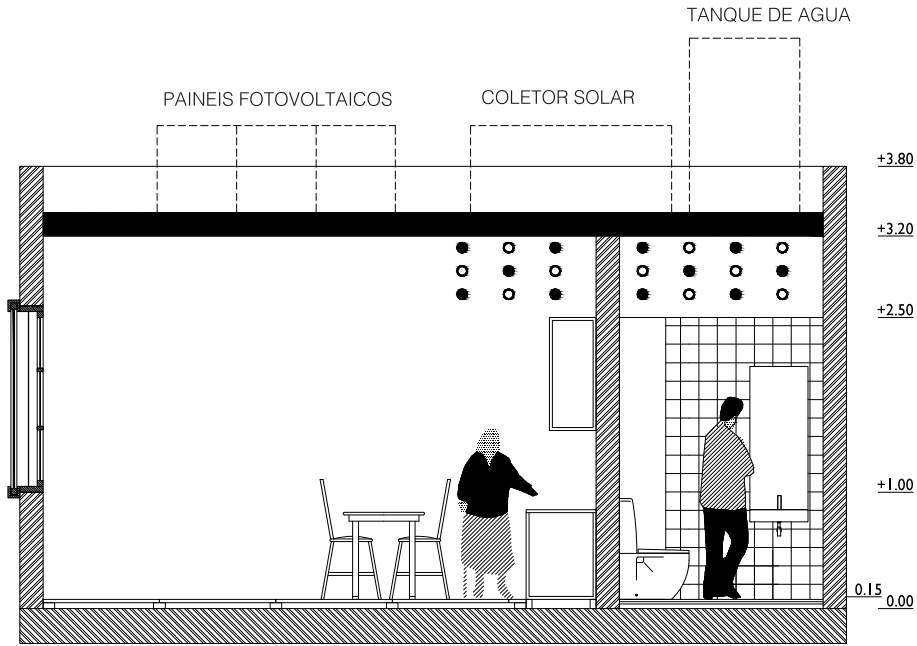
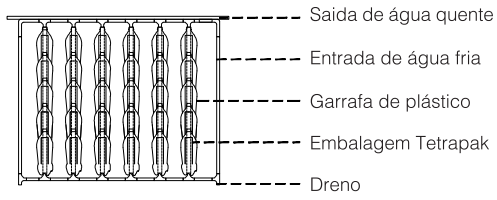
COLETOR SOLAR

 Garrafe de Plástico - 2l

 Embalagem tetrapak pintado de preto


 Tubo PVC 25mm


 Ligações PVC 25mm



CORTE AA'

 Blocos de Pozolana ou solo

 Laje com abobadilhas apoiadas em vigotas pré-esforçadas

 Gelosias

 Ceramico

GELOSIAS - Pozolana + Garrafa de vidro



Blocos de Pozolana



Garrafa de vidro



Corte da garrafa - com fundo

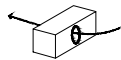


Corte da garrafa - sem fundo



ILUMINAÇÃO NATURAL

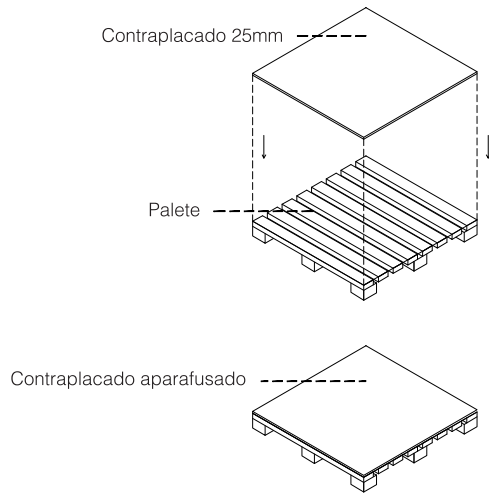
Gelosia + Garrafa cortada com fundo



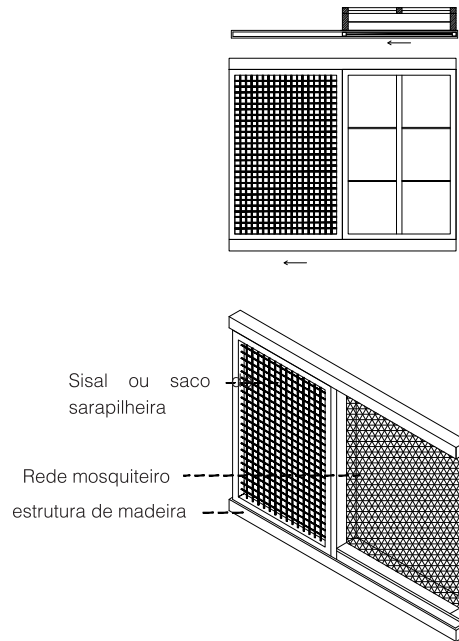
VENTILAÇÃO NATURAL

Gelosia + Garrafa cortada sem fundo

PAVIMENTO - Reutilização de paletes + contraplacado 25mm

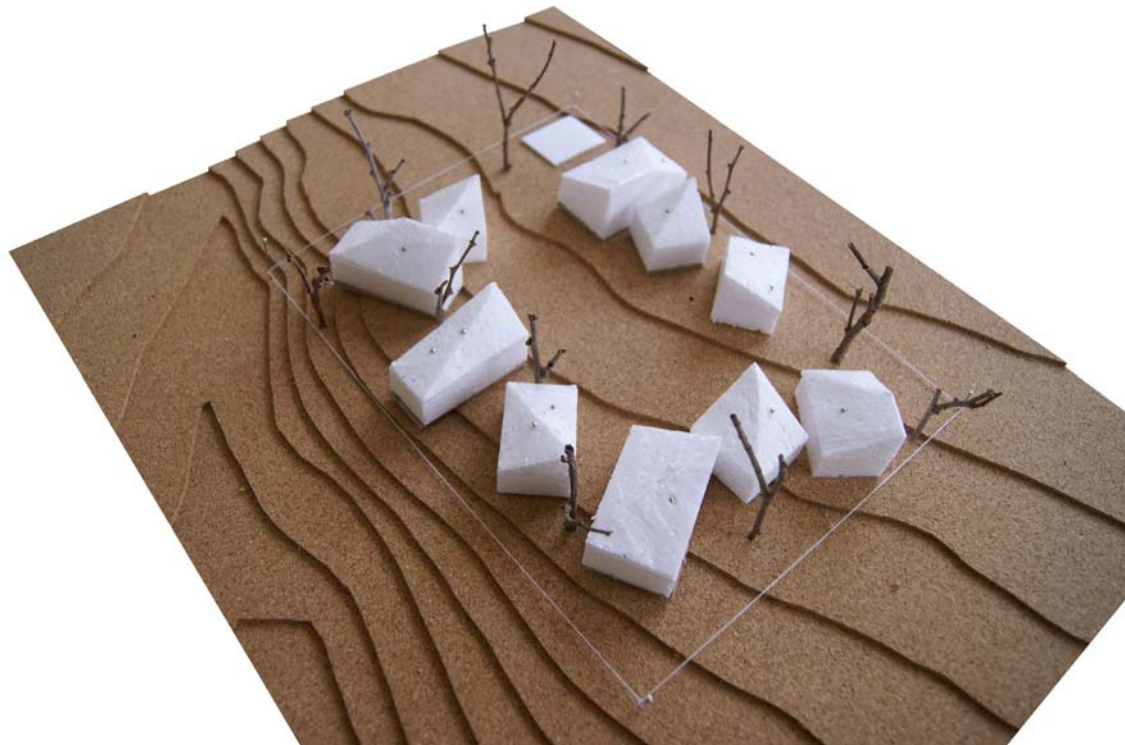


JANELAS - Sombreamento com sisal ou saco de sarapilheira



85. Casa de lata na periferia de Mindelo

Fotografia: Nuno Flores



86. Maquete de volumetria do Projecto de Ribeira de Calhau

Data: 2011

Local: Ribeira de Calhau, São Vicente

Arquitetura: Ângelo Lopes / Lara Plácido / Helena Gomes

Úrsula Lopes

Ante-projecto de Empreendimento turístico familiar em Ribeira de Calhau

O projeto surgiu como proposta de uma tia minha, Úrsula Lopes, que se encontra emigrada em França, e que num determinado momento decidiu equacionar fazer um investimento em Cabo Verde. Adquiriu um terreno de 1200m² na zona de Ribeira de Calhau, uma das poucas zonas na ilha São Vicente onde se consegue praticar alguma agricultura, dada a existência de alguma água nos solos freáticos.

Já conhecia bem a zona. Muita da minha infância foi passada lá, debaixo das árvores, tomando 'banhos de tanque' em agradáveis tardes de fim de semana em família. A poucos minutos fica a praia do Calhau, o que torna a zona um misto entre campo e praia.

O projeto geral foi sendo desenhado e discutido durante algum tempo com outras pessoas da família, adquirindo assim alguma maturidade e clareza na sua definição. Assim, ficou decidido que seria um projeto familiar, com uma vertente de turismo rural/cultural. O espaço seria partilhado com a família e com clientes/amigos, tanto numa situação presencial como de ausência, ou seja, teria que permitir tanto uma convivência familiar autónoma como comunitária.

A partir destes primeiros pressupostos, a proposta de arquitetura começou a ganhar corpo. Mais uma vez, o processo teve que ser pensado de forma modular, de modo a que o investimento fosse sendo viabilizado por fases de construção.

Em termos gerais o programa compreendia alguns quartos que pudessem ser arrendados, com espaço para estar/ kitchenet, casa de banho e quarto, duas estruturas familiares com quarto, sala de estar, cozinha e casa de banho, para os dois investidores no projeto e as estruturas gerais de apoio ao complexo – sala de convívio, recepção, cozinha, lavandaria, arrumos, etc.

O programa dos quartos foi organizado em dois níveis, o mais público, no piso térreo e o espaço privado, de dormir, reservado ao mezanino que aproveitam o desenho das coberturas para se conformarem. As estruturas familiares seguem o mesmo princípio, embora com mais área útil e mais um quarto independente no piso térreo. As estruturas de apoio respondem a um programa base para o funcionamento do complexo, sendo a cozinha o espaço mais generoso, uma vez que é equacionada como espaço de formação/workshops ligados a gastronomia, agricultura biológica, food design e outras dinâmicas culturais associadas.

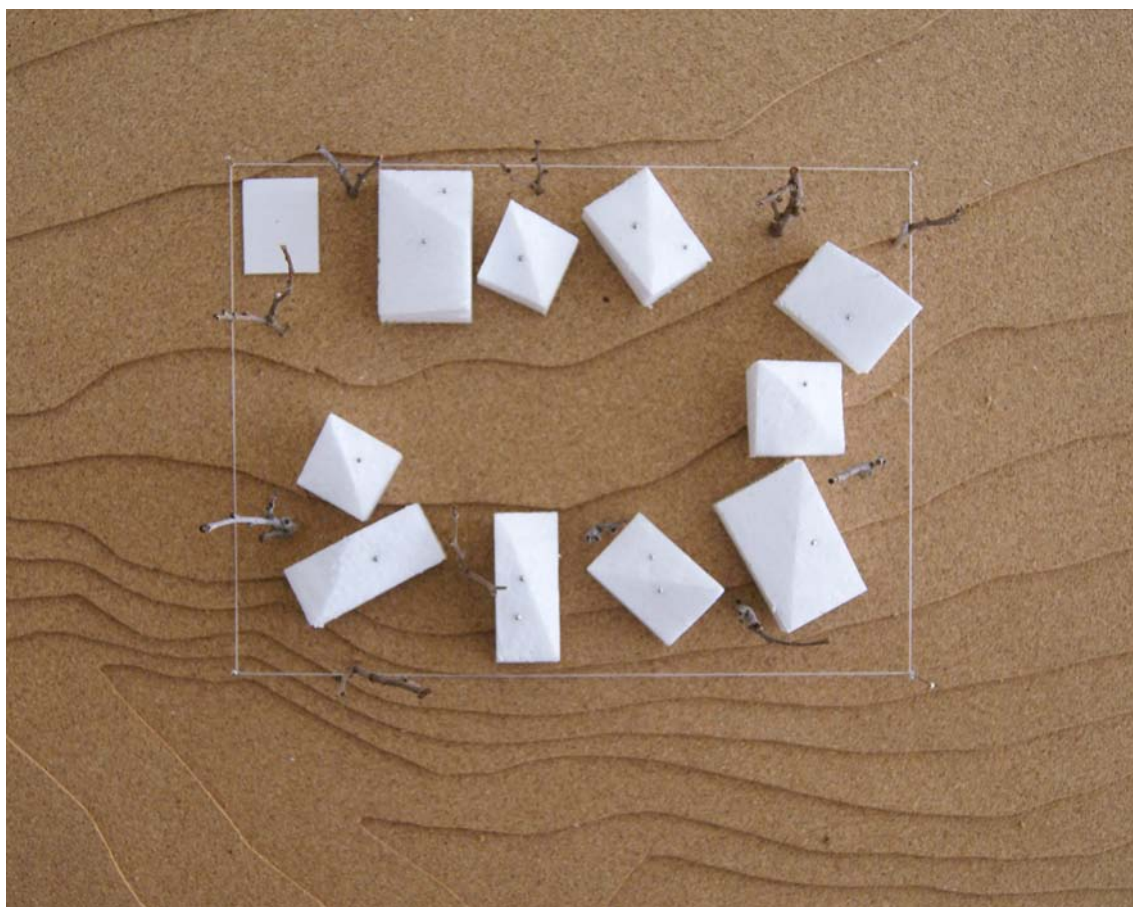
Cada conjunto foi pensado de forma autónoma, os quartos para que os clientes pudessem usufruir do complexo sem dependência dos espaços gerais de apoio, as estruturas familiares para que os proprietários pudessem ter o seu espaço privado e as estruturas gerais de apoio numa dinâmica diferente, virada para o complexo.

Em termos volumétricos a opção da sua fragmentação ao longo do lote permitiu conter alguma densidade do conjunto e estender o programa mais próximo do limite exterior do lote, conformando assim um espaço vivencial interior, previsto para uma horta comunitária,

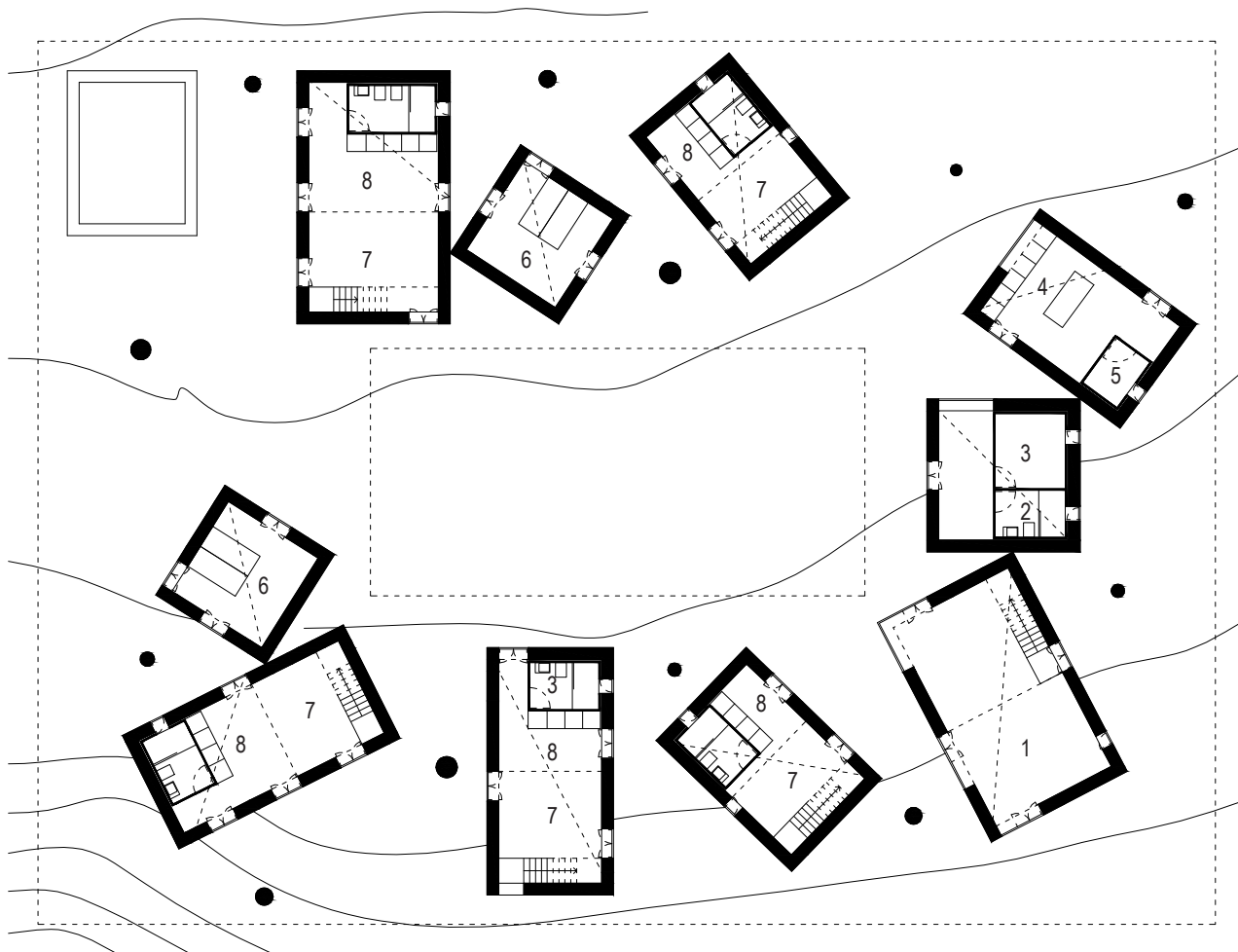
ligada aos princípios de agricultura biológica. O espaço interior do lote desenha-se assim com permeabilidade controlada entre o complexo e a sua envolvente. As árvores de fruto entre as casas reforçam esta ideia e permitem criar espaços de sombreamento entre elas onde as pessoas possam permanecer. O conjunto é complementado ainda por um tanque para banhos e rega da horta, bem como por um moinho eólico para bombagem da água do poço para o tanque.

A nível construtivo a opção recai sobre a pedra local como elemento principal. A madeira como elemento para as estruturas de cobertura, telhas (cavacos), empenas e carpintarias. Estes materiais reforçam a simplicidade em harmonia com o seu contexto. Os processos construtivos seguiriam assim os mesmos princípios já referenciados.

A viabilização de execução do projeto passa em grande parte pela chegada de água ao terreno. Havia duas possibilidades: a de fazer um furo até encontrar uma bolsa de água, o que é sempre incerto e de elevado custo, ou comprar um poço desativado a 100 metros do terreno, que implicaria um menor investimento para o tornar mais profundo de forma a obter um maior volume de água. Por motivos vários, até ao momento, nenhuma das soluções se concretizou, o que impediu o avanço do projeto.



87. Maquete de volumetria do Projecto de Ribeira de Calhau

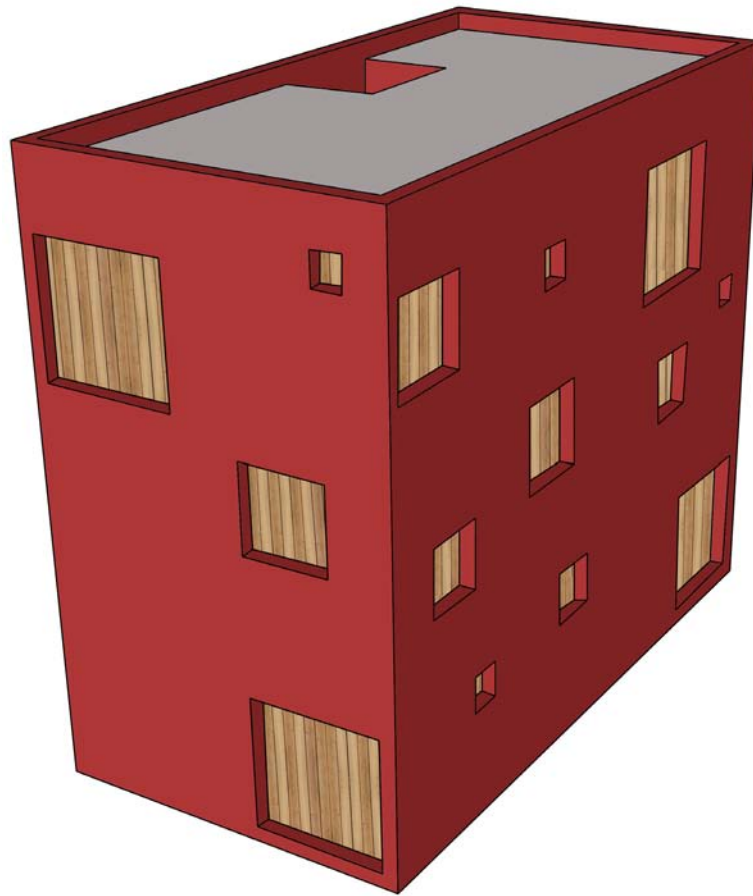


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

LEGENDA: 1. SALA DE CONVÍVIO / RECEPÇÃO 2. QUARTO DE BANHO 3. LAVANDARIA 4. COZINHA 5. ARRUMO 6. QUARTO 7. SALA DE ESTAR 8. KITCHNET



88. Maquete de volumetria do Projecto de Ribeira de Calhau



89. Simulação 3D da habitação

Data: 2013
Local: Espia, São Vicente
Arquitetura: Ângelo Lopes

Casa Telma Ferreira

Em 2013 fui abordado por uma aluna minha, Telma Ferreira, no sentido de desenvolver um projeto de arquitetura para a sua habitação. Cansada de pagar uma renda, decidiu que, juntamente com a mãe e a irmã iriam avançar com a ideia de construção de uma habitação própria.

Facilmente percebi que os meios eram escassos e que seria necessário pensar o projeto de uma forma evolutiva e o mais flexível possível. O desafio passava assim por organizar em três pisos, duas habitações independentes num lote de 69m².

A solução passou então por dividir o lote a meio, criando um módulo base de 34,5m² por piso, a partir do qual se estruturaria o programa, ligado por um acesso vertical que ocupasse o menor espaço possível. Sobre esse módulo podem-se organizar os seguintes programas: o programa aberto para o espaço público – estúdio/loja, quintal e arrumos – como meio de viabilizar um investimento da construção da habitação; o programa social da habitação – sala de estar com kitchenet, casa de banho de serviço e arrumo; o programa privado, sobre duas possibilidades – dois quartos com uma casa de banho de apoio ou um quarto com casa de banho privativo e um pátio de acesso à cobertura.

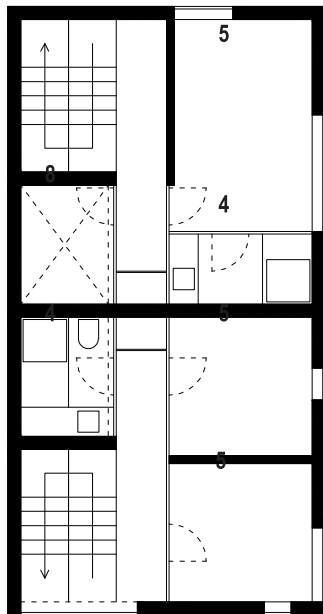
Assim, com a própria evolução da habitação em função das necessidades, as adaptações de cada módulo iam sendo feitas. Por exemplo, se numa primeira fase da construção fosse possível construir apenas um módulo, este poderia ter o programa público para viabilizar o investimento e mais tarde, com a construção dos outros módulos, o primeiro, poderia ser adaptado ao programa social ou privado. Além de evolutiva, a proposta assume-se com total flexibilidade em função do seu momento de evolução e das necessidades de vivência do espaço em si. As fachadas assumem a mesma flexibilidade, como uma pele onde as aberturas são desenhadas em função do programa de cada espaço e orientação do edifício. Outro aspecto que as caracteriza são os vãos preenchidos por elementos basculantes em treliça de madeira, para impedir a incidência direta do sol nos espaços interiores e o elemento da cor, marcante nas nossas paisagens urbanas.

O desafio de trabalhar uma tipologia evolutiva enquanto possibilidade viável para as pessoas com menos possibilidades e que querem ter a sua habitação própria, penso ter constituído para mim a maior motivação do projeto. Levou-me a uma nova reflexão sobre as ideias trabalhadas no projeto CASALATA e a pensar sobre a responsabilidade social do arquiteto neste contexto específico. Um compromisso que entendo urgente para que assimetrias sociais sejam minimizadas.

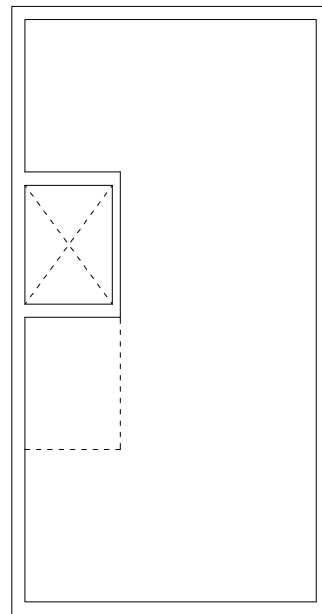
Paradoxalmente, apesar do projeto ter encontrado eco, o momento não permitiu sequer assumir os meus reduzidos honorários, quanto mais o investimento na habitação. À espera de dias melhores para este sonho de uma habitação própria, o projeto aguarda a sua concretização.

O esforço do trabalho acaba por ser compensado em parte pelo desafio do projeto e pela reflexão feita sobre ele. Contudo, fica por concretizar o desejo de ver o projeto construído, embora

muitas vezes a cultura de que o papel do arquiteto é secundário, seja uma barreira para que as coisas possam avançar e, conseqüentemente, esse esforço parece não ficar reconhecido.

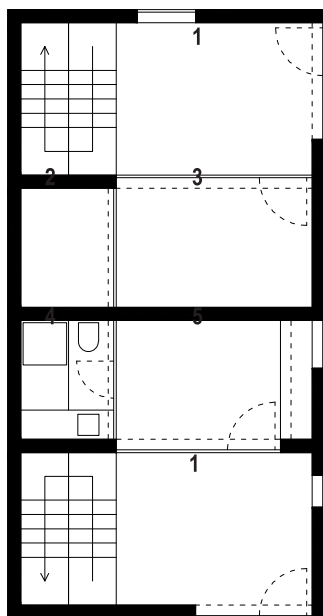


PLANTA DO PISO 2

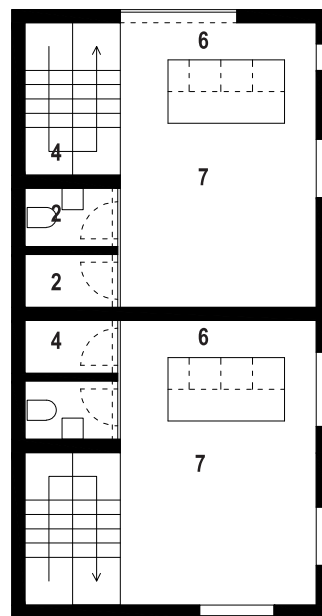


PLANTA DA COBERTURA

186



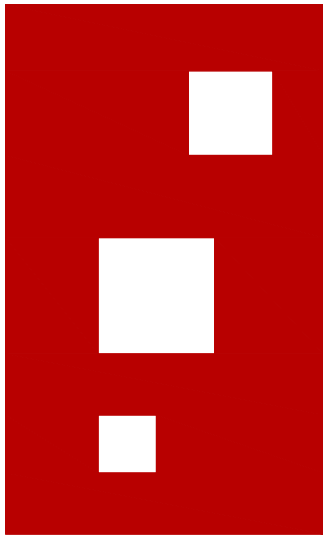
PLANTA DO RÉS-DO-CHÃO



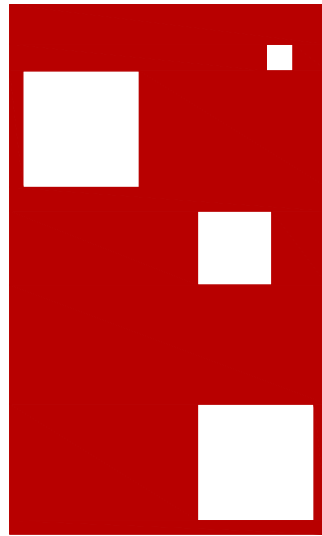
PLANTA DO PISO 1



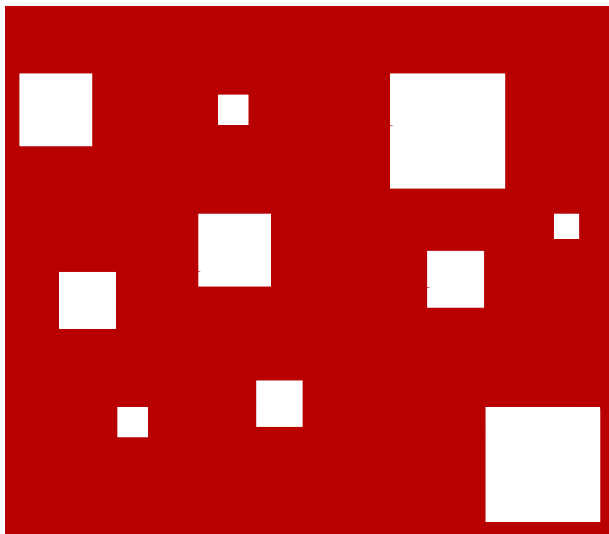
LEGENDA: 1. QUINTAL 2. ARRUMO 3. ESTÚDIO 4. QUARTO DE BANHO 5. QUARTO 6. COZINHA 7. SALA DE ESTAR 8. PÁTIO



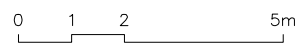
ALÇADO SUL



ALÇADO NORTE



ALÇADO POENTE



Considerações Finais

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

Esta Dissertação sintetiza os momentos mais importantes do meu percurso enquanto arquiteto e docente. Através dela foi-me possível um espaço e tempo de revisitação, análise e reflexão sobre o processo de aprendizagem complementado e renovado no cruzamento com a prática.

A formação inicial no Darq permitiu-me criar as bases enquanto arquiteto. Porém, foi no Escritório do Arq. José Gigante que as ampliei, construindo uma prática de projetar assente na dinâmica da equipa de trabalho. Considero que em 2009, quando apresentei a minha Prova Final de Licenciatura, tinha tomado consciência da importância de aprender na escola (FCTUC) e de reaprender no escritório, devido à implicação deste último com o mundo profissional, mas sobretudo na relação entre o projeto e a obra. Esse momento teve uma continuação orgânica no regresso à escola (M_EIA), enquanto docente e arquiteto. Assim, desde 2009 até ao presente, a ação de aprender (enquanto simultaneidade de ensinar e aprender), encontrou um novo espaço, agora com os desafios dos projetos da escola no contexto específico de Cabo Verde.

A primeira e segunda parte desta Dissertação incidem sobre um tempo, de prolongamento do tempo de formação, em que a minha aprendizagem, continuada, encontrou espaço para a sua renovação e amadurecimento no escritório do Arq.º José Gigante. Um tempo de ação em que o ato de projetar encontra o seu sentido real, entre o processo e a obra. A integração no escritório foi fácil. Nele se falava uma linguagem que, afinal, me parecia familiar. Só que tudo se passava no quadro de uma nova dimensão, tão-somente ficcionada no âmbito do espaço escolar. Aquilo que apenas se adivinhava no nosso percurso do DARQ ganhava contornos precisos. O projeto, antes refém da quase absoluta substantividade do desenho, era agora algo dirigido a um objectivo bem definido: a construção, ou seja, a obra. Uma realidade que, quase imperceptivelmente, me foi ajudando a interrogar sobre alguns dos preconceitos que insistentemente marcavam o nosso espectro escolar – os da prevalência do desenho sobre o espaço vivido do qual, afinal, é mera e redutora representação gráfica.

Esta experiência ensinou-me que o tempo de começo da vida profissional não é necessariamente etapa de descontinuidade relativamente à Escola. Pelo menos num atelier que, como muitos outros, integram gente que pratica o ofício com insistente paixão e que sempre a renova na entrega empenhada a cada novo projeto que surge. O trabalho que aí desenvolvi tornou-se matéria de

complemento da minha formação, espaço de continuidade do meu percurso escolar, que tão só se me afigura como esboço de processos e atitudes, todavia vitais para a construção de bases sólidas da minha relação com a profissão, ou seja, com a vida.

Na terceira e última parte faço uma reflexão sobre a minha atividade nos quatros anos após ter regressado a Cabo Verde. Encontrei no M_EIA o espaço para a continuidade da minha aprendizagem. Tal como devidamente sustentado anteriormente, esta escola tem princípios claros determinados pela sua promotora, a ONG Atelier Mar. Estes princípios, baseados num projeto político pedagógico, sintetizam-se na interdisciplinaridade, participação ética e cidadã em questões sociais, políticas, culturais do contexto em que está inserido.

Assim o meu papel enquanto docente tem vindo a ganhar cada vez mais sentido através da implicação das atividades letivas nos processos de pesquisa e desenvolvimento de projetos da escola e externos à escola, sobretudo porque converte a aprendizagem dos estudantes numa prática muito próxima das condições reais de trabalho. Outro resultado interessante é o facto de se cruzarem saberes científicos, académicos e populares, no sentido de provocar diálogos de conhecimento e aprendizagens transversais. Talvez o mais recente desafio tenha sido a abertura do novo curso de mestrado integrado de arquitetura, pois propomos uma nova abordagem da disciplina para o arquipélago, apostando na formação de arquitetos contextualizados com os problemas locais e determinados a contribuir para um desenvolvimento autónomo e integrado.

O próprio Departamento de Arquitetura do M_EIA tem já esta abordagem assimilada, sendo que a sua base de atuação é junto das comunidades, uma vez que nestes primeiros anos funcionou fundamentalmente em articulação com os projetos de desenvolvimento local da ONG. Enquanto arquiteto responsável do Departamento considero eixos essenciais da ação do mesmo: a investigação aplicada enquanto estratégia adaptada ao meio e às condicionantes locais, a promoção das tecnologias de construção endógenas e a pesquisa de novas soluções construtivas.

Em situação diferente do meu papel no escritório do Arq. José Gigante (embora tenha aí assumido coautorias em alguns trabalhos), o facto de, no Departamento, ser eu a assumir os projetos de arquitetura, determina uma responsabilidade que tem tido positivas consequências ao nível da definição do meu percurso enquanto arquiteto. Este percurso é obviamente privilegiado pela formação destes princípios em sintonia com o espaço de trabalho.

Em suma, parece-me evidente o caminho que se está desenhando quanto aos princípios de prática projetual no contexto de Cabo Verde. Figuram desafios interessantes por concretizar no âmbito do ordenamento do território, da própria construção sustentável, das tecnologias de construção endógenas e do património edificado no arquipélago, porém sem nunca perder de vista tanto os desígnios do país como os desafios da arquitetura contemporânea.

Bibliografia

AA.VV.(2006), *Arquitectura Ibérica- Reabilitação, n°12*, 2006, Casal de Cambra: Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas SA.

AA.VV., *Arquitectura Ibérica - Reabilitação, n°19*, 2007, Casal de Cambra: Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas SA.

AA.VV., *Arquitectura Ibérica – Recuperar, n°24*, 2008, Casal de Cambra: Caleidoscópio_ Edição e Artes Gráficas SA.

AA.VV., *ARQ &urb Cadernos OAC #1* Jan/ Junho 2013.

AA.VV.(2006), *Passado presente*, Madrid: AV n°110.

AA.VV.(1980), *Arquitectura popular em Portugal*, Lisboa: Ed. da Associação dos arquitectos portugueses.

AA.VV.(2007), *SIRUM Reabilitação Urbana – Mindelo*, ECDJ n°10 Março 2007, Coimbra: ECDJ.

Adam, J. (2013), *Livre B Analyse des relèvements habités – le modelage de la maison populaire tarrafa-lende*. Tese de mestrado, Faculté d'architecture La Cambre Horta, Université Libre de Bruxelles.

Almeida, G. (2004), *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*, Lisboa: Ilhéu Editora.

Almeida, J. (2007), *Sem tempo nem medida*, Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Aravena, A. (2012), *Elemental, Manual de vivienda incremental y diseño participativo*, Ostfildern: Hatjecantz.

Bettencourt, A.(1995), *Uma Experiência de Atelier: a primeira aproximação à actividade profissional*, Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Boletim Oficial n°30 / 1858, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Portaria Régia.

Boletim Oficial n°85 / 1858, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Portaria Régia.

Boletim Oficial n°64 / 1860, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Relatório de obras públicas.

Boletim Oficial n°23 / 1868, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Relatório de obras públicas executadas durante o ano de 67.

Boletim Oficial n°31 / 1868, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Relatório de obras públicas.

Boletim Oficial n°16 / 1873, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Mapa das obras públicas executadas desde Setembro de 1858 a Junho de 1873.

Boletim Oficial n°31 / 1873, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Relatório de obras públicas.

Boletim Oficial n°14 e 27 / 1921, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Orçamentos e projectos aprovados.

Boletim Oficial n°37 / 1927, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Distribuição de fundos, obras públicas.

Boletim Oficial n°48 / 1932, Governo-geral da Província de Cabo Verde, Notícias dos Concelhos.

Bom, S.(2002), *Memórias de atelier, projectos e/ou realidades*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Fernandes, F., Cannata, M., (2006), *A Arquitectura do Metro: The Architecture of the Metro: Obras e Projectos na Área Metropolitana do Porto: Works and Projects in the Oporto Metropolitan Area: Eduardo Souto Moura*, Porto: Livraria Civilização Editora.

Gigante, A.(2008), *Projecto, território de aprendizagem*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Gigante, J. (1981), Relatório de estágio, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Gomes, J.(2001), *Oito Projectos: quatro anos de experiência profissional*, Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Guedes, M. (Coord.)(2011), *Arquitectura Sustentável em Cabo Verde: Manual de boas práticas*, Lisbon: SURE AFRICA (SustainableUrbanRenewal-EnergyEfficientBuilding for Africa).

Lengen, J. (2010), *Manual do Arquitecto descalço*, Lisboa: Dinalivro.

Lopes, L. (2001), *Manual Básico de Construção – Guia ilustrado para a construção de habitação*, Mindelo: Ed. Ministério das Infra-estruturas e Habitação.

Lopes, L. (2012). *M_EIA Um laboratório, Um projecto de ensino artístico e de design em pleno Atlântico Médio*. in MARTINS, Catarina S. e TERRASÊCA, Manuela e MARTINS, Vítor (org), *À Procura de renovações de estratégias e de narrativas sobre educação artística: escritas posteriores ao encontro internacional em Cabo Verde*. Porto: GESTO Cooperativa Cultural.

Martins, C., Almeida, C. (2012), "Há opção? Que sentido para a investigação senão como prática política?", *Arte, educação e cultura. Contribuições da periferia*. COLBAA: Jaén, 2012.

Papini, L. (1984), *Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo*, Praia: Fundo de Desenvolvimento Nacional do Ministério da Economia e Finanças.

Rodrigues, S. (2004), *De Dom Rodrigo a Mindelo: Ensaio sobre a fundação de uma cidade*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Sampaio, C. (2006), *Habitação Rural em Santo Antão (Cabo Verde)*, Tese de Mestrado. Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Santos, A.(2005), *Museu do Porto Grande de Mindelo*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Silva. A.(coord.) (2005a), *Cabo Verde 30 anos de Cultura 1975-2005*, Praia:IBNL.

Silva. A. (2005b), *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*, Praia: Centro Cultural Português.

Silva, J., RAÍNHO, R.(2011), *Sobre o campo de irreverência numa escola artística na renovação da educação artística*. de www.buala.org/pt/vou-la-visitar/sobre-o-campo-de-irreverencia-de-uma-escola-artistica-na-renovacao-da-educacao-artist

Vasconcelos, N. (2005), *Intervenção na casa do passal, fundação Aristides de Suoza Mendes*, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculdade Ciências e Tec-

nologias da Universidade de Coimbra.

Zumthor, P. (2006a), *Atmospheres*, Basel: Birkhäuser,.

Zumthor, P.(2006b), *ThinkingArchitecture*, Basel: Birkhäuser.